

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO**

MATHEUS DE OLIVEIRA BARROS

**RETRATOS EM PAPELÃO: CIRCUITOS, CLASSIFICAÇÕES E
VIVÊNCIAS NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA - BA**

**CACHOEIRA-BA
2021**

RETRATOS EM PAPELÃO: CIRCUITOS, CLASSIFICAÇÕES E VIVÊNCIAS NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA - BA

MATHEUS DE OLIVEIRA BARROS

Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Salete de Souza Nery.

Coorientador: Prof. Dr. Moacir Carvalho Oliveira.

**CACHOEIRA-BA
2021**

B277r Barros, Matheus de Oliveira.

Retratos em Papelão: circuitos, classificações e vivências nas ruas de Feira de Santana - Ba. / Matheus de Oliveira Barros. Cachoeira, BA, 2021.

180f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Salete de Souza Nery

Co-orientador: Prof. Dr. Moacir Carvalho de Oliveira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2021.

1. Pessoas Desabrigadas – Bahia. 2. Exclusão Social – Bahia. 3. Feira de Santana, BA - População – Aspectos Sociais. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 362.598142

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.

Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)

(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

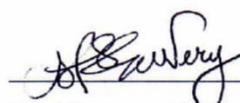
MATHEUS DE OLIVEIRA BARROS

**RETRATOS EM PAPELÃO: CIRCUITOS, CLASSIFICAÇÕES E
VIVÊNCIAS NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA - BA**

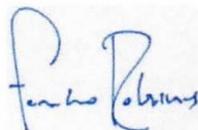
Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais,
do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 06 de agosto de 2021.

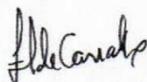
EXAMINADORES:



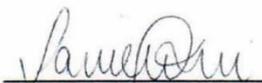
Presidente - MARIA SALETE DE SOUZA NERY (UFRB)



Externo à Instituição - FERNANDO DE JESUS RODRIGUES – (UFAL)



Externo ao Programa - FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO (UFRB)



Externo à Instituição - TANIELE RUI – (UNICAMP)

**CACHOEIRA- BA
2021**

Ao Movimento Nacional da População de
Rua – Núcleo Feira de Santana – “e aos
homens envolta da lata do lixo”.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, em alguma medida, significa assumir uma tarefa impossível de traduzir determinados sentimentos. Um esforço que não conota conclusão, se assim fosse, agradecer seria um ato acabado em si. Agradecer, para mim, é um dever. Um estado de espírito, esperançoso e desesperançoso, um afeto que sempre há de achar motivos para existir, por mais incompleto que seja nosso ato de agradecer.

Como agradecer aquele sorriso que nem lembro mais, porém, faz-se presente em diversas transmutações do meu caminhar-viver? Aquele gesto que, para mim, naquele momento era insignificante? Como agradecer aquele ou aquela que eu não tive oportunidade de nem o nome saber? De que forma agradeço aos ausentes, tão presentes neste trabalho? Coisas do agradecimento. A deliciosa capacidade humana de incompletude, aquilo que nos faz, agradecer mesmo sabendo que tal gratidão será sempre um astro inalcançável. Aquilo que só sabemos a direção...

Sabendo dos riscos, agradeço.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos viventes de rua da cidade de Feira de Santana, sem sombra de dúvidas os saberes trocados constituem o caráter de maior valor deste trabalho. Sem seus saberes, saberes emanados de experiências cidadinas particulares, seria impossível confeccionar esta dissertação.

Agradeço, com a mesma relevância, ao Movimento Nacional da População de Rua, especialmente, ao núcleo de Feira de Santana.

Aos amigos e amigas que me apoiaram, criticaram e emanaram afeto em minha trajetória. Renildo Santos, nosso coordenador municipal/estadual e meu professor; Carla Silva, pela luta incansável e pelos aprendizados imbricados entre a rua e o serviço social; Reizinho (Josenilson), pelo carinho e por me mostrar que há muita beleza nas suavidades; a Edcarlos Venâncio, pela responsabilidade de transformar um cientista social em “sociólogo da rua”, meu muito obrigado; a Carmel Filha, pelo olhar atento; a Ingredy Chiacchio, pelos sorrisos trocados; a Matheus Rios, pelos diálogos e pela presença-ternura; a Andreval Bispo, Jussara Araujo (Sara), Márcio da Silva (Mortadela), pelos saberes partilhados; a Jackson (Larica), pelas mais sábias críticas; e a Charles, meu muito obrigado.

A Ovary Barros, minha amada mãe, só para ti caberia um livro de agradecimento. Meu muito obrigado por seu amor e sua sabedoria. A Uilson Barros (em memória), saudades meu velho. A minha amiga e irmã Ludimila Barros, pela parceria que ultrapassa e muito os laços

consanguíneos. Parte do que escrevo, de como penso e do que sou é reflexo de nossa relação de irmandade, estaremos juntos até o fim.

A minha companheira de vida Keila Barros, pelos momentos partilhados, caminhos percorridos, afetos trocados. É inimaginável conceber as minhas veredas sem a construção amorosa que tecemos nessas quase duas décadas.

Aos meus compadres, Thiago Parente, pela amizade incondicional, e a Zecalu, pelas mais diversas prosas e carinhos partilhados. No bojo, agradeço a Cervejaria Sertões e todos aqueles e aquelas que fazem desse lugar-sonho, uma “sonhalidade”. Obrigado pelos brindes. Ainda no campo ético, preciso agradecer a todos os donos de bares que me permitiram criar uma confiança pautada no fiado. Sem essas válvulas de escape, transformada em copos de cerveja, não seria possível ficar sóbrio para encarar os desafios que a vida nos traz.

Aos amigos que apoiam a jornada. Valdir Alves e Paulo Roberto, presente maior que Cachoeira me trouxe, obrigado pela nossa amizade. Joilson Santos, pelo carinho e cuidado. Ao Clube de Patifes pelas canções.

Aos colegas acadêmicos, agradeço à turma do mestrado pelos momentos em sala de aula e na 25 de março, cerceados, infelizmente, pela pandemia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo. Sem deixar de salientar seus servidores em suas mais diversas funções. A Salete Nery, por sempre ter acreditado em mim e pelas orientações nessa caminhada. Moacir Oliveira, pelas prosas.

Aos professores e professoras que nessa formação colaboraram de forma particular. À banca examinadora, obrigado pelas críticas. À FAPESB, pelo financiamento, meu muito obrigado a todos e todas vocês.

Às pessoas que colaboraram com os aprendizados de e na rua.

À Rede Alternativa Voluntária de Feira de Santana, especialmente o Cuidando da Maloca, local potente de muito aprendizado e cuidado.

A Thelma Carneiro pelas oportunidades, à Universidade Estadual de Feira de Santana, Pastoral de Rua, Grupo de Estudos e Pesquisas da Defensoria Pública, ao Fórum Baiano da População de Rua. Maria Lúcia, pelo legado de luta e sabedoria. Ao Edson, Gonzaga, a nossa coordenadora nacional Sueli Oliveira, aprendi muito com vocês.

A Alda Alves, mãe da Maloca, por, em seus últimos dia de vida, ter me dado a chance de compartilhar saberes. Jamais esquecerei.

Aos enarrados minhas desculpas e meus agradecimentos...

“Escrevo sobre e sob uma pilha de mortos. Isso não sai de minha cabeça.”

RESUMO

Para se pensar o contingente populacional que utiliza os espaços urbanos – ruas, praças, avenidas, viadutos, marquises – como uma espécie de moradia (fixa ou temporária), faz-se necessário considerar um conjunto de questões. A proposta que se sucede tem como premissa a problematização dos processos de categorização da população de rua, partindo de experiências empíricas realizadas no município de Feira de Santana – Bahia, Brasil. Para isso, fez-se necessário um passeio sobre condicionalidades que marcam as formas de viver dessas pessoas. Ao analisar os circuitos que caracterizam com maior intensidade os trânsitos dessa população, compreendemos formas específicas de experienciar a cidade. Esse processo nos permitiu evidenciar elementos constituintes da vida cotidiana dessa população e, como consequência, formas de racionalização de si no mundo. Tal procedimento se mostrou salutar, no que tange ao entendimento de uma produção simbólica voltada para construção de uma diversidade de noções a respeito dos sujeitos estudados. Ademais, construimos retratos de rua, leituras de trajetórias singulares que nos permitiram exaurir interpretações sob aspectos que compõem, com relevância, tais existências. O contato com as mais diversas violências, as interações com os diversos agentes que formam a rede da população de rua em Feira de Santana, assim como as relações institucionais, foram elementos utilizados para a proposta de investigação. Esse caminho pautado nos fios da experiência se mostrou eficaz na demonstração dos limites e das incongruências tipológicas, quando questionamos a noção de “situação de rua”.

Palavras-chave: População de Rua. Feira de Santana. Circuitos de Rua. Retratos de Rua.

ABSTRACT

To think of the population contingent that uses urban spaces – streets, squares, avenues, viaducts, marquees – as a kind of housing (fixed or temporary), it is necessary to consider a set of questions. The proposal that follows has as its premise the problematization of the processes of categorization of the homeless population, based on empirical experiences carried out in the municipality of Feira de Santana – Bahia, Brazil. For this, it was necessary to walk about the conditions that mark the ways of living of these people. By analyzing the circuits that most intensely characterize the transits of this population, we understand specific ways of experiencing the city. This process allowed us to highlight elements that make up the daily life of this population and, as a consequence, ways of rationalizing themselves in the world. This procedure proved to be healthy, with regard to the understanding of a symbolic production aimed at building a diversity of notions about the subjects studied. Furthermore, we built street portraits, readings of singular trajectories that allowed us to exhaust interpretations under aspects that make up, with relevance, such existences. Contact with the most diverse types of violence, interactions with the various agents that make up the street population's network in Feira de Santana, as well as institutional relationships, were elements used for the research proposal. This path based on the threads of experience proved to be effective in demonstrating the limits and typological inconsistencies, when we questioned the notion of “street situation”.

Keywords: Street Population. Feira de Santana. Street Circuits. Street portraits.

LISTA DE SIGLAS

ACN	Associação Cristã Nacional
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CIAMP-RUA	Comitê Intersectorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política da População em Situação de Rua
CMDI	Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem
CREAS – POP	Centro de Referência Especializado para População de Rua
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MNPR-NFSA	Movimento Nacional da População de Rua – Núcleo Feira de Santana
OAF	Organização do Auxílio Fraternal
PPGCS	Pós-graduação em Ciências Sociais
PSR	Pessoas em Situação de Rua
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEDESO	Secretaria de Desenvolvimento Social do município
SEMES ECO	Semana de Economia Solidária
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SUPRAD	Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis
SUS	Sistema Único de Saúde
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 APROXIMAÇÕES COM O CAMPO-RUA.....	11
1.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	17
1.3 HIPÓTESE E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
1.4 ROTEIRO DA DISSERTAÇÃO E APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS.....	29
2 CIRCUITOS DA POPULAÇÃO EM “SITUAÇÃO DE RUA” DE FEIRA DE SANTANA.....	35
2.1 FOME DE TUDO.....	35
2.2 NINANDO RATOS: PRAÇA DA CIDADE NOVA.....	42
2.3 MANGUEANDO: PRAÇA DA MATRIZ.....	53
2.4 NO CORRE: KALILÂNDIA-FUNDO DO TÊNIS	61
2.5 NO BANQUETE DOS MENDIGOS: CENTRO DE ABASTECIMENTO.....	67
2.6 ACOLCHOANDO O MEIO FIO: CENTRO DA CIDADE – GETÚLIO VARGAS, RODOVIÁRIA E PRESIDENTE DUTRA.....	75
3 RETRATOS EM PAPELÃO: SOCIOBIOGRAFIAS EM PERSPECTIVA	80
3.1 CONSTRUINDO OS NEGATIVOS.....	80
3.2 “NA RUA SE TEM SETE VIDAS?”	82
3.3 SE A RUA TAMBÉM É MÃE, QUEM SÃO SEUS FILHOS?.....	102
3.4 “A GENTE SAI DA RUA, MAS A RUA NUNCA SAI DA GENTE”	120
4 SOBRE CLASSIFICAÇÕES: LÉXICO TIPOLÓGICO DAS RUAS	136
4.1 SITUAÇÃO DE RUA?	146
4.2 POR UMA NOÇÃO VIVA DOS HABITANTES DA RUA.....	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	171

1 INTRODUÇÃO

1.1 APROXIMAÇÕES COM O CAMPO-RUA

Era início do ano de 2016¹, acabara de concluir o curso de bacharelado em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), depois de uma longa trajetória em terras cochoeiranas². Tinha encerrado o ciclo da graduação estudando o surgimento de um hospital psiquiátrico em Feira de Santana - Bahia³. O contato com o Hospital Especializado Lopes Rodrigues⁴ marcou o início de uma trajetória de afetação junto ao universo analítico proposto por esta pesquisa. Dentro dos muros do “manicômio”, descobri variedade de linguagens, percepções de mundo desconhecidas para mim. Naquele período (segundo semestre de 2015), não passara pela minha cabeça a possibilidade de pesquisar vivências de rua. Anos depois, atuando junto aos viventes de rua em Feira de Santana, voltei várias vezes àquele local. A cada retorno, a certeza de que algo tinha mudado em mim, e essa mudança tinha relação direta com as experiências tecidas com as pessoas daquela instituição.

Logo após ter concluído a pesquisa no hospital psiquiátrico, fui convidado para compor uma junta de pesquisadores que tinham iniciado um trabalho sobre população de rua no município feirense. O estudo fora encomendado pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município (SEDESO) e seria executado por uma organização não governamental chamada Associação Cristã Nacional (ACN). A proposta de análise era motivada em compreender o perfil social das pessoas que utilizavam as ruas como uma forma de moradia. Além disso, percorriam interesses de conhecer os padrões de uso de psicoativos entre as pessoas que experienciavam tais vivências. Em resumo, o objetivo era traçar um diagnóstico por via de interpretações de marcadores sociais pré-estabelecidos pela pesquisa⁵. Como resultado desse

¹ Por se tratar de uma trajetória pessoal optei por adotar em muitos momentos do texto a primeira pessoa do singular.

² O curso de Ciências Sociais da UFRB é alocado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), situado na cidade de Cachoeira, no recôncavo baiano.

³ Feira de Santana figura como a segunda maior cidade do estado da Bahia e a 34ª maior cidade do Brasil. Com população estimada em mais de 600 mil habitantes, está localizada no território identitário intitulado Portal do Sertão. Geograficamente, situa-se no centro-norte baiano, cerca de 108 quilômetros da capital baiana, Salvador. Fortemente marcada pelo entrelaçamento de rodovias, a cidade de Feira de Santana é considerada o maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste (IBGE, 2010).

⁴ Para maiores informações ver: O manicômio da princesa: concepções e práticas psiquiátricas na Bahia. *In*: VI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016, Cachoeira - Bahia. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/sppgcs2016/images/Matheus.pdf> Acesso em: 14 set. 2020.

⁵ Esse tipo de produção teve fomento na década de 1990 e foi intensificado ao decorrer dos anos 2000. As modificações políticas e as pressões oriundas dos movimentos sociais impulsionaram um campo analítico cuja

processo analítico, construímos o relatório final (em formato de livro) intitulado: *Somos Invisíveis? Conhecendo a população de Usuários (as) de Drogas em Situação de Rua de Feira de Santana* (CARVALHO *et al.*, 2016).

A relevância dessa iniciativa investigativa foi fundamental, no que tange a dois pontos cruciais. O primeiro diz respeito à produção de saberes direcionados a um contingente populacional pouco notado academicamente na cidade - com exceção de uma pesquisa realizada um ano antes (FEIRA DE SANTANA, 2015). O segundo aponta para um processo afetivo-político que foi propiciado/mediado pelo trabalho de campo e aproximações com os sujeitos da pesquisa. Nesse momento, pude ter acesso a uma gama de narrativas, linguagens oriundas de experiências urbanas específicas, no qual me possibilitou dividir momentos dos mais variados e conhecer os espaços de convivência. Neste sentido, guiado pela “ética do encontro” e mediado pelo fazer profissional, fomentei, junto aos interlocutores, os primeiros passos de uma relação enraizada em fazeres profissionais, relações afetivas e posicionamentos políticos.

Ademais, no processo da pesquisa, obtive conhecimento da rede socioassistencial voltada para essa população, visitei serviços, equipamentos, entrevistei gestores, conversei com os agentes que trabalhavam diretamente no atendimento às pessoas com vivências de rua. De forma mais abrangente, a possibilidade das atividades de pesquisa propiciou os primeiros contatos com os mais diversos atores, fertilizando a caminhada que, em alguma medida, teve como resultado a dissertação aqui apresentada.

Nesse fluxo de trabalho, também conheci a rede filantrópica da cidade, pessoas com motivações religiosas que desenvolviam algum tipo de atividade ou serviço junto à população de rua. Tais iniciativas majoritariamente voltadas para oferta de alimentos, escutas, entre outras relações de afeto, também compõem o quadro de sociabilidades que atravessam o cotidiano das pessoas com vivências de rua⁶ em Feira de Santana. A pesquisa contava com um leque amplo de profissionais, fazendo-se presente pessoas com trajetória de rua. Os saberes destes foram fundamentais, principalmente, para um contato qualificado com o público investigado. Mediando nosso convívio com a “rua”, Renildo Santos e Jamissara dos Santos se tornaram meus primeiros professores, apresentando-me com afeto e, às vezes, com pouco de dureza, as realidades oriundas da “vida no papelão”. Percorrendo ruas, feiras, bairros, cenas de uso de drogas e praças, dialogávamos sobre as formas de se viver nas ruas da cidade, estratégias de

prerrogativa se vinculava à necessidade de maior compreensão do fenômeno rua. Trabalhos como São Paulo (2003), Porto Alegre (1999) e Recife (2004) são expressões desse cenário.

⁶ Com destaque para a Pastoral do Povo de Rua: Centro Social Monsenhor Jessé. Instituição ligada à Igreja Católica, atuando há mais de 10 anos no município feirense.

sobrevivência específica de pessoas que carregam em suas economias afetivas marcas singulares. Essas primeiras andanças foram salutares, no que tange ao fomento das primeiras habilidades. Apreensão dos códigos, das posturas, reflexões sobre os limites de atuação, a hora de calar, a hora de falar, entre tantos outros jogos sociais foram apreendidos pelo contato-experiência no campo-rua. Com a ajuda dos interlocutores, tive a oportunidade de aprender determinadas competências, tais procedimentos foram fundamentais não somente para o desenvolvimento desta pesquisa, mas, principalmente, no que diz respeito a minha inserção, validação e respeitabilidade com os agentes de estudo.

Oliveira (2010) salienta que participar do cenário cultural do universo pesquisado supõe uma aproximação, uma relação, interações atreladas a compromissos. Essa presença do pesquisador com as pessoas que com ele constroem as reflexões, são marcadas por negociações e apreensões de formas de socializar que intrinsicamente impactam nas formulações e construções das análises. Por dentro desse caminho, as interlocuções que mantive e cultivei foram os principais subsídios do empreendimento aqui realizado.

Outro contato significativo, mediado pelos afazeres da pesquisa, relaciona-se ao Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)⁷, núcleo Feira de Santana. No desenvolvimento dos trabalhos, foram fundamentais no que tange às orientações, indicações de locais, instituições e pessoas que poderiam colaborar com a investigação. Era evidente o interesse do movimento social na confecção dos dados, existia expectativa da utilização dos resultados como artefato político: “Como construir políticas públicas se não conhecemos de perto a população de rua de nossa cidade?”. Nascia ali também uma aproximação com os integrantes do núcleo, o que mais tarde se consolidaria em uma rede de relações que ultrapassaria as conjunturas profissionais.

Em resumo, os contatos experienciados enquanto pesquisador-colaborador me fez mergulhar em interações nas quais me afetaram. As ambiguidades de minha presença, os desconfortos gerados por experiências discrepantes de existência, as negociações, as concessões e os conflitos imprimiam uma série de desafios no transcorrer das convivências com os viventes de rua. Ao final da pesquisa, entregamos o “produto”. Nesse momento, já carregava uma série de inquietações indicando que ainda havia muita estrada a percorrer.

⁷ O “massacre da Sé”, atentado que ceifou a vida de diversas pessoas nas ruas de São Paulo, em 2004, é considerado o marco referido pelos Militantes do Movimento Nacional da População de Rua como o estopim de um processo de auto-organização da população de rua em prol da luta pelos direitos civis. Desde então, uma organização sistemática de núcleos se desenvolveu em todo território nacional, resultando, dentre tantos avanços, na construção da Política Nacional da População de Rua, ratificada no Decreto - 7053/2009 (MELO, 2017). Em Feira de Santana, o núcleo do referido movimento social foi implementado em 11 de março de 2010 (BARROS, 2020).

Para minha sorte (acredito eu), a vida é veredas que se abrem quando a gente menos espera e, logo após o encerramento das atividades de pesquisa, fui convidado para ingressar em um programa do estado da Bahia voltado para população de rua que seria implementado no município. O Corra Pro Abraço⁸ seria executado em terras feirenses pela mesma organização não governamental que geriu a pesquisa supracitada. Tratava-se de uma das principais iniciativas voltadas para esse público que ganhara, em 2017, a possibilidade de ampliação para demais cidades do estado da Bahia.

Meu ingresso no programa enquanto coordenador possibilitou atuação diferente da até então realizada com a população de rua. Os afazeres circundavam procedimentos burocráticos, gestão de pessoas e as organizações das atividades de campo⁹. Isso significou aproximação significativa com os sujeitos de-na rua, um contato estruturado pelos aparatos existentes do programa. Naquele período, exercia o papel de agente público a serviço daquela fração social. Se por um lado tal posição requeria uma gama outra de asceses pessoais e profissionais, por outro o aprofundamento de experiências em setores específicos me era apresentado.

A atividade profissional, propiciada pela minha atuação no programa, foi marcada principalmente por dois caminhos salutareos em minha trajetória com a população de rua. O primeiro se direciona no sentido de intensificar contatos com as pessoas que viviam nas ruas de Feira de Santana. Os acompanhamentos, atividades de rua, intervenções urbanas, rodas de conversas, visitas institucionais propiciaram profundidade no universo do qual me propôs a pesquisar. Reforçando os laços construídos outrora, propiciando, dentro de uma economia da visibilidade, certo capital social entre as pessoas que, de forma geral, constituem o quadro da população de rua. O segundo remete a um maior conhecimento dos aparatos governamentais e não governamentais voltados para essa fração social. E, neste sentido, aponto para serviços, equipamentos, projetos, programas e respectivos profissionais, ou seja, toda uma economia humana-técnica-física que, em alguma medida, colabora para produção do sujeito de rua. Falaremos sobre essa produção mais adiante.

Devido às discrepâncias metodológicas, arranjos burocráticos, e desconfortos éticos me retirei do programa. Nesse momento, meados de 2018, já tinha formado uma rede de relações que permitia uma circulação entre os espaços de convivência de rua. Intensifiquei uma

⁸ Vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), mais especificadamente à Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), o Programa Corra Pro Abraço tem como objetivo o fortalecimento da rede socioassistencial para a população de rua, tal como executa atividades de arte-educação baseada na redução de danos físicos e sociais (BAHIA, 2016).

⁹ Tais atividades de campo circundavam o interesse de fomentar atuações pautadas na arte-educação e em estratégia de redução de danos. Tais metodologias tinham como pano de fundo a construção de vínculos afetivos, com a finalidade de mediar acesso a direitos, bens e serviços voltados para essa população.

aproximação com MNPR-NFSA, assumindo papel mais voltado ao ativismo e à luta pelos direitos da população de rua. Na metamorfose dessa caminhada, assumi, então, um papel com maior intensidade política e, em alguma medida, distante dos pesos institucionais. Ocupei outros espaços, como os conselhos de base, o Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política da População em Situação de Rua (CIAMP-RUA), assim como as atividades do movimento social se tornaram os mediadores de minha presença com os sujeitos de-na rua.

Em 2019, com o ingresso no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS-UFRB), retornei às preocupações acadêmicas, carregando memórias e experiências oriundas dos anos de contado com o universo aqui pesquisado. Desta maneira, exponho a trajetória de aproximações do campo analisado, salientando que o material empírico utilizado neste trabalho é oriundo das diversas afetações contidas nesse traçar iniciado em 2016 e que carrego até os dias atuais.

Com isso, é necessário que eu apresente de onde as construções que sucedem foram fomentadas, esquivando-me, desta maneira, de determinados silenciamentos de minha parte. Evidenciar minha trajetória é, em alguma medida, assumir o meu lugar e minha posicionalidade neste campo, demonstrando que meu interesse não circunda o desejo de atenuar as relações de poderes existentes, principalmente entre pesquisador e outros agentes da pesquisa. Pelo contrário, todo meu esforço esteve a serviço de interligar minha presença com a multiplicidade de vozes que deram sentido a esta investigação.

Por esse caminho, alinho meu interesse de acordo com Clifford (2014), posicionando-me de forma dialógica e acentuativa, quando diz respeito a minha presença enquanto fator colaborativo na construção das reflexões. Compreendo que não há possibilidade literal de se colocar no lugar de ninguém, melhor dizendo, tudo que aqui foi escrito diz respeito a essa categoria relacional salientada. Não falo por, e nem de outro lugar, a não ser desse lugar de relação. Dito isso, evidencio alguns pontos.

De onde eu falo? Falo do local de pesquisar, de profissional, técnico, de militante, de amigo e de um sujeito que há seis anos se relaciona (em muitas esferas afetivas) sistematicamente com pessoas que comungam de experiências cidadinas relativamente similares. Falo de um local atravessado por muitos papéis, de trajetórias que conta com muitos desvios, e por uma empatia que alimenta não só minha presença ativista, como também, meu interesse científico. Em vista disso, comungo do pensamento de Malheiro (2020) que trata da justificação de nossa presença de pesquisado, assim como dos processos de questionamento oriundos dele.

Nesse sentido, foi impossível estar no campo apenas observando, mantendo uma possível postura neutra, sem dialogar ativamente com as pessoas que habitam aquele espaço. É muito difícil presenciar pessoas de bobeira no meio de uma cena de uso, sem explicar direito o que está fazendo ali. Fui questionada sobre os propósitos da minha pesquisa, qual o motivo do uso do gravador, onde que queria chegar com aquelas perguntas, questões que me reposicionaram na reflexão ética sobre a condução da pesquisa (MALHEIRO, 2020, p. 80).

Com quem eu dialogo? Talvez essa seja a pergunta mais presente em todo trabalho. Não à toa, o meu interesse último em compreender as formas de classificação e a construção do sujeito de rua. Reside aí a incessante tentativa de compreendermos do que o outro, em seu sentido antropológico, é constituído. Todavia, em caráter iniciativo, sinalizo que minhas principais interlocuções foram fomentadas com pessoas que experienciam as ruas¹⁰ de Feira de Santana de maneira intensa, e digo intensa em seu sentido multifatorial. Pessoas que dormem, comem, amam em um contexto urbano específico. São homens negros, em maioria, mulheres negras, em maioria, entre outros gêneros que produzem sociabilidades específicas e compõem, em um horizonte mais amplo, o sentido de cidade que carregamos.

Essas pessoas que me relaciono carregam traços similares de violências, as mais diversas escassezes materiais, porém, não se resumem a esse quadro. Longe disso. Produzem a própria gramática, fomentam os próprios modelos de existência e confeccionam as próprias estratégias de sobrevivência. Esse conjunto de saberes, chamados neste trabalho de formas de racionalização, também nos interessou e serão dialogados à frente, nos próximos capítulos.

Ademais, vale a pena salientar determinados limites intrínsecos ao próprio fazer investigativo. O primeiro deles diz respeito à ordem prática de tais convivências. Ou seja, significa dizer que o material utilizado em nossa pesquisa se limita aos meus momentos de convivência que, por sua vez, foi restrito ao meu grau de inserção no campo estudado. Digo isso com intuito de escapar de determinados essencialismo. Nenhuma realidade é passível de ser exaurida. Em segundo lugar, saliento que o tratamento analítico utilizado com os dados produzidos em campo não parte de uma inocência humanística, como nos disse Bourdieu (2020), acreditando que basta olhar no olho do seu interlocutor para extrair a verdade. A nossa intencionalidade pressupõe produzir conhecimento resultante dos encontros, como nos apontou Deleuze (2011), esse posicionamento que considera um conjunto de afetos e uma economia do contato, permitiu-nos driblar uma neutralidade clássica.

Por fim, ainda vale salientar que tais produções se limitam a um contexto específico, assim como a experiências específicas de pesquisa. Isso não significa afirmar que não há

¹⁰ O sentido aqui atribuído carrega em seu bojo uma economia institucional, uma rede de atores, variados contextos físicos (praças, viadutos, becos), em última instância, uma trama interdependente que confecciona modelos de vivências específicos.

possibilidades de compreensões macrosociais, não se trata disso. Trata-se, mais uma vez, de apontar o limite da investigação e mostrar que a potencialidade, tal como os arranjos metodológicos, direcionados para uma escala menor de investigação, abordando histórias, relações, narrativas, memórias entre outros instrumentos passíveis de colaboração com nossa análise.

1.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Desta maneira, sustentamos basicamente três posições cruciais que categorizam (mas não esvaziam) os alicerces que sustentaram a trajetória desta investigação. O primeiro está na ordem de um papel vinculado ao pesquisador-colaborador aos moldes que De Lucca (2007) sinalizou. Um local de ambivalência, marcado por um entrelugar, de trânsito específico, todavia, rico no sentido antropológico, nas possibilidades de estranhamento e produção de conhecimento que tal posição pode proporcionar. A segunda posição se caracteriza pelo que denominei como agente-colaborador, acentuando uma estadia com os sujeitos de rua marcada pela minha posição governamental, por uma prática marcada pelo uso dos aparatos do Estado e por preocupações e direções que, em alguma medida, são inerentes ao que é requisitado por pessoas que ocupam esse local. Por fim, a posição que ocupo hoje, ativista-colaborador, em que os pesos institucionais (exceto os acadêmicos) têm baixa intensidade em minha atuação, configura uma convivência adjetivada pela narrativa da luta por direitos e pelos embates políticos.

Essa último modelo de atuação salientado merece nossa atenção por ter possibilitado vivências com baixa intensidade burocrática e alto teor de intimidade. Enquanto agente mais distante de determinados laços institucionais, pude partilhar de momento de sociabilidade mais conectados a práticas sociais menos legitimadas hegemonicamente. Foi nesse contexto que participei de cenas de uso de drogas¹¹, fometei diálogos mais voltados a questões pessoais, bebi cerveja com meus interlocutores, construindo momentos outros, não necessariamente vinculado ao ato de pesquisar. Tais períodos foram importantes na construção de uma relação com os sujeitos da pesquisa.

Vale salientar que tais papéis esboçados na categorização de minha experiência com as pessoas que vivem nas ruas são marcados pelo atravessamento cronológico e prático de atuação.

¹¹ Aqui, vale salientar que tais cenários estão conectados a uma cultura do uso de drogas, permeada por um conjunto de saberes e práticas, ao mesmo tempo que são interligadas com formas de controle sociais formais e informais (BECKER, 1976).

Dito de outra forma, as fronteiras suscitadas pela tipificação assinalada são fictícias e carregam o desejo de acentuar atuações que para mim são relevantes ao leitor e que, de alguma maneira, impactaram na construção deste trabalho. Outros aspectos também se tornaram relevantes. Sigamos.

Com a nossa entrada em um programa de pós-graduação, os processos metodológicos constitutivos da pesquisa foram sendo construídos com o desenrolar do contato acadêmico. Essa posição direcionada para construção de uma dissertação impactou em uma estadia no campo mais planejada. Por via das disciplinas ofertadas, elaborei instrumentos de observação e sistematizei todo material coletado nos anos de convivência com a rua. Em contrapartida, muito antes da construção das linhas que se seguem, construí sistematicamente uma série de conteúdos que se direcionam às mais variadas experiências que tive acesso com o universo pesquisado. São relatos de experiências, observações de campo, dados empíricos que subsidiaram a hipótese que construí e que, em consequência, colaboram com a teia de argumentos construídos pelo fio das experiências que se iniciou em 2016.

Por ter me inserido nesse campo enquanto cientista social, em toda minha trajetória atuando com a população de rua, produzi anotações, reflexões, que se somaram aos instrumentos de análise estritamente projetados para o período dissertativo.

Nessa jornada, uma série de instrumentos metodológicos instrumentalizaram a construção da análise que sucede. Antes de acentuar esses pontos, gostaria de salientar outros aspectos quanto a minha posição no campo investigativo. A primeira delas reflete diretamente os conflitos associados à experiência com os sujeitos estudados. Essa reflexão nos joga a um questionamento do nosso papel, parafraseando Carvalho (2015), e um longo debate dentro das ciências sociais: estamos produzindo conhecimento para quem? Ou mesmo, para quê? Essa espécie de reflexividade me acompanhou durante todo trajeto, requerendo de mim, muitas vezes, um rearranjo de minhas posições enquanto agente que permeava aquele universo.

Essa perspectiva me levou diretamente a um posicionamento analítico que coloca no eixo da interpretação um posicionamento moral e, no que tange ao meu esforço dentro desse campo, comunga na construção de uma pesquisa que não “fale por”, ou no “lugar de”, muito pelo contrário, significa “falar com”, no sentido de Viveiros de Castro (2018).

“Falar com” é um posicionamento vinculado a uma perspectiva política. Minhas experiências com os agentes de rua evidenciaram intenso debate a respeito das produções analíticas veementemente interligadas a um sentido de objetificação dos atores estudados. Evidenciei um verdadeiro desgosto e, muitas vezes, situações de indignação quanto à posição

de determinadas investigações. Nas narrativas dos viventes de rua, os “pesquisadores de pasta” somente serviam para usá-los e “falar bonito na universidade”.

No movimento social, tal prerrogativa também ganhará notoriedade, tais interlocutores políticos por diversas vezes acentuavam o interesse de romper com uma lógica puramente da coleta de dados e sempre verbalizavam o interesse em serem considerados sujeitos da pesquisa, e não meros objetos.

Esse clima conflitivo, impulsionou-me para duas direções. A primeira diz respeito a me esquivar do perfil do “pesquisado de pasta”, a outra, vai a favor de uma produção relacional que não se resumisse somente à produção científica. E estritamente nesse quesito, a militância, a construção de amizades, a partilha de outros momentos foram fundamentais para ser considerado um “pesquisador de verdade”.

Esse posicionamento marcado por aberturas emotivas e construções afetivas adjetivou com significância o meu fazer pesquisador, legitimando conversações e me posicionando com mais qualidade perante os interlocutores da pesquisa. Foi esse espaço criado, fomentado pela convivência, que me permitiu discutir por, diversas vezes, o que estava fazendo, colaborando para tirar minhas dúvidas e me fazendo ter acessos a conceitos nativos que foram intercalados com o meu fazer científico.

As tardes sentadas, as rodas de conversas partilhadas, os acompanhamentos nas mais diversas instituições, as partidas de futebol, o trago no cigarro partilhado e os momentos de formação política me fizeram construir uma imagem relativamente distante do “pesquisador de pasta, aquele que só quer a assinatura e cair fora”.

Mesmo esse local relativamente distante não impediu uma série de transtornos oriundos da minha presença. O embaçamento com agentes da lei, agentes municipais, governamentais ainda faziam parte dos percalços de minha estadia na rua, mesmo estando distante a certo tempo desses locais profissionais. Outro impacto no que diz respeito ao imaginário do “pesquisador de pasta” vai de encontro ao uso de utensílios para produção de dados nos trabalhos de campo.

A utilização de cadernos, folhas, caneta, gravadores são estritamente policiados, em algum sentido, considerado antiético. A indelicadeza do porte de tais instrumentos se vincula a uma gama de questões que perpassam desde o posicionamento político, quanto a determinadas produções científicas, até uma espécie de privacidade, formas de barganha, entre outras situações. Com isso, as anotações eram feitas após os trabalhos de campo, revisitando a memória e tecendo escritos com o frescor do momento vivido.

Algumas entrevistas foram realizadas conforme a formalidade acadêmica. Pessoas que estavam em processos de saída das ruas, ou que a minha intimidade permitia um pedido para

uma conversa mais “controlada”. Mas, em geral, os fios que tecem esses escritos são fortemente marcados por experiências regulares com os interlocutores desta pesquisa. É nesse sentido que construímos uma perspectiva de “falar com”, um caminho que requer a postura do contato e que, em alguma medida, não tem mais volta.

Dito isso, as histórias que transcrevo, as memórias que suscito e as experiências que compartilho são, de alguma maneira, a forma factual da presença do meu interlocutor, transfigurada por meio de um exercício hermenêutico, atividade inerente ao pesquisador, como também apontou Viveiros de Castro (2018).

Esse horizonte que faço questão de salientar se apresenta como um elemento antropológico rico, o qual nos direciona a bailar entre a necessidade de se comunicar com os diversos atores que compõem uma pesquisa, atores que não partilham de uma mesma gramática ou cosmovisão do mundo. Neste sentido, a interpretação que se segue diz respeito diretamente a esse local de intersecção.

Por conta disso, no intuito de produzir o que propôs, busquei construir um trabalho qualitativo, lançando mão das redes de experiências que foram experimentadas com o decorrer de minha aproximação com os sujeitos da pesquisa. A observação participante foi uma das minhas principais aliadas, assim como a construção de cadernos de campo. A elaboração de entrevistas também se fez necessária, principalmente para auxiliar nas discussões deste trabalho. O aporte teórico e a bibliografia foram pilares de sustentação de nossas argumentações. Desta forma, os fios que teceram esta investigação, tal como indicado por De Lucca (2007), foram constituídos pela experiência. Isso significa dizer, dentre muitas coisas, que afetos e memórias se entrelaçam em um misto de linguagem que tem como objetivo trazer ao leitor a interpretação de sensações e elementos de uma realidade social específica.

Por esse caminho, saliento mais uma vez Malheiro (2020, p. 98): “não existe possibilidade de adentrar nesse campo, no meu ponto de vista, sem construir uma relação de confiança”. Foi por meio dessa construção, tecidas anos após anos, partilhando momentos, visitando velórios, presídios, hospitais, comunidade terapêuticas, estando nas ruas, que foi possível capitalizar um contato passível de construir as linhas que aqui se apresentam.

Por fim, saliento que por motivos éticos, os nomes dos interlocutores foram modificados, salve aquele que por autorização permitiram a utilização real. Os campos de investigação, tal como os modelos de agência de minha parte são detalhados ao decorrer desta dissertação, salientando-as por meio de minhas convivências os debates que tenho interesse de travar.

1.3 HIPÓTESE E PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

O Cuidando da Maloca¹² tem sido um excelente mediador, no que diz respeito à manutenção do contato com as pessoas que experienciam as ruas em Feira de Santana. As experiências oriundas das práticas fomentadas no projeto têm fortalecido os níveis de convivência, contribuindo para maior conhecimento das pessoas que ocupam esse lugar social na cidade. Percebo que os cuidados em saúde são requisitados constantemente por essa fração social, e dentro de um mercado de predileção frente a outras iniciativas que carregam um valor mais significativo. A possibilidade de amenizar a dor presente e a temporalidade geralmente a curto prazo dos procedimentos realizados, creio eu, constituem fatores que colaboram com esse imaginário. Uma ferida purulenta, uma dor de dente, as retiradas de pontos obedecem a outros padrões de urgência. A retirada de um documento, a ida à defensoria pública, a conscientização de determinados direitos são meios que são caracterizados por outra temporalidade e requer outras subjetividades. Não acredito que se trata de hierarquização, muito pelo contrário, tais diferenciações têm me provocado a pensar o *chronos* de rua. Vejo nesse caminho possibilidades de compreender determinadas facetas desse comportamento urbano.

Hoje, passei a tarde sentado no Fundo do Tênis, fiquei a observar a dinâmica do local, o vai e vem dos corpos, atividades, diálogos. Alguns se sentavam ao meu lado, conversavam, saíam, voltavam, saíam, bebiam, trabalhavam. Romilson e Carlinhos, ao contrário, permaneceram ao meu lado a maior parte do tempo. Embalados etilicamente, conversamos sobre questões religiosas. Carlinhos tecia observações sobre salvação, céu, inferno, sobre a morte. Apelidei Carlinhos de “Profeta Carlinhos”. Ele ria e continuava a fazer comentários bíblicos e me dar conselhos cristãos. Foi um momento muito agradável e de conversas proveitosas.

Durante a prosa, recordei a presença de Carlinhos em uma outra praça da cidade, Praça do Gastão, como geralmente é chamada. Estudei meu ensino médio no colégio em frente a essa praça e, durante esse contato, recordei que já tinha conversado com ele em outras oportunidades. “Mundo pequeno, meu filho”, ele me respondeu. O clima amistoso da conversa me deixou à vontade para perguntar a Carlinhos há quanto tempo ele estava morando na rua. Fez certo silêncio. Como resposta, me perguntou se eu conhecia o Salmo 91, insisti na pergunta anterior. Com os olhos fechados, consequências severas de uma doença que retirara quase toda sua visão, arrumando os cabelos que na testa se bagunçavam, me respondeu: “mais de 15 anos, meu filho”. Encerramos as atividades no final da tarde. Nesse dia em especial, contávamos com a colaboração de Andreval, integrante do MNPR e vivente de rua, que nos acompanhava nas atividades no Fundo do Tênis. Tomando o caminho de volta, comentei com Andreval sobre Carlinhos, a fim de confirmar a quantidade de tempo que morava na rua. Andreval me informou que, se não fosse isso, estava perto: conhecia Carlinhos há mais ou menos esse tempo e sempre conviveu com ele nas ruas de Feira de Santana. No desenrolar da conversa em tom reflexivo, afirmei: “15 anos em situação de rua”. Prontamente Andreval me respondeu: “que situação é essa que não passa nunca, parceiro?”, soltando seu singular riso e todo um gestual de gozação (Caderno de Campo, 12/03/2019).

A problematização do uso da categoria “situação de rua” configura um dos eixos principais de nossa pesquisa. As inconformidades usuais, como a salientada em meu caderno de campo, e o descolamento que tal forma de tipologia apareceu nos dados empíricos chamam

¹² Projeto Social teve início no ano de 2017, tem como objetivo promover saúde e cidadania dos viventes de rua em Feira de Santana. Essa iniciativa percorre os circuitos utilizados pela população de rua, oferecendo cuidados de enfermagem, informações socioassistenciais, convivência, escuta e redução de danos. Conta com apoio do Movimento Nacional da População de Rua – Núcleo Feira de Santana, assim como uma equipe multidisciplinar voluntária. Para maiores detalhes, consultar Barros; Barros (2020).

a atenção para um modelo de compreensão dessa realidade que, no mínimo, começa a mostrar seus limites. O alargamento do seu uso como forma de identificar e classificar experiências urbanas específicas foi intensificada no decorrer da primeira década do XXI. Os reordenamentos políticos, as tensões provocadas pelo aparecimento dos movimentos sociais e as tentativas de categorizar tais pessoas por via de uma ótica jurídica foram alguns dos vieses que incentivaram o aparecimento de uma noção para dar conta das transformações sociais impactadas por uma série de forças em contato concomitantemente.

Em paralelo a tal construção, observamos a constituição de um sujeito de rua relativamente novo, com relações interdependentes às formulações conceituais. Tal formulação imbricasse com uma rede de acontecimentos em diversos campos sociais que tencionam a formulação e, em nosso sentido, as fabricações de noções de forma peculiar. Por esse caminho, noções são construídas (em concorrência) com artefatos políticos, narrativas jurídicas e concepções cidadãs. Esse processo desagua na formulação de uma utilização social hegemônica, ao menos nos meios burocráticos-estatais, de uma noção que por um lado carrega avanços no que diz respeito a uma realocação de determinados sujeitos para dentro do jogo político de acesso a bens material e serviços, mas que, por outro lado, esconde um relativo distanciamento empírico de suas formulações. Esse é o pano de fundo que compõem nosso interesse investigativo.

Para pensarmos o contingente populacional que utiliza os espaços urbanos – ruas, avenidas, viadutos, marquises – como espécie de moradia (fixa ou temporária), e seus modelos de categorização, foi necessário considerar um conjunto de questões. A proposta que se sucede tem como premissa um olhar atento aos processos de categorização que culminaram no uso hegemônico¹³ da categoria “situação de rua”.

Para Nogueira (2008), dois momentos são fundamentais na compreensão da transição – moral – a respeito das manifestações do “estar na rua”, são eles: o período medieval europeu e o período relativo às transformações das atividades produtivas. Segundo Melo (2011), outros momentos da história ocidental, também, colaboraram na caracterização das vivências nas ruas, como na antiguidade greco-romana. O fator de convergência entre os períodos históricos está no pano de fundo dessas experiências. A cidade e o espírito urbano são os horizontes que compõem tais vivências.

As concepções que reforçam a categoria de “mendigo” estão fortemente ligadas à idade medieval. As vivências daquele período atrelavam as experiências de rua aos ditames religiosos.

¹³ A escolha do termo hegemônico tem como finalidade apontar que tal categorização não é utilizada de forma unânime. Outras formas de tipologia vêm ganhando espaço e utilizações, como em Rodrigues (2020).

Vale a pena salientar, de maneira mais geral, que os entendimentos a respeito dos viventes na rua obedeciam a uma lógica própria do tempo, uma racionalidade entrelaçada pela cultura cristã. Em outras palavras, a desigualdade, as experiências na rua e as inteligibilidades desta estavam fortemente atreladas à relação do indivíduo com Deus. Trazendo para o contexto brasileiro, Fraga Filho (1996, p.135) verificou relações próximas entre mendicâncias e práticas religiosas, reafirmando cosmovisão mediada pela narrativa cristã. Essa ótica mudaria, de acordo com esse autor, com as transformações socioeconômicas, a maior participação do Estado no controle dos corpos e da cidade, no processo que ele denominou “da piedade à intolerância”.

O avanço das novas políticas econômicas, e com transformações radicais da sociedade, a evolução do colonialismo, a escravidão, a transformação nos meios de produção, o crescimento urbano, as mudanças ideológicas, a ascensão da ciência deslocam e condicionam as interpretações do viver na rua para menor intensidade da perspectiva religiosa. Vale a pena salientar que esse período histórico, principalmente, pós-revolução industrial, preconiza categorias como trabalho e propriedade privada, de acordo com as ideologias liberais em expansão - ressaltando que tal período - como nos aponta Max Weber (2004), foi marcado pelo desencanto do mundo, fissurando, em alguma medida, as interpretações oriundas do campo religioso. Desta forma, o mendigo, como antes era intitulado, necessita ser reconfigurado para um mundo completamente novo - um mundo marcado pela normatização - uma biopolítica, como afirma Foucault (2002), tal como pela proletarização, como consta em Marx (2004).

Trazendo mais uma vez para o contexto brasileiro, Kowarick (2019) demonstrou que transformações específicas na ordem trabalhista no Brasil, principalmente pós-abolição, produziram modificações em um contingente populacional rejeitado pelas novas ordens de funcionamento do mundo do trabalho. A produção de narrativas racializadas, o projeto de embranquecimento do Brasil, salientado pelo autor na vasta aceitação de mão de obra estrangeira, colaborou significativamente para construção de um perfil social estigmatizado-racializados. Empurrados para fora do novo sistema produtivo, restaram aos negros e às negras modelos de vida onde as ruas transformaram-se em meios de sobrevivência.

É desse bojo que a categoria vadio/vagabundo vem trazer a carga moral para homens e mulheres que não se encaixam na nova ordem social. Em uma sociedade marcada pela produtividade, o mendigo, ou vivente das ruas, também será caracterizado como improdutivo. O quadro da improdutividade começa a ser abalado a partir do avanço do capitalismo e da incapacidade deste de diminuir as contradições. Muito pelo contrário, o avanço do senso crítico e de outras possibilidades de gerenciamento do social (anarquismo, socialismo, comunismo) evidenciaram que o capital acentuava ainda mais as desigualdades sociais. Mais do que isso, as

promessas ontológicas (não cumpridas) do capitalismo, com o decorrer dos anos, criaram subsídios concretos para contestação do *status quo*, principalmente em países que passaram pelo processo de capitalismo tardio, como no caso do Brasil. Dito de outra forma, o fracasso da modernidade, como falou Boaventura Souza Santos (2013), coloca em xeque a categorização marginalizada do vadio/vagabundo, trazendo para o eixo do debate a participação do Estado, no que diz respeito ao combate dessas desigualdades. Em nossa história recente, o conceito de “pessoas em situação de rua” emergiu dessa conjuntura.

Do ceio dessas contradições, a própria sociedade reinventa o conceito de mendigo, vadio, morador de rua, pessoa em situação de rua, cidadão e cidadã em situação de rua. Esses dois últimos conceitos são fortemente ligados à participação do Estado (políticas públicas), no que diz respeito à tentativa de cumprir os direitos democráticos previstos em Constituição.

O que isso quer dizer? Vivemos hoje sob o paradigma da efetivação dos direitos dessa população, da efetivação das garantias constitucionais, ou mesmo, da validação dos direitos humanos básicos. Por conta disso, a conceituação do fenômeno da experiência da rua se compõe na contemporaneidade basicamente por três pilares: 1 – Intervenção estatal; 2 – Arcabouço legal; 3 – Avanços oriundos dos movimentos populares. Em última instância, esse processo diz respeito à transformação de um contingente social dentro de uma lógica de população, como nos apontou Priori (2019, p. 12), “de mendigos a população”.

Mendigos, vadios, vagabundos, moradores de rua, população de rua, povo da rua, maloqueiros, pessoas em situação de rua, cidadão e cidadã em situação de rua. São muitas as nomenclaturas atribuídas às experiências urbanas do “viver na rua”. Esse léxico, em alguma medida, reflete o espírito de um tempo que evidencia as ideologias e práticas sociais que compõem as formas de explicações da vida na rua. Essa variação produz uma gramática coletiva que tem como função traduzir e, ao mesmo tempo, produzir formas específicas de interpretar tais experiências.

Essas variações, demarcações linguísticas de categorização do real, obedecem a configurações específicas, atreladas a modificações de cunho histórico, cultural, político e social. Essas mudanças interpretativas, evidenciadas pela variância conceitual, demonstram transformações passíveis de elucidação. E é, neste sentido, que percorremos o florescer do conceito “situação de rua”, a partir da primeira década do século XXI, demonstrando como a aparição e os usos sociais desta definição refletem configurações específicas de nosso tempo. Tais problematizações compõem o interesse investigativo do terceiro capítulo.

Tais transformações necessitaram ser analisadas a partir de dois pontos cruciais. Em primeiro lugar, dizem respeito ao surgimento histórico dessa categoria. Não se trata de uma

perseguição puramente etimológica da palavra. Conectamos com compreensões históricas, permissividades sociais para o cunho coletivo de determinadas noções como expressão hegemônica de um pensamento comum ao tempo. Essa concepção se atrela diretamente com um segundo ponto crucial, o que chamamos de usos sociais das noções. Por essa ótica, podemos compreender, a partir de figurações específicas, as maneiras, os modos, os estilos que orientam as formas de utilização dessas noções. Ou melhor, colabora no desvelamento de mutações no âmbito social, que tensionam os usos de determinadas interpretações ao decorrer do tempo. Partindo dessa premissa, foi necessário abordar um universo empírico (circuitos de rua em Feira de Santana), colocando em confronto e subsidiando reflexões pautadas em relações concretas, objetivo perseguido na primeira parte deste trabalho.

Isso não significa ter uma visão em cadeia, analisando acontecimentos históricos e atrelando-os a narrativas vigentes em cada tempo. Verificamos que as metamorfoses discursivas a respeito do fenômeno da rua requereram articulação que associou uma série de contingências sociais que coexistem no tempo e espaço. Isso sugere afirmar que a produção dessas narrativas se imbrica por duas lógicas que constituem um mesmo movimento. Ao mesmo tempo que se lê o mundo, o constrói. Por conta disso, desvelar os mecanismos de produção de tais mudanças representa assumir postura que interprete rastros e marcas persistentes ao tempo, efetuando análises que acompanhem ressignificações. Dito isto, nosso interesse se ocupou em compreender as transformações sociais que possibilitaram o alargamento da categoria “situação de rua”, para assim confrontá-la com os dados empíricos colhidos neste trabalho, apontando os limites e as incongruências existentes em um conceito que, para nós, apresenta-se descolado da realidade empírica analisada.

Dessa maneira, o leque de possibilidades nominais direcionado para o entendimento das relações oriundas das experiências de viver na rua sinalizou um caminho profícuo para o conhecimento de uma série de fatores que estão na órbita dessas vivências. Essas utilizações e variações discursivas escondem uma série de práticas que regem não somente as formas de ver e conduzir essas experiências, como também elaboram construções imaginárias desse fenômeno. Tais caminhos foram evidenciados ao observarmos as opções imagéticas, estéticas e categoriais utilizadas por diversos seguimentos da sociedade no decorrer da história.

Vale ressaltar que essas construções gozam de autonomia relativa, como nos aponta Bourdieu (2003). Ademais, acenam para as diversas interseções existentes entre esses setores da sociedade - isso significa concordar que nosso esforço não entende tais construções de forma isolada. Esse conjunto de instituições, setores, flancos sociais colaboram mutuamente para criações imagéticas e narrativas a respeito daqueles que vivenciam as ruas. Mais do que isso,

impactam diretamente não somente em uma perspectiva de leitura, mas, principalmente, nas formas específicas de consumirem e experienciarem a rua.

Essas conexões direcionaram nossa intenção de trabalho, possibilitando montagem interpretativa que nos ofereça um quadro relacional do surgimento desse conceito: “situação de rua”. De que forma esses setores dialogam para construção de sentidos hegemônicos? De que maneira produzem e quais os mecanismos que fomentam as formas de compreensão desses fenômenos?

A hipótese que sustenta nossa argumentação parte de alguns indicativos imprescindíveis. O período histórico de alargamento do uso e da produção da categoria “situação de rua” vincula-se a um período específico. Assim como, por uma série de acontecimentos que fertilizam sua formulação, todos na primeira década do século XXI.

Atualmente, as experiências cidadinas relacionadas às vivências na rua são, ao menos no âmbito institucional, majoritariamente chamadas de Pessoas em Situação de Rua (PSR). O Decreto 7.053/2009 explicita essa noção de forma burocratizada nos meios legais (BRASIL, 2009). Todavia, essa concepção não se restringe ao campo jurídico, influenciando uma gama de ações, intervenções e políticas públicas em torno das pessoas que, de alguma maneira, fazem das ruas a sua rede existencial.

Considerado marco na luta pelos direitos humanos, o Decreto 7.053 foi fruto direto de articulações que envolveram diferentes setores da sociedade. Movimentos sociais, acadêmicos, transformações de cunho ideológico e cultural foram forjando, historicamente, uma “nova” categoria para pensar as existências na rua. Fortemente influenciada pelo caráter político-democrático do nosso tempo, aquilo que outrora era chamado de vadio, morador de rua, mendigo, maloqueiro, transformou-se em um modelo compreensivo específico.

Essa transmutação nos chamou a atenção, principalmente por sinalizar um léxico atual, uma gramática política convencionalmente utilizada pelos agentes e pelas instituições que dialogam com o fenômeno “rua”. Por si só, a compreensão que nos direciona para o entendimento hegemônico desse conceito e seus processos de consolidação nos garante uma via investigativa fértil.

Todavia, uma segunda problemática provoca ainda mais o uso generalizado dessa nomenclatura: a perspectiva empírica. Existe, de fato, a representatividade que conecta o modelo formal de nomeação do fenômeno com as pessoas que, realmente, vivenciam tais experiências?

Esse questionamento ascendeu nossa segunda hipótese, o descolamento, distanciamento, e as incongruências dessa categoria quando colocada em contato com nossos

dados empíricos. Seguindo por esse caminho, verificamos que tal forma de classificar se cristaliza em modelos de políticas públicas, ascetes profissionais, construções de programas e projetos, opiniões públicas e imaginários. Por esse caminho, evidenciado pelos dados analisados, corroboramos o entendimento de que a leitura hegemonicamente utilizada para produzir uma leitura situacional dos viventes de rua não corresponde, nem mesmo se aproxima, às experiências dessas pessoas.

A produção científica, principalmente antropológica, tem mostrado que o leque de classificação utilizado pelas pessoas que fazem das ruas uma espécie de moradia pode variar drasticamente. Mostra também que as prerrogativas direcionadas à perspectiva de “situação” podem variar de sujeito para sujeito (RUI *et al.*, 2016). Investigações de cunho qualitativo também têm demonstrado que a noção burocraticamente legitimada encontra diversos tipos de resistências, quando confrontada com determinadas realidades.

Compreendemos que a formulação legitimada no Decreto 7.053 vislumbrou o tensionamento com o Estado, adicionando a categoria “situação de rua”, na tentativa de criar, ou mesmo, notificar a necessidade de que tais vivências precisam não somente de amparo legal, como também de uma gama variada de cuidados.

O que faz sentido no momento não está na órbita de compreensão das estratégias utilizadas para as formas de abordagem do fenômeno “rua”. Outros dois pontos merecem atenção. O primeiro está direcionado à compreensão dos processos sócio-históricos que legitimaram a noção da Pessoa em Situação de Rua (PSR) no Brasil. O segundo se vincula a um entendimento de suas incongruências no campo empírico da rua, tendo em vista que tal abordagem, muitas vezes, não correspondem aos processos de significação que essas pessoas atribuem às próprias vivências.

Dito isto: como se deu o processo de categorização que culminou na legitimação da noção de Pessoa em Situação de Rua (PSR)? Quais as principais transformações sociais que colaboraram para variação e legitimação dessa classificação? Quais agentes ou instituições tiveram peso nas elaborações, construções e reformulações desse modelo interpretativo? Quais tipos de categorias coabitam o espaço do fenômeno da rua no contexto analisado?

Ao interrogarmos por essa perspectiva, deparamo-nos com uma gama de transformações que estão conectadas com a formulação de um “novo” sujeito de rua. As características que carregam esse novo imaginário se atrelam a posicionamentos onde tais pessoas devem aderir, ou serem inseridas dentro de uma lógica cidadã e tutela relativa do Estado. Para isso, essa construção necessitou criar aquilo que denominamos paradigma de saída das ruas. Ou seja, ao mesmo tempo que se criou uma forma de se lidar com o fenômeno rua, novas noções

necessitaram serem construídas, tendo como finalidade última abarcar as complexidades emanadas de tais vivências.

Certamente, para empreendemos tal tarefa, precisamos ter em mente algumas questões que são inerentes ao nosso fazer. Para isso, utilizamo-nos das reflexões tecidas por Bourdieu (2020). A primeira das questões que necessitam, em nossa prática de pesquisador, está levantada a todo momento é a consciência de que o pesquisador encontra no seu universo pesquisado as classificações postas e em uso. Em outras palavras, sempre encontramos o mundo social classificado pelos seus diversos agentes, antes mesmo de efetuarmos nossas pesquisas.

Essa afirmação aparentemente simplória, por muitas vezes, pode embaçar nossas construções, atribuindo, de forma inconsciente, ou mesmo, com pouca atenção certa naturalização categórica em relação com nossos sujeitos da pesquisa. Como elucida Bourdieu (2020 p. 16), “encontramos precisamente uma relação entre as classificações que o cientista produz, as condições sob as quais ele produz essa classificação e as classificações que os agentes sociais utilizam em sua prática”.

Desse bojo, inclusive, como iremos notar em todo corpo do trabalho, encontramos as diferenciações e as concorrências classificatórias que alimentam o nosso olhar e nos direcionam para construção de saberes que tenham como finalidade explicar tais construções. Com isso, assim como faz Bourdieu, faz-se necessário: o que significa classificar? E, nesse sentido, assim como salientado pelo sociólogo, classificar inicialmente tem como premissa o entendimento que, no mundo social, classificar é também classificar sujeitos que classificam.

De acordo com essa premissa, e com intuito de perseguir o entendimento que permitiu a construção de determinadas noções para população de rua, optamos pela forma dialógica, confrontando as classificações de nossos sujeitos de pesquisas com nossas concepções classificatórias. A partir desse movimento, utilizamos não somente as premissas “nativas”, como também outras formulações para entendermos como essa concorrência ocorre e, em última instância, transmuta-se na confecção de outras noções.

Por conta dessa preocupação, fez necessário abordarmos as formas de racionalização dos sujeitos na rua, tendo como horizonte a formulação de visões de si, no mundo que, ao fundo, colabora diretamente nas formulações de racionalizações. Essa questão foi abordada no segundo capítulo deste trabalho e teve como base empírica percursos relacionais que mantive nesses anos de contato com os viventes de rua em Feira de Santana.

Esse caminho foi necessário como manobra para escapar de classificações essencializadoras, como historicamente tem ocorrido com as pessoas aqui em questão. Como comumente é realizado, tais procedimentos de classificação se embasam na elaboração de

características distintivas, elencando o poder de vinculação e selecionando como traços essenciais de determinado público. Como veremos adiante, desta maneira (com suas especificidades), forjamos a noção de “situação de rua”.

Todavia, enquanto prática científica, alimentamo-nos da motivação que concerne no interesse sociológico que se pauta no cuidado de colocar em xeque o problema do estatuto ontológico das classificações, forçando-nos a contribuir para explicação não apenas do surgimento de novas noções, como também dos modelos de usos sociais. Essa foi minha escolha, ao optar por esse caminho, criar a possibilidade de contribuir com uma forma de pensar as vivências de rua, muito mais do que trazer à tona explicações irrefutáveis.

1.4 ROTEIRO DA DISSERTAÇÃO E APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS

Neste momento, apresento aos leitores e às leitoras os caminhos adotados, com a finalidade de resolver as questões salientadas nesta pesquisa. As abordagens aqui adotadas, tal como o itinerário do nosso caminhar, foram afetadas por uma série de aproximações desenvolvidas ao decorrer da minha trajetória dentro do campo das ciências sociais, opções, muitas vezes, acionadas por certa proximidade intelectual, mas, principalmente, por compreender que nossos dados empíricos solicitaram um arranjo teórico que fosse mais condizente com as experiências tecidas por mim na construção desta dissertação. Dito de outra forma, com o interesse em não dicotomizar o teórico e o empírico, pelo contrário, encontrar ponto de legitimação entre ambos.

O primeiro aspecto a ser salientado se direciona no sentido de permitir ao leitor e à leitora uma espécie de ambientação com os sujeitos da pesquisa, tal como com os espaços sociais que eles ocupam. Ou seja, o primeiro e segundo capítulo deste trabalho objetivam apresentar o universo empírico, acentuando as principais características que cartografam o campo de análise, ao mesmo tempo que demonstra as particularidades das pessoas que vivenciam as ruas de Feira de Santana. Esse exercício, travado por uma aproximação etnográfica e leitura sociológica das relações de rua em nosso município, foi fundamental para fecundar as ideias e interpretações contidas neste trabalho. Em última instância, serviu de base para as reflexões traçadas.

Um segundo ponto que justifica a iniciação desta investigação, por via de uma compreensão dos movimentos e das nuances das experiências de rua em Feira de Santana, vincula-se ao ineditismo da análise para o contexto feirense, somando a essa produção o compromisso político e acadêmico de abrir campos de diálogos que podem ser fomentados por

outros pesquisadores e pesquisadoras, em futuro próximo. Parafraseando Segato (2006, p. 46), essa nuance se aproxima de uma concepção de “sociologia por demanda”. Como dito anteriormente, as produções científicas a respeito do público aqui analisado orbitam metodologias e interesses de pesquisa que compõem outras propostas de análise. Os estudos produzidos em Feira de Santana, no qual as temáticas de experiências de rua aparecem, até o momento, limitam-se à análise de categorias sociodemográficas, muito incentivadas pelo poder público, com a finalidade de construir políticas, serviços e projetos voltados para essa população¹⁴.

A densidade que consta em nossa análise tem como objetivo a qualificação desse debate, apresentando, ao campo de estudos locais, interpretações e características que extrapolam as estratégias de análise até então produzidas. Neste sentido, os resultados apresentados, sem falsa modéstia, abrem o compêndio de análises qualitativas dentro do campo das ciências sociais e humanas, no que diz respeito à temática da população de rua na cidade de Feira de Santana – Bahia. Apesar de algumas produções relevantes já terem iniciado processos de análises dessas experiências urbanas, como Santos (2018), Barros (2019), Anjos (2016), Nascimento (2018), Nery (2018), suas preocupações se interligam ao interesse de compreender a eficácia das políticas públicas e dos respectivos equipamentos. Por outro lado, vale enfatizar, são análises contidas dentro dos saberes da saúde, preocupações voltadas para o uso de psicoativos, escuta qualificada, ou cuidado de gestante com experiências de rua. Dito isto, em sentido mais estrito, nosso trabalho se difere desses interesses, debruçamo-nos sobre a relação dessas pessoas com a cidade, seus circuitos de sobrevivência, as narrativas que racionalizam suas existências, as estratégias de alimentação, trabalho, pernoite, entre tantas outras demandas suscitadas pela vida cotidiana na rua. Entendemos que por esse caminho, se é capaz de compreender como a categoria (PSR) é usada hegemonicamente pelo poder público, instituições religiosas, científicas, filantrópicas ou políticas.

Esse desafio, em nosso caso, está sendo respondido por via dos fios das experiências deste interlocutor-pesquisador. Isso significa afirmar que a interpretação contida aqui é constituída pelas interseções deste estudo, do contato direto entre o pesquisador, os sujeitos da pesquisa, e toda carga afetiva-subjetiva que esse encontro proporciona. Desse contato, emerge o estranhamento necessário para se criar um espaço de interpretação dessa realidade, realizada pelo atravessamento das situações presenciadas, assim como pela lente e pelos instrumentos de análise que estruturam a nossa produção de conhecimento dentro do campo das ciências sociais.

¹⁴ Com o foco nesse tipo de proposta, temos como exemplo Feira de Santana (2015) e Carvalho *et al.* (2016).

Dessa maneira, reservamos a primeira parte de nossa análise à construção dos circuitos de rua na cidade de Feira de Santana. Apresentamos os principais trajetos urbanos utilizados pelas pessoas que utilizam as ruas da cidade como forma de sobrevivência. Isso significa demonstrar não somente localizações de cunho geográfico, como praças, ruas, avenidas e pontos nodais de relações sociais do nosso público estudado. Vai além, demonstramos o movimento utilizado por essas pessoas de acordo com as demandas suscitadas pelo cotidiano ordinário, e os movimentos efetuados com a finalidade de reproduzir a vida diariamente. Dentro desse bojo, instituições, equipamentos, serviços, coletivos e grupos são apresentados como atores que compõem essa rede de possibilidades, a qual impacta diretamente na oportunidade de escolha e, conseqüentemente, em circuitos específicos de reprodução da vida nas ruas. Dentro dessa proposta, formulamos certos regimes de mobilidade em Feira de Santana.

Por dentro dessa escolha, visualizamos formas de uso do espaço urbano, como também características que realçam os diversos perfis de existência dentro das experiências de se viver na rua. As principais dificuldades, modalidades de superação das necessidades mais básicas, campos de conflito, motivações que estruturam a aderência a determinado circuito de rua, filiações, formas de socializações, em suma, os contornos que regem as maneiras de experienciar as ruas.

Em contrapartida, por via de uma leitura que preza pela construção dos circuitos, observamos práticas de rua que, em níveis de intensidade, são mais impactadas por uma série de regras e regulamentos inerentes às próprias constituições desses circuitos. Regimes formais e informais de controle dos corpos. Com isso, podemos identificar as predileções de onde pernoitar, consumir determinadas drogas, alimentar-se, produzir entretenimento, dos modelos de proteção, dos meios de comunicação, da busca pelo trabalho, em suma, dos mais diversos aspectos da vida cotidiana.

Alguns fatores nos direcionaram para esse modelo de análise. O primeiro fator se atrela ao movimento constante na cidade. Por conta disso, procuramos uma via interpretativa que nos desse a possibilidade de captar esses trajetos, considerando que tal comportamento é inerente a essas vivências. A distribuição institucional no espaço urbano, em muito, é responsável por impactar nesse caráter, tendo em vista que muitas das demandas das pessoas que vivem nas ruas são sanadas de maneira institucional. O segundo fator que alimenta trânsitos específicos, está na ordem da busca por afazeres com retornos monetários. Além disso, dezenas de outras motivações, como busca por entretenimento específico, redes de lazer, uso de psicoativos, relações de conflitos, confrontos com a segurança pública, ou outro agente, são motivos ordinários que suprem formas de estar na cidade, pautadas em uma locomoção constante.

Por conta disso, apoiamo-nos em Lefebvre (2001), com intuito de utilizar aspectos do cotidiano enquanto produtos interpretativos de relações sociais específicas na cidade. A análise de Rosa (2020), em observações dos ritmos e circuitos de moradores de rua em Belo Horizonte, indica um caminho que revela, em nosso caso específico, conexões que nos permitem, em alguma medida, sociografar as rotas e motivações mais utilizadas pelas pessoas com vivência de rua em Feira de Santana. A visualização desse trânsito específico não somente demonstra modalidades singulares de existência, mas, principalmente, nódulos de convivência, onde se encontram cristalizadas práticas específicas direcionadas a locais específicos da cidade.

Com a finalidade de tornar inteligível tal movimento que é marcado, também, por momentos de repouso-paradas, utilizamos as contribuições de Frehse (2011). Seu debate sobre o espaço da rua e como, em nossa modernidade, fatores ligados a mobilidades impactam corpos, ritmos e maneiras de experienciar a urbe se faz de suma relevância neste estudo. Por fim, levamos em consideração aqui o que Safatle (2019) desenvolveu enquanto circuito dos afetos, com intuito de abarcar formas de subjetivação que não estão necessariamente conectadas à solução exclusivamente de cunho material. Ademais, considerar os afetos enquanto motivadores desses circuitos de rua significa colocar no jogo da análise desejos, medos, entre outras sentimentalidades que são combustível para reprodução dessas formas de existência nas ruas.

No segundo capítulo, selecionamos três casos específicos, a fim de abordar três âmbitos do debate sobre a rua: morte, vida e saída das ruas. Os três debates a serem tratados nesse capítulo têm como objetivo contribuir com três flancos problematizadores dentro da temática da população de rua, ao mesmo tempo que subsidia, a partir de pontos relevantes, a compreensão em volta das categorizações construídas a partir das problemáticas salientadas.

O primeiro diz respeito aos níveis de violência, seguridade e relação dos agentes das mais diversas ordens, enquanto formadores de um espaço de tensão caracterizado como território de uma necropolítica. Por esse ângulo, abordamos como as ruas são espaços racializados, em que a eminência da morte conduz as formas de racionalização das pessoas que nelas habitam. E, como consequência, alimenta formas específicas de produção de noções de si. Essa abordagem se tornou imprescindível para compreensão de uma gramática singular, um movimento alimentado pelo constante contato com a violência e a possibilidade de finitude. Para nos acompanhar nessa leitura, construímos um retrato sociológico baseado no debate proposto por Lahite (2004). Assim, trouxemos à cena uma experiência específica com um sujeito de rua. Sua história, tecida por dentro de minha convivência, guiou-nos em nossas análises. Além disso, lançamos mão ao debate fomentado por Mbembe (2014, 2018),

evidenciando como o necropoder compartimenta os espaços da rua, tornando pessoas em refugiados, ceifando vidas e impactado diretamente nas suas economias sentimentais.

O segundo ponto a ser analisado teve como interesse investigar a relação das pessoas que experienciam as ruas e os aparatos de governamentalidade (FOUCAULT, 2008). Esse viés reflexivo é amplamente debatido dentro do campo analítico voltado para população de rua. Qual o papel do Estado? Quais são formas e modelos de construir e aplicar políticas públicas? É possível solucionar o “problema” das vivências de rua em nossa sociedade? Com intuito de colaborar com esse debate, apresentamos a narrativa da experiência do nascimento de uma criança em praça pública, acompanhado, na ocasião, por mim e outros agentes políticos e governamentais. Esse episódio, “o nascimento”, em contraste com o primeiro ponto anunciado, “a morte”, poderá viabilizar a construção de um retrato experienciativo, no qual desvelará nuances específicas das vivências nas ruas, principalmente no que tange aos mecanismos de atuação do Estado enquanto agente responsável pela seguridade dessa família. Ademais, as circunstâncias que envolveram esse momento possibilitaram perpassar por debates conectados com as questões de gênero e as narrativas concorrenciais a respeito de uma mulher, a família, e o fato de ter dado à luz em uma praça.

Por fim, debruçar-nos-emos sobre o processo de saída das ruas - outra problemática fomentada em níveis acadêmicos e políticos. Para isso, buscamos aprofundar a história de uma liderança política local, que morou na rua por 16 anos, a saída desta do papelão para ocupar locais de destaque na vida política em defesa dos direitos humanos das pessoas de rua, o que possibilitou interpretar uma série de categorias, desafios, imaginários, que correspondem a um “desejo” muito anunciado entre as pessoas que vivenciam essa situação. O retrato de Renildo, mediado pela minha aproximação com esse sujeito, possibilitou compreender estratégias, mecanismo e uma série de motivações que transformaram drasticamente sua vida, permitindo, desta forma, extrair dessa experiência uma série de interpretações a respeito da vida nas ruas: as dificuldades, o uso de drogas, os afetos, anseios, medos, a volta ao lar, entre outras subjetividades. Como pano de fundo, abordaremos aqui o que denominamos de paradigma da saída das ruas, não somente enquanto elemento colaborativo para construção hegemônica das noções em vigência, como também enquanto mecanismo que operacionaliza as atuações frente às populações de rua.

Finalmente, no terceiro e último capítulo da dissertação, analisaremos a ascensão da categoria “situação de rua”. Partindo do entendimento construtivo do “novo” sujeito de rua e intrincando com a constituição da formulação “situação de rua”, observamos uma construção contextual que permitiu o surgimento e a consolidação de concepções hegemônicas.

Investigamos os principais atores, acontecimentos históricos em diversos setores da sociedade, com a finalidade de compreender as aberturas culturais e políticas que sedimentaram um modelo classificatório de compreender o fenômeno rua, ao mesmo tempo que colocamos em contato esse modelo de categorização com o universo empírico estudado. Dentro desse movimento analítico, percebemos não somente o uso seletivo dessa categoria por parte das pessoas que moram nas ruas, como também, em grande medida, observamos o desconhecimento total de tal noção. Esse indicativo nos demonstrou que o fomento dessa nomenclatura impacta diretamente na formulação de diversas iniciativas para o público estudado, ao mesmo tempo, que foi construído dentro de um contexto histórico e social específico, apontando para um relativo distanciamento dessa realidade.

Observamos que dentro do processo de construção da noção de “situação de rua”, dois objetivos, em grande medida, estruturam os contornos dessa forma de classificação. O primeiro aponta para uma perspectiva construcionista, evidenciando que a “situação de rua” é um processo ligado a transformações sociais, nas quais condicionam determinadas pessoas a esse local de vulnerabilidade. E o segundo, atrela-se a uma visibilidade política e legal, uma espécie de reforço e tensionamento que tem como objetivo construir aparatos jurídicos, assim como políticas públicas de forma geral.

Apesar das construções legais terem surgido, inclusive mecanismo de controle social serem construídos como tentativa de garantia dos direitos dessa população, assistimos, hoje, a radicalização dos processos de negação dos direitos e a intensificação das vulnerabilidades na rua, obrigando-nos a repensar as maneiras nas quais compreendemos essas formas de existência. Neste sentido, apontar as limitações dessa narrativa situacional, na qual deixou de fora uma gama de debates necessários, possibilita pensar novas formas de compreender homens e mulheres com experiências urbanas tão singulares.

2 CIRCUITOS DA POPULAÇÃO EM “SITUAÇÃO DE RUA” DE FEIRA DE SANTANA

2.1 FOME DE TUDO

“Daqui da fome dá pra vê muita coisa”, relatou Roberto em uma das inúmeras conversas que tivemos a oportunidade de tecer com ele. Encontrávamo-nos com certa frequência em variados locais da cidade onde geralmente as pessoas com vivências de rua buscavam a resolução de algum tipo de questão específica. Carregava uns óculos quebrados no bolso e, com certa regularidade, repetia a necessidade de angariar dinheiro para confecção de um novo artefato ótico. Mostrando uma receita médica, argumentava sobre o estado de saúde, reafirmando o desejo de acessar determinados equipamentos e benefícios, com a finalidade de solucionar suas demandas.

Roberto sempre portava uma pasta preta contendo uma série de documentos que sinalizavam seu percurso em diversos serviços voltados para população de rua no município de Feira de Santana. Eram encaminhamentos médicos e socioassistenciais, procedimentos direcionados para obtenção de algum benefício previsto legalmente para essa fração social. Roberto conhecia de perto a rede voltada para o atendimento das pessoas na rua, se fazia presente com certa constância nos serviços e estabelecia contatos regulares com equipes e projetos.

Certa feita, descreveu parte de sua atividade diária:

pela manhã eu vou cedo para o Centro Pop, pego o café da manhã, bato a resenha com o pessoal. Se for terça ou quinta, tenho que pegar o encaminhamento para casa de passagem, eu não estou dormindo na rua esses dias. Já que estou lá (Centro Pop), peço para falar com a assistente social, estou correndo atrás do meu aluguel social. Depois de lá, vou dar outros corres. Ontem mesmo, eu tive que ir ao escritório do pastor, ele ficou de conseguir o dinheiro para mandar fazer meus óculos. Perto do meio-dia, parto para Matriz, pegar o almoço. À tarde, vou resolver outras coisas e à noite, eu durmo lá no abrigo, sossegado (Diário de Campo, 12/02/2020).

A escolha da trajetória de Roberto, ou melhor, de parte da sua experiência cotidiana, tem como objetivo acentuar pontos basilares que subsidiarão as interpretações da primeira parte deste trabalho. Primeiro, diz respeito à opção efetuada em compreender a dinâmica da rua pelas construções de circuitos. Tal perspectiva, tecida pelos fios de nossas experiências, tem como objetivo apreender formas de uso do espaço urbano. Neste sentido, a sinalização de elementos da vida cotidiana se mostra salutar enquanto produto empírico passível de demonstrar com mais proximidade a realidade vivenciada por essas pessoas. Essa opção conflui com nosso interesse

de construir o nosso universo empírico, sinalizar o terreno no qual colheremos nossas análises. Essa construção, fazer inerente ao exercício do sociólogo, tem dois objetivos principais. O primeiro, mostrar nossa posição nesse espaço social, compreendendo que as leituras efetuadas carregam relação dialógica e necessariamente política. E o segundo, concerne no sentido de constituir os regimes de mobilidade, entendido por nós como ator crucial para nos aproximarmos dos modos de vida dessas pessoas.

No caso particular da sociologia, toda construção adequada do mundo social deve ser conquistada através de uma ruptura com as pré-construções, quer dizer, as preliminares classificatórias fabricadas pelos usos sociais ordinários. Em outras palavras, o *laisser-faire* epistemológico, que muitas vezes é obra de burocracias da pesquisa ou do positivismo hiperempirista, é quase sempre cientificamente infecundo e politicamente cúmplice da ordem estabelecida. Para fazer ciência social, não há outra saída a não ser esses golpes epistemológicos que consistem em impor escolhas construídas desde a origem. Só podemos encontrar algumas relações se construirmos a realidade de maneira a encontrá-las (BOURDIEU, 2020, p. 70).

Com isso, selecionamos aquilo que Frehse (2016, p. 124), por via da leitura de Lefebvre, sinalizou como “mecanismos reprodutivos do cotidiano”. Em nosso caso restrito, por se tratar de pessoas com experiências de viver nas ruas, em equipamentos públicos, praças, instituições, entre outros espaços, locais que compõem o cenário gerador de circuitos específicos dessa população, efetuar tais leituras, por meio dos regimes de mobilidades, foi salutar no que tange à construção de nossa pesquisa.

Nossa preocupação em demonstrar o trânsito praticado por pessoas com experiências de rua se deu pelo entendimento de oferecer uma forma de inteligibilidade que possibilitasse uma compreensão que considerasse a instabilidade desse modelo urbano de vivência, demonstrando, desta maneira, os circuitos de rua específicos da cidade de Feira de Santana. Isso não significa dizer que partimos de um suposto nomadismo, ou mesmo que estamos eliminando os possíveis bloqueios, impasses e negociações inerentes aos percursos utilizados. Estamos cientes de que a mobilidade urbana na modernidade ocidental foi estruturalmente pensada para acelerar e possibilitar um trânsito mais fluente, transformando as ruas em aparatos de locomoção cada vez mais eficazes. Esse espírito intrínseco nos novos modelos modernos de cidade intensificou a negação de comportamentos citadinos ditos “represados¹⁵”, como nos aponta Frehse (2016).

¹⁵ Em nosso caso, determinadas formas de uso do espaço urbano pelos viventes de rua são lidas como represadas. Sua “estadia” em praças públicas, ruas, ou outros espaços da cidade, mostra-se como um contraponto as construções imagéticas dos usos espaciais urbanos. Tais usos hegemonicamente disseminados estão conectados a uma temporalidade apressada e necessariamente ascética. Certamente, a presença desses corpos e os seus modelos de gestão do espaço urbano são considerados antinormativa e estão vinculados, também, a outros marcadores. E, nesse sentido, apontamos questões voltadas para condições de raça, sexualidade, classe, entre outras. Afirmamos isso baseado em Lefebvre (1969), onde o autor aponta que as condições e formas de uso da cidade estão vinculadas aos marcadores anteriormente citados.

O surgimento de uma urbanização que tem como premissa uma estrutura que não prevê padrões de corpos, cuja utilização do espaço urbano passe por um caráter de fixação, ao certo, impacta diretamente na construção do cotidiano das pessoas com vivências de rua. Não à toa, observamos, com certa constância, nos veículos de comunicação, ações voltadas para retirada dessas pessoas de locais específicos da cidade. Mauss (2003), ao discorrer sobre as técnicas do corpo, acentua a elaboração de uma série de posturas e gestos que sinalizam modos específicos dos sujeitos inventarem suas relações com as ruas, praças, ou seja, os espaços físicos. Por via desse sentido, observamos a construção de uma gramática corporal que a todo momento tenta responder à indesejável presença dessas pessoas na maioria dos espaços urbanos da cidade, fazendo com que, desta maneira, o fluxo constante seja uma opção de driblar as necessidades básicas que cercam suas vidas, como também uma gama de violências que permeiam suas existências. Por consequência, os experienciadores de rua são pressionados a construir modos de vida, buscando no trânsito constante a viabilidade de suas vivências. Por esse ângulo, compreendemos que a formação dos circuitos – modalidade específica de navegar pela cidade – constitui um mecanismo de sobrevivência (FRANGELLA, 2009). Esse é o primeiro ponto que alicerçou nossa escolha por uma interpretação via “circuitos de rua”.

O segundo ponto que apoiou nossa preferência por essa abordagem diz respeito a uma tentativa de compreender o que há de “represado” na formação dos circuitos de rua em Feira de Santana. Os dados empíricos, ao mesmo tempo que nos mostraram que o movimento na urbe é um caráter constante da população de rua, certos padrões de utilização e busca por determinada região da cidade obedecem a construções sociais que são atravessadas por fatores específicos. A gama de oferta de serviços institucionais, a possibilidade de trabalho, a rede de afetos, entretenimento, a violência policial, as necessidades fisiológicas, uso de psicoativos, o pernoite são algumas das motivações que impactam cotidianamente na economia das escolhas. Desta forma, não seria imprudente afirmar que o entendimento a respeito do circuito de rua e dos regimes de mobilidade esconde uma complexa rede de movimentos que tecem o dia a dia dessa população. Circuito-alimentação, circuito-institucional, circuito-filantrópico, circuito-substâncias psicoativas, circuito-trabalho, circuito-afeto, circuito-político, circuito-do-desvio, circuito-pernoite são alguns dos componentes que constituem o circuito de rua - uma rede de navegações marcada pelo constante movimento - tanto no que diz respeito à formação de novos circuitos, como na utilização dos existentes.

Lefebvre (1991) sinaliza que a cidade se inscreve a todo momento em muros, marquises, ruas, salientando uma construção de uma linguagem que está a todo momento passando por atualizações. Uma gramática construída por diversos elementos (físicos e simbólicos)

produzidos pelas pessoas em relação com a urbe. Esse livro-cidade que está sendo escrito a todo momento e baseia-se, principalmente, pela sua constante ressignificação.

Os atributos que competem ao que entendemos por elementos represados, atrela-se ao mecanismo da reprodução da vida cotidiana, por isso, a escolha do exemplo de Roberto nos é elucidativo, no quesito de possibilitar a visualização de aspectos que competem nossa intenção de análise: o movimento-trânsito e os nódulos-represa, criados na reprodutibilidade cotidiana das pessoas que vivem de e nas ruas do município feirense. No entanto, vale salientar que há em nós a consciência que esses elementos represados são constituídos pelo fator da mudança. Se olharmos um pouco mais de perto, observaremos que boa parte do dia que compete às pessoas na rua está repleto de afazeres que se conectam à utilização de serviços, equipamentos e espaços que, de alguma maneira, são acessíveis por meio do “mercado” de possibilidades que é formado por uma rede complexa de interdependências. As escolhas e os limites de atuação podem variar intensamente a partir de uma série de variáveis sociais e subjetivas. No caso de Roberto, o seu perfil se direciona a um conhecimento maior dos agentes que compõem essa rede de serviços. Sua expertise jurídica indica caminhos possíveis para angariar os benefícios que a ele estão disponíveis. Por conta disso, seu circuito de rua ganha características específicas, e uma mobilidade que está pautada em uma maior possibilidade de usufruir de serviços e bens voltados para esse público. Neste sentido, apesar de estarmos efetuando uma leitura do movimento, duas óticas podem ser atreladas à tal postura. A primeira diz respeito à variedade de possibilidades de circuitos que podem ser utilizados por essa população. E a segunda é relativa ao próprio movimento, sendo inerente ao trânsito a construção dos rastros que viabilizam a construção de nódulos que confluem a experiência de vidas e formatam determinadas localidades para fins específicos.

É por via dessa interpretação que, ao apresentar determinadas regiões da cidade de Feira de Santana, enquanto locais que são atribuídos majoritariamente para determinados fins, não estamos contrariando nossa intenção de compreender a logística dessas pessoas na cidade. Muito pelo contrário, observamos o que fica de represado nesse movimento e como esse caráter de fixação constitui e alimenta a circulação das pessoas em “situação de rua” pela cidade. Essa forma de pensar o trânsito e o cotidiano dessas pessoas nos parece mais eficaz, afinal de contas, o empenho da compreensão desse movimento nos possibilitar, intrinsecamente, construir aparatos metodológicos que acompanhem a dinâmica dessa população.

Assim como o navio necessita dos portos para prosseguir, de forma semelhante o próprio trânsito das pessoas em “situação de rua”, por via de suas relações, constrói portos

(relativamente estáveis) urbanos (ruas, praças, avenidas), com a finalidade de sanar uma variada gama de necessidades e desejos.

Quando apontamos, por exemplo, que a Kalilândia-Fundo do Tênis trata-se de um circuito voltado para o ganho monetário e as acesses do trabalho, não significa dizer que aquele local se encerra na sinalização desse caráter. O sentido atribuído a nossa interpretação se vincula a acentuar as atividades que pesam com mais contundência nas localidades. Isso significa evidenciar aquilo que nosso dado empírico nos mostrou, aderências a determinadas práticas, por via da construção de regras inerentes à própria forma de se viver nas ruas de Feira de Santana.

Esse modelo de leitura tem como objetivo não deixar passar a sensação de que as experiências de rua são pautadas em uma fluidez ininteligível, não deixando recair em uma interpretação vinculada a uma ausência de regras, pensamento disseminado em narrativas do senso comum. Por uma via adversa, parece-nos muito mais prudente analisar tais experiências de vida por aquilo que nos foi evidenciado pelos dados. Compreender o caráter do movimento e, ao mesmo tempo, evidenciar aquilo que permanece com mais fixidez. Partindo desse prisma, cabe salientar que a construção dos modelos de circuitos apresentados neste trabalho parte diretamente de uma interlocução nossa com os agentes envolvidos na pesquisa. Ou seja, pelo nosso conhecimento dos circuitos, pela nossa presença em tais localidades e pelas relações específicas que mantivemos nesses lugares. E, por fim, por termos tido a oportunidade, no decorrer dos anos de convívio, percorrer determinados circuitos com a mediação dos nossos interlocutores.

Isso significa afirmar que as formulações são atravessadas, também, pelo nosso corpo, por aquele que observa e interage. Dito de outra forma, a construção dos circuitos que apresentamos, necessariamente está carregada pelo olhar do pesquisador, um olhar atento, dialógico e relacional. Neste sentido, o fator construtivo dos dados empíricos ganha espaço dentro da elaboração da pesquisa, como salientado anteriormente. Sem cair em um hiper empirismo, ou em meras descrições, tomamos consciência do nosso papel no jogo constitutivo da pesquisa, esquivando de falar pelo outro, ao mesmo tempo de imprimir somente o olhar do analisador. Os saberes aqui fomentados se pautam no que a possibilidade dos encontros oferece as análises sociológicas. Digo isso baseado em Boudieu (2020), onde sinaliza a interação enquanto espaço da produção da verdade científica.

Essa sinalização vai a favor daquilo que Frehse (2016) observou em suas leituras a respeito da ritmanálise de Lefebvre. O corpo do pesquisador, enquanto uma forma de escuta, uma maneira de compreender movimentos e respectivos ritmos e transformar isso em um

conjunto organizado, possibilita o confronto de verdades objetivas, daquele que a produz em suas práticas entre aquele que capta a partir de sua interação (ou aparatos metodológicos). Foi desse confronto, vigilante quanto aos papéis que assumimos na pesquisa, que emergiu a possibilidade de tecer a linhas deste trabalho.

Desta maneira, iniciaremos nosso percurso apresentando aos leitores e leitoras os circuitos nos quais as experiências e contatos da pesquisa ocorreram. A necessidade dessa construção parte do interesse de expormos as especificidades inerentes ao campo pesquisado, evitando, dessa forma, generalizações desconexas e interpretações desvinculadas dos dados empíricos. A delimitação desses circuitos de convívio também tem como prerrogativa evidenciar as diferentes formas de socialização, contribuindo diretamente para o escopo interpretativo que acompanha este trabalho. Esse exercício cartográfico procurou situar um conjunto de práticas que colaboram diretamente para interpretação de um “estilo de vida” específico. Tal forma de viver é impactada pela construção-adesão a espaços de sociabilidade caracterizados por uma gama de necessidades e sentimentos.

Essa conjuntura operacionaliza modos de vida pautados em estratégias específicas de sobrevivência, elaborando mecanismos de manipulação, negociação, defesa, narrativas, representações específicas de si no cotidiano (GOFFMAN, 1980). Assim, os circuitos extrapolam o caráter físico, colaborando diretamente para formação de subjetividades, caracterizando-se como locais nos quais a existência é exercida (SANTOS, 1979). Novamente, temos aqui um dos motivos que nos direcionou para construção dessas mobilidades. Se dentre outros interesses carregamos o desejo de compreender formas de racionalização, com a finalidade de abarcar modelos de construção de noções, não poderíamos silenciar as relações que tais pessoas realizam com os espaços urbanos. Por via de nossa leitura, esse aspecto é imprescindível para alicerçar o conjunto de análises que aqui foram desenvolvidas.

Partimos do princípio de que a construção dos circuitos de rua em Feira de Santana, Bahia, são configurados por aspectos intrínsecos aos espaços percorridos por esse contingente populacional. Essas formas de existir colaboram para o fomento de um trânsito singular, oriundo das sociabilidades construídas nas ruas. Essa característica arquiteteta rotas específicas de locomoção, formando circuitos particulares. Tais circuitos são formatados a partir de uma dinâmica complexa que atende às mais variadas demandas dessas pessoas. No entanto, ao mesmo tempo que a formulação dos circuitos são elaborados via um mercado de demandas específico, não podemos deixar de salientar que sua formação é concomitantemente impactada por fatores institucionais e pelas redes de sociabilidades acessadas por cada pessoa que experiencia de forma particular as ruas (ROSA, 2020).

Outro fator a ser ponderado quando tratamos das experiências citadinas da população de rua é o que Lefebvre (2001) denominou de ritmo. Isso significa compreender o cotidiano dessas pessoas por via de uma temporalidade específica, em nosso caso, “o tempo da rua”. Esse aspecto nos possibilita enxergar circuitos que são formados pelo cotidiano das pessoas, considerando indicadores cronológicos, climáticos, institucionais e afetivos. Entendemos que a formação desses circuitos não é produzida aleatoriamente, pelo contrário, há, na sua construção, um jogo estratégico que, em última instância, estrutura os modelos de reprodução de vivenciar a cidade (ROBAINA, 2011).

No que tange à construção do que entendemos por circuito de rua, utilizaremos elementos descritivos para oferecer ao leitor traços estruturais do espaço, principais formas de socialização, período do dia mais utilizado, formas de uso. Ou seja, atribuímos a cada espaço percorrido uma série de categorias que, em nossa leitura, forma de maneira substancial esses locais de convivência. Durante nossa trajetória com a população de rua em Feira de Santana, pudemos elencar nódulos urbanos, nos quais a convivência dessa fração social ocorre com mais intensidade. São espaços historicamente utilizados de diversas maneiras, localizações que carregam em sua dinâmica possibilidades das mais diversas ordens. Tais características também são encontradas em pesquisas realizadas no mesmo município (CARVALHO *et al.*, 2016; FEIRA DE SANTANA, 2015), ratificando o dado empírico encontrado em nossa investigação. No entanto, não há nessas produções o interesse existente aqui: suas formulações se restringiram apenas à referência dos territórios, informando onde os dispositivos metodológicos foram aplicados.

Dito isso, nossa experiência de pesquisa apontou para cinco circuitos de rua em Feira de Santana. Marcados por especificidades próprias e dinâmicas singulares, são eles: 1) praça da Cidade Nova; 2) Kalilândia-Fundo do Tênis; 3) praça da Matriz; 4) Centro de Abastecimento; 5) Centro da Cidade – Praça de alimentação, avenida Getúlio Vargas, proximidades da rodoviária municipal, e avenida Presidente Dutra. Tais circuitos são caracterizados por modalidades de uso específico, tal como pela produção de sociabilidades distintas entre si. Ainda vale a pena salientar que, apesar das interpretações, em alguma medida, direcionarem-se para uma descrição-interpretação dos espaços-sociabilidades, temos como intuito demonstrar as interdependências entre os locais, visualizando, por meio das formações dos circuitos, as motivações para as pessoas transitarem entre as localidades analisadas.

Tais formulações serão problematizadas por histórias vivenciadas por nós, relações com pessoas nas quais por anos tivemos possibilidade de conviver. Por essa ótica, podemos compreender os usos dos circuitos, as principais motivações, as conexões, evidenciando noções

de temporalidade, formas de sociabilidade e modelos de negociação do espaço urbano. Problematicar tais elementos subsidiou o entendimento de uma configuração específica, demonstrando formas de contatos institucionais, estratégias de sobrevivência, redes de afetos, por fim, modos de experienciar a cidade.

Rosa (2020) aponta que as experiências de rua estão intercaladas com o vai e vem de situações contidas na própria dinâmica da vida dessas pessoas. Os trajetos optados cotidianamente por esse público dependem de uma gama de demandas pessoais, fazendo com que muitas modalidades de vivências ascendam nesse contexto. Isso significa afirmar que o material empírico selecionado para nossa interpretação parte primeiramente daquilo que consideramos mais potente para nossa análise. Dito de outra maneira, estamos cientes que outros modelos de agenciar a vida nas ruas coexistem e estão em constante transformação. Assim, as experiências vivenciadas por nós, aqui relatadas, ajudaram-nos a retratar nuances específicas da vida nas ruas. Tais retratos foram construídos com a finalidade de perpassar as mais variadas instâncias que compõem a formação dos circuitos de rua. São leituras de movimentos que nos possibilitam enxergar como as práticas cotidianas dessas pessoas constroem nódulos específicos de convivências e suas sociabilidades.

Logo, nossa jornada se inicia pela compreensão dos circuitos utilizados pela população em “situação de rua” de Feira de Santana - Bahia. A delimitação desse horizonte interpretativo tem como objetivo fertilizar o terreno para as demais compreensões propostas por nossa análise. Tal posicionamento, que se debruça sobre a leitura dos trânsitos pela ótica da apreensão dos movimentos e daquilo que nele fica represado, esse caminho se mostrou essencial para conhecer as sociabilidades de uma população que é caracterizada por uma logística singular na cidade.

2.2 NINANDO RATOS: PRAÇA DA CIDADE NOVA

Faltavam-lhe alguns dentes na boca, o mesmo não podemos dizer dos sorrisos. Sua voz sempre arrastada devaneava por diversos assuntos, coisas do seu cotidiano, reflexões de uma vida atravessada pelas experiências do viver nas ruas. Geralmente, embalado por momentos etílicos, aquele senhor que aparentava ter passado dos quarenta anos, conversava conosco sentado no banco da praça. Em um tom choroso e hilário, intercalava os assuntos entre as talagadas na cachaça. Recordamo-nos com muita nitidez das caretas emanadas após o líquido ardente adentrar a sua boca. Naquele momento, questionávamos aquela existência e, em algum sentido, não entendíamos as coragens que emanavam de um cenário que, para nós, estava carregado de porquês.

Chamava-se Alex, homem, negro¹⁶, magro e calvo, usava roupas largas que aparentavam não ser apropriadas para o seu tamanho. Perguntávamos-lhe coisas sobre o tempo de rua, se tinha algum tipo de doença, benefícios governamentais. Carregava conosco um script, um roteiro que necessitava ser preenchido. O diálogo permeado pelas perguntas, muitas vezes, desconcertantes, era interrompido por histórias pessoais, narrativas de sua vida, sempre inundadas pelo tom trágico e pela necessidade de passar uma visão de si.

Alex discorreu sobre sua chegada na rua e como sua vida atual era fruto direto de um desafeto com sua antiga esposa. Tempos mais tarde, compreenderíamos que tal mecanismo explicativo, em contextos de rua, estava a serviço de uma funcionalidade que tinha por finalidade atenuar os padrões morais nos quais as pessoas com vivências de rua estão inseridas, corroborando para construção de uma racionalidade específica.

Era algum dia entre os meses de abril e maio de 2016. O período corresponde ao início de aplicações dos questionários de uma pesquisa encomendada pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Feira de Santana – Bahia¹⁷. A execução ficou a cargo de uma organização não governamental chamada Associação Cristã Nacional – ACN. Naquele período, compunha o leque de pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho. Tal atividade profissional marcou nossos primeiros contatos com pessoas atravessadas por vivências cidadinas singulares.

A paisagem dessa memória: praça principal do bairro Cidade Nova, localizada no município feirense, um dos locais apontados na investigação como ambiente marcado por pessoas que carregavam em sua trajetória as experimentações oriundas de uma dinâmica de rua. O convívio com seus pares, o uso dos bens públicos-urbanos como espécie de moradia e toda uma economia da sobrevivência marcavam a ecologia humana daquele lugar.

Dividido entre o ofício da coleta dos dados e as curiosidades de um diálogo intrigante, permanecemos ali, sentado, ouvindo e falando com um “estranho” que acabara de conhecer.

¹⁶ Em nossas convivências com as pessoas de-na rua, nem sempre tivemos a oportunidade de debater sobre questões raciais, racismo, ou temáticas similares. Nesse sentido, quando utilizamos a categoria negro (enquanto marcador social), sem sinalizar a autodeclaração automaticamente, assumimos o risco da adjetivação do interlocutor. Apesar de que em Feira de Santana, 86% das pessoas que nas ruas sobrevivem se declaram negros ou pardos, sinalizamos tal questão enquanto forma de situar nossas afirmações (CARVALHO *et al.*, 2016). Esse sentido vai a favor da nossa preocupação em posicionar o meu corpo, enquanto pesquisador socialmente branco na trama da pesquisa. Essas entre outras questões serão abordadas no caminhar do trabalho.

¹⁷ O projeto *Somos Invisíveis? Conhecendo a população de usuários (as) de drogas em “situação de rua” de Feira de Santana* constitui um conjunto de ações integradas que visou à criação de uma equipe de pesquisa multiprofissional, que atuou para identificação de locais onde se concentram indivíduos usuários de álcool, crack e outras drogas e em “situação de rua” no município de Feira de Santana, na Bahia. Tendo como resultado a elaboração de um relatório final composto por uma análise do perfil social do público analisado (CARVALHO *et al.*, 2016).

Entre os vai e vens da prosa e das anotações, o volume de informações foi se intensificando, Alex, falante, pediu um minuto a mais de atenção. Olhamos ao redor e vimos nossos colegas em outras conversas, com pranchetas e caneta a punho, o ritual científico seguia seu curso sem muitos problemas. A equipe de pesquisadores fora muito bem treinada. Capacitações, diálogos, teste dos questionários, todo procedimento preliminar muito bem executado, para que os momentos de aplicação estivessem contidos dentro de um repertório de possibilidades. Contudo, há níveis de afetação e impactos na subjetividade que não podemos mensurar. Situações nas quais marcam por completo a caminhada e empurra o pesquisador para determinados flancos que, ele mesmo, jamais imaginaria. Algo nesse sentido aconteceu naquele dia. E, em alguma medida, a combustão daquele momento colaborou com os sentimentos necessários para uma trajetória de convivência, de atuações políticas, profissionais e analíticas junto às pessoas com os perfis semelhantes ao de Alex.

Retornando ao banco da praça e por riqueza de desdobramentos, vale a pena descrever o relato discorrido pelo interlocutor naquela manhã.

Relatara que o problema com a bebida há muito andava ao seu lado e que já o perseguia muito antes de utilizar as ruas como moradia. Reafirmou com veemência que, apesar da dependência alcoólica, cumpria suas obrigações enquanto provedor do lar. Trabalhava na construção civil e, de forma regular, atendia às necessidades básicas de sua família: “primeiro, eu fazia a feira; depois, eu tomava cachaça”. Nesse sentido restrito da segurança alimentar, ele estruturava sua narrativa e, de certo modo, procurava o equilíbrio de suas ações, partindo de uma premissa compensatória ao ato de prover alimentação para os componentes de sua família. Todavia, continuou sua história afirmando que com o passar do tempo, isso não foi suficiente, os conflitos com sua esposa se intensificavam, baseados na crítica do seu comportamento ético. Em pensamentos com tons mais reflexivos, confirmou suas ausências em outros quesitos, enquanto pai e marido, entendera, de alguma maneira, outras espécies de distância. O que de fato ocorreu, de acordo com o seu relato, foi o dismantelamento de determinados laços afetivos, obviamente, passíveis de uma complexidade maior do que a abordada nesse momento. No entanto, a lógica se retroalimentava: se por um lado a bebida intensificava os conflitos no seio familiar, desencadeando dezenas de outras perspectivas não relatadas; por outro, a diminuição desses laços de afetividade colaborava para intensificação do consumo do álcool.

Seguindo sua descrição, evidenciou o desfecho de sua história. Certo dia, saíra mais cedo do trabalho e resolveu dirigir-se à sua residência. Certamente, algo que não era muito de costume. Chegando à porta de sua casa, ouviu de longe gritos e gemidos. Prontamente pensou que algo de ruim estava ocorrendo do lado de dentro da casa. Esbaforido, esgueirou-se lar

adentro para saber o que estava ocorrendo. Quando chegou ao seu quarto, encontrou sua esposa em relação sexual com outro homem. Imbuído pelo som que interpretara, entendeu que o ato não era consensual entre ambas as partes, Alex decidiu entrar em luta corporal com o sujeito que ali estava. Tal engano lhe rendeu uma surra, comunicou-me que o rapaz que se fazia presente era mais corpulento, fator significativo para sua derrota no embate físico. Ademais, sua surpresa não findava com a traição e os hematomas conquistados pelo ato de bravura. Contou-me que, durante a tentativa de salvar sua mulher de um suposto “estrupe”, ela colaborou com as agressões sofridas, fazendo cair por terra todo o imaginário que o levava até ali. “Você sabe o que é chegar em casa, ver sua mulher transando com outro em plena luz do dia. Eu me lembro de cada som, do suor escorrendo nas costas do negão. Ainda apanhar dele e dela”.

Tal narrativa findou-se com mais um robusto gole na cachaça e os olhos cheios de lágrimas. Daquele dia em diante, segundo Alex, não voltou mais para casa, fora expulso, expulsou-se, a cidade tornou-se sua moradia por completo. Seus pares de rua seriam sua nova família. Não conseguiu manter mais a ascese do trabalho, e o consumo de álcool agora ganhara novas conotações. Noticiou que volta e meia via sua ex-esposa passar na mesma praça (Cidade Nova) que agora faz de moradia, com o mesmo homem que naquele dia o agredira. Anos após ter contato com esse relato, continuamos acompanhando Alex regularmente em outras atividades que desenvolvíamos com esse público. Durante muito tempo, procuramos medidas de confirmar aquela história que mexera de alguma maneira conosco. A todos que perguntava, a confirmação era a mesma. Ao próprio Alex, perguntamos algumas vezes, e os dados eram os mesmos (com poucas variações). Alguma coisa intrigava, e nossos porquês estavam conectados com a premissa de veracidade dos fatos ouvidos. Tempos depois, percebemos que não se tratava de ser verdade ou não. Tais narrativas tinham muito mais a dizer do que simplesmente o nível de veracidade da sequência dos fatos.

O circuito utilizado por Alex para passar seus dias, como dito anteriormente, compõe o leque de análises que nossa experiência apontou como sendo um dos mais utilizados para sociabilidades de rua. Trata-se de uma praça no Bairro Cidade Nova na cidade de Feira de Santana - Bahia. O bairro se localiza na zona norte do município, e é considerado uma das localidades mais populosas da cidade. Na década de 1960, tal localidade foi fruto de uma reorganização espacial, consequência direta das políticas modernizadoras em voga no período (CORRÊA, 2011). Pensada inicialmente sobre a prerrogativa de um novo planejamento urbano, a Cidade Nova hoje é caracterizada pelo forte comércio local e pela gama de serviços ofertados.

A praça em destaque se situa às margens da Avenida de Contorno via de acesso à rodovia BR-116 norte. Esse aspecto se torna relevante, no sentido de adjetivar a localidade pela

ótica das possibilidades de trânsito, principalmente, para outras cidades. Comumente, encontrávamos ali pessoas oriundas de outras regiões, como também era corriqueiro escutar que alguém que convivia na praça tinha “pegado a pista” para outro lugar. Essas possibilidades de trânsito não se restringiam à ida para outras cidades, como veremos adiante, a praça da Cidade Nova atende a demandas específicas dos circuitos criados pelas pessoas com experiências de rua em Feira de Santana.

Trata-se de um local amplo, pavimentado, com certa arborização. Em suas laterais, fileiras de banco sinalizam a possibilidade de pouso e a probabilidade de observar a dinâmica do local. Os canteiros, onde estão localizadas árvores de grande porte, geralmente são utilizados para pernoite, momentos de entretenimento, diálogos, entre outras atividades. Esse cronograma de utilização obedece a fatores dos mais diversos: climáticos, conflitos internos, diálogos com a segurança pública, com comerciantes da vizinhança. O que podemos afirmar com certa concretude está na ordem de uma espécie de rodízio de utilização do espaço público. Observamos que, nas experiências de rua, os espaços utilizados ganham sentido conforme a dinâmica do cotidiano. Às vezes, a simples mudança de dormida para um canteiro mais afastado significa a atenuação de um conflito, ou uma reorganização interna do grupo. Esse movimento foi visivelmente notado na praça em questão. Nas nossas diversas idas e convivência no local, observamos a constante reorganização do uso do espaço urbano.

Ainda no cenário que compõe a praça, podemos sinalizar um coreto frequentemente utilizado para atividades de lazer promovidas pelas mais variadas instituições, além disso, no espaço em questão, são realizadas ações governamentais direcionadas ao público de rua. A utilização do coreto requer negociações particulares, isso porque, ao fundo, existe um módulo policial. Esse fator aplica ao lugar um caráter de policiamento, caracterizando sua possível utilização pela ótica da “suspeição” (GUIMARÃES, 2005). Em outras palavras, a autoridade imprimida pela segurança pública implica formatos de utilização do coreto. A proibição do uso de determinado espaço, por via do imaginário policialesco, está estruturada na probabilidade imaginada das pessoas cometerem algum delito. Ou seja, a negação parte de um princípio codificado, no qual diz a instituição que determinados corpos são passíveis de determinadas práticas e, nesse sentido, faz-se necessária atuação preventiva.

No caso da polícia militar (módulo presente na praça da Cidade Nova), o constante estado de suspeição com as pessoas que habitam a praça ocorre por via de imaginários que são construídos a partir da racialização dos corpos, e são praticados por vias discursivas, sob as narrativas higiênicas e legalistas, nesse último caso, ligado principalmente ao uso de psicoativos. Dito de outra maneira, a aderência institucional da polícia militar aos que muitos

autores apontam como guerra as drogas. Vale ressaltar que o coreto da Cidade Nova é o único lugar da praça com cobertura. Outro fator significativo diz respeito à visibilidade. Por se localizar em uma região central da praça, as pessoas que fazem uso do local optam, muitas vezes, por setores mais reservados, evitando os estigmas e as possíveis sanções de outros agentes externos. Tal configuração vai depender muito dos modelos de relações instituídos com os pares de rua e os agentes internos e, principalmente, dos impactos institucionais estruturados no lugar (ROSA, 2020).

Por exemplo, na Praça da Matriz, outro circuito que será analisado, existe um coreto semelhante, no entanto, a possibilidade de dormida e o uso do espaço é mais permissível, principalmente, em momentos de chuva e frio. Diferente da Praça da Cidade Nova, o coreto da Matriz se localiza muito próximo de uma Igreja Católica, onde as ascetes da caridade e os modelos interpretativos para com esse público são permeados por outras condicionalidades. Acentuamos essa discrepância não no sentido de esvaziar possíveis adversidades, preconceitos, ou violências na Praça da Matriz, mas, estritamente, para sinalizar como o perfil institucional estabelecido no circuito impacta na rotina e nas modalidades de uso do espaço, elemento fundamental para compreendermos a constituição dos circuitos e as motivações que influenciam a mobilidade das pessoas com vivências de rua.

Em seguimento à exposição do circuito da Cidade Nova, vale salientar outros aspectos que constituem as sociabilidades nessa localidade. Um fator relevante se direciona para compreensão das atividades ocorridas nos entornos da praça. Sua atividade econômica acentuada permite a prática de atividades laborais, principalmente, prestando serviços de flanelagem, ou o que costumeiramente chamam de “bico”. Tais práticas obedecem a um mercado variado de necessidades, como serviços de limpeza, consertos de pequenas avarias, estivagem. Todavia, tais relações informais de trabalho estão a serviço, principalmente, de um capital relacional, fazendo com que as pessoas em condição de rua no local interajam de forma específica com os comerciantes, transeuntes e moradores convencionais daquela região.

Esse tipo de diálogo, mediado por uma oferta de trabalho abaixo dos preços convencionais, colabora para uma troca que não se finaliza estritamente por vias monetárias. Nessa relação, outros favores são ofertados, como a possibilidade de dormir nas marquises das lojas, doações de roupas e calçados, oferta de alimentação, e um certo tipo de “prestígio” aos moldes sinalizados por Goffman (1999). Esse aspecto nos interessa porque tais construções permeiam todos os circuitos que analisamos. Isso indica para nós uma faceta importante das estratégias de se viver nas ruas. Essa relação atravessada por interesses distintos estará a serviço das pessoas com experiências de rua, em diversos momentos do seu cotidiano. A construção

dessa “boa relação” pode, de alguma maneira, mediar conflitos com a segurança pública, entre outros agentes, amenizando, em determinados momentos, a possibilidade de sofrer diversos tipos de violência.

Obviamente, a formação desse “vínculo” vai depender muito do desenrolar das posições entre ambos os agentes que firmaram determinado acordo. Certamente, a construção desse mercado relacional vai depender do seu histórico, das finalizações dos serviços procurados e da qualidade. Vale ressaltar que tal construção, dentro de nossa perspectiva, assume nível relativo de proximidade, isso significa dizer que não há, em muitos casos, os esvaziamentos dos preconceitos e imaginários. Contudo, a sinalização desse processo é fundamental para compreensão da dinâmica dos circuitos, dos movimentos e das formas de uso do espaço. De certo, o ganho monetário é visto com intuito de satisfazer a gama de necessidade dos viventes da rua, em contrapartida, a possibilidade de “prestígio” se transforma em uma outra moeda. Ainda cabe acentuar que a estrutura que rege essa relação, inicialmente, parte de uma configuração precária por parte dos viventes da rua, em alguma medida, pode explicar a geração de determinados favores por parte dos comerciantes entre outros agentes.

Ainda, cabe-nos salientar que tal prerrogativa não está desconectada com formas de sociabilidades existentes em nosso escopo histórico-cultural. O impacto de uma tradição escravagista e a construção de um estado nacional atenuante quanto à garantia de direitos dos seus cidadãos, de certo, influenciam a formação de uma lógica de vínculos, em que espécies de “proteção” são oferecidas em conjurações dentro da ordem do trabalho. De forma similar, Damatta (1997) e Silva (1988) indicaram processos parecidos ao abordar dinâmicas similares em outros contextos sociais e históricos. Porém, destacamos que não são todos que aderem a tal mecanismo de relação, isso vai depender muito da disponibilidade e do interesse para o trabalho, nível de organização pessoal na rua, ou mesmo, a intensidade de uso de substâncias psicoativas. De maneira geral, essa relação está fortemente ligada à construção de um perfil de aptidão conectada à narrativa do trabalho e da produtividade. Pessoas com deficiências motoras, cognitivas, padrões de uso excessivo de álcool e outros psicoativos geralmente são pouco procuradas.

Isso significa concordar que há diversidade intergrupar intensa, colaborando diretamente para formação de papéis sociais específicos na rua. Os que sabem mendigar, os que não sabem, os que sabem flanelar e os que não sabem, os que sabem usar (psicoativos) e os que não sabem, e assim por diante. Cada posição na configuração dessa relação aponta para dois movimentos simultâneos. O primeiro indica para uma prerrogativa pessoal, visando à solução de demandas individuais, e o segundo, para uma colaboração grupal, tendo em vista que carrega

consigo os marcadores da vivência na rua. É, nesse sentido, que observamos que os viventes nas ruas que aderem à prerrogativa do trabalho com os demais interlocutores dos circuitos, assumem, intrinsicamente, o papel de mediação do seu grupo com o grupo com quem ele dialoga. Ele será acionado, muitas vezes, quando seus pares passarem dos “limites”. Será ele ou ela que manterá uma mediação, visando atenuar os conflitos existentes de uma forma de viver extremamente rechaçada pela maioria da sociedade. Vejamos algumas situações específicas presenciadas por nós enquanto trabalhávamos em um programa do Estado na realização de atividades no local. Tais relatos corroboram a variância de perfis e a heterogeneidade de papéis exercidos nas práticas de socialização nas ruas.

Pelé foi fundamental na mediação das atividades proposta pela equipe de trabalho. O clima agitado que encontramos hoje na praça me suscitou a possibilidade de estar ocorrendo algo que estava fora do meu entendimento. Tenho percebido que ele exerce uma espécie de liderança com o pessoal, um certo tipo de prestígio. Já percebi que não só entre seus pares, recordo-me que em alguns diálogos com comerciantes dos entornos da Cidade Nova seu nome aparecia com certa constância. Tais agentes sempre mencionavam sua pessoa quando se referia de forma coletiva ao grupo de moradores que ali exerciam sua sobrevivência (Diário de Campo 10/05/2017).

Hoje, Pelé me disse: “o comando aqui é meu, meu pivete. Tem que saber trocar ideia, entrar e sair. Às vezes, maloqueiro perde a mão, deixa tudo sujo, faz zoada demais. Isso só chama a atenção da vizinhança e dos homi. Um bocado de vez eu tiro esse pessoal do problema, toda vez eu digo, está vendo isso aqui (recipiente de cachaça) tem que saber beber. Tudo na vida tem limite” (Diário de Campo 25/05/2017).

Dialogo com Pelé: “Tá vendo aí, hoje tá todo mundo amuado. A mulher ontem foi presa. Eu sempre digo: quando tem festa aqui na praça sempre dá barril. Foi no que deu, meteu a facãozada na outra. Os homi não libera, tudo que eles querem achar é motivo. Tá todo mundo triste, eu também, a mulher representava aqui na maloca. Por causa de uma besteira pegou essa tranca” (Diário de Campo 15/06/2017).

Outra relação importante encontrada no circuito da Cidade Nova tem afinidade direta com a proximidade da feira livre do bairro e a praça na qual as pessoas que vivem na rua utilizam como espécie de moradia. A existência de uma feira tradicional se encontra dentro da ordem que já foi salientada, caracterizando esse circuito como marcado pela diversidade de empreendimentos e serviços. A relevância de apontar a relação dos moradores com a feira livre parte de dois pontos fundamentais. O primeiro está dentro da ordem cultural existente na cidade, a feira livre, no contexto de Feira de Santana, carrega uma simbologia significativa para seus habitantes (PACHECO, 2009). O segundo motivo se associa às dinâmicas impressas pela própria feira: possibilidade de alimentação, socialização, trabalho, livre acesso, entretenimento, lazer e algum sentimento de pertencimento.

A feira livre ganha notoriedade em nossa análise por compor parte do circuito utilizado pela população de rua em Feira de Santana, principalmente nos finais de semana, em que a

dinâmica das ruas é modificada por completo, fazendo com que seus habitantes procurem outros espaços de sociabilidade. Aviso ao leitor e à leitora que, na cidade de Feira de Santana, as feiras livres são realizadas em diversos bairros: Estação Nova, Tomba, Sobradinho, entre outros. Além disso, mais adiante analisaremos um circuito específico (Centro de Abastecimento), onde a feira livre compõe com mais intensidade as formas de socialização entre os agentes de rua. No momento, cabe salientar as especificidades da feirinha da Cidade Nova frente ao circuito analisado.

Mas, antes disso, cabe situar, com um pouco mais de precisão, a noção de circuito que estamos analisando. Conforme sinalizado, indicamos que o circuito da Cidade Nova é marcado pela possibilidade de trânsito. Sua localização é permeada por vias que possibilitam a saída da cidade. De maneira comparativa, com os demais circuitos analisados neste capítulo, podemos caracterizar a praça da Cidade Nova como o mais distante daquilo que compreendemos como “centro da cidade”. Como veremos adiante, os demais circuitos analisados são marcados por uma distância espacial menor. Desta maneira, falar sobre Kalilândia-Fundo do Tênis, Getúlio Vargas, Praça da Matriz significa apontar que tais localizações são mais próximas umas das outras, permitindo, desta forma, um fluxo mais intenso entre essas localidades.

Esse fator é significativo ao analisarmos a Cidade Nova enquanto circuito e suas possibilidades de acesso. Como veremos posteriormente, a possibilidade de uma pessoa com convívios de rua transitar todos os circuitos aqui analisados (exceto a Cidade Nova), é muito mais provável no contexto feirense. A aproximação espacial e a distribuição de bens e serviços no centro da cidade tornam elegível com mais frequência o interesse em percorrer os circuitos centrais com mais ênfase. Dificilmente, isso aconteceria se adicionarmos a Praça da Cidade Nova. Sua distância espacial em relação aos outros circuitos acaba por condicioná-lo de uma forma específica. Deixemo-nos explicar.

Voltando à dinâmica da feira livre, por exemplo, observamos que as pessoas que convivem na praça da Cidade Nova são as que mais acessam à feira - a procura pelo circuito da Cidade Nova e suas potencialidades por outros agentes que utilizam os circuitos centrais - mostrou-se de baixa aderência. Isso porque dinâmicas semelhantes permeiam com mais facilidade os circuitos que comumente são usados com mais intensidade nas regiões centrais da cidade. Dito isto, a feirinha da Cidade Nova está mais a serviço ao circuito interno daqueles que costumam ficar com mais frequência na região do que para os demais. Por essa via analítica, defendendo o posicionamento de que o circuito da Cidade Nova, em escala de isolamento, dentro da nossa prerrogativa, encontra-se como o mais isolado nas dinâmicas de rua de Feira de Santana. Isso não significa dizer que exista uma fronteira, pelo contrário, mostraremos como

esse caráter acaba por impactar na construção de motivações específicas para aderência desse circuito.

Por se tratar de um circuito mais afastado, isso significa pontuar que o acesso a serviços e bens materiais, comparados com a dinâmica de um centro urbano, pode se tornar um problema para os moradores de rua da Cidade Nova. O bairro Cidade Nova é populoso e o comércio de bens e serviços também é significativo para a região. Todavia, tal dinâmica, comparada à intensidade do centro urbano, mostra-se mais atenuada. Isso significa afirmar que as lógicas que operam para resolução das demandas do grupo partirão de mecanismos específicos.

Nesse contexto, a feira livre ganha papel significativo, compondo com relevância a dinâmica de relações nesse circuito. Esse caráter se mostrou importante na Cidade Nova, se comparado aos demais. A utilização da feira livre e do espaço que ela ocupa se dá mesmo quando suas atividades econômicas não estão ativas. Por muitas vezes que visitamos a praça da Cidade Nova, tivemos que nos deslocar até o local onde a feira livre acontece, por ser informado que o pessoal estava por lá. Sua procura em dias de não funcionamento atende a outras prerrogativas, como privacidade, uso de psicoativos, entre outros. Em dias de funcionamento, a procura por trabalho e resolutividade de demandas de cunho privativo (comer, por exemplo) torna-se mais intensa.

Esse caráter singular do uso da feira livre no circuito da Cidade Nova é particular às sociabilidades ali existentes. Ao observar a dinâmica das pessoas dos demais circuitos, encontramos a procura pela feira livre, especialmente nos finais de semana, quando a rotina é alterada por conta do fechamento do comércio e pelo esvaziamento do centro urbano. Certamente, nos circuitos centrais, a gama de possibilidade de acessar bens e serviço é mais intensa, isso particularmente impacta na escolha pela procura de determinado local, em nosso caso, a feira livre. Usando essa mesma dimensão para com os moradores de rua da Cidade Nova, observamos que o distanciamento espacial¹⁸ e a formação de um circuito interno, pautado por sociabilidades mais coesas, acabam por caracterizar o uso do espaço da feira livre com mais intensidade e funcionalidades.

Por se tratar de uma localização distante dos outros circuitos de rua que serão analisados e por, em alguma medida, estar ali estruturado um mercado de satisfação das demandas das pessoas que convivem na rua, a Cidade Nova, dentro de nossa leitura, aproxima-se de uma concepção de grupo mais nítida, desenvolvendo circuitos voltados para lógicas espaciais mais

¹⁸ O sentido atribuído a essa distância espacial não diz respeito somente a uma posição geográfica. A dificuldade do acesso à logística pública, condições financeiras para acessarem outros tipos de logísticas também impactam no nível de intensidade e na permanência no local.

curtas. Essa prerrogativa se sustenta nas observações que nos indicaram, por exemplo, que na Cidade Nova o percurso da vida cotidiana completa ciclos de usos dos espaços na totalidade do dia. Melhor dizendo, no circuito da Cidade Nova, as demandas por alimentação, trabalho, entre outras sociabilidades, principalmente, o pernoite são resolvidas pela dinâmica interna do local, impactando diretamente na intensidade de circulação dessa população para outros circuitos. Em outros circuitos, como veremos, essa dinâmica obedece a demandas específicas, gerando usos sociais do espaço de forma singular. Como no Fundo do Tênis, a procura por trabalho e atividades que visam com mais intensidade o fator monetário, na Presidente Dutra, em contrapartida, será requisitada com mais intensidade para o pernoite. Esses fatores são fundamentais para compreensão dos movimentos existentes por parte da população de rua em Feira de Santana.

Por consequência, vemos na Cidade Nova baixa rotatividade de pessoas, se comparadas com outros circuitos. A observação do dia a dia nessa localidade aponta para uma característica no sentido de moradia, as pessoas que ali utilizam esse espaço se aproximam do imaginário de “moradores de rua”. O ritmo implicado pelo circuito, onde a resolutividade da demanda ocorre pela baixa circulação e por conter no próprio circuito as resolutividades, direciona para uma leitura na qual caracteriza a Cidade Nova com teor de comportamento de rua mais represado. Participamos do cozimento de alimentos (construção de uma espécie de cozinha na praça pública), rodas amistosas em volta do fogo, os colchões para um olhar mais atento indicam fatores de repouso e fixação dos sujeitos que ocupam esse circuito. Por mais de dois anos, fomos semanalmente ao local e, nesse percurso, observamos e convivemos com número pouco variante de pessoas. Essa mesma característica não foi encontrada por nós em outros circuitos de rua. Recentemente, em nosso atual contexto pandêmico, realizamos outras atividades no mesmo local e, nesses momentos de atividade política e de ajuda humanitária, encontramos Pelé entre outros interlocutores conhecidos por mim há anos.

Esse cenário pode ser comprovado pelos motivos que levam as pessoas a acessarem esse circuito de rua. O desentendimento das mais variadas ordens em outros circuitos é um dos principais fatores para que as pessoas procurem esse local. A distância espacial significa a atenuação e resolução de problemas das mais variadas espécies¹⁹. Neste sentido, uma dupla escolha acontece, a depender das condições dos laços sociais fomentados por quem chega ali

¹⁹ Dentre tais problemas, os mais visualizados se referem às relações conflituosas com o tráfico, violência policial, ou desentendimento intergrupais em outros circuitos da cidade. Vale salientar que as prerrogativas alicerçadas na Guerra às Drogas e todas as consequências que emanam dessa metodologia de gestão social afetam diretamente o público que aqui convivemos e estudamos. Concordamos com autores quando afirmam: “não se trata de uma guerra as drogas, trata-se de guerra as pessoas”.

pela primeira vez. A “estadia” pode se tornar temporária, considerando a utilização do tempo para resolução de problemas pessoais. Se seguir por esse caminho, geralmente, a pessoa volta a procurar seus circuitos mais utilizados anteriormente. Ou, em contrapartida, um processo de empatia (isso não significa que não ocorram conflitos) é desenvolvido com dos “estabelecidos” e o tempo nesse sentido favorece para maior inserção da pessoa ao grupo ali existente, fomentando o circuito interno. Processos semelhantes acontecem por outras vias e intensidades nos demais circuitos, no entanto, as características da Cidade Nova enquanto espaço de se viver e, principalmente, dormir, configura esse circuito de forma específica para as pessoas em “situação de rua” em Feira de Santana.

2.3 MANGUEANDO: PRAÇA DA MATRIZ

“O Don Juan das Ruas”, em momentos amistosos, era assim que chamávamos Miguel. Em nossas prosas na praça da Matriz, sentados sob a sombra das árvores, ele sempre fazia questão de me contar suas odisséias amorosas, peripécias do coração, finais dignos de novela. Um rapaz alto, magro, autodeclarado negro e de olhos claros. Era sempre preocupado com sua aparência, a vaidade percorria seus comportamentos. Conservava um bonito brinco na orelha, sua apresentação era sempre mediada pela preocupação com a roupa, com o tênis. Gostava de usar boné, tipo pala reta, sempre combinando com o restante da indumentária. Às vezes, aparecia com um carrinho de picolé, sempre articulado, saía oferecendo o produto aos que pela praça passavam.

Certa feita, contou, no início de nossas conversas, aquilo que seria sua maior tragédia afetuosa. Conheceu uma “coroa” nas veredas da sua vida e por ela tinha se apaixonado e iniciado um romance. A sua preocupação com sua condição (de rua) se mostrara para ele um empecilho para o desenvolvimento do relacionamento. Miguel, forjado na expertise que a rua dá, optou pelo velamento dessa situação e, aos seus moldes, abriu caminho para o fomento dessa relação. Ocultando aquilo que para ele seria um fator de rompimento, Miguel começou sua jornada carinhosa elaborando estratégias para manutenção do relacionamento, silenciando sua condição.

Aumentou o volume de “bicos”, a procura do trabalho era necessária para aquisição de dinheiro, o namoro requeria de sua parte a presença em outros locais, o consumo de outros produtos. Sua preocupação sempre rondava o final de semana, o dia da seresta, principal momento de encontro do casal. O dinheiro da cervejinha tinha que estar garantido e, durante toda semana, Miguel se preparava para o tal momento. Escolhia a roupa, o tênis e com o “real

no bolso”, ia ao encontro de sua amada. Segundo Miguel, foi assim por alguns meses. Como comumente acontece na maioria dos relacionamentos, o convívio e a presença se intensificaram. Miguel recebeu o convite para morar na casa de sua namorada. Não hesitou, deixou a praça da Matriz de lado e partiu para novos ares.

Talvez Miguel, de acordo com sua narrativa, não entendera que aquele chamado poderia ser o início do fim. O personagem que nosso “Don Juan” de alguma maneira tentou criar, permeando um mundo que, segundo ele, era bem diferente do seu, corria riscos de desvelamento, tento em vista que uma atuação agora teria que ser reforçada cotidianamente. Contando essa história, acentuava regularmente o quão foi bom os momentos passados com ela (a coroa), como ela o ajudou em diversos aspectos. Segundo ele, a sua companheira tinha condição estável monetariamente e isso possibilitou dias de mais tranquilidade para ele.

Mas, como dito anteriormente, Miguel sempre fez questão de se gabar de suas peripécias amorosas, coisas das masculinidades contemporâneas, e, de acordo com sua história, um erro seu colocou tudo a perder. Questionei se o relacionamento dele tinha terminado por conta da descoberta do seu passado/presente de rua, e a negativa foi instantânea: “Não, pivete. Foi isso não”. De acordo com sua versão, o seu poder galanteador tinha seduzido uma outra mulher, o que fez Miguel entrar em um relacionamento paralelo; todavia, ambas amantes não sabiam da existência uma da outra. Por um tempo, levou essa vida dupla. Nos seus momentos de rua, quando estava fora da casa de sua namorada, convivia com uma mulher que se relacionava na Matriz. Distante dessa realidade, frequentava as serestas de que tanto gostava.

Como sabemos, as coisas regidas pelo coração obedecem a uma dinâmica própria. E o relato naquele dia foi de que sua amante de rua descobriu onde Miguel se abrigava alguns dias da semana e, de forma inesperada, apareceu na residência. Um debate acirrado entre as mulheres ocorreu, e todo o passado e as atitudes de “Don Juan” vieram à tona. “A mulher descobriu que eu usava droga, que ficava na rua. A barraqueira contou tudo para ela”. Era o fim de um sonho. Miguel disse que foi posto para fora, que a mulher encerrou o relacionamento e, para piorar, a sua outra namorada de rua era “mulher de traficante” e que, para além de ter ficado sem teto e sem amor, agora corria sérios riscos de vida. De fato, percebemos, durante muito tempo, a ausência dele na praça da Matriz. Sempre que perguntávamos por ele, diziam ter dado o “pinote”, que tinha “cabeças caras” atrás dele. Recentemente, o encontramos no mesmo local, não tocamos no assunto. Cumprimentamo-nos e falamos de forma amistosa mais uma vez. Estava na praça da Matriz com o pé quebrado, dizendo estar preocupado com essa pandemia. Perguntamos mais uma vez como andava o coração e prontamente verbalizou: “Não

Barba, agora eu tô quieto, pergunta para o pessoal aí. Tô com a menina da verdura, coloquei com ela uma guia, tô no sossego”.

Diferente da praça da Cidade Nova, a praça da Matriz é fortemente marcada pela intensidade de pessoas que têm as mais diversas finalidades. Por se encontrar no centro comercial de Feira de Santana e se tratar de um local histórico da cidade, a Matriz, como é comumente chamada pelas pessoas na rua, é utilizada socialmente com muito mais intensidade e para diversas finalidades. Em comparação, não vemos, por exemplo, na Cidade Nova, a utilização da praça por transeuntes com o desígnio de entretenimento e lazer, ou mesmo por uma busca “flâneur”. A própria estrutura ampla e espaçosa também não colabora com esse processo. Raramente víamos os meninos jogando bola e normalmente era utilizada como entretenimento em atividades festivas propiciadas pelo governo municipal.

De modo diferente, podemos caracterizar a praça da Matriz. Suas grandes árvores produzem uma copa onde a sombra se faz presente por todo o dia. Os bancos localizados permitem o pouso, e toda atividade na redondeza faz com que o local seja utilizado com recorrência. Sua órbita é formada por uma intensa atividade comercial, são bares, hotéis, lojas, ficando próximo de avenidas e ruas, onde, na mesma intensidade, ocorrem as mais variadas trocas de mercadorias. Além disso, faz-se presente no local a representação religiosa da Igreja Católica, em uma das catedrais mais imponentes arquitetonicamente na cidade.

A região da Matriz se torna singular, também, por representar um local de expressões culturais históricas em Feira de Santana. A Festa de Santana, padroeira da cidade, e o bando anunciador, parte profana da mesma festa, são alguns dos festejos realizados na região. Muito próximo a essa praça, temos a praça Padre Ovídio, em que uma série de atividades culturais são realizadas pela iniciativa privada e pública. Outra atividade relevante para compreensão do ritmo da praça para população de rua é a presença da Pastoral do Povo da Rua.

Localizada na praça da Matriz há mais de dez anos, a pastoral oferece serviços diversos aos moradores de rua. A distribuição de alimentos, no período do almoço, é a principal ação efetuada pela instituição. Essa atividade faz com que muitas pessoas de rua procurem a praça no período do meio-dia, com a finalidade de se alimentar. Esse momento é importante no entendimento do circuito da praça, especialmente porque, nesse período do dia, pessoas das mais diversas localidades do centro da cidade se encontram. Esse fator faz com que no momento que antecede às refeições, e um pouco depois que as finalizam, o público de pessoas aumenta consideravelmente, propiciando momento de sociabilidade específico.

Outras atividades também são realizadas no local, sendo a Matriz um espaço de atuação obrigatório para os serviços socioassistenciais disponibilizados no município. Desta maneira,

assim como acontece na praça da Cidade Nova, a equipe do consultório na rua, equipes de abordagens, projetos e programas em execução na cidade recorrem ao espaço para atuarem. No mesmo lugar, atividades de cunho político e em defesa dos direitos humanos são fomentadas pelo Movimento Nacional da População de Rua – Núcleo Feira de Santana (MNPR-NFSA). Ainda vale salientar que a representação na esfera política da população de rua tem a Matriz como espaço de fundação (BARROS, 2020).

Particularmente, já atuamos de diversas maneiras na praça da Matriz. Enquanto pesquisador, utilizamos o espaço para momentos de consulta, enquanto profissional voltado para atuação de programas governamentais, realizamos atividades de redução de danos, arte-educação, intervenções urbanas. Enquanto militante, colaboramos diretamente na entrega de marmitas, na convivência de forma geral. Atualmente, junto com o projeto social Cuidando da Maloca²⁰, tivemos a oportunidade de efetuar ações voltadas à prevenção do coronavírus, entregando utensílios de proteção e realizando diálogos sobre formas de cuidado no contexto pandêmico²¹.

Diferente de outros circuitos aqui analisados, a presença de uma gama variada de agentes compõe o ritmo da praça da Matriz. São comerciantes informais, ou estabelecidos em lojas, pontos logísticos para outras cidades - os pontos de van, como são chamados comumente -, pessoas que utilizam a praça para jogos pautados em apostas monetárias, especialmente jogos de cartas. Ademais, a praça aloja mercado intenso de prostituição e mediação para compra de psicoativos. Sua estrutura de hotéis a um baixo custo faz com que pessoas procurem os serviços sexuais ali ofertados, os hotéis também são utilizados pela população de rua no contexto do uso de crack. Tem perfis de usuários em condição de rua que preferem uso mais cauteloso, estruturando o momento de consumo a partir de uma lógica de segurança e exposição. Geralmente, esse perfil se conecta com aquilo que Malheiro (2013) sinalizou: pessoas com mais tempo de rua podem utilizar sua experiência para criação de estratégias que amenizem possíveis momentos de violência. Certamente, tal uso está conectado com as capacidades financeiras do usuário, mas também podem estruturar a prática por via do histórico de uso, selecionando momentos e locais mais protegidos para o consumo do crack.

²⁰ O Cuidando da Maloca é um projeto social interligado à Rede Alternativa Voluntária de Feira de Santana. Tem como principal objetivo promover saúde e cidadania das pessoas com convivência de rua. Recentemente, o projeto recebeu a chancela do Conselho Federal de Enfermagem e foi incluído como iniciativas inovadoras no âmbito das práticas de saúde.

²¹ Fruto deste trabalho, desenvolvemos em parcerias com diversas entidade e atores, incluído a população de rua, a cartilha de conscientização *Cuidando da Maloca: orientações sobre a covid-19 para pessoas em situação de rua* (2020).

No mercado de psicoativos, há participação por parte das pessoas de rua não somente no contexto do uso, como também na mediação da compra. Miguel, por muitas vezes que estava lá, sinalizava que precisava fazer tal serviço. Esse tipo de atividade era procurado com mais veemência por pessoas que não eram de rua. Há aqui outro fator relevante para se apontar, a permissividade do uso de determinadas substâncias nas praças obedece a uma economia da visualização-exposição. O horário também se torna outro condicionante importante, no período da noite, com a diminuição dos olhares, há mais espaço para uso visível. Geralmente, durante o dia, de acordo com nossa experiência de observação, são procurados terrenos baldios, casa abandonas ou espaços com pouca circulação de pessoas.

No mercado do sexo, a participação das pessoas de rua também se limita a raras mediações com possíveis clientes. As mulheres ali presentes que oferecem serviços sexuais se configuram como um grupo de marcas distintas. Certamente, há níveis de interação, no entanto, um distanciamento para com a população de rua se faz necessário, um mecanismo de evitar a estigmatização e, conseqüentemente, a perda de possíveis clientes. Tal procedimento acontece de formar similar no circuito da Presidente Dutra, como veremos adiante. No que diz respeito à prostituição por parte das mulheres com experiência de rua, percebemos conexão direta com o mercado e consumo de crack, geralmente oferecendo serviços sexuais em troca das substâncias que desejam utilizar. Tal contexto também foi evidenciando em outras literaturas sobre o tema (TIENE, 2004; MALHEIRO, 2020).

A oferta para serviços sexuais é constante na praça, variando de ritmo, de acordo com o horário do dia. A ocupação do espaço também é impactada por essa variação. Durante o dia, as profissionais ocupam as laterais da praça, mantendo diálogo com pessoas mais afastadas. A performance se modifica à noite, quando o espaço para a prática e a procura pelos serviços atendem a uma outra configuração. O que devemos por hora salientar está na ordem de uma dinâmica que rege a praça, as diferenças grupais, quando comparadas às pessoas. Poderíamos categorizar essas mulheres como pessoas em “situação de rua” aos mesmos moldes que a literatura hegemonicamente vem utilizando? Ao olharmos um pouco mais de perto, observamos que tais papéis se confundem. De fato, pessoas hoje que trabalham na Matriz em um mercado de sexo mais organizado já tiveram nas suas vidas trajetórias de ruas, já trocaram serviços sexuais por drogas, já dormiram dias ao relento. O que então diferencia em nosso contexto esses dois perfis? Simplesmente a situação?

Entramos aqui na limitação oriunda de um campo interpretativo que percorre o interesse de nossa proposta. Evidenciamos um dado empírico que problematiza as formas de conceituação e interpretações das atuações no campo. As diferenças são minuciosas e as

práticas podem ser modificadas por uma gama variada de dispositivos. Todavia, guardaremos esse debate para um pouco mais adiante. Seguindo com a nossa proposta de compreensão dos circuitos, apenas sinalizamos a criação de dois tipos existentes na praça da Matriz, que se diferenciam e se entrelaçam, criando fronteiras e pontes concomitantemente. Por um lado, a estruturação de um mercado sexual requer de seus agentes práticas específicas para sua manutenção. Neste sentido, emerge o tipo das profissionais que atendem a seus diversos clientes oferecendo seus serviços. Por outro lado, temos as mulheres em “situação de rua”, que participam desse mercado por outras vias com outro trânsito; muitas vezes, isso vai depender do nível de organização pessoal, da capacidade de atender aos critérios do mercado estruturado. Isso não significa dizer que os entre-tipos não ocorrem, a sua separação tem interesse em mostrar ao leitor e à leitora as possibilidades de atuação no contexto de rua e, em alguma medida, sinalizar a limitação analítica existente para compreendermos determinados fenômenos sociais. Certamente, essas variações estão estritamente ligadas às outras dinâmicas de relações. Salientamos aqui as opressões de gênero, vividas triplamente pelas mulheres no contexto de rua: por serem mulheres e de rua, ademais, majoritariamente, negras (TIENE, 2004).

A sinalização de alguns aspectos do mercado de serviços sexuais na Matriz tem como pano de fundo evidenciar a polifonia de agentes que constituem esse circuito, ao mesmo tempo, informar as motivações que compõem a procura por tal circuito. Sua posição dentro do circuito de rua em Feira de Santana se mostra como importante espaço para resolução de diversas necessidades daqueles que fazem das ruas uma vivência singular. Como dito anteriormente, a praça da Matriz, além de alocar instituições que trabalham diretamente com o público de rua, também se faz enquanto roteiro de atividades dos serviços governamentais. Assim, a praça se torna, muitas vezes, o ponto de encontro da população com profissionais dos mais diversos campos.

O fator transitoriedade é um caráter intenso nesse circuito, o vai e vem de pessoas durante o dia oscila conforme as ofertas disponíveis no local. Pela manhã, geralmente, os serviços e projetos executam seus trabalhos; por volta do meio-dia, a pastoral de rua serve o seu tradicional almoço; à tarde, a dinâmica fica por conta da busca regular de atividades de ganho monetário. Na praça, a flanelagem não é comum e as atividades percorrem outros caminhos. Pequenos serviços, delitos e favores estão disponíveis no repertório. Por essa via, a interação com outros grupos, como comerciantes, aposentados, trabalhadores informais, compõe o mercado solicitante de tais serviços.

A mendicância é um fator atenuado nesse circuito em Feira de Santana. Durante nossas observações, encontramos de forma espaçada e em locais específicos o que Stolfels (1977. P.

237) denominou de “mendigos profissionais”. De fato, entre as pessoas que conhecemos na rua, poucas exerciam essa atividade de forma regular e, mesmo assim, sempre atendiam a uma dinâmica pautada nas necessidades, intercalando períodos de mendicância com períodos de outras atividades. Por vezes, encontrávamos nas portas dos bancos principalmente mulheres com filhos exercendo tal prática. Geralmente, não visualizávamos essas mulheres nos momentos de sociabilidade nos circuitos aqui analisados, esse fator direciona para uma interpretação que compreende a existência de práticas isoladas e autônomas de mendigar.

Partimos do entendimento que a mendicância se difere do ato simples de pedir. Há nela uma relação de dádiva que coloca os interlocutores em uma dimensão específica de troca (MAUSS, 2003). No sentido restrito da mendicância, outros fatores entram em relação, como ascetes religiosas, símbolos altruístas, formas de relação com o divino e as racionalizações do mundo que passam pelo julgamento da pobreza. Tais configurações estão embebidas em um modelo cultural que codifica a prática de dar em um significado específico, devolvendo ao doador uma recompensa simbólica que satisfaz perspectivas sociais e subjetivas. Parte dessa relação foi apontada por Fraga Filho (1996), ao observar comportamentos culturais no século XIX que ligavam o ato de dar esmolas como forma de piedade e ligação com Deus. Nesse contexto, o mendicante carregava uma espécie de capital sagrado, constantemente procurado por pessoas interessadas.

Na contemporaneidade, essa relação ganha novos contornos e é significativamente impactada por ideologias concorrentes. Uma das principais narrativas que competem e abrem possibilidades para novas interpretações se relaciona ao processo que Priori (2019) identificou como transformação do modo de compreender as ruas. Sua análise perpassa pelo entendimento do descolamento da noção de mendigo para noção de população. Esse processo colaborou diretamente para aproximação do Estado enquanto responsável pelas demandas das pessoas em condição de vulnerabilidade. O desenvolvimento dessa transformação fomentou, em paralelo, concepções de responsabilizações individuais, alimentando discurso de culpabilização pessoal pela condição de si, como apontou Silva (2009).

Tais prerrogativas colocadas em confronto se mostram antagônicas em suas práticas, fomentando, desta forma, um mercado narrativo que encontra no campo prático uma relação de disputa. Por conta disso, observamos, nos tempos recentes, diversas campanhas contra a doação de esmolas. O que desejamos evidenciar em nosso sentido estrito são as tensões sociais que colocam em xeque determinadas ações que outrora gozavam de liberdade e prestígio moral. No caso da mendicância, essas transformações sociais são responsáveis por modelos atenuantes ou modificações significativas dessas práticas.

Retornando à Circuito-Matriz, observamos que as pessoas que experienciam as ruas não deixaram de pedir. Pedir a todo momento é um ato praticado por essas pessoas, o que evidenciamos são os modelos existentes modificados por essas novas conjunturas. Mendigar nem ao menos é uma palavra comumente utilizada, o “mangueio”, dentro da gramática da rua, é a expressão empregada para sinalizar o ato de pedir. Certamente, não há somente uma modificação gramatical, “manguear”, geralmente, mostra-se muito diferente de mendigar.

O “mangueio” requer postura ativa, diferente da mendicância, onde um ponto estratégico é escolhido e a pessoa apela aos transeuntes por algum valor monetário. Diferente, o “mangueio” é um conjunto de práticas que envolve um descolamento constante, uma proatividade na abordagem das pessoas e uma capacidade apelativa que perpassa por uma valorosa capacidade de argumentar. Ou seja, a relação de convencimento do outro necessariamente faz uso de ferramentas discursivas das mais variadas. Obviamente, o discurso religioso se faz presente, mas sua utilização não reflete a centralidade do ato de pedir, como modelos de mendicância praticados historicamente. Inclusive, “manguear”, em alguma medida, significa desconstruir a imagem de culpabilização individual da sua situação, por conta disso, vemos a utilização de um discurso pautado em argumentos políticos. Se, por um lado, a mendicância típica utiliza de certa passividade (ficar parado em pontos estratégicos, utilizar crianças como forma de sensibilização, ou as deficiências físicas) para estabelecer a relação de troca, o “mangueio” é impulsionado pela abordagem (algumas vezes persuasiva) e pelo movimento de interpelar.

Dessa maneira, evidenciamos que a praça da Matriz é um lugar onde predominantemente essa prática é realizada. A estrutura marcada por muitos agentes, o forte comércio, a localização geográfica, a quantidade de transeuntes, o desenvolvimento de mercados paralelos como prostituição e drogas fertilizam o terreno para o desenrolar do “mangueio”. Vale ressaltar que o ato de “manguear” necessariamente não se restringe a um ato de pedir. São formas de conseguir o que deseja por via de uma disposição do agente “mangueador” e metodologias que utilizem o mais variado repertório.

Por fim, um outro caráter que desejamos salientar no circuito da Matriz diz respeito à intensidade e fluxo de informações entre as pessoas nas ruas. Diferente da Cidade Nova, a praça da Matriz não corresponde a um local de pernoite, a atividade noturna constante faz com que ocorra instabilidade para procura da dormida. A presença regular da segurança pública é outro fator que impacta na não escolha do local para passar a noite. Essas características configuram o local dentro do circuito de rua como espécie de entreposto para realização de determinadas

atividades. Nessa direção, apontamos a importância dos laços comunicativos fomentados no espaço.

Por se tratar de um ponto de encontro dentro do circuito de rua, na praça da Matriz, a intensidade comunicativa faz parte do caráter das sociabilidades presentes. Atividades de cunho socioassistenciais são frequentemente comunicadas, assim como a presença recorrente de profissionais informam sobre benefícios, equipamentos e serviços voltados para população de rua. Ademais, notícias de cunho privado também circulam nos diálogos, notificações de violência, cárceres, tragédias, mortes, nascimento e, principalmente, comunicativos a respeito da oferta de bens e serviços ofertados por parte de entidades filantrópicas, privadas ou municipais. Há, também, atualização constante dos níveis de periculosidade das regiões da cidade, fazendo com que as informações sirvam de bússola, fomentando os outros circuitos de rua existentes no município. A Rádio Rua Matriz, neste sentido, tem caráter de utilidade pública para essa população, possibilitando a criação e as aderências de novos circuitos de rua em Feira de Santana.

2.4 NO CORRE: KALILÂNDIA-FUNDO DO TÊNIS

Hoje pela manhã, recebi uma ligação da assistente social do Centro Pop²², pedindo para comparecer ao largo do São Francisco. Ela me informou que Beto estava por lá, sem capacidade de andar, todo cagado, e que não estava querendo conversar com ninguém. Solicitou minha presença para colaborar com a situação. Ela me informou que moradores e comerciantes da região comunicaram que Beto estava a cerca de dois dias dormindo na localidade, não conseguia se mexer e apresentava um estado crítico de saúde. Prontamente me dirigi ao local, fui andando, estava na sede do Corra Pro Abraço²³ que ficava pertinho do local informado. Chegando lá, avistei um toldo, próximo ao canteiro central. Ao redor, estavam alguns técnicos da prefeitura, e seu Beбето, proprietário de um bar que costumo frequentar com os amigos. Beбето logo me reconheceu, e de longe já foi gritando: “Matheus, vem tirar o seu povo daqui”. Iniciei uma conversa com as técnicas da prefeitura. Conheço Beto do Fundo do Tênis, não é um cara fácil. Há tempos seu estado de saúde clamava por cuidados médicos. Olhando com mais cautela para dentro do toldo, avistei um colchão todo molhado, pedaços de lona cobriam alguma coisa, que, com muita dificuldade, identifiquei ser seu corpo. Caminhei mais uns três passos e, de repente, parei. O cheiro, por alguns segundos, me fez repensar a trajetória. Olhei com mais cuidado e vi fezes e uma gosma no chão que avaliei ser vômito. As técnicas da prefeitura não ousaram encostar, disseram que momentos antes Beto tinha agredido verbalmente todas elas. Optaram por manter a distância. Confesso que foi uma cena lamentável, e acredito que será difícil esquecer a nitidez daquele momento por anos. De uma certa distância, chamei: “Beto, é o Barbudo”. A resposta foi imediata: “Vai tomar no cu!”. Apesar de conhecer Beto,

²² O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal (BAHIA, 2010).

²³ O Corra Pro Abraço é um programa vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), tem como objetivo: promoção da cidadania dos usuários de substâncias psicoativas em situação de rua. A principal estratégia vincula-se à utilização da metodologia da redução de danos físicos e sociais, promovendo acesso a políticas públicas de saúde, assistência social, justiça e cultura (BAHIA, 2016).

confesso que pensei em desistir. Me afastei um pouco, me dirigi às técnicas e informei que iria continuar o diálogo, ao mesmo tempo que indicava a seu Beto que aquele corpo dentro de instantes não estaria mais ali. Era o que ele queria ouvir. Solicitei que fosse chamada uma ambulância e prontamente continuei o diálogo a pouca distância com Beto. Não me lembro com exatidão de minhas palavras, mas disse algo do tipo: “Porra, velho, tu está todo fodido aí. Deixa-me te ajudar”. Segundos depois, ele tirou a cabeça debaixo da lona plástica e me perguntou como eu poderia ajudá-lo. Avistei parte do seu corpo, estava muito magro, muito magro mesmo, o seu cabelo ralo dava um aspecto de ter contraído algum tipo de câncer, sua pele totalmente ocupada por feridas. Eu não tinha ideia do tipo de patologia pela qual ele estava acometido. Disse que o levaria ao médico, acreditando que seria a opção mais sensata. Beto relutou e me disse que não iria para médico nenhum. Desse ponto em diante foram minutos de diálogos. Uma atmosfera de convencimento foi se construindo. Na minha cabeça, ele precisava de cuidados médicos, eu só visava esse objetivo. De repente, Beto solta um grito: “Sai todo mundo aí. Só fica você que é homem, Barba”. Nesse momento, as técnicas já estavam colaborando com a situação, informando sobre a necessidade de cuidados. Olhei para as mulheres e pedi para se afastarem mais um pouco. Beto inicia: “Velho, se eu te pedir uma coisa você faz?”. Imbuído pelo espírito de ajudar, prontamente respondi positivamente. Ele continuou: “Velho, olhe meu pau aqui. Eu estou com alguma coisa muito esquisita”. Nesse momento, eu estava agachado ao seu lado, já tinha me acostumado com o cheiro, mas fui pego totalmente de surpresa com o pedido. Pensei que fosse algum tipo de brincadeira. Pensei em olhar para trás para ver se alguém estava observando a situação. Desisti. E praticamente no mesmo rompante respondi: “Deixa-me ver essa porra aí”. Prontamente Beto se desfez dos sacos que o cobriam e, com muita dificuldade, abaixou um short todo melado de merda, mostrando seu pênis coberto por uma capa de pus. Foi inevitável minha feição de nojo, acredito que minha reação tenha provocado sua pergunta: “Você acha que meu pau vai cair, Barba?”. Respondi: “Se você não for pro médico, agora ele vai”. Nos olhamos por alguns segundos e ele me respondeu: “Então, me ajuda a levantar, porra” (Diário de Campo, 12/06/2017).

O episódio experienciado ocorreu no Largo do São Francisco, um pequeno espaço arborizado próximo à praça principal da Kalilândia, um conhecido bairro de classe média alta da cidade de Feira de Santana. O largo do São Francisco também compõe o circuito de idas e vindas entre a Kalilândia e o Fundo do Tênis, localidades que têm como característica a convivência de pessoas de-na rua. A narrativa selecionada foi escolhida para evidenciar dois pontos principais que constituem o circuito analisado. O primeiro está na ordem de sua conexão entre o que chamamos de Kalilândia e Fundo do Tênis. Ambas as localidades ocupam espaços geográficos curtos e as formas de sociabilidade na região confluem para maior unicidade, apontando para leitura conjunta das localizações. O segundo aspecto se direciona com mais profundidade às práticas atreladas ao nosso interlocutor, Beto. Veremos como seu perfil sinaliza para adjetivos mais latentes do circuito pesquisado.

A Kalilândia-Fundo do Tênis se localiza em uma região central da cidade de Feira de Santana. Em comparação com as demais localidades analisadas, podemos destacar a intensidade de serviços ofertados na região. São escritórios de advocacia, consultórios médicos, departamentos públicos, cartórios, hotéis, clínicas entres outros empreendimentos do gênero. A estrutura urbana é marcada pela composição de ruas largas, avenidas, transversais que têm como características o intenso fluxo de carros. A enorme quantidade de vagas de

estacionamento, critério valioso para manutenção dos estabelecimentos que ofertam serviços, torna esse pedaço da cidade propício para o exercício da flanelagem.

Outro caráter incontornável diz respeito à valorização imobiliária da região, sendo a Kalilândia um dos metros quadrados mais valorosos de Feira de Santana²⁴. Esse dado se torna relevante para compreendermos o perfil econômico das pessoas que procuram os bens de serviços da região, fazendo com que o local seja atrativo para pessoas com vivência de rua, principalmente na busca de atividades que possibilitem retornos financeiros.

De acordo com Velho (1975), o mapa da cidade é a expressão de um mapa social cuja definição das pessoas sobre o local que ocupam-residem colabora diretamente para formação do imaginário a respeito de si e do espaço. No contexto da Kalilândia-Fundo do Tênis, essa fabricação é mais nítida, montando um perfil específico de práticas, ao mesmo tempo formatando o ritmo e os bens daqueles que procuram a região. Trocando em miúdos: de todos os circuitos analisados, a Kalilândia-Fundo do Tênis foi o local onde a representação das asceses do trabalho foi mais nítida.

A dinâmica do local, a possibilidade de ganhos monetários, o horário de utilização do espaço e a posição geográfica configuram esse circuito. A chegada de horário no local, a saída das pessoas, o olhar sempre atento aos carros estacionando, o corre-corre nas abordagens dos clientes são ações que constituem o cenário. Certamente, a utilização do espaço não se limita a tal perspectiva. Nossa intenção é evidenciar o conjunto de atividades represadas no local, com a finalidade de acentuar as motivações que estruturam a procura por esse circuito, ao mesmo tempo, sinalizar as formas de constituição.

Como dito anteriormente, na Kalilândia-Fundo do Tênis, devido à formação, a flanelagem é a atividade mais praticada pelas pessoas com experiências de rua na região. Foi nesse contexto (de trabalho) que conheci Beto. A atividade na região é majoritariamente praticada de acordo com o horário comercial, fazendo com que esse circuito seja ocupado nos momentos diurnos e vespertinos, ocasionando esvaziamento durante a noite e finais de semana. O circuito da Kalilândia-Fundo do Tênis não é muito procurado para demandas do pernoite, essa necessidade é geralmente sanada em outros circuitos de rua pela cidade.

²⁴Preço médio do metro quadrado em Feira de Santana é R\$ 3.409 Disponível em: <http://www.bahianapolitica.com.br/noticias/46805/preco-medio-do-metro-quadrado-em-feira-de-santana.html> Acesso em: 29/07/2019.

No que se refere às atribuições da prática de flanelagem, indicamos um conjunto de ações que envolve: colaboração sinalizadora para estacionar, lavagens e outros asseios do veículo, utilização de utensílios para proteção do sol ou da chuva, informações a respeito de ruas e endereços, serviços de manobrista e atividades voltadas para o que chamam de “olhar o carro”; isso envolve uma espécie de vigilância e cuidados referentes a riscos, arranhões ou algo do tipo. Contudo, existem outras dimensões que circundam essa relação.

Silva (2009) salienta a importância das representações do trabalho para população de rua, mostrando, a partir do levantamento de dados de diversas pesquisas pelo Brasil, como a maioria desse contingente populacional tem em sua trajetória a formalização de um ofício. Além disso, evidenciou que a maioria desse público, antes de se encontrar nessa situação, exercia um trabalho formal. A autora ainda fomenta o debate a respeito da ocupação por parte dessas pessoas de postos de trabalho marginalizados, desqualificados, estigmatizados, sendo esse um dos motivos para manutenção do seu modelo de vida. Bursztyn (2003) também mostrou como outros tipos de ofício - em seu caso específico, a catação de materiais recicláveis - são caminhos utilizados por essas pessoas em busca de sua sobrevivência.

Para além de uma leitura econômica desse mercado de trabalho, salientamos, no caso específico da flanelagem por parte dessas pessoas em Feira de Santana, aspectos que rondam a ordem de representações conectadas a novos modelos de caridade. Isso não significa dizer que o trabalho exercido por essas pessoas não é relevante, eficiente ou necessário, longe disso. Isso também não significa desmerecer uma leitura que tem sua análise direcionada para uma interpretação que indica o surgimento de tais profissões como resultantes de uma série de processos interligados com a diminuição da proteção social do Estado, o surgimento de novas exclusões sociais, considerando reestruturações na ordem do sistema capitalista como o nível de dependência dos Estados subdesenvolvidos, ou o avanço do neoliberalismo, como apontou Silva (2009). Ao ponderar a especificidade do circuito em questão e as experiências observadas no convívio com Beto, fazem-se necessárias leituras complementares. Esse caminho também se mostrou interessante, por possibilitar a interação com um mercado simbólico que é constantemente acessado e atualizado por essas populações, principalmente, com intuito de racionalizar suas práticas sociais.

A relação de flanelagem, atividade exaustivamente exercida pelas pessoas com vivências de rua na Kalilândia-Fundo do Tênis, carrega em seu imaginário visão hierárquica de ofícios construídos no seio da formação do nosso modelo de gestão social. A não burocratização da prática e a baixa regulamentação colaboram para formação de um imaginário depreciado. Quando se soma a essa narrativa o nível de produtividade exercida por tal ocupação, ou seja, o

nível de prestígio dentro de uma lógica produtiva em nossa sociedade, isso se agrava, fazendo com que aquele que exerce tal função elabore estratégias de convencimento, para que, na relação de troca, o objetivo seja alcançado. Aqui, há utilização de aspectos do mangueio.

Outro fator estruturante que rege essa relação se conecta aos imaginários racializados de nossa cultura, considerando que a maioria das pessoas em nessa condição são negras. As concepções normatizadoras e higienistas, atravessadas por perspectivas de anticonsumo de psicoativos, também entram no bojo para criação de um local estigmatizado enquanto trabalho, prática e corpo.

Dessa maneira, uma pessoa ao parar o carro e ser abordada por um flanelinha, inconscientemente perpassa por uma série de racionalizações, dependendo certamente da sua posição frente aos indicadores citados acima. Ou seja, depara-se com um repertório ideológico que pautará sua ação frente à oferta do serviço. Por conta disso, ouvi muitas vezes no circuito da Kalilândia- Fundo do Tênis determinadas frases: “o espaço é público e esse pessoal quer privatizar”, “eu dou porque fico com medo deles arranharem meu carro”, “se tiver bebendo, eu não dou”, “não faz nada e ainda quer moeda”, “eu dou porque tenho medo”.

Há, também, a construção de relações de confiança, principalmente por clientes assíduos na região. Os perfis de flanelinha que conseguem determinado status constroem uma relação de prestígio relativo, conseguindo, em alguma medida, melhorar os ganhos monetários e o acesso a pequenos favores, bens e serviços, como usar água de determinado estabelecimento, obter ponto fixo para exercer a prática, ou mesmo ser solicitado para outros tipos de atividade.

Por conseguinte, o contato necessário para o desenvolvimento da flanelagem requer intrinsecamente a visualização-percepção de uma representação que evidencia diversas contradições sociais. Imaginários ligados à pobreza, à insegurança e ao racismo, todos eles atrelados aos moradores de rua, como apontou Giorgette (2006), são frequentemente acionados, contribuindo para construção de momentos que suscitarão dos agentes envolvidos uma resolução.

Por parte do dono do veículo, significados ligados à piedade, caridade e compaixão são utilizados, racionalizando a relação por uma espécie de via religiosa. Esse tipo de comportamento reforça o significado de não trabalho, ofertando quantia a partir de um convencimento altruísta. A resposta do interlocutor é um indício que reforça uma narrativa ligada ao sagrado “Deus te pague”, “Deus te dê em dobro”, “Vá com Deus”, que são frequentemente utilizados.

Em outros casos, alguma disposição por parte do flanelinha, como proteger o carro do cliente do sol com um pedaço de papelão aciona asceses da visualização de uma proatividade

voltada para o trabalho, convencendo-o, desta maneira, a uma retribuição financeira. De fato, o caráter não formal no qual se estrutura tal prática possibilita uma gama de ações por parte dos interlocutores. Todavia, insistimos que mesmo com retribuições financeiras ligadas a uma oferta de serviço mais contundente, como o exemplo citado, as concepções emanadas pelos abordados na rua ainda obedecem a uma configuração, na qual aquele tipo de serviço é dispensável. Muitas vezes, ouvimos determinadas pessoas salientarem a proatividade de determinados flanelinhas como um canal de saída para aquela condição.

Por fim, não poderia deixar de sinalizar a possibilidade de uma relação pautada em um posicionamento afetivo-político de determinados clientes que visualizamos. Essa relação ainda se mostra mais complexa. Há confiança relativa no flanelinha, como dar a chave do carro. Todavia, tal conjuntura parte de uma relação histórica pautada na construção de dispositivos de segurança. Mesmo nesses tipos de relação, não podemos afirmar com toda certeza o esvaziamento dos estigmas que se atrelam à prática de flanelagem.

De uma maneira ou de outra, o flanelinha, principalmente aqueles ligados aos estigmas de viver nas ruas, é colocado no jogo com a obrigação de criar estratégias que possibilitem a obtenção da finalidade de sua função. Em outras palavras, construir dinâmicas de sobrevivência. Vejamos que na Kalilândia-Fundo do Tênis, há uma narrativa de si, estruturada na concepção de trabalho, e que, como mostrado, sofre resistência por parte de outros atores. De fato, não poderíamos deixar de salientar que comportamentos ligados ao mundo “normativo” do trabalho são cotidianamente reproduzidos por essas pessoas. Um horário convencional, dias de trabalho, posturas e amenização de signos que contrariem esse imaginário, dispêndio de labor físico, entre muitas outras. Isso são indicativos que os obstáculos enfrentados no dia a dia dos flanelinhas não perpassam necessariamente por via de uma ideologia meritocrática. Nossas observações apontam para empecilhos mais profundos e dentro de uma ordem que indica as mais diversas formas de estigmas e preconceitos. Beto era um desses sujeitos.

Como forma de salientar essa ascense, referimo-nos a um curso planejado e executado pela entidade responsável do programa do Estado no qual trabalhamos. Em contato com esse tipo de ofício, evidenciamos o interesse e uma ordem prática de fomentar saberes voltados para flanelagem. Neste sentido, organizamos um curso intitulado: Agente Civil de Trânsito. A aderência foi algo surpreendente e demonstrou o interesse de permear conhecimento que orbitam os fazeres dessas pessoas nas ruas. Todavia, no desenvolvimento do planejamento, por diversas vezes, tivemos que negociar horários e modos de atuar. Por parte dos flanelinhas, suscitavam sempre demandas que não interferissem com muito contundência em seus horários

de trabalho, e nos momentos do dia que poderiam, por via da prática angariar saldos monetários. Dentre muitas coisas que esse curso possibilitou²⁵, pudemos perceber que o compromisso laboral e a preocupação profissional, enquanto agente disponível para o serviço naquele momento e naquele local, era fator regencial no cotidiano daquelas pessoas.

Para completar essa análise, ainda se faz necessário indicar que tal prática de flanelagem é majoritariamente exercida por homens, embora existam mulheres também. Na Kalilândia-Fundo do Tênis, essa função caracteriza de forma significativa esse circuito. Por conta disso, o ritmo na região é direcionado, com a finalidade da obtenção de recursos, não se configurando como local de pernoite, nem de comportamentos ligados a uma atitude blasé. Apesar de existirem momentos de distração, entretenimento, lazer, diversos outros tipos de sociabilidades, o trabalho, enquanto uma categoria de se representar no mundo, é o tom que dita o ritmo na região.

Assim o, o circuito Kalilândia-Fundo do Tênis não se configura com o uso espacial aos moldes de uma praça, como acontece na Cidade Nova e Matriz. O chacoalhar das moedas advindos dos bolsos dos flanelinhas conotam uma espécie de movimento predominante na região. Dito isto, a principal motivação que interpela a procura por esse circuito orbita no interesse de sociabilidade atravessado por práticas de trabalho que compõem as possibilidades dessa população. Pouco utilizado à noite e aos finais de semana, Kalilândia-Fundo do Tênis expressa um circuito específico dentro das sociabilidades dos moradores de rua de Feira de Santana.

2.5 NO BANQUETE DOS MENDIGOS: CENTRO DE ABASTECIMENTO

Hoje, fui visitar a futura sede do Centro de Referência Especializado (Centro Pop) para pessoas em “situação de rua”. Soube que os moradores de rua já estavam ocupando o local utilizando o espaço para banho, alimentação, entre outras atividades. Fiquei incumbido de fazer uma mediação com o pessoal, tendo em vista que a presença dos futuros demandatários no espaço estava causando preocupações por parte do poder municipal. Os diálogos emanados pela rede municipal relatavam que os moradores de rua já estavam deteriorando o prédio, fazendo do local uma cena de uso de drogas e que, por conta dessa circunstância, os funcionários da prefeitura responsáveis pelo andamento da obra estavam tendo dificuldade de continuar seus trabalhos. Fiquei sabendo, também, para minha surpresa, que um dos moradores de rua, o Ceará, foi contratado informalmente como ajudante de pedreiro na obra do equipamento público que irá atendê-lo. Chegando no local, adentrei as partes do prédio e pude verificar o bom andamento da estrutura, pensei imediatamente no avanço que seria para o serviço um aparelho pensado exclusivamente para o atendimento da população de rua. A

²⁵ Afirmamos no sentido que outras temáticas foram abordadas, como redução de danos, primeiros socorros e educação financeira. O desenrolar do curso se mostrou um local potente para fomento dos mais diversos diálogos, transmutando-se em um local de aprendizado mútuo, em que ouvimos muitas histórias de vida, entre outras narrativas que colaboraram diretamente com a construção desse trabalho.

localização é ideal, no Centro de Abastecimento, região onde se encontram muitas pessoas nessa situação. Além disso, o equipamento representa um avanço se comparado aos demais prédios onde, nos anos anteriores, eram realizados os atendimentos a essa população. Tive a oportunidade de conhecer as duas sedes anteriores, era lamentável visualizar aquelas condições estruturais. Outro fator primordial diz respeito a encerrar a cultura de rodízio que existe na prestação dos serviços socioassistenciais para população de rua. Além das duas sedes que conheci, o Movimento da População de Rua de Feira de Santana me informou que nos últimos cinco anos, o Centro Pop já percorreu mais uma meia dúzia de locais. Depois da visualização interna, me dirigi à lateral do equipamento, onde estavam localizados banheiros, a lavanderia, que seriam utilizados pelos moradores de rua no atendimento de suas demandas de higiene pessoal. Nesse momento, visualizei cerca de umas dez pessoas sentadas ao redor de uma lata de tinta sendo utilizada como uma espécie de panela, um pequeno fogo com resto de madeirite usados nas caixas de tomate que percorriam o Centro de Abastecimento eram quebradas e utilizadas para manutenção do fogo que nutria a possibilidade de uma futura alimentação para os que estavam ali. No primeiro contato visual, reconheci umas três pessoas, eram usuários do programa que coordenava, participavam das atividades que fomentávamos em outros circuitos de Feira de Santana. Esse reconhecimento me fez sentir à vontade para encostar no grupo, estava meio cauteloso no momento, sabia que alguns conflitos já tinham ocorrido, principalmente por conta do desejo do poder municipal em tensionar a saída daquelas pessoas do local que estavam ocupando. Pensei rapidamente que poderia ser confundido com um desses técnicos, estava a trabalho, com a farda do programa, crachá e todos os símbolos que me atrelam a um agente do poder público. Não gostaria de chegar com a sensação de que eu estaria ali com o dever de retirá-los do local. Um aceno de Kekeu me deu abertura para abrir um diálogo e, de forma amistosa, me sentei perto do pessoal e iniciei um ritual de apresentação. Kekeu era um cara bem cismado, mas já o conhecia de outros contatos e espaços, e isso me deixou um pouco mais à vontade. Ele mexia a panela com uma das madeiras quebradas das caixas de tomate vazias. Perguntei o que estavam cozinhando e uma outra pessoa me informou que eram carcaças de galinha. Nesse momento, percebi uma das pessoas acender um cigarro, outra pessoa tentou repreendê-lo, sinalizando que eu estava presente. Automaticamente, disse que era para ficarem à vontade, tratava-se de um cigarro de maconha, brinquei dizendo que não era novidade para mim. Nesse momento, me ofereceram para uma tragada e utilizei do subterfúgio de estar trabalhando no momento. Continuaram fumando, enquanto uma outra pessoa chegou com uma série de temperos e verduras aparentemente não utilizados para venda no setor comercial do centro de abastecimento. Enquanto a lata pegava fogo com as carcaças de galinha fervendo, Kekeu com a mão destroçava salsas, coentros e cenouras. Automaticamente, subiu o aroma dos temperos. De uma mochila rasgada, outra pessoa retirou um saco cheio de farinha. Ao comando de Kekeu, ela ia derramando aos poucos, enquanto os movimentos circulares mexiam a lata com o alimento. Nesse momento, a maconha já tinha terminado, e todos esperavam a comida ficar pronta. No ínterim, perguntei como as coisas estavam por ali, fui respondido de forma corriqueira e sem muita profundidade. Continuei tentando puxar assunto a respeito dos conflitos que estavam acontecendo por conta da presença deles ali e ninguém fez muita questão de levar o papo adiante. A comida ficou pronta e Kekeu foi o primeiro a meter a mão na lata para se alimentar. Em seguida, os demais assim o fizeram. Era um pirão amarelado e que cheirava bem. Para minha surpresa, levaram a lata até minha pessoa e, sinceramente, não tive como dizer não. Com a mão, juntei um bolo de pirão e comecei a comer. Não era uma coisa que queria fazer, mas me senti desconfortável em rejeitar o alimento. Momentos como esses têm me feito repensar muito a minha atuação com a população de rua, problematizando minha presença nos espaços, e até que ponto existem fronteiras entre modelos de vida tão diferentes. Escrevendo essas linhas, fico a imaginar se aquilo seria um teste, uma forma de me deixar desconfortável ou se simplesmente foi uma ação cotidiana, na qual o significado é, em alguma medida, uma ação que necessariamente eu estou tentando atribuir. Seria desonesto comigo não estranhar comer em uma situação na qual eu nunca tinha experimentado. A mão, a lata, o fogo... No final das contas, seria desonesto também dizer que estava ruim, me surpreendi positivamente com o gosto do alimento (Diário de Campo, 20/11/2018).

No período desse relato, estávamos coordenando o Programa Corra pro Abraço, no município de Feira de Santana. Entre tantas atividades, o programa tinha como intuito fortalecer a rede local de apoio a essa população, facilitando o desenvolvimento dos trabalhos voltados a esse público. Nesse contexto, pediram para realizar mediações, que, no fundo, escondiam o desejo de retirar as pessoas daquele local. Como evidenciado no relato, nesse dia, não pudemos efetuar nenhum diálogo direcionado a esse respeito. Em outras oportunidades, continuamos visitando o local e tentando mediar uma situação de conflito em que desejos antagônicos estavam em jogo. Confessamos que podemos ter frustrado metodologicamente os agentes municipais, jamais concordaríamos com uma retirada forçada daquelas pessoas, ainda mais de um local, no qual, futuramente atenderiam as mesmas pessoas que ali estavam. Atualmente, o mesmo equipamento sofre com os ataques da especulação imobiliária, a construção de um centro de compras, e a suposta revitalização do Centro de Abastecimento (local onde se encontra o serviço) tem servido de munção para agentes governamentais solicitar a retirada do atual Centro Pop dessa localidade. Em contrapartida, o movimento organizado (MNPR-NFSA) tem dialogado com outras instâncias, reafirmando o interesse da população de rua na manutenção do aparelho e na melhoria da qualidade dos serviços. Enquanto agente militante, compomos esse processo de resistência.

Voltando para o período relatado. Tentamos, por diversas vezes, comunicar aos poderes municipais que o equipamento em questão estava localizado em um circuito marcado por sociabilidades de rua e que tinham acertado na escolha do local. Desta maneira, fazia-se necessária uma série de ações transversais que possibilitassem uma atuação que tivesse em seu eixo uma resolutividade que não prejudicasse as vivências das pessoas que usavam a região na dinâmica de suas sobrevivências. Por parte do programa em que trabalhávamos, continuamos investindo em atividades no local, efetuando ações de redução de danos, levantamento de demandas e encaminhamentos para a rede socioassistencial e de saúde - o que no período chamávamos de “atividades de extensão”²⁶. Vale a pena notabilizar que tal procedimento era efetuado em outros circuitos aqui analisados, variando de intensidade e metodologias de acordo com as demandas suscitadas pela população de rua e visualizadas pela equipe do programa. Apesar de ter tido contato com o mapeamento dos territórios aqui analisados na nossa

²⁶ Como relatado, as atividades de extensão eram responsáveis pelo mapeamento das pessoas que utilizavam determinados territórios. O objetivo era causar uma aproximação das pessoas em “situação de rua” com a equipe técnica multiprofissional. Partindo dessa perspectiva, poderíamos levantar as mais variadas demandas da população em questão, oferecendo orientações das mais variadas espécies, tal como encaminhamentos para equipamentos que constituíam a rede socioassistencial do município. Além disso, utilizávamos da arte-educação, convidando as pessoas para o momento de lazer, entretenimento e aprendizado proporcionados pelo programa.

participação na pesquisa de Carvalho *et al.* (2016), foi nas atividades de extensão que tivemos a oportunidade de aprofundar as leituras a respeito das sociabilidades existentes em cada região e, conseqüentemente, visualizar o trânsito praticado pelas pessoas com vivências de rua em Feira de Santana. Esse trabalho continuou mesmo após findar nossas atividades profissionais com o programa, desta vez, por via da convivência²⁷ na rua, mecanismo desenvolvido pelo movimento social como forma de contato e diálogo político com essa população.

O Centro de Abastecimento tem história que se imbrica diretamente com o desenrolar de acontecimentos sociais de grande relevância para a cidade de Feira de Santana. Historicamente, uma cidade voltada para o comércio dos mais diversos bens, o Centro de Abastecimento representa uma guinada desenvolvimentista na cidade, provocando rupturas com tradições culturais centenárias. Inaugurado em 1976²⁸, foi uma obra direcionada para modificação da paisagem urbana e com a finalidade de romper com antigas relações de sociabilidades existentes na urbe (PACHECO, 2009).

Historicamente relacionado a uma gama de disputas ideológicas, políticas, econômicas, culturais e sociais, o Centro de Abastecimento representa importante local de entendimento das transformações cidadinas em Feira de Santana, tornando-se uma via para compreensão de diversos aspectos da cidade. Localiza-se no grande centro urbano de Feira de Santana e tem como finalidade oferecer diversos tipos de produtos e serviços que atendem as mais diversas pessoas da cidade e da região. Sem sombra de dúvidas, o Centro de Abastecimento se figura como um polo econômico da cidade, sendo, desta maneira, também, um nódulo de fomento das mais variadas formas de sociabilidades.

Dentro do complexo, aportam vendedores das mais diversas ordens espalhadas por milhares de metros quadrados, divididos estrutural e socialmente por setores de interesse de venda. De fato, descrever e analisar o Centro de Abastecimento seria um trabalho a parte para dar conta da constelação de relações existentes nesse local. Dentro das fronteiras volúveis, expressam-se movimentos culturais-artísticos, políticos e sociais, refletindo nitidamente conflitos, nuances e especificidades da sociedade feirense.

²⁷ Essa é a nomenclatura utilizada pelo Movimento Nacional da População de Rua – Núcleo Feira de Santana - para os momentos de relação política, afetiva e presença com a população de rua. A convivência é considerada pelo movimento um dos pilares para o engajamento político e manutenção de uma representatividade dos seus atores (principalmente para aqueles e aquelas que não tiveram trajetória de rua ou então solidificaram seu processo de saída das ruas). Metodologicamente, direciona-se para manutenção de vínculos, formação política, criação de unidades em prol da garantia de direitos e fomento de lideranças.

²⁸ “Centro de Abastecimento de Feira de Santana é inaugurado colocando um fim na tradicional feira-livre da cidade”. Disponível em: <http://www.memorialdafeira.ba.gov.br/conteudo.asp?catimg=9#gallery9-44> Acesso em: 01/08/2020.

Devido à complexidade e por intrinsecamente carregar uma gama de possibilidades de ações, o Centro de Abastecimento, para além das quase infinitas representações que carrega, configura-se também como um circuito de rua. Esse aspecto não se dá necessariamente porque no local se fazem presentes pessoas que experienciam as ruas de maneira singular. Esse caráter ultrapassa a simples presença da população de rua. Como veremos, o Centro de Abastecimento mantém sua particularidade no circuito feirense de rua, imprimido ritmo na vida daqueles que fazem da rua uma espécie de habitat.

Como apontado por Rui (2016) e Rodrigues (2016), os centros urbanos por excelência são os locais nos quais experiências de rua se manifestam. Essa afirmação indica relação próxima de experiências cidadinas específicas que são atreladas a modelos de vidas que são impactados por um gama de condicionalidades. Como veremos mais adiante, o fenômeno de rua não se restringe ao nosso tempo contemporâneo, todavia, carrega singularidades sócio-históricas. Em nosso caso específico, as experiências de rua encontradas no Centro de Abastecimento, em grande medida, corroboram modelos existentes em outros centros urbanos nacionais, apresentando dificuldades e nuances similares. Certamente, cada circuito carrega em seu bojo relações genuínas, confeccionadas por prerrogativas culturais e sociais embutidas no espírito do local. Nesse quesito, apresentaremos quais dessas especificações se atrelam ao Centro de Abastecimento.

Em alguma medida, os adjetivos que sinalizam um fator acentuado em cada circuito são encontrados em localidades analisadas, o que gostaríamos de salientar, nesse sentido, é o movimento inerente ao fenômeno aqui estudado. Uma relação que a todo momento se move para características gerais e simultaneamente específicas. A sinalização de tal movimento tem como desejo alertar um posicionamento interpretativo que não tem como objetivo rotular cada circuito analisado. Nossa análise alerta para a intensidade das relações existentes e os impactos que elas exercem sob as escolhas e as formas de se lidar em cada circuito. Por conta dessa preocupação, optamos por uma compreensão que nos desse uma opção de codificar os movimentos existentes no cotidiano dessas pessoas, em vista disso, o sentido de circuito foi utilizado, para demonstrar, principalmente, os lugares específicos, e como por via de sua relação com os diversos agentes atendem as suas demandas.

Esse tipo de análise, em alguma medida, rompe com uma narrativa que constrói impressões a respeito das sociabilidades de rua como inexistente de regras, como se os corpos que habitassem as calçadas fossem movidos pela falta de interesse, ou uma gama de desejos irrefreados, condicionando, muitas vezes, esse debate a uma conotação civilizatória. Talvez por conta disso, observamos por parte de diversas instituições e, até mesmo, de setores ligados ao

Estado interpretações que tangenciam uma leitura dessas pessoas como não-pessoas - uma representação histórica que imprime a esse público -, instituições, coletivos, serviços e bens voltados a seu atendimento uma significação não-cidadã, como apontou Georgetti (2006).

Não à toa, observamos no vocabulário que circunda esse público a ideia de mortos-vivos, bruxos e bruxas, sacis, “nóias” - uma gramática que remete a uma atribuição que aloca os indivíduos em uma leitura de não-existência -; uma narrativa que contém em suas características o processo de retirada de qualquer noção de cidadania, como se sua existência não fosse legítima, e sua “vida” não fosse entendida como digna, aproximando-se daquilo que Rui (2016) identificou como corpos abjetos.

Obviamente, tal configuração merece profundidade analítica, mas sinalizamos que tais procedimentos em vigência nas relações que constituem as vivências de ruas são operacionalizadas por mecanismo de poder construídos por sistemas de opressão ligados à normatização de corpos e à tentativa da formatação de um modelo de existência onde não cabem variações, uma economia moral que tem como finalidade excluir, eliminar e condicionar determinados setores sociais, que não atendam a determinadas especificidades.

Elias (2006) demonstrou que a construção da civilidade ocidental foi fortemente direcionada para um processo de contenção das emoções, uma guinada que tinha como objetivo construir cisões que permitissem distinções entre o homem e a natureza. Esse refinamento social, aplicado na base da manutenção de homéricos conflitos, colaborou diretamente para um sentido de civilidade e de um padrão comportamental necessário para viver em sociedade. Quando nos deparamos, em nosso caso específico, com comportamentos citadinos, nos quais a falta de controle é a narrativa mais presente para significar determinada fração social, observamos, com mais nitidez, o funcionamento dos mecanismos que recaem sobre esse público.

Por conta disso, evidenciamos com frequência que o uso de crack entre outras substâncias compõe dentro do escopo analítico salientado um indicativo da incapacidade de contenção de uma série de comportamentos. Isso gera como consequência o atrelamento imediato a um repertório estigmatizantes existente. Outro indicativo que demonstra a operação dessas funcionalidades diz respeito a um imaginário de não seguimento de normas, principalmente atribuindo esse condicionante a não eficiência das políticas públicas ou equipamentos governamentais. Certamente, faz-se necessária uma compreensão melhor dessa configuração, apontando, de fato, as engrenagens que favorecem a manutenção de uma lógica que no final das contas só está a serviço do agravamento das desigualdades e do fomento das mais variadas violências.

Adiantamos que esses assuntos serão melhor tratados na parte final desse trabalho, porém sua sinalização se faz necessária enquanto indicação das escolhas que optamos para imprimir nossas interpretações. O sentido de circuito e a formalização das análises, por essa via, não têm como interesse aprisionar dentro de uma investigação as experiências múltiplas existentes nas vidas as quais estamos estudando. Nesse sentido, corroboramos Rui (2016): esse trabalho não deseja cair na dicotomia existente entre os coitadinhos que contornam a necessidade de cuidado permanente, fazendo com que aparatos estatais e da sociedade civil construam soluções para isso, sendo que, na maioria das vezes, essas construções reforçam a condição na qual permitem mais construções de aparatos, ou seja, gerando um ciclo de opressão e não resolutividade. Ou, no sentido oposto, tratar como perigosos, acionando os aparatos repressivos e de extermínio, fomentando ideologias para criação de imaginários que permitam subsidiar o medo e avalizar as práticas de violência contra essas pessoas, mais uma vez, sem nenhum tipo de dignidade. Dessa forma, optamos pela via de colaborar para construção de inteligibilidades que mostrem afetos, escolhas, funcionalidades, trânsitos, que evidenciem os mecanismos de opressão. Em última instância, perceber tais circuitos enquanto possibilidades de compreender as condições que colaboram para formação de modelos de vida específicos e representações de si.

No circuito salientado, as práticas que implicam esses modelos estão intrinsicamente conectadas à dinâmica ditada pela feira livre e à intensa atividade comercial existente no local. Certa facilidade para alimentar e colocar a força de trabalho à disposição são indicativos relevantes na leitura desse circuito. Outro fator importante se intrica com a presença de aparelhos municipais voltados para esse público, principalmente o centro de referência (Centro Pop). A dinâmica institucional faz com que o circuito do Centro de Abastecimento seja procurado com a finalidade de solucionar as mais diversas demandas.

Outro aspecto salutar, no que tange ao mercado de oferta de bens e serviços procurados pela população de rua, direciona-se para o consumo de atividades culturais frequentemente ofertadas por outros agentes que compõem o cenário do Centro de Abastecimento. Sambas de roda, encontros de capoeira, ou o tradicional forró de Bié dos Oito Baixos são momentos de entretenimento que colocam o Centro de Abastecimento dentro de escolhas específicas no circuito de rua feirense. O consolidado mercado de venda de álcool, entre outras drogas, também faz desse circuito um local cogitado pela população. Ao redor dos conhecidos “alambiques”, pequenas estruturas voltadas para venda exclusiva de cachaça formam os “sindicatos”, momentos de sociabilidades, em que uma teia de afetos, conflitos e momentos são divididos entre os participantes.

Diferente da Kalilândia-Fundo do Tênis, a flanelagem somente é praticada pelos moradores de rua nos entornos do Centro de Abastecimento, apesar de possuir vasto estacionamento passível para prática, nossas observações indicaram que tal exercício é praticado por outros agentes. Os níveis de concorrência existentes para flanelagem no local englobam outros grupos organizados, fazendo com que o acesso a tais postos de trabalho seja mais escasso. Geralmente, o serviço de “chapa” (descarga de caminhões), ou de carregador (colaborando na logística dos consumidores utilizando carrinhos de mão, a própria força corporal) são atividades realizadas com mais intensidade. Ademais, os pequenos serviços, ou outras práticas voltadas a algum tipo de ganho monetário, obedecem a uma lógica parecida dos outros circuitos.

Para finalizar, indicamos presença marcante de crianças e adolescentes. Nas observações realizadas em todos os circuitos, o Centro de Abastecimento se mostrou como uma localidade onde a faixa etária correspondente à infância e adolescência é notória. Esse dado é corroborado com outros autores, a exemplo de Nery (2018), evidenciando a presença de crianças de rua na localidade analisada. No entanto, vale salientar que, a depender da noção utilizada, ou sem leitura profunda, algumas categorias analíticas podem causar embaçamento.

Tratando-se da relação de crianças e adolescentes no Centro de Abastecimento, os dados empíricos direcionam para necessidade de melhor compreensão da realidade. Certamente, no Centro de Abastecimento, por se tratar de uma rede de relações econômicas e afetivas de alta complexidade, as configurações socioespaciais ganham conotações específicas, fazendo com que as relações mantidas nesse circuito de rua contextualizem os modelos de experiência. Dito de outra maneira, indicamos a presença marcante de modelos familiares (majoritariamente marcado pela presença da mulher) nas atividades realizadas no local. Tal configuração, entrelaçada com a própria estrutura de vida dos agentes que movimentam o local, faz com que os membros das famílias, em nosso caso as crianças, estejam presentes em tais atividades. Esse funcionamento familiar promove uma rede de relações formada em seus locais de trabalho constitua uma série de solidariedades, permitindo a presença da criança no local (em sua totalidade), sob uma vigilância de muitos colaboradores.

Esse tipo de funcionamento deve ser melhor analisado enquanto um exemplo que impõe limites a interpretações que se baseiam nos aparatos literários hegemonicamente utilizado para compreensão dessa população. Até que ponto podemos dizer que tais crianças estão em “situação de rua” se colocarmos sob a lente analítica característica como laços familiares rompidos? Certamente, não indicamos a problematização com a tonalidade de atenuar as vulnerabilidades existentes especificamente para crianças que fazem das sociabilidades das ruas

uma forma de mediar suas experiências no mundo. No entanto, tais relações existentes no Centro de Abastecimento provocam novos tensionamentos.

2.6 ACOLCHOANDO O MEIO FIO: CENTRO DA CIDADE – GETÚLIO VARGAS, RODOVIÁRIA E PRESIDENTE DUTRA

Tenho percorrido, junto com Andreval, todas as quartas à noite, o centro de Feira de Santana. Confesso que têm sido muito proveitosas as caminhadas, os diálogos fomentados e o conhecimento de outros grupos que ocupam o espaço urbano. Sua disposição em me apresentar as pessoas e os locais têm se mostrado valorosa para o entendimento de como a rua se comporta em Feira de Santana. Nessa última quarta em especial, a diversidade de grupos e atividades que perpassamos, indicaram uma dinâmica até então pouco conhecida por mim. Tudo começou na Praça de Alimentação, próximo à pista de Skate. Sentamo-nos, não demorou muito, Ricardo e Danilo apareceram. Nas mãos, carregavam pastéis, me ofereceram e prontamente aceitei. Ficamos ali conversando um pouco ao som das batidas do skate no chão. Minutos depois, um grupo evangélico chegou ao local, organizando uma distribuição de pães e café. Andreval me chamou e fomos até o pessoal. Na companhia dos participantes, apreciei um café quente, o pão rejeitei. Após alguns minutos de distribuição, um homem engravato chega ao local, com o celular ao ouvido, murmurando com seu interlocutor. De uma maneira muito rápida, fui apresentado a tal senhor, era o pastor referente ao grupo religioso presente. Naquele momento, o pessoal que estava organizando a ação já estava conversando comigo, a intimidade de Andreval como o pessoal já tinha possibilitado minha apresentação enquanto pesquisador. Falamos um pouco sobre futebol, enquanto os demais comiam o pão e tomavam o café. Uma música começou a tocar, executada por um dos integrantes religiosos e, ao som do violão, um outro participante informou que em breve seria feita uma oração. Minutos depois, uma roda foi formada e de mãos dadas convidaram o engravatado a proferir algumas palavras, fazendo com que o celular fosse colocado no bolso. O pastor relatou algumas passagens bíblicas, e uma espécie de motivação religiosa foi construída, encerrando o momento com a oração conjunta do pai nosso e uma salva de palmas. Logo após o momento, Andreval veio até mim: “vamos andar”. Caminhando um pouco mais de 500 metros, em frente à prefeitura, outro grupo realizava uma atividade. Dessa vez, uma coisa mais robusta, doações de roupas, calçados, a oferta de alimentos, assim como momentos de descontração. O grupo era numeroso e fazia corriqueiramente o uso do celular para propagar a ação a qual estava realizando. Mais uma vez, Andreval se mostrou muito íntimo do pessoal, intermediando minha apresentação. Não se tratava de uma atividade tipicamente religiosa, como a que tinha presenciado em momentos anteriores, indicava ser uma ação de cunho caridoso. Momentos depois, descobri que parte do coletivo em questão era kardecista. Nessa atividade, tinha muita gente, inclusive famílias que não estavam em condição de rua, trabalhadores urbanos que passavam, aproveitavam o momento de doação e alimentação. Apareceu ser um coletivo muito organizado, por ser numeroso, a quantidade de doações era volumosa. As camisas estampavam uma espécie de patrocínios. Passados mais alguns instantes, Andreval me solicitou novamente, acenando que a caminhada devia continuar. Andamos mais um pouco, não muito e encontramos um pessoal mais à frente, próximo ao mercado de arte municipal, conversando, bebendo, socializando, jogando dominó. Alguns dormiam. Paramos um pouco para conversar. Não demorando muito, um carro à nossa frente começou a oferecer sopa. Mais uma vez, Andreval se mostrou íntimo do pessoal. Nesse momento, alguns aceitaram, outros guardaram. Essa ação se repetiu algumas vezes enquanto estávamos no local. Carros paravam com doações de comidas e cobertores. Mais uma vez Andreval ditou o ritmo e informou ao pessoal que ia embora. Retornando em direção às nossas casas conversamos sobre essa dinâmica e fiquei impressionado com a felicidade dele em percorrer os locais, com o conhecimento que tinha dos grupos e dos horários. Era notório que compreendia uma espécie de cartografia e, mais do que isso, que se sentia satisfeito em percorrer os espaços, conviver e prosear com o pessoal.

“Na rua tem que ser assim, saber entrar e sair”, relatou Andreval com um certo tom de expertise (Dário de Campo, 16/04/2019).

O último circuito a ser abordado se refere à localização que, em alguma medida, representa maior velocidade de movimentos. Apesar das localidades serem constantemente utilizadas, principalmente para o pernoite, suas proximidades fazem com que o trânsito entre os espaços que serão salientados seja mais intenso. Isso ainda diz respeito, com mais veemência, a um ritmo ligado a um período específico desse circuito: a noite. É sob a luz do luar, em que a relação com a cidade se modifica completamente, imprimindo uma cadência ligada às escolhas e sociabilidades que são com mais intensidades procuradas quando o sol se vai.

O circuito que iremos salientar diz respeito à parte da Avenida Getúlio Vargas, principalmente no intervalo mais conectado ao centro da cidade. Tal avenida, no contexto feirense, tem relevância no sentido comercial e logístico. Sua longa extensão abarca diversos tipos de cenários urbanos. Os pontos que serão salientados circundam espaços específicos ao decorrer da avenida que são aproveitados, principalmente à noite, quando o ritmo citadino diminui. Pontos estratégicos que são utilizados para dormir em relativa segurança, para uso de psicoativos, entre outras sociabilidades, imprimem um trânsito específico nesse circuito. Dito isto, são marquises e frentes de lojas escolhidas por prerrogativas estruturais e afetivas, confeccionando, ao longo da grande avenida, pontos cruciais para o pouso de rua. Esses espaços obedecem a uma dinâmica própria da rua, mudando com certa constância, porém, não deixando a avenida de ser palco dessas relações.

Apesar do fator transetorial, ditado pela mudança frequente das escolhas dos espaços, alguns pontos nevrálgicos são visualizados por via de uma intensidade de uso do espaço urbano. Esse uso mais intenso tem relação com dinâmicas noturnas, como funcionamento de bares e restaurantes, além da oferta de alimento, entre outras atividades proporcionadas por grupos filantrópicos (como relatada acima). Esse último aspecto caracteriza com certa veemência o ritmo desse circuito, criando dinâmica e cronograma específicos de atuação. Voltaremos daqui a pouco a esses aspectos.

Por hora, ainda vale completar que esse circuito é composto por outra grande avenida, a chamada Presidente Dutra. Ambas são conectadas por vias arteriais, compondo, desta maneira, um trânsito específico entre os dois espaços. Na região da Presidente Dutra, a procura pelo pernoite é mais intensa, figurando o local como espaço procurado para dormir. Pessoas e grupos se reúnem ao longo da avenida em espaços específicos. Outro fator interessante está na escolha do local para uso intensivo de crack, sendo localidade procurada para essa prática. Apenas a noite e em lugares específicos, tivemos a oportunidade de presenciar o uso da

substância. De forma solitária, ou em pequenos grupos. Essa é uma outra característica a ser salientada nos circuitos de rua: a questão de uma moral específica que envolve o uso de crack e a exposição pública deste ato.

Esse circuito, como dito anteriormente, é marcado por pontos nevrálgicos, em que uma série de relações são formadas durante a noite. A depender do horário, a procura é mais intensa pelas “bocas de rango”, ações voltadas para o fornecimento filantrópico de alimentos para população de rua. Por conta disso, o estacionamento da prefeitura, a região em torno do mercado de arte, a praça de alimentação e, ao longo da avenida Presidente Dutra, carros e coletivos distribuem geralmente sopa, pães e mingau. Essa atividade estrutura um escalonamento “inconsciente” dessas ações, impactando no trânsito dessa população. Os diálogos mantidos pelos grupos indicam os horários, locais, e a qualidade do serviço ofertado, criando uma espécie de mercado de procura e uma organização do seu cotidiano. Ainda são realizadas atividades de lazer, por vezes, executadas por esses grupos, principalmente, em datas comemorativas, como natal, ano novo, entre outras. Com raras incursões alguns equipamentos e serviços municipais atuam à noite, mas, segundo a própria população com a qual tivemos contato, nenhum tipo de periodicidade foi criado pelo poder público.

A mesma coisa não podemos dizer dos aparatos da segurança pública, esses atuam com mais intensidade à noite, registrando nas narrativas dos moradores uma presença mais ativa. A invisibilidade causada pela mudança da dinâmica fertiliza ações normativas do policiamento, acirrando os conflitos existentes e, conseqüentemente, aumentando os índices de violência e violação dos direitos. Por ser um período do dia procurado para maior liberdade para o uso de substâncias e, pautando-se na política da segurança pública embasada pelo proibicionismo, tal conjuntura não colabora para atenuação de relações em que o repertório da violência é acessado com mais recorrência.

Outro fator de relevância gira em torno dos grupos que utilizam as ruas para outras finalidades. Na Presidente Dutra, o mercado sexual fomentado pelas travestis e pelos clientes colaboram com a tonalidade e o ritmo do circuito. Do mesmo modo, acontece na Getúlio Vargas e nas mediações da avenida Marechal Deodoro, onde encontramos outra localização destinada à oferta desses serviços. Há, também, pessoas que transitam entre os nódulos que constituem esse circuito, porém, no geral, percebemos que uma leitura que considera mais fronteiras do que pontes podem ser mais adequada para compreensão das relações existentes. Isso significa afirmar que traços distintivos delineiam com muita nitidez os grupos, fazendo emergir uma relativa separação. Todavia, essa leitura não compreende que há separação total, apontamos

somente para o tom de práticas com objetivos diferentes, apesar de comungarem do mesmo circuito e de ações semelhantes.

Observamos isso com mais nitidez nas práticas de redução de danos desenvolvidas na região. Ao decorrer da avenida, pequenos coletivos iam se formando com objetivos e práticas diferentes. Com nossa constância no local, pudemos nos aproximar um pouco do mercado sexual que ocorre à noite, foi de onde encontramos a demanda por mais camisinhas e lubrificantes. Devido a esse contato, pudemos dialogar com os travestis sobre a relativa separação que observava em nossas práticas. As respostas obtidas iam sempre de encontro a diferenças de finalidade “a gente tá aqui para trabalhar”. Certamente, há outros níveis de interação nos quais nosso contato com o esse meio social não pode observar, no entanto, sinalizamos o presenciado, com intuito de salientar algo que em nossa convivência mereceu atenção.

Esse caráter limítrofe foi observado nas leituras empíricas desse circuito, sinalizando o conhecimento entre os agentes, mas, na maioria do tempo, utilizando espaços diferentes. Certa feita, uma travesti nos falou que ficar perto desse “povo” atrapalhava os rendimentos. Ao considerar as práticas socialmente estigmatizadas que são realizadas pelos agentes que compõem o circuito, a separação pode ter uma funcionalidade específica e confecciona um espaço de acordo com os desejos imprimidos por seus atores.

Voltando aos pontos nevrálgicos, podemos citar também os entornos da rodoviária feirense localizada na Avenida Presidente Dutra. O local, permeado pelo caráter do trânsito, por muitas idas e vindas, constitui uma região participante no circuito de rua feirense. Uma variedade de bares, hotéis a baixo custo, localizam-se na região, fazendo movimentar um mercado específico. O local também é usado para prostituição e com certa recorrência se encontram agentes que vedem crack e outras drogas. As mediações da rodoviária funciona como ponto de apoio praticamente vinte quatro horas do dia. Esse fator possibilita a escolha pelos moradores de rua para o pernoite nesse local. A localização, situada entre a Avenida Getúlio Vargas e a Presidente Dutra, favorece a logística dentro do circuito, possibilitando maior locomoção entre as localidades.

Temos, dessa maneira, um circuito marcado por uma atividade predominantemente noturna, na qual a dinâmica institucional filantrópica, as escolhas pelo pernoite e a atividade de maior intensidade do uso de crack contornam com mais nitidez esse circuito. As atividades laborais declinam pela baixa intensidade e fluxo da própria cidade, abrindo a possibilidade para atos mais ligados ao mercado de substâncias e pequenos delitos e utilização de propriedades privadas. Os catadores compõem também esse cenário, mas, assim como as travestis, tudo

indica compor um grupo marcado por especificidades próprias. Reiteramos mais uma vez que isso não significa que não existem catadores moradores de ruas, ou travestis moradores de rua.

Vale salientar que as leituras a respeito dos circuitos são impactadas por diversas contingências. Uma leitura sobre circuito-noturno requer outras estratégias de presença do pesquisador. E, no nosso caso em especial, era o horário do dia e os momentos nos quais procuramos convivência mais “despretensiosa” das preocupações analíticas. Estar à noite com as pessoas de rua e conversar sobre interesses acadêmicos torna-se inviável e socialmente indelicado. Tirando os momentos que atuávamos junto a um projeto social ou atividade políticas, as noites percorriam tais circuitos para convivências regadas a cerveja e prosa. Os acessos se tornam mais elaborados, as práticas, por se conectarem com o que a jurisprudência caracteriza como ilícita, criam separação nítida, procurando um afastamento funcional de qualquer outro agente que não pertença ao grupo. Por conta dessa conjuntura, uma presença marcada por uma conexão de partilha do momento foi fundamental para nossa relação.

Nesse momento, informações sobre a dinâmica de sobrevivência eram relatadas em mais profundidade. Os acontecimentos do dia a dia eram socializados conjuntamente com suas opiniões. Diálogos sobre a periculosidade das ruas e como o tráfico impactava nisso, ou mesmo, modelos de postura mediante esse contexto eram socializados. Em alguns momentos, dividimos as dores de ter perdido alguém no dia anterior, e os silêncios que muito dizia quando tais momentos ocorreriam. Nesses momentos, também pudemos presenciar cenas de uso, aprendendo um pouco sobre a cultura da droga no contexto feirense.

Outro caráter digno de atenção diz respeito às formações de grupo nos circuitos de rua feirense, principalmente no período noturno. Há preferência por pequenos grupos e, por muitas vezes, encontramos pessoas dormindo sozinhas. Durante o dia, o comportamento se dirige para criação de coletivos mais amplos, enquanto à noite, o que eles chamam de “carreira solo”, são mais praticadas. Os casais, em nossa leitura, convergem para o mesmo direcionamento. Raras foram as exceções onde encontramos, durante a noite, quantidade de pessoas dormindo junto. Com ressalva apenas no circuito da Cidade Nova. Em algumas circunstâncias, mediadas por uma liderança de rua que impõe um controle e uma organização, tal caráter pode aparecer. Porém, em nossas observações, o tom se deu por utilizações de pontos estratégicos da cidade por pessoas sozinhas, ou em grupos, com número pequeno de participantes. Acentuamos esse caráter com a finalidade de evidenciar especificidades das vivências nas ruas de Feira de Santana que se diferem de outras cenas urbanas, como as apontas por Rui (2016) e Rodrigues (2016).

3 RETRATOS EM PAPELÃO: SOCIOBIOGRAFIAS EM PERSPECTIVA

3.1 CONSTRUINDO OS NEGATIVOS

A alusão escolhida no tópico desta seção que inicia a segunda parte deste trabalho tem referências diretas com as escolhas teórico-metodológicas de nossa pesquisa. Como dito anteriormente, a principal linha condutora de nossa investigação se alicerça nos fios tecidos por nossa experiência, aquilo que salientamos como economia do contato. Essa relação dialógica, em que intrinsecamente dilemas, conflitos e sentimentos se embricam no tear dessa investigação, mostrou-se para nós o caminho mais profícuo para constituição de nossas problematizações.

Esse caminho necessariamente não foi escolhido à toa. Partindo dos princípios de uma autoanálise, entendemos que o que havia de mais rico, seja no quesito do material empírico, ou como fonte extratora de investigação, justamente, conectavam-se aos anos de convivência que mantivemos/mantemos com o público aqui estudado. Essa relação que, muitas vezes, teve conotação de fricção não somente alimentou as inquietações que transcrevemos ao decorrer deste texto, como também possibilitou sustentabilidade no que diz respeito à construção de um caminho metodológico que garantisse a construção de uma proposta científica.

Se, de acordo com Bourdieu (2009), os saberes ordinários oriundos de uma relação prática no cotidiano compõem uma peça fundamental na construção do conhecimento sociológico, seguimos esse caminho, no sentido de que tais convivências propiciaram elementos de composição de nossa análise. Certamente, não poderíamos deixar de salientar que esse senso prático preenche apenas um dos requisitos do caminhar científico, a sua relação com uma construção objetivista e, neste sentido, refiro-nos ao fazer do pesquisador nesse jogo, de modo a preencher outras lacunas necessárias para dar conta de uma produção analítica fundamentada.

Por esse caminho, o nosso papel, em grande medida, consiste em objetivar tais saberes práticos oriundos do mundo social, transmutando em esquemas e modelos sociológicos que estão aparados pelo fazer do próprio pesquisar. Esse movimento, mediado pela relação, o que insistimos em chamar de economia do contato, como mostra o pensador supracitado, é constituído por lutas de classificação e relações políticas, muitas vezes, divergentes que, ao fundo, buscam legitimação no seio social.

O que não podemos perder de vista, e nesse sentido Bourdieu nos auxilia em nossa jornada, direciona-se para uma posição de que as construções fictícias, ou representações dos

próprios agentes em sua vida, fazem parte da verdade objetiva do mundo social. Partir desse ponto foi fundamental para escolhermos os caminhos aqui tracejados. Essa postura analítica do mundo social avalizou o interesse de compreender como em suas relações práticas as pessoas com experiências de rua constroem visões de si, e como essas visões têm impacto direto na construção de suas sociabilidades no mundo concreto.

Esse posicionamento teve como principal objetivo escapar de uma prerrogativa fundamental. Tratou-se de fugir de um etnocentrismo voltado a compreender que todos os sujeitos sociais vivem o mundo social como ele descreve para o pesquisador (BOURDIEU, 2020). Ou seja, acreditar que nossas relações, de fato, são reflexo desse mundo social que investigamos.

Essas preocupações nos orientaram primeiramente a construir os circuitos de rua, para que, por via de uma relação prática de reprodução da vida cotidiana, subsidiassem-nos com elementos passíveis de confrontação do nosso fazer científico. Ao considerar que a pretensão objetiva é uma abordagem incontornável do fazer científico. Dito de outra forma, nosso interesse se apega na oposição relacional que colocar em jogo o fazer do pesquisador e sua consciência sobre isso, juntamente com os saberes práticos oriundos dos agentes no mundo social. Desse bojo, estrutura-se a economia dos contatos, onde reside o fazer das ciências sociais na nossa posição.

Direcionando-se agora um pouco mais para a proposta desta seção, salientamos que as linhas orientadoras de nossa pesquisa aderem com mais nitidez a compreensão de fatores que fomentam a elaboração de modelos de racionalização. Por essa via, selecionamos categorias eixo para nos balizar nas histórias de convivência que mantivemos com alguns interlocutores experienciando de rua. Portanto, o impacto da eminência da morte, fator implícito nas vivências de rua, e fortemente encontrado nas narrativas do seu vivente, as relações institucionais analisadas por via de um nascimento em praça pública, assim como os posicionamentos dirigidos aos interesses de saída das ruas, outra narrativa muito presente no cotidiano dessas pessoas, estruturam os leques de temáticas eixo que nos auxiliam a pensar contexto e condicionalidade que impactam em uma economia sentimental e que, de contra partida, oferecem dispositivos de atuação cotidiana. Essas questões, em nossa visão, contribuem para formulações classificatórias de si. Essa é a premissa que nos guia.

Com isso, acionamos as contribuições de Lahire (2004) como suporte de criação daquilo que ele entende por retratos sociológicos. A construção dos retratos em papelão, alusão à perspectiva teórica do autor, tem como finalidade nos proporcionar uma leitura em microescala que tenha como objetivo nos salientar aspectos de uma vida cotidiana que nos evidencie como

as categorias escolhidas como eixo de nossa análise fornecem subsídios para construção do patrimônio de dispositivos dos interlocutores analisados.

Por dentro de nossa leitura, como veremos mais adiante, o contato com a morte e os aspectos derivativos, como o processo de racialização e o contato constante com as mais diversas formas de violência corroboram para formulações de ações que longe de serem, em nosso caso, investigadas por uma perspectiva valorativa (moral), fornecem mecanismo e modelos de atuação no mundo social. Da mesma maneira, observamos nos outros casos analisados, como tais trajetórias, que apesar de terem em comum as convivências na rua, diferem-se, com certa relevância, uma das outras, evidenciando, desta maneira, a constelação de possibilidades existentes em tais experiências e as formas de produção disposicionais.

Esse quesito, ligado à nossa preocupação em entender o processo de internalização das exterioridades, conecta-se com as formulações de *habitus*, contidas no pensamento de Bourdieu (2009) e problematizadas com as reflexões de Lahire (2004). Por essa via, podemos sinalizar as motivações que possibilitam, em nosso caso estrito por exemplo, em não aderir às políticas institucionais, como no retrato criado sobre o nascimento de uma criança em praça pública, ou mesmo, como esse local de relativa escolha conectada à construção dos patrimônios disposicionais podem, em outro exemplo, direcionar uma pessoa para saída das ruas e aderir a movimentos políticos.

Ademais, vale salientar aos leitores que a construção de tais retratos obedece a circunstâncias intrincadas dos sujeitos pesquisados. Isso significa que a utilização do aporte fornecido por Lahire (2004) necessitou passar por adaptações condicionais frente ao contexto e às características da pesquisa. O ambiente muito pouco controlado, se assim podemos dizer, requereu a utilização de instrumentos pautados na convivência, em que o ritual da pesquisa não contou necessariamente com utensílios geralmente utilizados. Lançamos mão da economia do contato justamente por acreditar que no convívio, nas relações sentimentais das mais variadas espécies, na memória, residem elementos cruciais para construção de tais retratos. Obviamente, quando nos foi possível, realizamos entrevistas com agentes envolvidos na confecção das imagens sociológicas que apresentamos a seguir. Por fim, outras fontes de investigação também foram acionadas, como notícias, episódios, encontros específicos, entre outros.

3.2 “NA RUA SE TEM SETE VIDAS?”

O presente tópico se inicia com objetivo de realizar análise baseada a perspectiva teórica da necropolítica, formulada pelo autor camaronês Achille Mbembe (2014). Esse aparato

analítico tem como finalidade esboçar as estratégias de uma “política da morte” que dita, em última instância, a aproximação de determinadas pessoas a fatores de letalidade.

Podemos evidenciar essa seletividade tanática ao observarmos, por via de determinados marcadores, os índices de mortandade existentes em frações sociais específicas²⁹. São grupos racializados, territorializados, compartimentados em determinados espaços. Tal configuração necessária para operacionalização do mecanismo seletivo da morte tem como finalidade elencar as pessoas passíveis de aplicabilidade daquilo que o Mbembe (2018) denominou de necropoder.

Para esta análise, elencamos um retrato de vida particular, considerando as características levantadas por Mbembe (2018) a respeito da atuação de práticas de poder que favoreçam uma leitura singular do papel da morte enquanto dispositivo de controle dos corpos e, conseqüentemente, fator impactante na criação do patrimônio de dispositivos na vida de pessoas com experiências de rua. Em consonância, efetuamos leitura de uma racionalização específica que orbita o contato eminente com o óbito, ponderando que em determinados espaços, a intensidade dessa linguagem, ou seja, o risco constante de ser ceifado impacta as subjetividades das pessoas, resultando na produção de bens simbólicos específicos.

Essa produção, do nosso ponto de vista, colabora, de forma significativa, na construção de representações de si no mundo, modelos de racionalização da vida atravessados pela intensidade da possibilidade de finitude. Mediante tal afirmativa, podemos entender que as experiências de rua são espaços produtivos de racionalidades específicas, nas quais a morte e sua possibilidade são encaradas como um elemento explicativo que ganha centralidade na tentativa de compreensão de diversas instâncias da vida.

Não à toa, em contato com experienciadores da vida nas ruas, deparamo-nos com afirmações do tipo “morri para minha família, por isso estou aqui”, “morri para o mundo”, “a rua é o fim”, “já estou morto mesmo”, tonalidades argumentativas estruturadas em concepções de que seu modelo de existência é permeado por um mal, sendo que esse mal gesta os dispositivos selecionados para explicação de suas modalidades de ser e estar no mundo.

Se, por um lado, as experiências do viver nas ruas são marcadas por processos de territorialização, em que a permissividade da morte tem caráter central; por outro, a realidade sentida pelos habitantes da rua colabora para produção de uma economia simbólica que aparelha as explicações de si e, conseqüentemente, orienta a relação com os outros. Esse jogo mútuo de se construir e construir a própria realidade a partir da centralidade da morte como via

²⁹ “População negra é a principal vítima de homicídio no Brasil”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>. Acessado em: 19/06/2020

explicativa do mundo gera um modelo singular de compreensão de suas próprias vidas-experiências.

Partimos do princípio de que tais explicações de si obedecem a singularidades que estão conectadas ao patrimônio de dispositivos construídos pelas pessoas e suas relações com o mundo no decorrer de suas vidas (LAHIRE, 2004). Essas nuances biográficas, resultantes de um registro singular da pessoa com seu contexto, em nosso caso, transforma-se em um elemento importante para o conhecimento daquilo que seja o significado da morte no contexto de rua. Trata-se de uma elaboração que é abordada por uma perspectiva da “política da morte”, no entanto, vista pelo ângulo de uma experiência específica, situada em determinado lugar.

a necropolítica, que visa a demonstrar a relação entre biopoder, soberania e estado de exceção com o estabelecimento de uma política da morte que perpassa pela eleição de um inimigo que, em tais circunstâncias, se torna o alvo, independentemente de oferecer um perigo concreto àqueles que ocupam, dentro deste vasto “império colonial”, espaços privilegiados de poder (WERMUTH; MARCHT; MELLO, 2021, p. 26).

Dito isso, cabe evidenciar a história de vida de Aloísio: homem, autodeclarado negro, com vivências de rua que tivemos a oportunidade de conhecer pelas andanças e atuações no município feirense.

Utilizando de elementos da memória, das narrativas de pessoas próximas (entrevista), dos episódios vivenciados conjuntamente com o nosso interlocutor, produzimos uma espécie de retrato, com a finalidade de demonstrar como o patrimônio de disposições inerentes a contextos específicos pode influenciar as práticas e representações dos sujeitos. Esse interesse continua conectado com a proposta de salientar como tais experiência alimentam um campo de conflito nas formas de classificações de tais populações.

Partimos do pressuposto de que a rua demonstra características que podem ser interpretadas pelo viés de sua relação com outros agentes que a permeiam. Essa conexão está sendo subsidiada pelas observações empíricas constatadas, demonstrando como a rede de significados que envolve a morte tem impacto direto nas práticas voltadas para essa população. Em nosso caso específico, na cidade de Feira de Santana, e pela realidade reconstruída por via da história de Aloísio.

Agentes estatais, políticas públicas, sistemas de violências, aparatos burocráticos, a própria população de rua, compõem um cenário que é articulado por um conjunto de proibições, negações, permissões, concessões. Esse panorama requer dos sujeitos modelos de negociações e mediações que têm como finalidade a manutenção de um equilíbrio relativo das relações sociais. Esse contexto suscita compreensões que tendem a observar os níveis de autonomia

existentes em ocasiões específicas, tal visibilidade, em nossa posição, é mais perceptível quando nos aproximamos de casos concretos e minuciosos.

Como iremos observar, é preciso saber “sobreviver na rua”, encontrar momentos certos de “ganhar peito” ou ficar “pianinho”. Essa postura, de acordo com nossa análise, é atravessada por um nível de intensidade da possibilidade da morte, fruto direto de um processo de territorialização estruturado pela violência, de acordo com Mbembe (2018). Por esse caminho, entendemos que tal eminência tanática compõem o *habitus* de rua. Em outras palavras, como a história individual e coletiva, sedimentada no corpo, colabora para os modelos de agir no mundo social, como as estruturas sociais se tornam estruturas mentais (CATANI *et al.*, 2017).

Assim, percorremos um caminho que foi mediado por uma história específica de rua. Enfatizando esse percurso, tivemos como finalidade acentuar os caminhos que possibilitaram a aproximação com esse público e, conseqüentemente, com Aloísio, sujeito central desta seção. Ademais, nossa análise se posiciona a partir de uma concepção de territorialização por via da necropolítica. Isso significa assumir o sentido de território por via do Mbembe (2018), ou seja, construções de espaços racializados, cujo mecanismo da letalidade compõe uma funcionalidade específica de controle dos corpos.

Entendemos que as ruas de Feira de Santana, de maneira abrangente, são marcadas por dispositivos de poder que operacionalizam a morte de pessoas específicas. Neste sentido, a rua se torna um local “privilegiado” para interpretações que visam compreender tais mecanismos de controle. Tendo em vista que tal território-rua é marcado pela constante violência e letalidade, defendemos que o nível de contato com tal realidade resulta na criação de bens simbólicos específicos, colaborando diretamente para processos de racionalização que têm como elemento principal signos conectados à concepção de morte.

Dito isso, a necropolítica diz respeito a uma construção social de corpos matáveis, reverberando emocionalmente naqueles que utilizam as ruas como uma espécie de moradia. Devido a isso, é comum ouvir por parte das pessoas com experiências de rua as seguintes frases: “na rua não se dorme, se cochila”, “na rua se dorme com um olho aberto, outro fechado”, “a gente dorme e não sabe se vai acordar”. Isso significa que o constante estado de insegurança estruturado por uma política que tem a morte como dispositivo de controle faz emergir práticas singulares. São essas práticas, tal como as formas de funcionamento desse mecanismo, que evidenciamos por dentro da trajetória de Aloísio.

Nunca tínhamos visualizado olhos tão profundos e amarelados. Usava constantemente boné. Homem negro, corpo esbelto. Costumava mastigar palitos. Às vezes, era difícil ouvir sua voz. Falava baixo geralmente – sujeito aparentemente tímido e observador. Levava o codinome

ou apelido de Coutos. Segundo os demais colegas de rua, carregava tal alcunha por ter vindo de outra “freguesia”. Aloísio era da capital baiana, cresceu e viveu a maior parte de sua vida no bairro soteropolitano chamado Fazenda Coutos. Antes de se fixar em terras feirenses, convivia com sua avó, mãe e irmã.

Essa era uma faceta de sua vida que ele não gostava de relatar. Inicialmente, imaginamos que se tratava de um passado no qual não gostaria de rememorar. De fato, o silenciamento de determinados aspectos da vida compõe as estratégias de sobrevivência na rua. Investigando sua trajetória, encontramos uma atividade familiar bastante conturbada. A morte de sua mãe, ausência do seu pai, a criação da avó, o envolvimento com “coisas erradas” na adolescência colaborou para fragilização de laços familiares. A fragilização desses laços é um indicativo apontado como um dos fatores que colaboram para chegada da vida nas ruas (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015).

Ao nos aproximarmos de tal realidade, observamos um contínuo de violências das mais variadas espécies. Em nosso contexto específico, temos um sujeito marcado por uma criação fragmentada, crescendo em uma família atravessada pela dificuldade de acesso a bens e serviços, impactada pelos altos índices de violência (PORTELA *et al.*, 2019). Para Aloísio, seu contato com o sentido de morte específico não se inicia com as convivências de rua experimentadas em Feira de Santana - teve início em sua infância. Parte oriunda pelo contexto vivido, onde tal realidade se fazia presente entre seus pares de bairro, como também por episódios dentro do próprio seio parental.

Um processo de descolamento da realidade familiar é intensificado pelas estruturas que regem os afetos e pelas posições disposicionais que o sujeito vai aderindo ao decorrer da vida. Desta maneira, outras sociabilidades dentro dessa economia sentimental ganham mais notoriedade. Podemos observar esse percurso ao analisar a chegada de Aloísio nas ruas de Feira de Santana. Visualizamos processualmente o descolamento da importância de determinados agentes da vida desse sujeito. De acordo com as informações obtidas, Aloísio, logo após se estabelecer em Feira de Santana, jamais retornou ao seu lar de nascença. Desencontros afetivos com seus familiares soteropolitanos o fizeram escolher sair de casa e viver em outra cidade. Em todos os anos que viveu no interior baiano, recebeu apenas uma visita de sua irmã.

O contexto desse contato foi ocasionado pelo internamento de Aloísio em um hospital público da cidade. Tinha sido alvejado por seis tiros. Recém-chegado na cidade, envolvera-se em uma situação na qual passou pelo risco de morte. Nesse período, Aloísio mantinha relações próximas com primos que moravam no bairro da Rua Nova, em Feira de Santana. Sua experiência inicial na cidade foi mediada por esses parentes. Intercalando a vida na rua e a

estadia com tais familiares, foi estruturando sua experiência cidadina, inicialmente marcada pelo atentado à sua vida.

Até então existia um contato familiar com sua antiga realidade. A presença de sua irmã nesse contexto inicial em Feira de Santana pode ser encarada como o encerramento desse contato parental. Daquele dia em diante, sua irmã, a única pessoa a procurá-lo, somente o veria novamente em seu velório. Essa relação de irmandade parece ter sido o último elemento de uma realidade familiar historicamente fragmentada.

Esse primeiro episódio (de quase morte) que marcou os tempos iniciais de Aloísio em Feira de Santana é relevante por dois pontos. O primeiro diz respeito a uma situação de morte (eminência) que o caracterizaria durante todo seu percurso de vida. O segundo está no âmbito que tal acontecimento marcou uma segunda cisão familiar. O distanciamento dos primos e uma intensificação da vida nas ruas foram consequências imediatas. Essa afirmativa se pauta no aparecimento de um novo contexto. Aloísio buscou sociabilidades em outros bairros da cidade e, com isso, conviveu com novas pessoas. Nesse ínterim, conheceu a pessoa que o acompanharia pelo restante dos seus dias.

Não se preocupe: quantas vezes você quiser, pode vir aqui. Eu amo falar do meu amor (Alda).

Essa frase encerrou minha entrevista com Alda, viúva, que por muitos anos viveu com Aloísio nas ruas de Feira de Santana. Agora, em sua residência, recuperando-se de graves problemas de saúde³⁰, assume que deixou a vida na rua de lado.

Minha idade não permite mais. Meu tempo de maloca já passou - melhores momentos de minha vida. Tinha essa coisa de droga, essa parte era ruim, mas na rua ali, com Coutos, fui muito feliz (Alda).

Segundo Alda, esse primeiro contato com a morte na recém-chegada de Aloísio à Feira de Santana não foi testemunhada por ela.

O conheci um pouco depois. Me lembro da cicatriz que ele carregava no peito. Ele me contou que foi por pouco; a bala parou a um dedo do coração. Às vezes, mostrava aquilo com orgulho (Alda).

De acordo com seus relatos, o ocorrido com Aloísio fez com que ele se afastasse da região onde seus primos residiam, na Rua Nova. Tudo indica, também, que o problema tenha

³⁰ Na fase final da construção deste trabalho, fomos impactados pelo falecimento de Alda. Retorno a esse tópico nas considerações finais.

ocorrido com pessoas dessa região, inviabilizando o retorno para aquela localidade. Essa condição fez com que Aloísio se aproximasse de outro bairro popular de Feira de Santana, a Baraúnas³¹, local onde Alda residia.

Aloísio costumava trabalhar catando papelão. Conforme Bursztyn (2003), a reciclagem é um ofício muito comum entre aqueles que vivem nas ruas. Como resultado desse ofício, o conhecimento geográfico e de uma cartografia social colaborou para os processos de familiarização dele na cidade. Esse conhecimento é fundamental para saciar as necessidades materiais e subjetivas nas ruas. Principalmente, no que diz respeito às atividades de compra e uso de crack.

O consumo de substâncias psicoativas desde sua adolescência ganhou contornos específicos. Seu contato cotidiano e a radicalização do uso estão proporcionalmente atrelados pelas intempéries de sua vida. Sabemos que questões ligadas a marcadores sociais impactam diretamente nas escolhas das substâncias, nas formas e nos locais de uso e, principalmente, nas consequências sociais do abuso de determinadas drogas. A classificação dos usuários perpassa por questões raciais, espaciais, de gênero e econômicas, colaborando para criação de tipologias estigmatizantes específicas.

Rui (2012), em estudo em São Paulo, identificou uma gama de perfis de usuários de crack. Essa heterogeneidade do uso é reforçada por marcadores que se justificam pelas narrativas construídas ou, até mesmo, pelas condições de higiene. Isso significa dizer que os padrões de uso, ou seja, intensidade de consumo, formas, locais, escolhas interpessoais, estão conectadas à historicidade do sujeito com a substância. Esse fator é significativo na construção de modelos de uso, impactando diretamente na construção de diversos perfis de usuários. Essa leitura tem se mostrado salutar, no que tange ao combate de narrativas homogeneizantes e discriminativas, no que diz respeito ao consumo de substâncias ilícitas. Esses usos sociais do crack se conectam com o patrimônio de dispositivos que a pessoa carrega. Certamente, pessoas com condições econômicas para manutenção de seu consumo tendem a não exercer uma série de atividades para ter acesso à substância.

³¹ Vale salientar que Baraúnas e Rua Nova, em Feira de Santana, assim como Fazenda Coutos, em Salvador, carregam semelhanças em suas características. Esses bairros são compostos por pessoas com baixo poder aquisitivo, majoritariamente negras, localidades que passam por processos de estigmatização e fortemente marcados pela violência policial e pelos homicídios, principalmente de jovens negros. Tais localidades podem ser caracterizadas pelo processo de territorialização, de acordo com Mbembe (2018), em que os aparatos de violência e controle do Estado mais exercem suas atividades.

Em nosso caso estrito, as relações de trabalho enquanto reciclador eram conciliadas por outras atividades fortuitas, condicionando Aloísio a uma linha tênue da legalidade. Esse seria outro fator marcante de sua trajetória de vida.

Coutos deu muitas entradas. Às vezes, ele ficava quieto, mas quando tirava para aprontar, não tinha quem segurasse. Eu nunca fui a favor dessas ondas, mas na rua, a gente vê e faz muita coisa. Às vezes, quem está na chuva tem que se molhar, eu entendo isso hoje (Alda).

Após a tentativa de retirada de sua vida, episódio que marcou sua chegada à Feira de Santana, Coutos se enveredava pela linha tênue da ilegalidade, sendo detido algumas vezes pela segurança pública. Ao que tudo indica, os delitos cometidos estavam na ordem de um baixo peso penal, possibilitando sua saída com pouco tempo de cárcere. Essa conjuntura era levada por ele como uma forma de expertise, caráter valorativo para quem vive na rua. Um capital social específico que dentre os seus pares têm valorização particular. No entanto, o cenário que desejamos salientar se volta para o mundo com que Aloísio entrou em contato.

Após sua primeira experiência de quase morte em Feira de Santana, proibido de acessar seus antigos contextos, procurou outros ares, nos quais pudesse manter seu estilo e ritmo de vida. Desta maneira, acessou outros circuitos, sendo esses caracterizados pelo acesso e uso do crack.

Foi no mundo da droga que nos conhecemos. Ele descia direto aqui para Baraúnas para pegar umas bichas, e eu, naquele tempo, já era onda doida também. Certo dia, ele me chamou para curtir; eu disse a ele que não era dessas não, de fazer coisa com homem por conta de droga. Mas, ele me disse que era só para curtir a onda mesmo, sem nada por trás. E, assim, foi algumas vezes. Toda vez que ele descia, me chamava, a gente foi ficando amigo e rolou. Certa vez, ele veio me chamar só que eu já estava curtido com outro carinha. Ele ficou retado, foi ciúme. Eu percebi que ele estava ligado em mim (Alda).

Nesse contexto de uso, logo após uma experiência de quase morte, Aloísio conheceu Alda e, no desenrolar dessas sociabilidades, desenvolveram relação de afeto que duraria o restante de sua vida. Alda relatou que começou a acompanhar Coutos na rua, passava dias e voltada para casa, e assim sua relação foi se intensificando. Esse encontro e, posteriormente, a construção de um relacionamento modificaria as experiências de vida de ambos, a relação de afeto constituída pelas experiências mútuas de vida na rua. Com isso, esse relacionamento ganhou notoriedade na interpretação, em primeiro lugar, por conta da construção de um outro laço afetivo e a construção de uma outra relação familiar. Aloísio que outrora estava marcado por diversas cisões sentimentais nas experiências de rua, reconstrói um outro sentido de família. Um segundo ponto que torna relevante esse encontro diz respeito ao período de mergulho na

vida nas ruas, acompanhado agora por uma companheira que partilhava com seu modo de vida. Não resta dúvidas que Alda teve uma centralidade na vida de Aloísio e, no que diz respeito a nossa construção textual, ganhou relevância no que tange à reconstrução de uma história na qual não tivemos acesso em minhas experiências diretas com Coutos. Travávamos debates sobre as atividades que realizavam com as pessoas na rua, sobre o uso de drogas e, com raras oportunidades, falamos do seu passado. Ele sempre me questionava sobre minha atuação e interpelava os motivos de ter escolhido trabalhar com o público de rua.

Essa relação, referindo ao contexto com Alda, teve início no ano de 2013 e foi marcada pelo convívio constante na rua. Até então, temos um sujeito marcado por diversas fragmentações: familiares, territoriais, afetivas. Sua chegada à cidade de Feira de Santana foi marcada pelo contato com a morte. Tal acontecimento provoca novas rupturas quanto aos laços familiares, impulsionando uma estadia na rua. Essa série de acontecimentos possibilitou a construção de um novo laço afetivo. Ao lado de Alda, Aloísio encontrou uma companhia para reforçar suas experiências de rua.

A gente ficava um tempão na rua, nesse vai e vem. Eu gostava muito. A gente dava os corres, se divertia, ficava na maloca. Isso era dia e noite. A gente tinha nosso ponto de dormir; o pessoal da loja já sabia. A gente deixava tudo arrumadinho quando acordava. Eu varria e tudo (Alda).

Os itinerários das experiências de rua eram fortemente marcados por um trânsito de atividades, sempre intercalando atividades laborais, recreativas, percorrendo espaços e equipamentos voltados para esse público, com a finalidade de saciar as necessidades mais variadas.

Outro fator significativo dessas relações na rua diz respeito ao contato com os mais diversos tipos de violência.

Coutos tinha uma vida de gato. Eu nunca vi aquilo não. Tinha dias que nem eu conseguia segurar aquele homem. Não comia regue de ninguém. Certa vez, fomos acordados na rua com uma arma apontada para cabeça. Coutos disse ao policial que se ele fosse homem largaria a arma e sairia na mão. Nesse dia, ele tomou tanto pau. Ele era assim, e não era só com polícia não; ele não comia regue de ninguém na rua. E se bebesse, era pior: olha que ele não gostava muito de beber não. Usava as paradas e não bebia (Alda).

Dentro dos códigos produzidos pela rua, esse tipo de comportamento de Aloísio é constantemente valorizado. Por muitas vezes, ouvir a categoria “tá com peito”, “tem peito”, “perdeu o peito” para indicar que determinadas pessoas não têm mais a mesma atitude ou coragem para determinados tipos de comportamento. Essa categoria tem relação com uma espécie de respeitabilidade relativa ao nível de intensidade no qual se faz uso ou contato com a

violência. Nas nossas experiências na rua, percebemos que outros indivíduos comungavam do mesmo tipo de imagem. O reforço de tal narrativa sempre estava atrelado a uma série de signos que eram reforçados por diversos tipos de práticas. Uso de faca entre outros utensílios, vocabulário específico, até mesmo a intensidade do uso de determinadas substâncias, colabora para formação de uma representação específica na rua.

Quando passávamos as tardes na maloca com Aloísio e os demais, percebíamos que as atuações de cada agente envolvido se diferenciavam a partir de uma personalidade pautada na capacidade de determinadas práticas. Uns sabiam pedir, outros sabiam flanelar, outros tinham mais expertise no diálogo com as instituições públicas, já Aloísio era caracterizado pela capacidade de se expor, de cometer atos infracionais. Essa diferenciação fica evidente nos comentários das próprias pessoas na rua: “eu faço minhas ondas, mas não roubo”, “tem gente que faz coisa errado, eu não faço”. Evidenciando uma pluralidade de patrimônios disposicionais. Ao certo, a linha que divide as interpretações dos sujeitos, no que diz respeito ao que seja certo e errado, obedece a uma consciência coletiva que tem como característica opiniões diversas a respeito das próprias práticas dessa coletividade.

Ao partir das experiências que presenciamos, o que de fato ficou em evidência partiu de um princípio de hierarquização mediado pela capacidade do uso da violência. Aqueles menos aptos a acessar o repertório da violência, em certa medida, são protegidos a depender de sua atuação intergrupala, em troca de pequenos favores, recebem a partilha daquilo que pode ser consumido coletivamente. No caso das mulheres, esse mecanismo ainda se torna mais intenso e opressor. Isso nos fez perceber, que no contexto de Feira de Santana, algumas malocas são diferenciadas pelo grau de permissividade existente no local. Essa característica não se difere exclusivamente pela troca dos agentes, muito pelo contrário, vinculam-se a construções de regras coletivas que consideram um consenso de práticas.

Nesse sentido, alguns espaços são mais aptos para dormir, por exemplo, fazendo com que pessoas que queiram utilizar o espaço de outra forma procurem um local específico para manutenção de suas práticas. Essas características têm relevância para compreendermos a posição de cada agente dentro do grupo e, em certa medida, sua funcionalidade. Aloísio, enquanto sujeito alocado por uma produção simbólica pautada na violência, ocupava um lugar de certo destaque. Ao considerar a heterogeneidade do grupo, podemos indicar que mulheres, LGBTQIA+, idosos, crianças ocupam papéis específicos nessas sociabilidades. Apesar do embaçamento existente nas práticas coletivas das pessoas na rua - digamos no sentido de muitos compartilharem de práticas semelhantes -, ainda assim há divisão, no que diz respeito à

intensidade dessas práticas. Isso pode ser visualizado pelo contato que cada agente tem com situações de violência e subalternidade.

A apreensão dessas posições no espectro da rua se torna relevante, no que tange à compreensão dos dispositivos utilizados por cada um em suas experiências cidadinas e, com isso, colabora diretamente para o entendimento das mais variadas práticas nesse âmbito. A fim de exemplificar, recorremos a um trecho do diário de observações que data de 24 de maio de 2017.

Essa tarde estive no ponto de Mortadela. Percebo que é um local muito frequentado por pessoas de rua aqui na Kalilândia. Sentei-me no meio fio e fiquei conversando com o pessoal. O local estava muito movimentado. Do outro lado da rua, tinha um terreno baldio, observei o entra e sai constante. Naquele momento, percebi que estava em uma cena de uso. Até então tinha muito contato com Mortadela. Nossa experiência no hospital tinha me dado uma certa intimidade com ele. Senti que ele estava um pouco desconcertado com minha presença. Sempre foi muito falante e nesse dia estava mais calado. Com um pouco mais de tempo que fiquei ali, vi sair do terreno mais três pessoas, dentre eles Coutos. Confesso que fiquei um pouco nervoso, pensei em ir embora, o local estava bem agitado. Decidi ficar. Coutos e os demais encostaram. Formamos uma espécie de semicírculo. Transcorriam muitas conversas paralelas. Percebi que o local estava mais agitado do que o de costume. Certamente, o embalo da euforia do crack colaborava para o clima. Confesso que, por muitas vezes, pensei em ir embora; o pessoal começou a mostrar facas, fazer brincadeiras. Uma avaliação rápida me fez ficar. Coutos nesse momento falou para uma mulher que estava sentada ao meu lado, em uma bicicleta: quer dar outro pau? Olhando para mim, ele me disse: “Ei, Barba, já viu um homem fumando crack? Anote aí no seu caderno o que você vai ver agora”. Coutos se aproximou de mim, se agachou, puxou um cachimbo do bolso, algumas vozes o recriminaram: “Aqui não, Coutos!”. Mais uma vez, ele pediu para anotar. Eu fiquei apenas observando. Ele ali agachado mexendo no cachimbo. Demorou um pouco. Tirou uma pedra de crack do outro bolso e falou comigo: “Já viu?”. Eu pedi para ver, estendi a mão e ele depositou o artefato. Lembro que, no momento, disse: “Então é isso...” Ele, estendendo a mão, novamente me pediu a pedra de crack, deu um sinal para a mulher que estava na bicicleta, ambos atravessaram a rua e entraram no terreno baldio (Diário de Campo 24/05/2017).

Esse episódio foi marcante nos nossos primeiros contatos com as pessoas nas ruas. O cenário que ali se montou naquela tarde, até então, era uma novidade para nós. Nossas experiências estavam ligadas às atividades profissionais, comungando de momentos com as pessoas de rua em situações específicas. Naquele dia, participamos de uma prática relativamente íntima para coletividade, partilhando de uma dinâmica que nos fez perceber posições e atuações singulares do grupo. A despreocupação com a imagem, a exposição do uso, a intenção de partilhar algo conosco naquele dia, em nossa leitura, mostraram as especificidades de uma racionalização mais despreocupada com as consequências dos atos. Tal comportamento pôde ser observado em outras atitudes, ao decorrer da vida; a economia simbólica sempre foi permeada pela produção de uma atuação que considera uma lógica de perigo. Do nosso ponto de vista, esse caráter é formulado pelo nível de intensidade do contato com a violência e a possibilidade da morte, gerando, desta forma, um modo singular de vida e subjetividade urbana.

Vale salientar que, nas observações ao decorrer de todos esses anos, não encontramos em Feira de Santana locais de uso de crack como os mencionados por Rui (2012). Espaços de exposição mais intensos do uso, a “céu aberto”. Isso não significa dizer que tais formas não existam, no entanto, salientamos um estigma que envolve os usuários de rua em Feira de Santana. O uso de terrenos baldios, casas abandonadas³², espaços de maior isolamento visual são mais utilizados para o uso da substância. Não encontramos em nossas observações a utilização coletiva e despreocupada em praças públicas, por exemplo, como acontece em algumas cidades do território brasileiro.

O retrato que estamos construindo de Coutos perpassa justamente por uma série de rupturas institucionais que se direcionam para intensificação de uma vida na rua. Esse trajeto é proporcionalmente atrelado a uma produção e reprodução da vida pautada nos diversos contatos com a possibilidade da morte. Dito de outra forma, todo esse ciclo de violência, oriundo desde a infância e radicalizado em suas experiências de rua, formatou uma personalidade específica, em que o medo e a morte compõem suas especificidades de pensar e sentir o mundo. Seu papel de destaque por via da violência, seu histórico permeado por uma série de infrações o alocou em uma posição específica, refletindo em sua racionalização elementos de uma vida e de um território na qual a necropolítica opera.

Certamente, esse percurso não é marcado por uma linearidade, nem somente por um processo de radicalização constante de suas práticas até levar à sua morte. Os relatos dos agentes que acompanharam de perto a sua vida sinalizaram a tentativa de buscar outros caminhos. Algumas tentativas de internação em “comunidades terapêuticas”, o não uso de psicoativos por longos períodos, até mesmo a tentativa de entrada no movimento social pode ser vista como formas de compreensão analítica de sua vida. Não se trata somente de um percurso sem pausas ou contornos.

Nas ruas de Feira de Santana, era considerado um forasteiro³³. Há nas práticas dos “moradores de rua” um sistema de hierarquização pautado na premissa de pertença por

³² Muitas vezes, recebíamos ligação do poder público municipal sobre a utilização de determinados imóveis privados enquanto cena de uso de drogas. Tais ligações tinham o interesse de angariar nossa colaboração, dentre outros agentes (militantes), na tentativa de desocupação de tais locais. Nos restringíamos à comunicação dos usuários em tais cenas, avisando que fomos notificados e as possíveis consequências de tal visibilidade. Na grande maioria das vezes, o grupo que ali frequentava, aos poucos deixava o local, até mesmo como estratégia de conter, principalmente, a violência policial. Em alguns outros casos, os aparatos repressivos mediavam tal relação usando a violência.

³³ Essa é uma questão que merece mais atenção. O sentido de forasteiro se atrela a um conjunto de outros aspectos culturais, subjetivos, sociais e materiais. Uma espécie de código que é acionado em diversas situações no cotidiano das pessoas que fazem das ruas sua rede de existência e sobrevivência. O forasteiro é constantemente ameaçado e há probabilidade de sofrer violência física e simbólica, principalmente, nos períodos iniciais de sua chegada a determinados circuitos. Presenciamos algumas práticas que se pautavam na narrativa do “de fora”. Os últimos

naturalidade. E, por muitas vezes, pudemos presenciar o esforço de Coutos em contornar situações nas quais sua condição de estrangeiro era elevada. “Cala a boca, Coutos! Você é de fora também” - sempre argumentava outro vivente nas ruas. Essa condição, esbarrada em uma construção hierárquica do grupo em Feira de Santana, era mais um elemento que apontava uma reformulação de sua prática. Isso significa dizer que o uso da violência muitas vezes se tornava o caminho viável para abrandar essa relação.

Simmel (1983), em sua reflexão sobre o estrangeiro, aponta para as características que condicionam essa posição. O caráter da proximidade e da distância intrínseco ao agente que não compõe determinado grupo desde sua formação; o predicado que indica sobre a condição do estrangeiro estar dentro e fora ao mesmo tempo, colabora diretamente para uma adjetivação específica desse sujeito. Em nosso caso, recaía sob Aloísio, em momentos particulares, essa condição, sendo utilizada como forma de barganha.

Já apontamos que, em circuitos de vivências, a divisão espacial é um procedimento que visa angariar formas de sustento da vida material, tendo em vista que a flanelagem é uma atividade laboral que tem retornos monetários. Todavia, esse tipo de aquisição de espaços obedece a regras específicas, dentre elas, o tempo de permanência naquele local. A quantidade de tempo efetuando essa atividade é a moeda que mais pesa na condição de conseguir um espaço para atuação dessa prática. Aloísio, vindo de outra localidade, encontrou em sua condição de estrangeiro mais uma barreira social. Mesmo sendo um sujeito com certo respeito, somente conseguia atuar como flanelinha mediante a permissão ou ausência do dono do “ponto”. Em nossa interpretação, essa é mais uma condição que impulsiona Aloísio a optar por outras práticas de sobrevivência.

Todavia, sua condição de rua, tal como sua trajetória, atenuava seu caráter de forasteiro junto aos demais. Coutos há muitos anos estava nas ruas de Feira de Santana, e isso o “classificava” de outra maneira, a depender do momento. Existia um respeito dos demais. Uma autoridade reafirmada na sua capacidade de assumir níveis de violência e periculosidade. Tinha peito³⁴, isso significa muito em uma rede de relações constituída pelo acesso ao repertório da violência constantemente.

lugares na fila da sopa, ou de qualquer outro tipo de alimentação. Proibição para falar ou opinar em um momento de sociabilidade. Negação de acesso a meios de renda, como ser vetado a olhar carros, lavar carros em determinadas regiões do centro da cidade. Ou seja, é tecida uma rede de negações a partir dessa narrativa. Podemos também pensar essa nuance pela ótica identitária e como o sistema se ressignifica a partir da “naturalização” da pessoa no território. No caso relatado, a conjuração desse discurso junto a Coutos não tinha a mesma eficácia do que com os demais. O tempo, as práticas e a convivência com os “estabelecidos” resultou em uma espécie de capital social e simbólico.

³⁴ Como salientado: “Ter peito” é um jargão constantemente utilizado para demonstração de atos de coragem, virilidade e violência. Vincula-se a uma série de comportamentos nos quais alocam os sujeitos em uma posição

Bourdieu (1982) apontou que o agregado de recursos com objetivo de constituir uma rede de relações duráveis, tal como o reconhecimento mútuo dos seus pares, está dentro da ordem do capital social. Porém, o recurso utilizado para angariar crédito, no espaço social da rua, sugere práticas específicas. A valorização e o respeito que resultam da probabilidade do agente em canalizar certos privilégios para determinados fins, no contexto urbano das vivências de rua, atendem a pré-requisitos singulares.

A posição de destaque na maloca³⁵, notada nos diversos contatos que tivemos com Coutos³⁶, vinculava-se a uma mistura de afeto, respeito e medo³⁷. Eram constantes suas narrativas a respeito dos episódios passados na rua. Sua experiência no cárcere, seus atos de violências, a sobrevivência a uma tentativa de homicídio (sendo alvejado por seis tiros), seu envolvimento com o tráfico de drogas, os diversos percalços relacionados com a polícia são formadores de uma atmosfera favorável para reconhecimento e valorização dos seus pares. Ao mesmo tempo, construía representações de si. Dentro do espírito da vida nas ruas, há especificidades que regem os coros narrativos, e os modelos ideais de sobrevivência são executados por atitudes como as que foram citadas.

Essa configuração específica de espaço social nos chama atenção para criação de territórios (urbanos) que são por excelência e “exceção” ligados à possibilidade da morte, sua

tênue entre o ato e as consequências dos mesmos. Ou seja, há uma espécie de recompensa simbólica para o nível de proximidade com a morte, o cárcere, ou o grau de astúcia utilizado. O enfrentamento às forças policiais, a imposição de sua vontade aos demais mediada pela violência, a iniciativa de cometer delitos (furtos, roubos e assaltos), associação com organizações criminosas são alguns indicativos qualificativos dentro dessa narrativa. Podemos avaliar esse discurso principalmente pela ótica da masculinidade e como essa noção está ligada a uma lógica heteronormativa, em alguma medida, do que é ser homem “morador de rua”.

³⁵ O termo Maloca carrega nuances específicas. Geralmente, é utilizado para denominar o senso de coletivo voltado para reunião de várias pessoas com experiência de rua. Todavia, maloca pode ser considerada como um microcosmo complexo e carregado de características próprias. No contexto feirense, costuma-se atribuir muito o termo maloca a determinados espaços urbanos utilizados para as convivências das mais variadas pelos “moradores de rua”: Maloca da Cidade Nova, Maloca do Fundo do Tênis, Maloca da Rodoviária. Ao mesmo tempo em que se associa a um espectro fixo da cidade, a Maloca é marcada pelo trânsito de pessoas e singularidades específicas. Determinadas Malocas se configuram para as ascensões voltadas ao trabalho, já outras Malocas são direcionadas para o pernoite e outros tipos de relações.

³⁶ Momentos de atividades políticas, como também atividades culturais, ou simplesmente, momento de convivência “despreocupada”. Seja dentro da prerrogativa profissional, atuando enquanto agente do Estado, ou enquanto ativista, era notória a relação de respeito advinda dos demais para com ele.

³⁷ No que diz respeito a nossa relação com ele, um episódio merece atenção. Como dito anteriormente, os primeiros contatos com a população de Rua em Feira de Santana foram mediados por Edcarlos, fundador do (MNPR- Núcleo Feira de Santana), e ativistas dos direitos humanos. Edcarlos há muito conhecia Coutos, das andanças e do convívio inerente da prática política, assim como conhecia também a companheira de Coutos, Alda, amiga de infância de Edcarlos - ambos cresceram juntos no mesmo bairro (Baraúnas) em Feira de Santana. Certa feita, Alda, companheira de Coutos, passou mal, problemas relacionados à saúde. Naquele período, trabalhávamos para o programa do Estado e prontamente colaboramos com o internamento, tal como com o acompanhamento institucional. Atribuímos a esse momento o início dos nossos contatos, mediado pela figura de Edcarlos e Alda (que até hoje acompanhamos). Tempos mais tarde, em uma conversa, ele nos falou: “Você foi cara homem aquele dia. Prefeitura nenhuma fez isso pela gente”. Uma vida marcada pelo descaso institucional por parte do poder público fez a nossa atitude, dentro de certa economia sentimental, ser valorizada.

naturalização e por políticas estruturadas para criação de zonas de abandono condicionados à tolerância do óbito (BUTLER, 2011). Nesse contexto, a raça – e todo seu histórico de produção dicotômica, característica constituinte da modernidade – tem posição central na compreensão desses fenômenos. O binarismo colonial endossado pelo pensamento europeu/ocidental formulou concepções em opostos de brancos e negros, civilizados e selvagens, cristãos e pagãos. Esse procedimento colaborou para territorialização da identidade, mapeamento e racialização dos espaços sociais, viabilizando a atuação da necropolítica (MBEMBE, 2018; MBEMBE, 2014).

Não à toa, favelas e guetos, em sentido estrito, determinadas ruas de Feira de Santana são selecionadas pelo espírito “passivo” do “deixe morrer”. Devido a isso, escolhemos uma pessoa que transitou por praticamente todos os equipamentos e serviços³⁸ ofertados pelo Estado para expressar as características constituintes da necropolítica.

E, por esse caminho, estamos acentuados uma formação de Estado aos moldes foucaultianos, cuja concepção parte por uma ideia de Estado que tem como objetivo centralizar-girir os poderes. Partindo de uma gestão institucional e disciplinar, tal mecanismo tem como finalidade a dominação de sujeitos específicos; formas de governamentabilidade. Certamente, temos que considerar que tais projetos de gestão de poder e as respectivas formas de governanças estão ligadas a construções históricas singulares. No caso brasileiro, características como o acentuado projeto de racialização e a construção da identidade nacional pautam na exclusão sistemática de frações sociais, assim como a relação de dependência geopolítica e econômica delinearão formas particulares de atuação. Podemos perceber isso na alta letalidade policial brasileira, por exemplo.

Certamente, não desejamos esvaziar a rua, condicionando-a a uma perspectiva ligada literalmente à violência. No sentido aqui abordado, tal característica é salientada com intuito de compreendermos as engrenagens que regem determinados aspectos das experiências de rua. Coutos, enquanto personagem dessa trama, tem como objetivo problematizar tais realidades latentes. A acentuação das formas de valorização do capital social somente indica como a lógica internalizada pelos agentes está vinculada à formatação de territórios que suscitam determinados papéis.

³⁸ Centro de Referência Especializado para População de Rua (CREAS – POP), Equipe de Abordagem, Consultório na Rua, Casas de Passagens, Programas Governamentais (Crack é possível Vencer, Corra Pro Abraço), sistema carcerário, Sistema Único de Saúde (SUS) e Defensoria Pública do Estado da Bahia são alguns dos serviços e equipamentos perpassados na trajetória de rua de Coutos.

Mbembe (2018), utilizando-se do exemplo da Palestina, aponta como a lógica do terror e da morte, no fundo, são faces da mesma moeda. O sentido de martírio e sobrevivência caminham lado a lado e, mais do que isso, operam como modalidade de liberdade. Sobreviver, em determinados casos, significa lutar contra inimigos, matá-los e escapar com vida. Por essa lente, o nível mais básico de sobrevivência não escapa do sentido de morte.

Transportando tal observação à realidade das ruas feirenses (guardando as devidas proporções), encontramos sistemas parecidos de sobrevivência, em que a lei do mais forte está na capacidade de se manter na linha tênue entre matar e morrer. O espírito das forças que regem essas modalidades de vida poderia ser encontrado em diversas narrativas de Coutos, principalmente no sentido de reafirmar a quantidade de assassinatos que cometera. “Tu sabe que eu sou bolo doido né Matheus”, “Ô meu fio, na rua é matar ou morrer, oxe, tu não sabe como é não”. A veracidade da informação nesse sentido é o que menos importa. Pelas nossas observações, por muitas vezes, percebemos o território da rua dentro de um espaço de vida ou morte. Sabemos que corremos o risco de certo romantismo, se é que tal adjetivo cabe ao contexto, todavia fica muito difícil encarar os dados estatísticos de morte da população de rua, tal como as cenas de violências visualizadas nesses anos de convivência com a rua.

Dessa maneira, seguindo a sugestão de Mbembe (2018), atrelar a rua a uma forma específica de subjugação da vida ao poder da morte parece ser compreensível e analiticamente eficaz. Talvez, por conta dessa figuração, o estatuto dos “moradores de rua” associa-se aos significantes que envolvem a ideia de “mortos-vivos”. Ora, sabemos que a relação com as drogas (psicoativos)³⁹, principalmente o crack, colabora diretamente para essa narrativa, assim como as narrativas racializada dos usuários. Todavia, nesse discurso, está incutida uma realidade que é composta principalmente por uma expectativa do imaginário social permeado pela morte rápida e certa daqueles corpos negros que compõem determinados horizontes urbanos.

Dentre muitos apelidos que Coutos carregava, “Sete Vidas” sempre chamou atenção. É o retrato de uma vida correspondente a uma realidade específica de rua. Vale ressaltar que esses aspectos salientados partem do retrato forjado a respeito de Coutos. Não gostaríamos de esvaziar a complexidade de um sujeito que era carregado por mil outras sentimentalidades. Seria imprudente de nossa parte não salientar que tais aspectos evidenciados correspondem

³⁹ Esse ponto também merece mais profundidade. Sabemos que a política de guerras às drogas e todo ideário disseminado ao combate e extermínio do psicoativo estão ligados também a uma prerrogativa de caça aos traficantes, tal como aos usuários (RIBEIRO JÚNIOR, 2016).

meramente ao interesse investigativo aqui proposto e dos elementos que pudemos presenciar em nossa convivência com ele.

Era um “bicho solto”⁴⁰, constantemente metia-se em situações delicadas. E as conversas corriam soltas na rua. Ora uma situação com faca, outra por briga, suas vivências eram marcadas por uma inquietude constante; um trânsito marcado pela periculosidade e eminência da morte.

Na tentativa de reconstruir as motivações que levavam a um modelo de vida específico, salientamos um trecho da entrevista realizada com Alda, sua companheira de rua.

Eu, às vezes, perguntava a ele por que ele fazia determinadas coisas. Ele me dizia que não conseguia ficar quieto. Eu ficava chateada quando ele aprontava, às vezes, não tinha necessidade. Quando eu falava: por que tu fez isso, Coutos? Ele sempre me respondia: “Tu já não sabes quando eu estou quieto, vem o diabo e sopra no meu ouvido”. O diabo sempre armava para ele (Alda).

Por muitas vezes, fazíamos questão de dar carona a ele após as atividades de percussão que eram realizadas pelo projeto. Eram espaços em que podíamos conversar com ele sozinho, indagar a respeito de determinadas coisas de nossas vidas. Em alguns desses momentos, o questionávamos perguntando o porquê de ele ter feito determinadas coisas. As respostas eram sempre rápidas. “Tu já não sabe? A gente é assim mesmo, mano”. Essa racionalização de si à primeira vista pode ser lida por uma ótica de conformismo, todavia, não se faz suficiente para compreendermos um modo de vida bastante singular.

No entanto, utilizando leitura mais minuciosa, observamos uma produção simbólica fortemente pautada na possibilidade da morte, atribuindo adjetivos a determinadas práticas que estão na ordem de uma dicotomia: viver ou morrer. Essa racionalização específica constrói-se por uma relação minuciosa com a finitude, partindo de uma sensibilidade direta com a proximidade da letalidade e das violências que a circundam. Essa trama faz emergir um senso de categorização pautado em uma relação de tempo específica e no entendimento da periculosidade como uma maneira de sobrevivência. Esse fator é estruturado pela produção de um território que diz a todo momento aos seus viventes que aquele não é o seu lugar⁴¹ e que a morte é um método que pode ser utilizado a qualquer momento para resolução desse problema.

⁴⁰ No contexto da rua, uma nomenclatura utilizada para caracterizar uma pessoa experta, astuta, ligeira, corajosa. Bicho solto pode ser entendido também pelo viés da internalização civilizatória no sujeito. Em outras palavras, pela proximidade do selvagem que a pessoa pode alcançar. A própria nomenclatura sugere algo ligado ao animalesco, sem razão, não humano.

⁴¹ Ao final desse capítulo, abordaremos sobre o paradigma do não-lugar e seu objetivo pautado no desejo constante de “sair das ruas”, daquilo que apontamos como: paradigma de saída das ruas. Em nossa leitura, tal paradigma carrega, dentro outros mecanismos, a constante operação de sinalizar que a rua não é lugar para se viver. E, no caso aqui abordado, a morte pode ser encarada como um mecanismo resolutivo para se fazer comprimir essa característica.

Quando isso é somado a uma trajetória de vida pautada em diversas rupturas afetivas e institucionais, um jogo de sedimentação subjetiva começa a se cristalizar, oferecendo ao vivente apenas dispositivos que reproduzam a lógica de uma sobrevivência pautada pelo contato eminente com a morte. A consequência dessa relação, em última instância, forja identidades, em que o sentido da vida tem contornos próprios. Em alguma medida, tal relação pode ser observada em diversos aspectos da vida daqueles que vivem nas ruas, principalmente, no que diz respeito à aderência a novos modos de vidas fomentados por equipamentos e políticas públicas que desconhecem os aspectos supracitados.

A atuação policial, as políticas higienistas, o racismo, as diversas imagens formuladas pela ótica do preconceito fomentam um campo de produções simbólicas, em que os viventes de rua, sujeitos que experienciam essa relação tanática, produzem formulações específicas de suas vidas, fomentando o patrimônio de dispositivos que compõem sua existência. No caso específico de Aloísio, observamos como a letalidade e a violência foram artefatos estruturantes na vida dele. Mas, podemos observar que tais produções simbólicas podem ser construídas de outras maneiras na rua. Por conta disso, visualizamos com frequência outros perfis: pessoas que escolhem andarilhar, outros que se voltam ao engajamento político, indivíduos radicalizados no uso de substâncias, pessoas que buscam a própria saída da rua, outros que se envolvem na mendicância. Todavia, reafirmamos que tais tipologias são interferências de uma relação de perda e finitude, ressignificadas das mais diversas formas no decorrer da vida.

Certa feita, no transcorrer de um dia de trabalho, recebemos uma ligação. Era o pessoal do MNPR-NFSA, informando que Coutos, mais uma vez, tinha levado vários tiros e estava em estado grave no hospital. Ainda recordamos com muita nitidez da frase final na ligação: “Matheus, dessa vez, ele não escapa”. Após muitas cirurgias, Coutos sobreviveu. Perdera os movimentos das pernas, um projétil tinha acertado sua coluna.

Comparecemos ao hospital quando foi possível a realização de visitas. O clima de tristeza pairava no ar. Tivemos que mediar um ataque de desespero: Coutos tentou arrancar os fios e mangueiras que auxiliavam no tratamento. Tinha perdido um rim, por conta disso estava usando sondas. O serviço social constantemente nos avisava sobre a dificuldade do senhor Aloísio em aderir ao tratamento. Dias depois, o óbito.

Recebemos a notícia com certo espanto, tínhamos acompanhado o quadro clínico de Aloísio durante os dias de internamento. A situação, apesar de grave, apresentava recuperação constante. Percebemos seu desconforto de voltar ao mesmo hospital que há anos o fez passar por procedimentos semelhantes. Dessa vez, o golpe foi mais duro. Sabíamos que não voltaria

mais a andar e, além disso, mostrava-se preocupado com sua vida na rua mediante essa nova condição. No leito, chegou a afirmar: “como eu vou voltar pra rua assim?”.

Os relatos das enfermeiras e cuidadoras demonstravam insatisfação com a sua presença; a inquietude de Aloísio era recorrente. Chegou a quebrar a janela da enfermagem em um ato de desespero e violência. Pedia com frequência para sair daquele lugar, apesar de compreender que seu quadro clínico suscitava cuidados. Durante sua presença no hospital, fizemos um revezamento. Alda, sua companheira, passou a maior parte do tempo com ele. Outros integrantes do MNPR-Núcleo Feira⁴² de Santana acompanhavam de perto.

O internamento pode ser pensado como mais um episódio no qual o contato com a morte se fez, mais uma vez, presente. Depois de facadas, brigas, diversas ameaças, encontrava-se novamente em uma situação de risco, no qual o fim poderia ser considerado muito mais do que uma opção, uma saída. Talvez, em alguma medida, isso explique seu desejo de deixar o hospital e seu comportamento arredo com o lugar. Tanto contato com a morte possibilitou ver a situação de uma maneira singular. Sua morte foi rodeada de mistérios. O movimento social desconfiou de negligência médica, Alda sustenta a hipótese de suicídio. De fato, jamais saberíamos o que de fato ocorreu.

Segundo o relato médico, uma infecção generalizada ceifou a vida de Aloísio. Da noite para o dia, seu quadro clínico piorou e, enfim, a morte concluiu seu trabalho. Por via de uma necropolítica, mais uma vida teve sua finitude permeada por uma trajetória específica. Em seu velório, poucas pessoas: sua irmã, única parente a se fazer presente, prestou suas últimas condolências. De caixão fechado, o velório transcorreu. O órgão da prefeitura que se responsabilizou pelo funeral informou que não vestiu o defunto de forma correta. Para os presentes, não houve uma última imagem. Para nós, restou a inquietação de um momento que reverbera perguntas até os dias atuais.

A vida é composta por muitas veredas, e as linhas que sucederam aqui não tiveram como premissa uma conjuração ética de um modelo cidadão desviante. A proposta tem como intuito ir além, atravessando a vida de Aloísio para desvelar os funcionamentos de uma política que tem como objetivo racializar territórios e subjugar-los ao poder da morte como forma de controle.

Mbembe (2018) ainda nos alerta que uma das esferas da atuação da necropolítica está no âmbito de gerenciar estruturalmente os bens e serviços, direcionando as benesses para os socialmente privilegiados. Além disso, a política da morte tem a seu favor todo o aparato

⁴² Carla Silva, Edcarlos Venâncio, Renildo Santos, entre outros.

burocrático e político flexibilizado e enrijecido, conforme a seleção social dos corpos que o acionam. O necropoder situa os territórios, fomenta o terror, propaga a internalização da morte com o apoio narrativo de frações sociais. A rua, neste sentido, pode ser encarada como mais um espaço para operação da política da morte, tendo a seu favor uma série de instrumentos facilmente visualizados pela narrativa exposta aqui.

Como podemos perceber, esse cenário, permeado pela constante presença da violência e da possibilidade da morte, produz formas de pensar que direcionam as atuações das pessoas em determinados contextos. Pelo retrato traçado a partir da trajetória de Aloísio, podemos perceber como a internalização desse modo de viver reflete diretamente uma racionalização do mundo em que a morte se torna uma categoria explicativa. Sua chegada na rua, permanência e seu atos estão permeados por uma série de rupturas que possibilitam a construção de vida específica. Não se pode morrer quando já se está morto. Tal produção somente se torna possível quando temos uma configuração de território no qual o necropoder se mostra como um dispositivo em operação, selecionando espaços e pessoas que serão impactadas pela economia da morte.

Os números sobre o extermínio dessa população não nos mostram outro horizonte. O reino de Tântos se instaura em experiências cidadinas específicas e, em nosso caso, parece que a rua é seu lugar por excelência. Seja pela morosidade estatal, pelo uso burocrático para o afastamento dos serviços e bens, pela atuação do aparato violento do Estado, pelas atuações descompromissadas dos seus agentes, assim como pelo próprio reforço originado das convivências das ruas: a política da morte ganha corpo-vida. E, em um sentido estrito, Aloísio foi mais um dos seus agentes. Prontos e ávidos para ceifar ou para ser ceifado em prol de um sistema que tem a morte e suas representações simbólicas como engrenagem principal.

Dessa maneira, propusemos mostrar que, em condições específicas, uma teia de relações desenvolve formas exclusivas de racionalização. Tais confecções têm como principal premissa a subjugação da vida ao poder da morte (MBEMBE, 2018). Extrapolando a visualização de um aparato genocida, identificamos por via de um caso concreto como tal conjuntura possibilita a formulação de tipos específicos de compreensão do mundo. Mediado pelo contato com a morte, a produção de bens simbólicos em experiências de ruas rege as formas de se portar na urbe, ao mesmo tempo em que produz uma coletividade contemporânea peculiar.

Ademais, ainda vale frisar que tal mecanismo ceifador continua sua operação sem muitos empecilhos. Recentemente, escrevemos um pequeno artigo em um blog local “A

população de rua quer viver”⁴³, imbuído pelo terror provocado por diversas mortes de pessoas com experiências de rua em Feira de Santana. Os dados oriundos do movimento social apontam que somente em 2021, mais de 12 pessoas foram assassinadas nas ruas feirenses. Os dados sobre o atual contexto pandêmico não nos foram evidenciados, levando a crer que, no atual momento, os números podem ser maiores do que imaginamos.

3.3 SE A RUA TAMBÉM É MÃE, QUEM SÃO SEUS FILHOS?

O episódio que iremos retratar abarca um aspecto de relevância sobre os debates a respeito dos viventes de rua. Após analisarmos os impactos oriundos de uma vida marcada pela eminência da morte, pretendemos nesse tópico problematizar um caráter relativamente oposto ao tema anterior: nascimento de uma bebê em meio ao contexto das vivências de rua. A escolha desse assunto respeita nosso interesse em perpassar por temáticas que fomentam com certa relevância não somente as diversas produções de conhecimento no âmbito acadêmico e fora dele, como também colaboram diretamente para construção de representações e formas de racionalizações no mundo.

A morte, a vida e a saídas das ruas (esse último tópico será tema do próximo ponto), em alguma medida criam um campo gravitacional – não esvaziando – a respeito dos debates sobre a população de rua. Problematizando um leque de nuances que nos aproximam de uma compreensão mais nítida dessas formas de existência. Essa perspectiva também é caracterizada por uma leitura desses sujeitos que compreende a priori que tais categorias não apenas fomentam a formas de compreensão dessas existências, mas, em alguma medida, carregam a produção de imaginários que impacta relativamente na vida dessas pessoas.

Não podemos esquecer que “viver, morrer ou nascer nas ruas”, em certa medida, contrapõem uma série de mecanismos históricos de normatização, ou melhor dizendo, são consequências diretas de uma construção social, em que o controle dos corpos, dos modelos de se viver e das formas de existir estão subjugados a crivos específicos. Esse jogo de controle e subjugação fomenta uma economia específica, suscitando de diversos agentes não apenas uma resposta, mas, principalmente, a elaboração de aparelhos legais, instituições, políticas e “tecnológicas terapêuticas”. Uma economia da “tutela”, mais especificamente, no retrato que iremos revelar, torna-se o objetivo desta seção.

⁴³ Disponível em: <https://igor.blog.br/index.php/2021/03/23/a-populacao-em-situacao-de-rua-quer-viver/> Acesso em: 20/05/2021.

O paradigma do “desvio” como nos apontou Di Flora (1987) ainda rege com certa relevância uma economia que é estruturante não somente das vidas de homens e mulheres que experienciam seu cotidiano nas ruas, mas, também, nos modelos de produção do conhecimento sobre público em questão. Nesse movimento marcado pela interação entre os diversos agentes que compõem esse campo, fomentamos as interpretações que alimentam esse trabalho. Seguindo por esse caminho, explicitamos, com mais intensidade, o episódio que desejo abordar.

A primeira coisa que nos chamou atenção foram as feridas em sua pele. Com um tempo, descobrimos que a sífilis estava em um estágio avançado e comprometia boa parte do seu corpo. Sentada em uma pequena elevação no solo, geografia pertencente ao Centro de Abastecimento, cuidava de duas crianças, eram seus filhos que, ao seu redor, orbitavam. Improvisavam brincadeiras e utilizavam gravetos e derivados do lixo como espécie de brinquedos, improvisações que somente o universo onírico das crianças são capazes de realizar. Salomé, sempre furtiva, olhava as crianças brincarem, enquanto isso, fazia questão de em pequenos gestos evidenciar seu desconforto com a nossa presença.

Oferecemos água, Carla, assistente social que conosco trabalhava em um programa do Estado, fomentando atividades de redução de danos e arte educação naquele território, já tinha iniciado um diálogo prévio. Permanecemos ali, agachados, tentando de alguma maneira encontrar uma frequência para fomentar conversas. Entre os silêncios que compuseram as presencialidades de existências distintas, percebemos seu cabelo embaraçado, e como sua mão constantemente acariciava sua barriga. Naquele momento, ficou nítido para nós que aquela mulher estava esperando um outro ser. Entre a prosa quase que inexistente, ficamos um certo tempo ali, sentados, quase mudos. As crianças ainda a brincar, com certa recorrência, solicitavam algum tipo de alimento ou teciam algum tipo de comentário “você são da prefeitura é?”. Por dentro de nossas limitações, explicávamos quais eram os intuitos de nossa presença e de nossas ações.

Tal cenário se repetiu durante algumas semanas, sempre que íamos realizar atividades no circuito do Centro de Abastecimento, encontrávamos Salomé e seus filhos. A situação daquela família gerava certo desconforto na equipe de trabalho e suscitava em nós uma inquietude que nos direcionava para criação de estratégias de sensibilização mútua, no final das contas, o desejo era nos aproximar. Entendíamos que fomentar um diálogo, naquele momento, era a única via que poderia nos levar a uma relação de cuidado mais próxima com a sua família. Dito de outra maneira: realizar o nosso trabalho.

Como dito anteriormente, o circuito do Centro de Abastecimento é formado, dentre outras coisas, pela presença de um equipamento público de referência para população em-de

rua. No entanto, tal presencialidade não significava construções de pontes entre profissionais e o público-alvo. Muito próximo aos serviços ofertados para o público de rua, Salomé e seus filhos “residiam” e gerenciavam suas vidas de acordo com os trâmites requeridos pelas vivências de rua.

Essa “invisibilização” frente aos serviços ofertados estão dentro de uma ordem complexa, obedecendo a uma série de marcadores que fomentam um tipo de relação específica entre os usuários do sistema e os agentes que compõem tais serviços. Uma série de pensadoras já apontaram para as nuances que estruturam essas práticas. Giogerte (2006) sinalizou como as construções das representações sociais impactam nos imaginários das pessoas que trabalham diretamente com esse público, gerando, muitas vezes, uma relação de culpabilização do outro. Esse procedimento ao fundo colabora para ineficácia dos métodos de atuação, das modalidades de interferência na vida dessas pessoas, isso quando somado à falta de condição para realização das atividades, assim como a precariedade no bojo das relações do trabalho operacionaliza um desempenho cuja visão sobre outro será fortemente permeada por uma leitura em que escolhas individuais exercem um peso substancial.

Esse processo se conecta diretamente com o fomento de práticas profissionais que se distanciam do sentido de cidadania, instrumentalizando um fazer pouco resolutivo de suas ações. No mesmo sentido, Di Flora (1987), ao investigar as funcionalidades institucionais que regem o fazer de determinados equipamentos, encontrou contradições intrínsecas, evidenciando como as próprias propostas são fomentadas dentro de uma prática contraditória, fazendo com que o aparato institucional, muitas vezes, colabore para manutenção de determinados estilos de vida. Até certo ponto, Salomé estar ao lado de um equipamento voltado específico para essa população e não ter mantido um diálogo qualitativo com o equipamento, é um indício de como o comportamento institucional pode reforçar determinadas realidades. Quando questionamos a respeito de não ter procurado o equipamento, ela reportou: “fazer o quê lá, eu que não vou lá”.

Adicionando a tal realidade o panorama de individualização e o fomento da “gerência de si”, estratégia ligada ao caráter da economia neoliberal como nos apontou Silva (2009), visualizamos os mecanismos seletivos que provocam propositalmente o silenciamento de determinados corpos, elegendo por via dos “deixe-os morrer” como nos apontou Butler (2011), as vidas passíveis de precariedade. Em nosso episódio estrito, considerando o caso de Samolé, outras barreiras sociais, como salientou Moura (2020), interpelam a realidade que estamos abordando. Sua condição de mulher e usuária de crack ressoam com intensidade.

Malheiros (2020) evidenciou como uma gramática da violência compõe o cotidiano de mulheres usuárias de drogas e com vivências de rua, fomentando uma série de opressões sobre

seus corpos. A cultura do uso de substâncias, fortemente intrincada com uma política de drogas pautada no proibicionismo (guerra às drogas), constitui fator de relevância para compreendermos não somente as construções imagéticas sobre essas mulheres (mães com vivências de rua), mas, também, determinadas posturas institucionais/profissionais. Pensando por esse caminho, visualizamos como as “invisibilidades” (ver mais não ver, como no caso de Salomé) no fundo estão carregadas de mecanismo de subjugação, ou melhor, violências de gênero. Tais aparatos são construídos sob formas de normatizações históricas, em que somando-se a outros marcadores (raciais, de classe, por exemplo), delineiam o horizonte de opressões vivenciadas cotidianamente por essas mulheres. Direcionando tais interpretações ao caso empírico aqui estudado, encontramos uma realidade em que essas opressões retroalimentam o afastamento de procedimentos de cuidados, colaborando, em alguma medida, para o uso mais acentuado de determinadas substâncias entre outras condições de precariedade, assim como evidenciado pela autora mencionada. Além disso, elencamos uma espécie de atuação que denominamos “tutela seletiva”. Como iremos observar, os aparatos legais e estatais somente entraram em atuação quando o limiar de uma construção do desvio estiver alcançado os patamares permissíveis de desempenho. Reforçando uma operacionalização que não se preocupa com medidas preventivas, importando-se fundamentalmente com as prerrogativas corretivas.

Isso em alguma medida explica por que Salomé semanas afora prosseguia sua vida ao lado de uma política pública oficialmente voltada para seu perfil, porém, um fosso “invisível” afastava a possibilidade da construção de uma relação, em que, em alguma medida, determinadas realidades de sua vida poderiam ser amenizadas. A sinalização dessa distância se torna relevante em nosso contexto, enquanto um dos motivadores que nos fizeram entrar em uma espécie de engajamento, no qual, em certa medida, a ineficiência do poder público suscitou outras formas de me relacionar.

Semana após semana, o diálogo que outrora era marcado profundamente por silencialidades foi dando lugar a uma conversa mais amistosa. Apresentamos algumas possibilidades no que diz respeito a procedimentos terapêuticos que poderiam colaborar com seu processo de gestação, tal como, pelos incômodos gerados pelas enfermidades que lhe acometida. No mesmo período, sentimos que as crianças, seus filhos, acostumaram um pouco mais com a nossa presença. Vale salientar que o trabalho realizado pela assistente social, Carla Silva, naquele momento colega de trabalho, possibilitou abertura maior para o fomento de nossa relação. Acreditamos que sua condição de mulher, como também toda sua vivência oriunda da

militância junto às pessoas com experiências de rua, possibilitaram seu acesso a uma linguagem específica, principalmente no sentido de criar uma relação de segurança conosco.

Esse ponto se torna relevante salientar pelo caráter que estruturava nossa relação com aquelas vivências de rua. Salomé, era profundamente marcada pelo distanciamento de pessoas com perfis similares ao nosso: no sentido que denominamos anteriormente de agente-colaborador. Muito tempo depois, relatou que já havia se decepcionado demais com pessoas que “prometiam as coisas e nunca cumpriam”. Essas racionalizações que afastavam outros agentes de sua convivência, ao certo, fomentaram os distanciamentos institucionais-burocráticos como o presenciado por nós envolvendo o Centro Pop. Colaborando diretamente para construção de patrimônios dispositivos de rua singulares. E não discorremos somente das distâncias dos serviços governamentais, arriscamos dizer que nesse caso restrito, há um aprofundamento maior, uma espécie de imersão mais intensa nas vivências de rua. Dito de outra forma, no caso Salomé, observamos que o nível de diálogo com agentes não pertencente ao contexto de rua era escasso, existia com menos intensidade em seu repertório de vivência aquilo que observamos em outros agentes (desenvoltura para o diálogo, abertura para o manguieio, ou mesmo, interesses em benefícios assistenciais/filantropicos). Assim, sua procura por diálogos cuja finalidade de sanar determinadas questões de ordem material ou simbólica obedecia a uma ordem própria.

Essa questão ficou cristalizada nas expressões de desânimo todas as vezes que sugeríamos encaminhá-la para algum procedimento junto à rede de saúde ou assistencial. Ao certo, tal apatia não pode ser encarada apenas como um elemento subjetivo individual, diversas dores e desafetos estavam atravessados naquela vivência, muitas questões nas quais não tinha acesso nem capacidade de interpretação. Todavia, o que sustenta tal compreensão se vincula não apenas à realidade na qual iniciamos nossa relação marcada pelo distanciamento do Centro Pop. Em outros momentos, Salomé nos mostrou seu posicionamento anti-institucional, recusando a oferta de serviços dentro de uma ordem burocrática. Expressão maior desse perfil, talvez esteja no próprio fato de ter dado à luz em plena praça pública, mostrando, em alguma medida, os limites existentes entre as vivências de rua e os mecanismos de suporte existentes para esse público.

Conhecemos pouco a respeito da história de vida de Salomé, o retrato que ajudo a revelar⁴⁴ por via da nossa experiência percorre muito o fato de ter acompanhado um caso

⁴⁴ A utilização de uma linguagem associada ao campo da produção fotográfica tem um sentido estrito em nosso trabalho: evidenciar nosso posicionamento teórico. Isso não significa que tenhamos interesse em revelar uma situação social em si, uma realidade em si, não partimos dessa premissa.

específico⁴⁵. Um acontecimento com repercussão municipal, embates ideológicos e percalços sentimentais. Em diálogos tecidos em outros momentos de convivência, relatara que desde pequena o ambiente do lar (casa) não lhe cabia bem. De forma superficial e sem entrar em muitas delongas, sinalizou que muito cedo tinha tido um filho, fator no qual, em seu ambiente familiar, tinha provocado muitos desgastes. Segundo ela, hoje esse seu filho é maior de idade, foi retirado de sua tutela, e, por muito tempo, levou uma vida institucionalizada em centros de abrigos infantis e juvenis.

Relatou também que esse seu primeiro filho não tem mais contado com ela, mas informou que era um menino trabalhador. “Que deu sorte na vida”, como dissera. Depois de um certo aprofundamento na nossa relação expôs a saudade ainda existente do seu primogênito. Em um relato angustiante, informou que seu primeiro filho: “não quer conta comigo”. Existia por parte dele, segundo Salomé, uma reprovação no que se refere ao modelo de vida da mãe. Desafetos específicos de uma maternidade marcada por ausências.

Além desse filho que naquele momento se encontrava distante, sinalizou que tinha outros quatro filhos, os quais conhecemos. O jovem Felipe, que tinha por volta dos 17 anos, a pequena Beatriz, em média, sete anos, e o pequeno João que, aproximadamente, deveria ter uns seis anos. Obviamente, que além desses sinalizados em nossos diálogos, carregava outro em seu ventre, o que futuramente se chamaria Mateus.

O jovem Felipe vivia de forma irregular, já percorria a cidade com certa independência, e a proximidade de sua mãe dependia de outros fatores dentro de sua lógica relacional⁴⁶. Felipe conhecia bem os circuitos de rua em Feira de Santana e percorria com relativa independência todos eles. Já Beatriz e João, por conta de uma questão etária, permaneciam sob a tutela da mãe, configurando o núcleo mais próximo nas vivências familiares de rua. Isso não significa afirmar que há nessa relação uma espécie de hierarquização sentimental. Não teríamos capacidade de afirmar tal contexto. O que podemos afirmar, com certa segurança, é que Felipe percorria os circuitos de rua com maior autonomia, dado que pode ser ligado ao momento etário e, certamente, aos próprios contextos de aprendizados na rua.

Voltando para aspectos de sua trajetória de vida, informou que não era de Feira de Santana e que já passara por muitos municípios, evidenciando uma itinerância estruturante em

⁴⁵ Caso Salomé, no sentido estrito, percorre um certo período de sua gestação e meses após der dados à luz em praça pública, na cidade Feira de Santana. Para maiores detalhes: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/186028/duas-familias-vivem-ha-tres-meses-na-praca-de-alimentacao-mulher-teve-bebe-no-local.html?mobile=true>. acessado em: 06/01/2021

⁴⁶ Frangella (2009) evidenciou que crianças e adolescentes com experiências de rua costumam ter mais fluidez nos circuitos de rua, caracterizando esse perfil por uma mobilidade mais acentuada na urbe.

sua vida. Tal comportamento se mostra bastante comum nas vivências de rua e os motivos para tal procedimento está dentro de uma gama diversa de possibilidades. Como dito na primeira parte deste trabalho, estar em movimento, muitas vezes, é uma forma de sobrevivência. E, de acordo com Frangella (2009), é a característica preponderante para formação de uma identidade de rua. Aproveitando as possibilidades de ganhos materiais, as redes socioassistenciais, desviando de conflitos locais, buscando melhorias no bem-estar, as vivências de rua cartografam possibilidades e percorrem tais locais, imprimindo circuitos específicos nos seus dias.

Isso não significa afirmar que Salomé se assemelhe com um tipo específico de categoria denominada por muitos autores como “andarilhos”, “trecheiros”, “migrantes”, “mendigo-trecheiros”. Ao que tudo indica, os denominados “trecheiros” obedecem a uma ordem de movimento mais dinâmica, fazendo da cidade um pouso mais passageiro, sempre objetivando o próximo local de ida. Em suas vidas, essa constância do movimento, da passagem tem tonalidade específica e gerência significativa nas formas de experienciar suas existências (FREITAS, 2014).

Durante nossas experiências nas ruas em Feira de Santana, vivenciamos alguns momentos com esses homens e mulheres de “passagem”. Por muitas vezes, observamos que as naturalidades geográficas estavam direcionadas, muitas vezes, para outros países. Ainda, devemos salientar que essa forma de viver recorre com muita frequência a incentivos assistenciais, como fator que colabora a ida para outra localidade. Passagens, vales viagens são utensílios procurados com recorrência por esse público. Ademais, outros métodos também são utilizados, como pedir carona, ir andando, ou mesmo, trabalhar em alguma atividade com a finalidade de conseguir recursos para seguir a viagem.

No caso específico de Salomé, tudo indica que o fator de mudança se vincule às mais diversas violências de gênero experienciada ao longo de sua vida. O fato de ter tido um filho ainda quando era adolescente e ter relatado o desconforto familiar com tal acontecimento, dentro de nossa leitura, apresentaram valor significativo para compreendermos a saída de casa e a busca de uma outra vida longe de tal opressão. Barros (2019), em estudos sobre gestantes em condição de rua, constatou que a chegada das mulheres nas experiências de rua é fortemente marca por um processo contínuo de opressões, principalmente, dentro dos núcleos familiares.

Nesse sentido, aquilo que Lélia Gonzalez (1988) apontou como “capitalismo patriarcal” impacta diretamente nessas formas de existência, confeccionando uma cultura específica que recaem sobre as mulheres de forma subjugadora particular. Ter filho ainda muito adolescente em cidades interioranas acionou dispositivo específicos na vida de Salomé, fazendo com que

ela se reinventasse com as disposições que ao seu alcance estavam. Sair de casa e procurar outras vivências foram os caminhos construídos por ela.

Ainda dentro de uma ordem normativa e subjugadora, confessou certa feita em uma das prosas mais longas que tivemos com ela, no período que estava institucionalizada⁴⁷ em uma casa de passagem: que ela não seria “mulher de dentro de casa”.

Matheus, eu não nasci para homem nenhum mandar em mim. Eu não nasci para homem chegar e mandar eu lavar os pratos, para homem chegar e mandar varrer a casa, para homem mandar eu passar pano. Sai debaixo. Tudo que eles querem é nos usar, e depois cair fora. Olha os pais dos meninos, cadê eles? E não preciso deles não. Esse negócio de ser mulher de dentro de casa não é comigo não, eu não sei ser assim, eu não quero ser assim (Salomé, Diário de Campo 16/07/2018).

Certamente, sua economia subjetiva, carregada de memórias negativas quanto às suas experiências familiares e conjugais, despertara um posicionamento perante o mundo, em que uma postura antinormativa foi a saída encontrada para existir. Um local de potencialidade teve que ser criado para contornar suas dificuldades. Em alguma medida, as vivências de rua foi um caminho capaz de proporcionar distanciamento dessas violências confeccionadas em círculos “afetivos” mais próximo, como as relações “amorosas” e familiares.

Ainda se debruçando sobre essa cultura do patriarcado⁴⁸, observamos que uma série de mecanismos de poder tensionam as mulheres para atuar de forma específica na sociedade. Reservando papéis e locais específicos, nos quais, muitas vezes, não correspondem a desejos próprios. Certamente, tal linguagem carrega em seu repertório uma gama variada de violências, elemento tensionador capaz de confeccionar hierarquias sociais. “As mulheres, usuárias de drogas são vistas como péssimas mães e mulheres, já sofrendo, portanto, uma sanção social que regula as relações sociais dessas mulheres em nossa sociedade” (MALHEIRO, 2020, p. 284)

Nesse sentido, o imaginário que recai sob as mulheres, em nosso caso específico sob Salomé, está carregado de prerrogativas, nas quais a visualização de sua existência (por parte de outros agentes sociais) não corresponde ao local que ela expressa seu existir (na rua). Isso quando comparado com o discurso hegemônico voltado para as mulheres, evidenciam as violências existentes entre as relações de gêneros. Em uma cultura cujas narrativas hegemônicas configuram a mulher enquanto uma pessoa voltada para o lar, o cuidado familiar, em especial

⁴⁷ O período se refere ao seu pós-parto. Após longa repercussão sobre o nascimento de uma criança em praça pública, dialogamos com Salomé para passar uns dias em uma instituição, com a finalidade de repousar com seu bebê recém-nascido.

⁴⁸ O sentido adotado em nosso texto se restringiu à transformação da nomenclatura adotada a partir da década de setenta do século vinte, atribuída à segunda onda do feminismo ocidental, em que aponta a cultura patriarcal enquanto um sistema de opressão histórico e que ganha contornos específicos no contexto da economia capitalista (LERNER, 2019).

dos filhos, em que o controle de sua reprodução, dos seus corpos e suas ações são necessários para manutenção de uma lógica hierárquica, observamos em Salomé, mulher, mãe, usuária de crack e em condição de rua, uma oposição deslocada dentro do ideário patriarcal (LERNER, 2019).

Como consequência dessa sua posição no mundo, observamos em sua trajetória de vida um movimento específico, pautado, muitas vezes, na busca pela sua liberdade e pelos seus desejos e suas formas de existir. O trânsito que se inicia com a saída de casa, perpassando por outras cidades e desaguando nas ruas de Feira de Santana, é fortemente marcado pelo início das suas vivências de rua, por gestações e uma forma de sobrevivência intensamente marcada por afastamentos institucionais e pelo aprofundamento da vida nas ruas.

Esse percurso, logo de início, rendeu-lhe a retirada do seu primeiro filho, o que marcou profundamente sua experiência de maternar. Não estaria aí a gênese de um desgosto e o início do processo de afastamento institucional? Como confiar em determinados agentes que simbolizam uma fratura afetiva em sua vida? Qual o peso desses episódios nas racionalizações de si no mundo e nas suas construções disposicionais?

Essa realidade é muito presente na vida de mães que gestam e maternam nas ruas. Nas nossas experiências com esse público, sempre observamos a preocupação dessas mulheres quanto à retirada dos seus filhos. O terror ligado ao conselho tutelar e aos abrigamentos infantis que, em alguma medida, significam a possibilidade de perda de suas crianças. Tal realidade se torna tão gritante que obrigou o Ministério da Saúde a produzir a nota técnica 01/16, em maio de 2016, com intuito de colaborar com os processos de lida com mulheres, usuárias de drogas, com recém-nascidos em condição de rua.

Muitas vezes, as condutas institucionais e profissionais são pautadas no imaginário preconceituoso, entendendo que tal tipo de maternagem descumpra a gramática normativa em vigor. Esse posicionamento abre possibilidades para atuações higienistas, racistas e de quebra de direitos civis. A procura pela solução mais rápida torna-se, muitas vezes, o caminho mais utilizado, retirar o filho e separá-lo da mãe, não considerando os prejuízos à saúde e a economia sentimental de ambos. Raros são os casos nos quais outras estratégias são acionadas, mesmo constando no repertório legal metodologias de cuidados, como a redução de danos físicos e sociais dos sujeitos em questão.

Se adicionarmos a tais contextos, as violências obstétricas constantemente experimentada por essas mulheres, em especial as mulheres negras, como apontou Assis (2018), encontraremos um quadro marcado por diversas técnicas proibitivas, em que, além de retirarem seus direitos, reproduzem as narrativas proibicionistas da gestação e maternagem no contexto

das vivências de rua. De maneira geral, a mentalidade proibicionista no tocante ao uso de substâncias, a ausência de moradia fixa ou temporária, o racismo, o sexismo preenchem uma série de mecanismo de opressão que impacta diretamente na forma de existir dessas mulheres.

Tais reflexões que apontam para uma série de instrumentos de violação, operacionalizando uma “tutela seletiva”, não têm como objetivo causar um silenciamento de realidades que, de fato, também caracterizam a vida dessas mulheres e seus filhos. É notório o nível de precariedade das mais diversas ordens quando se trata de cuidados a crianças no contexto de rua. Inegável a intensidade da exposição e da escassez de necessidades básicas. Como também, sabemos que nem todas as mães/mulheres aderem ao protótipo de cuidado propagado por diversos setores sociais.

A vivências de rua, excepcionalmente, das mulheres e seus filhos, é perpassada por essas e tantas outras questões. O ponto que acionamos para reflexão não se trata de usar uma realidade degradante para subsidiar ações de cunho ascético e com caráter moral que se conecta com imaginário que já salientamos aqui. Muito pelo contrário, sonhamos que um dia tais realidades sejam usadas enquanto fator potencializador para criação de novas estratégias de cuidado, em que o desejo dessas mulheres e suas multiplicidades existenciais sejam respeitadas.

No caso aqui abordado, infelizmente a história não foi diferente. Seu final correspondeu exatamente ao script forjado historicamente para esse perfil de mulher. A retirada do filho recém-nascido e o internamento do outros dois filhos menores em uma instituição voltada para o “acolhimento” de crianças foram os caminhos utilizados pelos agentes públicos. Mas, antes desse ponto, voltemos um pouco no tempo.

Nosso contato regular possibilitou a abertura para realização do pré-natal de Salomé que, até aquele momento, ainda se encontrava no Centro de Abastecimento com seus outros filhos. Além disso, depois de muitos diálogos, conseguimos seu tratamento para sífilis, explicando que tal doença poderia prejudicar o bebê. Salomé já tinha passado por aquilo algumas vezes, isso tinha lhe dado uma sabedoria específica, compreendia os processos melhor que nós e, naquele momento marcado por uma segurança mútua, decidiu aderir aos processos clínicos. Um papel importante para esse contato mais intenso foi realizado por sua filha Beatriz, que insistentemente reforçava nosso desejo para levá-la para realização do ultrassom entre outros cuidados médicos. Sua mediação foi fundamental nas construções dos contatos.

Certa tarde, em meio às nossas atividades institucionais, marcamos nossa ida ao posto médico, o convite foi aceito sob o reforço que somente iria se os filhos dela fossem conjuntamente. Prontamente, atendemos a sua solicitação e, no dia seguinte, seguimos para realização dos procedimentos. Naquela tarde, até a chegada no local, dialogávamos sobre coisas

da vida, questões que envolviam o nascimento do bebê, projeções a respeito do futuro. Em meio à prosa existencial, fizemos a seguinte pergunta: já escolheu o nome, Salomé? Naquele momento, sua pequena filha Beatriz disse que não tinham escolhido o nome ainda. Um breve silêncio ecoou. A pequena Beatriz, que no vazio, devolveu a seguinte pergunta: “qual o seu nome?”. Prontamente, respondi: “Matheus”. Depois de uma curta risada, Beatriz, em um tom de voz mais alto, anunciou: “Então, pronto, se for menino, tá escolhido, o nome do bebê vai ser Mateus”.

Retornei ao silêncio por algum tempo, Carla, a assistente social, ria com os demais, e um clima festivo tinha tomado conta do ambiente. Continuamos no mutismo, ficamos um pouco pensativo e, educadamente, agradecemos. Logo após os risos acompanhados de palmas, Salomé adentrou no diálogo perguntando se meu nome era com H ou sem H, respondi que era com H. Então, ela disse: “mas se for menino, o meu Mateus será sem H, porque quero que seja igual ao da bíblia”. Durante o restante do percurso, ficamos pensativos, chegamos ao Centro Municipal de Diagnóstico por Imagem (CMDI) para realização dos procedimentos, aquele dia marcaria a consolidação de nossa aproximação.

Daquele momento em diante, os contatos se intensificaram, a aceitabilidade quanto aos procedimentos de cuidado por parte de Salomé nos colocou em um lugar de proximidade e precauções. Dialogamos sobre o uso de substâncias, perspectivas de futuro e, principalmente, sobre o nascimento do filho. Sabíamos que era necessário o levantamento de uma série de demandas, com a finalidade de prover um parto e um puerpério digno para ambos.

Por esse caminho, acionamos os equipamentos de abrigo, além de todos os exames necessários. Questões de enxoval, medicamentos, entre outros utensílios. Nesse momento, as dificuldades se intensificavam, as regras sob as quais os serviços e equipamentos são geridos não abarcavam condicionalidades mais complexas, mesmo se estas estiverem previstas judicial ou assistencialmente. O primeiro empecilho, por parte da rede assistencial, tratava-se dos dois outros filhos de Salomé. Segundo informações obtidas junto aos gestores, fomos informados que os equipamentos voltados para tal demanda não comportava uma unidade familiar, por não haver estrutura adequada para acolher uma família, não poderiam se responsabilizar pelo abrigo. A primeira sugestão dos órgãos municipais foi indicar a separação das duas crianças da mãe, sendo que estas seriam “acolhidas” em um outro equipamento voltado para menores órfãos.

Essa notícia caiu como uma bomba na construção de nossa relação com Salomé e sua família. Em alguma medida, dentro de sua concepção, estávamos conectados com aquele tipo de metodologia, por mais que deixássemos transparente que essa não era a nossa posição. Após

contornarmos a situação, dialogando intensamente com a rede socioassistencial, pré acordamos a sua estadia em uma casa de passagem. Naquele período, intensificava nossa preocupação no que diz respeito à chegada do parto e à garantia de um nascimento digno.

Semanas antes do nascimento do bebê, Salomé e sua família modificaram seu circuito de convivências se deslocando para o centro da cidade. No circuito da Avenida Getúlio Vargas, já salientado aqui, especificamente na Praça de Alimentação, começaram a conviver com seus pares. Um fator importante a ser salientado está na ordem de nossa relação institucional junto a essa família. Cada vez que nos movimentávamos para construir uma garantia de direito, Salomé e seus filhos ficavam visados pela rede assistencial. Uma espécie de capital assistencial percorria a rede profissional e seu caso, cada vez mais, era conhecido pelos integrantes dessa área.

Quanto mais nos aprofundamos para construir um debate, deparávamo-nos com forças ideológicas concorrentes, provocando resistência e gerando como consequência visibilidade negativa ou barreiras para o desenvolvimento do trabalho. Dito de outra maneira, em toda nossa trajetória, no caso Salomé, percebemos que em determinado momento dessa construção, um tipo de visibilidade ganhava notoriedade, devido a nossa atuação enquanto agentes “cobradores de direitos”, e como efeito, o poder público se sentia obrigado a tomar uma posição frente àquela realidade, mesmo que tais decisões não levassem em consideração outras possibilidades de cuidado.

Nesse período, no qual Salomé e sua família mudou de localidade (indo para região da Praça de Alimentação), recebeu visita de diversas autoridades, coordenadores, técnicos, policiais militares, grupos filantrópicos e da imprensa. Recordamos dos comentários emanados por parte dessas instâncias: “uma família inteira na rua, que absurdo”. “isso é caso de conselho tutelar”, “um absurdo, em pleno século XXI”.

Nesse ínterim, recebemos uma ligação, tratava-se de um profissional da guarda municipal que solicitava nossa presença para um diálogo sobre Salomé e sua família. Fizemos a sugestão de levar Salomé até a sede policial, mas o agente foi taxativo, argumentando que a reunião deveria ser sem a participação da família.

Apesar da discordância, comparecemos ao local para saber sobre o assunto que a guarda municipal gostaria de abordar. Logo após os diálogos iniciais, o comande solicitou nossa atenção para um vídeo que gostaria de apresentar. O conteúdo era oriundo das câmeras de segurança do município que há dias monitorava a família na praça pública. Vale de nota: a ida de Salomé e sua família para o centro da cidade foi acompanhada por outras pessoas em

condição de rua, colaborando para construção de um nódulo social onde se intensificaram as mais diversas sociabilidades⁴⁹.

Ficamos surpreso com o interesse da guarda municipal quanto ao monitoramento da família, continuamos atento às imagens. De maneira geral, eram vídeos mostrando parte da convivência de um grupo e suas vivências de rua. As interpretações dos policiais recaíam sobre o uso de drogas, e o apelo moral de que uma mãe, junto com os filhos, não poderia estar naquela situação. Afirmaram que as crianças participavam do consumo e que iriam acionar os órgãos competentes. Em certa medida, os guardas entendiam que o fator motivador da presença daquelas pessoas estarem ali estavam intrinsecamente relacionados com todo o esforço em relação aos cuidados que estávamos traçando com partes daqueles viventes. Daquele momento em diante, a “tutela seletiva” intensificaria sua atuação.

O curioso desse episódio vincula-se com o fator da visibilidade, sendo que as imagens mostradas não surpreenderiam nenhum iniciante que minimamente conhecesse tais condições de sobrevivência. Certamente, tais narrativas estão conectadas com as moralidades já salientadas nesse tópico, associando e esvaziando comportamentos ao uso de substâncias, entendendo que uma prerrogativa proibicionismo-higienista seria a melhor via para solução de tais realidades.

Problematizamos as “preocupações” sinalizadas pelos policiais, principalmente suas inquietações, no sentido da exposição, principalmente das crianças. Nesse ponto, intensificamos internamente interrogações. “Será mesmo que eu estou fazendo a coisa correta?”. No entanto, um aspecto fundamental diferia radicalmente nossa postura e visão de mundo. Se por um lado uma metodologia higienista, sexista e violenta era o que buscavam os policiais, anunciando que se eu não fizesse nada, eles fariam. Da nossa parte, apegamo-nos ao oferecimento de uma relação de cuidado que considerasse as pessoas, de fato, que importam.

Não nos recordamos de ter tido um embate metodológico e ideológico tão expressivo até então nas nossas experiências com rua. Os argumentos utilizados pelos policiais, mesmo em tom moralizante, ecoavam com muita força em nossas subjetivações. Por mais que nossa leitura sobre a situação estivesse impactada pelo fato de crianças estarem comungando de um ambiente inadequado (vinha a cabeça a preocupação etária), precisávamos reafirmar que um outro

⁴⁹ O fator migratório também estava interligado com o aumento da violência no circuito do Centro de Abastecimento. Relatos de conflitos envolvendo o tráfico de drogas, tal como a insatisfação dos comerciantes com a presença das pessoas de rua, intensificou o clima de hostilidade, forçando a população migrar temporariamente para outro local.

caminho era possível. Apontando que a proposta policial tacitamente carregava fatores que somente iriam piorar aquela situação.

Saindo da reunião, a primeira coisa que fizemos foi procurar o pessoal na praça. Sentamos e dialogamos veementemente sobre o que tinha ocorrido. Avisamos que algumas questões estavam fora de nossa alçada e que, infelizmente, não teria controle sobre algumas delas. Pedimos para amenizarem sua exposição, pensando que isso poderia ser uma estratégia para atenuar a situação. Verbalizamos que independentemente os mais vulnerados naquele momento eram eles, principalmente Salomé e sua família.

Nesse momento, fomos interrompidos por Salomé que dialogando conosco, teceu determinadas reflexões

Matheus, não se preocupe não, eu já passei por isso muitas vezes. Esse povo nunca ligou pra gente, não seria agora que ia ligar. A gente já sabe como as coisas são. Eu vim pra cá, porque os mosquitos no centro de abastecimento estava nos comendo toda, e eu não quero que minha criança nasça e que esses bichos fiquem em cima. Não é a primeira vez que eu vou ter uma criança na rua. Eu sei já sei como vai ser (Salomé, Diário de Campo 01/11/2018).

A nossa surpresa foi a intencionalidade de ter seu filho na rua, e como uma arquitetura do parto já estava sendo criada há muito tempo. Recordamos que comentamos sobre tais reflexões com Carla, naquele momento, assistente social do programa que trabalhávamos. Ela comunicou que já tinha conhecimento desse trâmite, estava dialogando para apresentar a proposta de ir para o hospital para dar à luz ao bebê. Ainda salientou que Salomé já tinha comprado uma tesoura (para cortar o cordão umbilical), e que já tinha separado o dinheiro para comprar o álcool para esterilização do procedimento. A segunda surpresa estava na ordem da despreocupação intensa, certamente a vasta experiência com situações semelhantes colaboram para uma apreensão estratégica de tal realidade, relacionando um peso específico (diferente do nosso) para casos como esses.

Novamente, aparece aqui uma série de questões voltadas para um descolamento institucional fortemente marcado pela trajetória de vida de Salomé. Uma racionalização de si, fundamentada em um desprendimento de determinadas redes de apoio. Uma economia sentimental pautada na desconfiança e profundamente marcada por rompimentos afetivos. Seja com a família, em seus relacionamentos, com o filho mais velho e, por fim, com os aparelhos estatais responsáveis pela garantia de determinados cuidados.

A condição de mulher, mãe, em condição de rua, usuária de crack, cerceou uma série de dispositivos ao decorrer de sua vida. As experiências de abusos, os traumas afetivos com seus pares e familiares colaboraram para uma estruturação de uma vivência com um baixo nível de exigência-interesse para agentes institucionais e fora do seu círculo de socialidades. Esse caráter

marca profundamente suas agências no contexto de rua, e mostra, em alguma medida, pela ótica de sua existência, os mecanismos de violação e reprodutibilidade dos equipamentos e serviços voltados para essa população.

Apesar do movimento de ir para rua ter sido uma forma de esquivar para uma série de problemas encontrados por Salomé ao longo da vida, isso não significou a finalização de outras opressões. Diversas autoras, como dito anteriormente, apontam que existe um *continuum* de opressões quando se trata da questão mulher e vivências de rua. Esse fator é significativo não somente para nos atentarmos quanto a modelos mais eficazes de cuidado com essas pessoas no âmbito da rua, mas, principalmente, para compreendermos suas especificidades nas sociabilidades de rua. A pesquisadora Barros (2019) teve a oportunidade de entrevistar nossa interlocutora em seu trabalho intitulado: *Mulheres que gestam nas ruas e suas vivências de cuidado: estudo à luz da fenomenologia heideggeriana*. Selecionamos alguns trechos desse diálogo, com a finalidade de apontar os posicionamentos reflexivos aqui presentes, evidenciando como uma existência marcada por violências confecciona formas específicas de existência:

[...] A polícia comigo, por exemplo, não fala nada não, só de vez em quando que eles chegam lá e: Todo mundo levantando... Aí, eu não levanto, fico sentada lá, aí eles: E você sua desgraça, não tá vendo não, levante logo vá! Aí eu: Oxente! [...] (Salomé, entrevista concedida a Barros em 22/05/2019 (2020).

[...] Eu não gosto de dizer (fica de cabeça baixa) (em relação à violência que ocorre). Só teve um lá né? Que com a palhaçada dele tava querendo (sexo) [...] E, aí, depois ele veio cobrar a pedra dele que eu tinha fumado, aí que eu peguei e não quis pagar. Aí, ele pegou uma faca cega, dizendo que ia me furar. [...] Aí, eu disse: Depois eu pago, aí ele: Não! Agora! Então, tá bom, abri um pouco as pernas assim, e ele ficou lá (fazendo sexo), aí depois ele cansou e foi embora [...] (Salomé, entrevista concedida a Barros em 22/05/2019 (2020).

[...] Mas, o ruim é quando se tem um alguém (o companheiro) diz que tá cuidando. Mas, não tá cuidando! Só tá mais maltratando ainda, entendeu? [...] (Salomé, entrevista concedida a Barros em 22/05/2019 (2020).

Como podemos observar, determinadas silencialidades e a continuidade de uma série de desafetos constituem toda uma economia sentimental de Salomé, explicando, de alguma maneira, sua forma de ser e estar no mundo.

O nascimento da criança se aproximava a cada dia, em paralelo, intensificávamos o contato com Salomé e sua família. Naquele estágio, a rede assistencial, assim como outros órgãos, já conhecia o caso, uma série de reflexões foram tecidas quanto o que fazer com aquela situação. No conselho de assistência e saúde do município, o fato foi debatido, em outras equipes de saúde, estudos foram executados. Os órgãos de policiamento incomodados com a presença daquela família nas ruas tensionavam de diversas formas sua saída. A imprensa nas

rádios discutia, nos canais de comunicação disseminavam opiniões, de maneira geral, a sociedade civil, com certa similaridade, incomodava-se com a questões. Os grupos filantrópicos teciam conselhos para alma e alimentavam a carne com sopa quente e pão. Outros viventes de rua acenavam suas preocupações: “pô veio essa situação tá melando a área”.

No dia 14 de novembro de 2018, recebemos a notícia. Era véspera de um feriado nacional. Um integrante do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) comunicava que o pequeno Mateus tinha nascido em plena Avenida Getúlio Vargas. Sob a marquise de uma loja de móveis do centro da cidade. Em depoimento a Barros (2019), discursou sobre os detalhes daquele dia:

[...] Eu mesmo fiz meu parto, quer dizer eu não né, porque a gente só abre as pernas e ele sai. A gente só tem que tirar o cordão, que nem os animais cortam, mas a gente tem tesoura, coisa para cortar, os animais tem que cortar lá com os dentes, esperar cair, sei lá. [...] Foi na Getúlio Vargas! [...] Foi ali na Praça de alimentação. Eu fui para lá porque nos Móveis Smaçaro não tem muriçoca, eu fui dormir lá, porque se eu tivesse o neném no Centro de Abastecimento, a muriçoca ia morder o neném todo logo nos primeiros dias. [...] A polícia passou lá, mas eu não fui pedir ajuda pra me levar para o hospital não. [...] Eu fiquei um pouco com medo, mas depois, eu disse, já tenho dois, vou fazer mais um. [...] Amarrei primeiro, depois cortei com a tesoura (o cordão umbilical). [...] pega a tesoura e esteriliza no álcool. Já tinha escaldado, então, esterilizei com álcool, mandei as meninas irem na farmácia esterilizar [...] (Salomé, entrevista concedida a Barros em 22/05/2019 (2020)).

Não foi nenhum tipo de presságio. Salomé já tinha nos avisado o que iria fazer. E toda a sua vida, com marcas de uma existência particular, pode responder aos motivos da sua escolha. Sem ajuda médica, tinha preparado o ritual do nascimento, tinha organizado suas filhas e companheiras para esse momento crucial. E, em uma noite de garoa, deu à luz a seu quarto filho, nas ruas de Feira de Santana. Neste sentido, se a rua é uma espécie de mãe, como alguns dos seus viventes apontam, Mateus é, então, um dos seus filhos literais.

O burburinho do nascimento ganhou força no mesmo momento. A comunidade envolta da praça (comerciantes e transeuntes), incomodada e preocupada com a situação, decidiu pedir auxílio médico. A Superintendência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi acionada. Chegando ao local, prestou os atendimentos primários, solicitando por parte da mãe, Salomé, que ela e seu filho fossem direcionados para o hospital mais próximo. De forma veemente, recusou-se a ir com seu filho. O seu argumento solicitava que seus outros dois filhos fossem juntos com ela para o hospital, porém, a equipe de saúde presente se recusou a levar a família completa. Por conta desse motivo, que esconde uma série de nuances aqui abordadas, o pequeno Mateus passou sua primeira noite em uma calçada do centro da cidade.

No dia seguinte, visitamos Salomé e iniciamos um diálogo a respeito da importância de comparecer ao hospital. Recordamos que o umbigo da criança estava inflamado e, dentre outras

questões, necessitava executar os trâmites burocráticos, com a finalidade de confeccionar a certidão de nascimento. Depois de muito diálogo e sob forte ofensiva do poder público municipal, que encurralou e pressionou Salomé com o conselho tutelar (retirar os filhos) e a polícia, ela decidiu comparecer ao hospital para o procedimento.

Vale ressaltar que a assistente social Carla Silva desenvolveu uma estratégia de proximidade com as crianças, visitando Salomé todos os dias no hospital e filmando mensagens dos seus outros filhos, para que ela se tranquilizasse quanto à sua segurança. As crianças continuaram na rua sob os cuidados de Açucena, uma mulher trans que, além de ajudar no parto, estava cuidando das crianças enquanto Salomé e seu filho estavam hospitalizados. Em paralelo, articulamos a saída dela para uma casa de passagem que já estávamos dialogando, explicando a necessidade das outras crianças estarem presentes também com a mãe.

Outro fato digno de nota está na ordem de como a burocracia e os poderes institucionalizados agem mediante a uma situação na qual descrevemos. Após a superação do trâmite médico para atestar a vida da criança, houve grande impasse por não ter nascido em um hospital. Dialogamos e conseguimos o documento para gerar a certidão de nascimento que, assim como milhões de crianças, não constou o nome do pai, evidenciando, mais uma vez, que a cultura patriarcal se responsabiliza de forma discrepante com seus filhos.

Houve-se a necessidade de assinaturas testemunhais, em que prontamente os membros do MNPR se colocaram à disposição. Indo ao cartório de registro, questionou-se o local de nascimento da criança “de que lado da avenida ele nasceu?”. Nesse ponto, outra celeuma se estabeleceu. Sem residência fixa, característica comum para quem vive na rua (às vezes, tem que se falar o óbvio), a escritã recusou a realizar o procedimento. Depois de muito diálogo e a apresentação de termos legais que subsidiavam nossa ação, o cartório decidiu concluir o procedimento.

Salomé foi encaminhada para casa de passagem junto com os outros filhos. Mesmo com certa resistência, foi recepcionada. Nesse período institucionalizada, tivemos a oportunidade de conhecê-la um pouco mais, conversar com mais profundidade e descobrir uma pessoa que, apesar dos mais diversos traumas, também sorria com muita frequência. Nas visitas constantes, debruçávamo-nos sobre muitos assuntos e perspectivas de futuro. Esse ponto era primordial para pensarmos os próximos passos.

Semanas após a institucionalização, fomos informados que Salomé e suas crianças voltaram para as ruas, o pequeno Mateus, no seu colo, habitava agora, novamente, a mesma região que outrora estreou no mundo. O retorno para rua significou a gota d’água para o poder público municipal, apegando-se na prerrogativa que tinha disponibilizado tudo que era possível.

Acionou o conselho tutelar e junto com a polícia militar cumpriu uma ordem judicial, encaminhando as crianças para um abrigo municipal. A tutela seletiva concluiu seu procedimento.

Por certa ironia do destino, mais uma separação ocorreu na vida de Salomé, agora separada das crianças e judicialmente impedida de contato, vagou pelas ruas da cidade com o recém-nascido no colo. Visitou outros circuitos de rua, manteve-se em movimento muito por medo da retirada de Mateus, seu único filho sob sua tutela. Tal exercício foi em vão, tempos mais tarde, o pequeno Mateus também seria institucionalizado e a solidão dos filhos tornaria uma realidade concreta em sua vida. Felipe, seu filho mais velho, era o único que ainda matinha certo contato com a mãe, mas, por já estar mais inserido nas convivências de rua, traçava seu cotidiano com certa independência.

Com a ida de seus filhos para o abrigo, o contato com Salomé se tornou paulatinamente mais escasso. Por muitas vezes, fomos ao abrigo visitar as crianças, dialogar com a direção para apontar outras possibilidades. Certa feita, conseguimos levar a mãe para ver os filhos, sob o apelo de que tal fratura prejudicaria demais a relação familiar. O encontro foi traumatizante, as crianças com a partida da mãe demonstraram desespero e muita irritação. Ficamos questionando se tínhamos feito a coisa correta, mais uma vez. O abrigo, em certa medida, defendia uma ruptura total, balizando-se no histórico de Salomé e na aplicação de uma ascese da distância como forma de internalização de uma outra realidade por parte das crianças.

Mesmo assim, o Movimento de Rua conseguiu que Salomé recebesse um auxílio para visitar seus filhos com regularidade (sob o cumprimento de determinadas restrições). Mantendo o argumento de que esse vínculo não poderia ser quebrado e que sua continuidade poderia possibilitar a diminuição das fragilidades dos laços afetivos⁵⁰. Por muitas vezes, esse auxílio

⁵⁰ Estritamente nesse ponto, observamos que existe um paradigma vigente não somente nos mecanismos governamentais de controle e assistência a essa população, como também em boa parte da tradição acadêmica voltada para essa temática. O paradigma da “saída das ruas”. Se observarmos as construções das políticas públicas, e para não ser imprudente, das narrativas de pessoas que se encontram nessa condição, observamos que a solução buscada, como eixo metodológico e resolutivo, tem sempre como pano de fundo a transformação de determinada situação. Queremos apontar com isso que há uma tradição que vê nas existências de rua uma espécie de contradição genuína, fruto de determinadas desigualdades e consequências diretas de diversos aspectos sociológicos, econômicos, psicológicos entre outros. De fato, é incontornável não pensarmos tais fenômenos por tais ótica, afinal de contas, há nessas relações impactos profundos nas formas de se vivenciar tais experiências de-na rua. Todavia, o que estou querendo apontar está na ordem de um questionamento que tem como base um suposto limite epistemológico (no sentido do pensamento e das resolutividades) que tende por diversos motivos justos, diga-se de passagem, tratar a “coisa” como problema. Sair das ruas, em todos os casos, significa a solução, o procedimento mais eficaz para se lidar com o fenômeno rua? Até que ponto essa diretriz, fincada na metodologia da “sair das ruas” não é responsável pelos diversos limites encontrados nas políticas e nos equipamentos públicos voltados para essa população? Sair das ruas, de fato, é a melhor opção e o desejo de todos que vivenciam essa realidade? Observem que tais questionamentos não têm o desejo de contrapor o pleonasma “viver nas ruas é um ato de violência”. Distante dessa prerrogativa, tentamos acenar para uma linguagem estruturada historicamente dentro

não chegou, mesmo assim, a mãe caminhava durante horas para poder ir ver seus filhos. Com o tempo, diversas barreiras foram sendo impostas a tais relações, o desgaste de cada visita e as consequências de uma transformação radical no cotidiano dessas pessoas tiveram como consequência um gradativo distanciamento. Fortemente fomentado pelas barreiras institucionais, tal como pela própria dinâmica de Salomé nas ruas de Feira de Santana.

Cercaram-se os encontros, instaurou-se a distância, e Salomé, mais uma vez, retornou para uma sensação que há muito anda ao seu lado. Dando continuidade aos aprendizados e modelos de vida a sua disposição, soubemos que pouco tempo depois Salomé procurou outra cidade e tomou novos caminhos. Seguiu sua jornada, ininterrupta até agora, continuou caminhando, ato que desde adolescente não deixou de fazer. Fugindo? Se encontrando? Não sabemos. Vivendo, com certeza, da forma que pode, do jeito que dá, carregando tanta coisa no coração. Quando retomamos o assunto para escrever essas linhas, buscamos saber mais uma vez a situação das crianças e da mãe do retrato aqui relatado. Informaram-nos que uma tia distante assumiu a guarda do pequenos e levou todos para outra cidade. De Salomé não tivemos notícias. Talvez esteja por aí, caminhando. Torcemos para que um dia esse estradar nos mande boas novas.

3.4 “A GENTE SAI DA RUA, MAS A RUA NUNCA SAI DA GENTE”

O terceiro e último tópico desta seção tem como interesse investigar um elemento significativo nas experiências vivenciadas pela população de rua. Diz respeito ao paradigma “saída das ruas”. Fator de relevância para as compreensões direcionadas ao fenômeno que estamos investigando, afinal de contas, como iremos observar, tal perspectiva tem relevância substancial para construção das formas de racionalização das vivências que estamos analisando.

Para nos fornecer suporte em nossa investida, lançamos mão de uma das nossas principais relações, construída nesses anos que mantivemos contato com essa população. O retrato que iremos apresentar tem como objetivo apontar uma trajetória de distanciamento relativo das vivências de rua. Ou mesmo, da transformação dessas experiências em outras potencialidades. Diz respeito a uma jornada que tem, por via da construção do nosso retrato, salientar uma posição específica nos jogos sociais produzidos pelas experiências urbanas dos viventes de rua, como bem salientou De Lucca (2007).

desse debate, e que, em certa medida, influência a construção de um repertório imenso de se lidar com esse público. Se não tratássemos a “saída das ruas” como o fim em si, como lidaríamos com tais realidades?

Para isso, iremos fotografar a história de Renildo Silva Santos, uma pessoa que experienciou as ruas de Feira de Santana durante dezesseis anos de sua vida⁵¹, e após essa longa trajetória, encontra-se, hoje, na coordenação municipal do Movimento Nacional da População de Rua, Núcleo Feira de Santana, assim como na coordenação Estadual (Bahia) do mesmo movimento. Seu percurso, marcado por diversas transformações, possibilita investigar elementos cruciais que compõem a vida de pessoas que têm similaridades contingenciais. Por consequência, leva-nos a perceber as formas de fabricação de outros locais disposicionais, colaborando, desta maneira, para um leque de possibilidades, perfis e atuações no contexto das existências na rua.

A escolha de Renildo enquanto aporte para nossa investigação vincula-se a diversos pontos que vale a pena sinalizar. O primeiro diz respeito ao distanciamento relativo das vivências de rua, ou as discrepâncias das atuações sociais (ao decorrer de sua vida), quando comparamos um vivente de rua, usuário de crack, em oposição a um militante político, abastênio e em moradia regular. O segundo ponto se refere ao nível de aproximação que tivemos com nosso interlocutor. Tendo a oportunidade de trabalhar conjuntamente em pesquisas, programas e, por fim, atuarmos juntos no Movimento Social. Esse quesito permite um conhecimento mais profundo do seu caminhar, possibilitando partilhar tais observações por meio de dúvidas, inquietações, momentos de tristeza e de alegrias experimentados pelos contatos que mantivemos todos esses anos. Por fim, tal maneira de revelar seu estradar aproxima-se com os interesses temático que pretendemos abordar nessa seção. Isso significa afirmar que o conteúdo de suas vivências na rua, e pós-rua, se é que podemos chamar assim, tem ligações qualitativas nas reflexões que desejamos construir.

Entendemos que visualizar as condicionalidades que perpassam o paradigma da “saída das ruas”, por via de Renildo, torna-se mais salutar, especialmente pela riqueza de sua caminhada, e, em alguma medida, por ele corresponder há um padrão esperado, simbolizar uma trajetória desejável, ou mesmo, ser sinalizado, às vezes por ele mesmo, como uma metodologia eficaz para superação da condição de rua.

Veio, tem que ter força de vontade, não é fácil, não foi fácil chegar aqui. Eu já passei por muita coisa, já bati com a cara na porta muitas vezes. Já pensei muitas vezes em desistir, mas me apeguei a outros exemplos, como o de Maria Lúcia, guerreira. Tenho certeza de que ela me ajudou. Me ensinou um caminho. Eu quase morri nas ruas, ou eu saía dela, ou eu não estaria mais aqui para contar história (Entrevista com Renildo Santos em XXXX).

⁵¹ Entrevista concedida à Defensoria Pública do Estado da Bahia VOZES POP RUA – Depois de 16 anos em situação de rua, Renildo Silva usa experiência para coordenar MNPR na Bahia. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-pop-rua-depois-de-16-anos-em-situacao-de-rua-renildo-silva-usa-experiencia-para-coordenar-mnpr-na-bahia/>. Acesso em: 01/04/2021.

Para entendermos a relevância desse aspecto (sair das ruas), precisamos esmiuçá-lo com o interesse de entender quais são os códigos que operacionalizam sua existência e como esse sistema se constitui alimentando uma série de posturas que impactam com relevância as pessoas que utilizam as ruas como uma espécie de existir. Rosa (2004) sinalizou em sua pesquisa a existência de um caráter substitutivo das sociabilidades entre as pessoas que vivem nas ruas. Em suas investigações, constatou que as trajetórias de homens e mulheres que desaguaram nas vivências de rua são marcadas por ausências afetivas e institucionais, violências cotidianas que impulsionam a procura de outras redes de afeto. Por essa via, a rua, enquanto um contexto carregado de sociabilidades específicas, tende a ressignificar relações e proporcionar a inserção desses sujeitos em outros ciclos sociais. Dito de outra forma, a rua, especialmente para aqueles que se aprofundam em suas vivências, em alguma medida, substitui ou ressignifica lacunas pré-existentes na vida dessas pessoas, assumindo um aspecto, neste sentido, importante para subjetividades dos seus viventes.

Esse ponto se torna relevante sinalizar, principalmente na tentativa de acentuar que tais vivências são carregadas de uma trajetória, e, assim, as experiências de rua são relativamente importantes na formação subjetiva de cada indivíduo. Outro ponto que é digno de nota está na ordem de pontuar aspectos positivos de tais experiências, direcionando que, assim como em qualquer outro espaço de convivência, as experiências de rua carregam, dentre tantos aspectos, momentos proveitosos.

Isso significa dizer que, apesar de estarmos tratando de um sentido estrito dessa vivência, ou seja, os esforços e desejos de sair das ruas, marcamos em uma direção relativamente oposta, evidenciando a rua como uma rede complexa de vinculações que, com o passar do tempo, ganham e reforçam significados. Por meio dessa compreensão, indicamos que tal caráter pode ser visto como fator colaborativo para sua permanência, mas, também, como um elemento a ser ressignificado, caso os dispositivos de um itinerário de rua o levarem a esse desejo. Antes de entrarmos propriamente no retrato aqui proposto, acreditamos ser necessário perpassarmos por algumas questões que balizam nosso interesse. Por que de fato entendemos sair das ruas como um paradigma? Ou mesmo, por que entendemos que esse sentido estrito tem relevância nas experiências de rua?

De acordo com Fraga Filho (1996), estar nas ruas passou a adquirir o sinônimo de marginalidade, tal adjetivação foi produzida a partir do que ele denominou de “criminalização da mendicância”. O autor observou que, no decorrer do século XIX e início do século XX, uma série de transformações no que diz respeito à imagem do sujeito mendigo ocorreu por via de

uma série de normativas jurídicas, econômicas, ideológicas, impactando nas formas de se conceber o papel-práticas sociais desses sujeitos.

Estudando um período mais recente (década de oitenta do século XX), Di Flora (1987) cunhou um processo similar, observando as especificidades vinculadas às populações de rua. Em sua investigação, ela salientou que as concepções que produzem leituras sobre esse público estão interligadas com a um ponto de vista dominante, explicações existenciais permeadas por um paradigma do desvio e um psicologismo presente, fator que culpabiliza os indivíduos por sua posição social.

Em reflexões ainda mais recentes, a autora Frangella (2009) discorre sobre nossa abordagem da seguinte forma:

A não-propriedade, ausência de trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais colocam os habitantes das ruas em uma posição específica na sociedade contemporânea. São vistos por políticos, acadêmicos, instituições sociais, transeuntes como a forma mais visível e extrema da marginalização econômica e social. Mas, sobretudo, os moradores de rua são tidos como “fora do lugar”, desencaixados espacialmente, e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano (FRANGELLA, 2009, p. 12).

Seja pelo processo de criminalização, fator que em nossa opinião inicia o procedimento de marginalização desses sujeitos, ou mesmo, pela leitura do desvio, que em alguma se relaciona historicamente com esse período, ou mesmo, pela predominância de um imaginário pautado na ideia de pessoas “fora do lugar”, observamos a construção de que a rua (determinadas práticas) se constituiu em local de atuações específicas. Vamos passear um pouco por essa construção e, com isso, sinalizar como tais concepções apontas têm como suporte o “sair da rua” enquanto metodologia resolutiva.

Frangella (2009), ao analisar algumas narrativas produzidas pela produção literária e cinematografia, também observou algumas características que compõem esse imaginário atualmente. Atribuindo às pessoas com vivências de rua o lugar do exótico, do místico, como também do sujo, do impróprio, do descolado. Tais percepções confluem com o debate aqui fomentando, construindo aquilo que Foucault (2011) nomeou de “outros espaços”.

O cenário que antecedia às concepções pautadas na criminalização, marginalização ou desvio desses corpos estava fortemente ligado ao um sentido de invalidez (impossibilidade autossustento), salva guardado por uma narrativa religiosa que sacramentalizava suas práticas, orbitando o mendigo (em um sentido mais amplo da palavra), em uma economia simbólica ligada a signos do sagrado, da piedade, da compaixão. Aspectos que têm suas bases constitutivas nos imaginários cristãos.

Essa concepção demonstra seus primeiros soluços com o início dos processos de industrialização, urbanização, modificações nas relações de trabalho, em paralelo, com o avanço das narrativas abolicionistas. Ou seja, conectadas com as principais mudanças ocorridas em solo nacional no âmbito da radicalização da sua economia, dos princípios políticos (ideais republicanos), científicos (desenvolvimento de uma racionalização acadêmica), de maneira geral, com as preocupações voltadas para o interesse de formar o Estado Nacional Brasileiro.

Não somente os mendigos foram impactados com tais transformações, tais mudanças recaíram sob formas específicas de existência. Os boêmios, chamados vadios, os escravos “libertos” e toda população que por motivos específicos não aderiram a um novo projeto de sociedade. Sob eles, o peso da medicina social, do higienismo, do racismo científico e dos mais diversos discursos racializados recaíram como medida de disciplinarização e normatização.

Estamos falando de um período específico, que remonta principalmente as transformações oriundas no decorrer do século XIX, no Brasil. Certamente, a genealogia dessas ações remonta a tempos anteriores, sendo necessária investigação mais profunda no quesito de se averiguar as correlações existentes e as transformações sociais ocorridas. O que temos de concreto e que se faz necessário apresentar aqui gira em torno do que brevemente já foi apontado: alterações de ordem econômica, mudanças nas perspectivas políticas, ideológicas e culturais. Pressões exercidas com a finalidade de fazer florescer uma nova ordem social, pautada em novos modelos de sociabilidade, aqueles que não se encaixavam mais com determinadas ocupações dos espaços públicos (ruas).

Salientar tais características nos permitem fazer conexões com as medidas proibitivas e os motivos históricos que construíram o paradigma de “saída das ruas”. Como podemos observar, se o novo mundo não permitia determinadas práticas nos meios urbanos, foi-se necessário construir uma alternativa prática-ideológica. Como consequência dessa nova construção narrativa, estrutura-se toda uma economia institucional. Abrigos, albergues, manicômios, hospícios, prisões, casa de repouso ganham novos significados, renascendo para novas finalidades⁵².

Outro fator relevante para compreendermos tal ótica se direciona para o entendimento dos processos de surgimento do trabalho livre no Brasil, o que automaticamente nos remete ao fim da escravidão brasileira. Esse viés se justifica por entendermos que tais locais sociais eram ocupados em sua grande maioria pela população negra brasileira, tal como essa mesma

⁵² Como é sabido, muitas dessas instituições existiam e mantinham suas práticas, mesmo antes da intensificação de um projeto normatizador da sociedade. O que desejamos apontar está no ceio das mudanças institucionais, transmutações de suas atuações, objetivando dar conta dos novos modelos de sujeitos fabricados socialmente.

população foi a quem mais sentiu as consequências dessas transformações. Servindo de justificativa, muitas vezes, para as mais diversas medidas adotadas pelo Estado brasileiro, principalmente no período pós-abolição.

No Brasil, o fim da escravidão em 1888 revelou-se como um fato político a desencadear um processo de despejo de ex-escravos sem recursos e raríssimas oportunidades de mudanças de posição social nas ruas e cidades grandes como Salvador e São Paulo. Esse processo se somou a situação de indigência já decorrente das cidades brasileiras da época, em função da situação de penúria econômica, seca e ausência de planejamento para assimilação da população que migrava para as cidades (FRAGA FILHO, 1996, p.21).

A nível de complemento, Frangella (2004) elucidada:

A racionalização urbana que se concretiza nos séculos XVII e XVIII (particularmente no XVIII), cuja organização urbana se pauta pelas noções de progresso e de uma funcionalidade espacial análoga à funcionalidade orgânica – e, portanto, por uma distribuição mais equilibrada e complementar dos espaços urbanos –, somada a intensificação da exploração da força de trabalho trazem uma outra leitura da indigência. A errância passa a ser crime moral a ser considerada crime econômico. A ordenação urbana e a preocupação com a saúde da população, gerando modelos sanitários excludentes que se tornaram exponenciais no século XIX, reforçam a projeção dos desempregados e miseráveis como poluidores e perigosos, criminosos (FRANGELLA, 2004, p. 36).

Muitos autores e autoras debatem esse período como um momento histórico para o entendimento de determinadas realidades sociais atuais. O processo seletivo de encarceramento, intensificações das desigualdades, discrepância de acesso ao trabalho formal, e, em nosso caso estrito, os perfis raciais que ocupam as ruas das cidades brasileiras são alguns exemplos desses debates. Seguramente, tornam-se urgente análises que consigam compreender as correlações históricas existentes entre tais períodos. O que podemos afirmar com certa segurança é uma similaridade no perfil raça/cor, tanto no período abordado quanto atualmente. Assim como o fomento de condições sociais que reverberam na atualidade.

Esse dado já foi notificado pela autora Silva (1988), em seus estudos sobre escravidão urbana brasileira, entre meados e final do século XIX. Segundo o seu pensamento, homens e mulheres negras já ocupavam as ruas, sendo responsáveis por uma série de demandas cidadinas. Mesmo estando na urbe de maneira hierarquizada, os escravos de ganho, uma categoria específica da escravidão urbana brasileira, assim como os escravos alforriados, já utilizava as ruas como meio de sobrevivência.

Geralmente, eram realizados trabalhos de limpeza pública, comércio, logística interna da cidade tanto de mercadorias quanto de pessoas, trabalhos burocráticos, a exemplo do encaminhamento de documentos. Isto significa dizer que essa população ocupava o espaço

urbano das mais variadas formas, colaborando diretamente para organicidade da urbe. A partir do processo de criminalização de determinadas práticas, esses espaços e atuações começaram a ser visualizados de forma pejorativa, preconceituosa, não higiênica e antiprogressistas.

Assim, tínhamos um horizonte anteriormente marcado pelo uso das ruas enquanto um modo de se viver, onde a circulação e a permanência dessas pessoas nas vias urbanas não suscitavam problemas de ordens significativas, muito pelo contrário, fazia-se necessário para manutenção de uma cultura econômica (material, simbólica e religiosa) vigente naquele momento.

Os conflitos erigidos por uma nova racionalização do mundo, impactadas pelo certo desencantamento, vinculados às práticas de mendicância, a fabricação de uma economia que requeria um novo modelo de corpo e prática encontrou na população negra e nas suas práticas os subsídios policialescos necessários para impressão de uma outra ordem social. Os discursos e as práticas racistas, forjadas principalmente pelas elites econômicas, foram os principais instrumentos de fabricação dessa realidade. Tensionados pela tentativa de manutenção dos seus status econômicos, conjurados a partir do que Fernandes (2005) chamou de “revolução moderada”.

A internalização parcial dos preceitos republicanos, das narrativas liberais, e uma série de rearranjo sociais, tendo como finalidade a manutenção de uma aristocracia nacional, fomentou os discursos raciais, higienistas e disciplinadores, instrumentos utilizados para construção de novas sociabilidades. Relações que elegeram a rua como local apenas do trânsito, de uma relação pública controlada, onde determinadas práticas (mendicância, errância, moradia) não poderiam ser mais permitidas.

Reside nesse processo um desejo intrínseco do formatar uma dualidade entre casa e rua. Uma organização agora pauta em argumentos médicos, políticos e culturais. “Sair das ruas”, ou melhor, utilizá-las de forma “correta” virou sinônimo de cidadania, de atitude modelo. Um comportamento necessário para construção de uma nação que se pretendia ser progressista e civilizada.

No entanto, não podemos deixar de salientar que tal construção nacional foi forjada na base de um custo altíssimo de boa parte da sua população, condenando os negros e negras, entre outras populações empobrecidas, aos mais diversos processos de violências ou de favelização. Sitiando a cidade por via de regimes específicos de mobilidade, traçando regularmente sistemas de margens urbanas, tais perfis historicamente foram empurrados para outros espaços na cidade. Proibidos de estarem nas ruas e empurrados para outros flancos citadinos, esse foi o movimento operacionalizado, com a finalidade de construir um ambiente social limpo, higiênico e

moderno. Todo esse escopo que transita entre construções ideológicas, culturais, sociais e econômicas colabora diretamente para mentalidade de que estar nas ruas precede um tipo de comportamento específicos: passageiro, transitório, asséptico, civilizado e progressista. Aquilo que Frehse (2011) aponta como uma nova conduta de estar nas ruas. Neste sentido, temos um impasse que perdura até os dias atuais. O que fazer com pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia, com relativa fixação, para fins de trabalho, de maneira geral, como modelos de existência?

Moura (2020) aponta que esse processo de realocação da população negra e empobrecida teve como principal instrumento de operacionalização a criação de diversas barreiras sociais. A negação sistemática do acesso ao trabalho formal, a moradia regular, ou seja, a uma espécie de cidadania utilizada pelo não negro possibilitou a fabricação de um lugar subalterno para as populações “libertas”. Olhando para os fatores fabricados naquele período, com objetivo de conter determinados públicos e visualizando os principais percalços encontrados pela população de rua, hoje encontramos praticamente os mesmos impasses. A falta de moradia, o alto índice de desemprego e a dificuldade de acesso a bens e serviços continuam sendo as principais dificuldades encontradas por esses públicos mais de cem anos depois do período da pós-abolição. Esse argumento por si só justifica o nosso interesse em um olhar sócio-histórico, evidenciando que o paradigma da “saída das ruas” remonta a uma relação processual que extrapola a conjunturais contemporâneas e nos obriga a olhar historicamente.

Sem meias palavras, concebeu-se por interesses políticos, ideológicos e sociais que a rua e determinadas práticas não se adequavam a um novo modelo de sociedade que estava sendo forjado por interesses de setores dominantes. Isso não significa dizer que não houve resistência a tais perspectivas, pelo contrário, os embates oriundos dessa relação conflituosa teve como principais consequências o fortalecimento de uma economia institucional e um ideário de responsabilidade estatal, esse processo colaborou para uma espécie de convenção, tendo em seu âmago a concepção que “sair das ruas” é o objetivo final de grande parte das iniciativas governamentais ou civis.

Instaurou-se, dessa forma, uma metodologia eixo para lidar-se com os “problemas” oriundos de práticas que envolva o “ficar nas ruas”. Essa metodologia intrincasse diretamente com as transformações sociais salientadas anteriormente e reverbera com muita eficácia até os dias atuais, mesmo essa população tendo sofrido modificações em seus perfis e nas condicionalidades que levem as suas experiências de-e-na rua hoje. Essa breve exposição, com intuito de identificar um dos elementos que constitui as narrativas dos viventes de rua, colabora para entendermos os preceitos nos quais se estruturou o paradigma da “saída das ruas”. Esse

ethos contemporâneo transmuta nos modelos construtivos das políticas públicas, nas ascensões filantrópicas e contorna todo imaginário que indica a todo momento que tais viventes estão fora do lugar.

Isso não significa que tal realidade não seja cercada de uma violência estrutural e que tais condições de vida não mereçam os mais diversos acessos que possibilitem a transformação de suas realidades. Esse não é o sentido. De maneira oposta, sinalizamos para um procedimento inculcado em diversas práticas, tendo em seu eixo o desejo constante de “retirar as pessoas daquele lugar”. Tal paradigma, resultado dos processos sócio-históricos que visavam à construção de uma nova conduta cívica, realizou-se por via da fabricação de preconceitos e de uma economia moral que atendia somente aos interesses daqueles que não experimentam as dificuldades existentes nas vivências de rua.

Não resta dúvida de que no âmbito prático, muitas pessoas compreendam que a solução para determinados empecilhos oriundos de tais experiências urbanas estejam em procedimentos etapistas que tenham como objetivo final a retirada de tais pessoas daquela condição. Os trânsitos produzidos pelas pessoas com experiências de rua são mais complexos e requerem uma profundidade analítica. Sem contar, como salientado, que a rua fomenta nos sujeitos outras produções afetivas. Se adicionarmos a isso a interseccionalidade dessas condições, que suscitam cuidados das mais diversas ordens, compreenderemos que “sair das ruas” deve urgentemente ser repensado e redirecionado nas mais diversas ações construídas para essa população. No sentido mais direto, indicamos a necessidade de uma construção paradigmática que esteja mais colada com as realidades empíricas vivenciadas por tais seguimentos urbanos, entendemos que “sair da rua”, em muitos casos, deve ser encarado como um meio de atuação e não com um fim em si próprio. Recentemente, muitos ativistas, intelectuais, cuidadores e frações populacionais têm demonstrado novas tecnologias sociais do cuidado, possibilitando a abertura de metodologias que considerem as especificidades dos indivíduos vulnerados.

Dito isso, voltemos a Renildo Santos. Vejamos como sua história de superação pode colaborar com as problematizações iniciais desta seção.

Um dos primeiros contatos que tivemos com Reny⁵³ data o ano de 2015. Fomos convidado a participar de um curso de capacitação promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Feira de Santana, conjuntamente com uma organização não governamental chamada Associação Cristã Nacional. A temática do encontro abordou assuntos voltados para população de rua e o uso abusivo de substâncias psicoativas.

⁵³ Nome social do nosso interlocutor.

Naqueles encontros, foram elaborados os primeiros passos que culminou posteriormente no desenvolvimento de uma pesquisa⁵⁴ sobre o mesmo tema no território feirense.

Nossas primeiras imagens de Renildo remontavam um perfil de superação, garra e determinação. Reny não perdia a oportunidade de contar suas experiências de rua, os motivos pelos quais decidiu “deixar” aquela vida, como também suas projeções futuras, anseios, dificuldades e desejos. Apesar de certa dureza nos diálogos, que segundo ele foi forjada nas vivências de rua, estava sempre aberto a perguntar e questionar quando o assunto abordava opiniões sobre vivências nas quais ele “sentira na pele”, como geralmente gostava de enfatizar.

Logo após tais encontros primários, recebemos o convite para participar da elaboração da pesquisa citada. Reny, enquanto representante da população de rua fora convidado para realizar mediações reflexivas, assim como para colaborar no trabalho de campo. Recordamos que aquele período fora fortemente marcado por uma saída recente das vivências de rua. A possibilidade de trabalho na pesquisa era encarada, muitas vezes, por ele como uma continuidade da caminhada fora das ruas que recentemente construía.

A partir dos contatos mediados pelos ofícios do trabalho, aprofundamos a relação, intensificando diálogos e partilhando saberes entre as demandas suscitadas pelos nossos afazeres. Rememoramos que nossa proximidade com o tema suscitou alguns convites para discursar sobre a pesquisa e a literatura que envolvida a temática. Em todos aqueles momentos, estendíamos o convite a Reny e, em diversas ocasiões, dividimos espaços e construímos saberes sobre a realidade de rua em Feira de Santana⁵⁵.

Entendíamos que o saber emanado pelas experiências e o desejo suscitado por ele em colaborar com o fomento do debate impactava na construção de um ambiente de trocas. É incontornável não admitir que essa construção afetiva não colaborou diretamente para nossa formação. De fato, muito do que desenvolvemos e refletimos devemos a esses momentos e à edificação de uma amizade que mantemos até hoje.

No âmbito da pesquisa, seu papel foi fundamental, apresentando os circuitos, as pessoas, codificando os códigos, mediando os conflitos, ensinando saberes singulares. A intimidade emanava por sua pessoa com todos os agentes que circundavam as vivências de rua facilitava e outorgava nossa posição no campo, criando força que nos aproximava daquilo que pretendíamos investigar.

⁵⁴ Somos Invisíveis? Conhecendo a população de Usuários (as) de Drogas em Situação de Rua de Feira de Santana (CARVALHO *et al.*, 2016).

⁵⁵ Tal trajetória se tornou uma prática recorrente até os dias atuais. Para nível de intensidade de tal relação, é digno de nota o convite em 2019 da Defensoria Pública do Estado da Bahia para realização de um curso de capacitação em que auxiliamos Reny em suas aulas.

Ainda naquela mesma ocasião, sua postura política já demonstrava os ensaios daquilo que futuramente ele iria se tornar⁵⁶. Sempre vestido com a camisa do movimento, entendia que o engajamento político era uma possibilidade de transformação pessoal e, neste sentido, essa economia política detinha grande peso na vida dele, atribuindo à luta por direitos a responsabilidade de ter saído das ruas e se transformado da “água pro vinho” como corriqueiramente falava.

Eu nunca consegui confiar nesse negócio de psicólogo, assistente social, a vida toda na rua e esse povo sempre aparecendo e eu não via era nada. Se eu tivesse jogado, jogado eu ficava. Eu via muito caô. Até que um dia, eu comecei a perceber um pessoal que ficava com a camisa azul. Certo dia, eu fui questionar o que era aquilo, aí me explicaram o que o movimento fazia, só que eu não entendi direito. Mas, eu sempre via esse pessoal. Daí, fiquei castelando (Entrevista realizada com Renildo Santos em 21/06/2020).

O engajamento político e a internalização de que somente por via das políticas públicas se consegue mudança na vida constituíram argumentos utilizados por Reny, quando se trata da metodologia que foi capaz de produzir sua saída das ruas. Esse ponto se torna fundamental para entendermos suas visões de mundo, posicionamentos e narrativas quanto à própria vida e à vida dos seus “irmãos”, como gosta de nomear. Voltaremos a esse ponto.

Antes disso, vale a pena elucidar a trajetória que antecedia as suas vivências de rua. Contara que vinha de uma família relativamente estável, ao menos, no quesito material. Morava em um bairro popular da cidade e, dentro de sua narrativa, ao que tudo indica as ausências e lacunas que eram mais intensas estavam na ordem do campo afetivo. Esse caráter é confirmado com a recente reaproximação materna (biológica), reatando determinados vínculos anos depois de suas vivências de rua.

Esse contexto merece atenção para algumas questões no roteiro da vida de Reny. Seu relato enfatiza que a perda de sua avó, pessoa que mantinha relação afetiva mais próxima, desencadeou em sua adoção ainda muito novo para uma outra família. Em muito dos nossos diálogos, mostrava o incômodo de ter sido adotado, muito por conta de não ter compreendido porque sua mãe biológica não assumiu a responsabilidade de sua criação. Da mesma forma, enfatizava que naquele momento de sua vida, não fora realmente acolhido familiarmente, atribuindo a essa falta um dos motivos da ida para as ruas.

Em uma palestra realiza por nós e Reny, em uma escola privada do município feirense, relatou que o período de adolescência foi crucial no sentido de empurrá-lo para as ruas.

⁵⁶ Liderança do Movimento Nacional da População de Rua, assumindo a coordenação do estado da Bahia e do município feirense.

Atribuímos àquele momento etário ao primeiro contato com as drogas e amizades ruins. A regularidade com tais contatos, segundo ele, foi perdendo o controle e, como resultado, acabou parando nas ruas.

Eu era assim da idade de vocês, essa idade é muito perigosa. É nesse momento que a gente tem contato com um monte de coisa ruim. É por isso que vocês têm que abrir os olhos, e quando oferecerem besteira para vocês, vocês têm que negar. Eu quando estudava, era do tipo que entrava na escola com uma garrafa de Coca-Cola com cachaça para dar aos meus colegas e fazer a farra. Certo dia, a diretora da escola me pegou e meu deu uma suspensão. Muitos me já me chamavam naquela época de Zé droguinha (Diário de Campo, 14/04/2018).

Ao que tudo indica, a relativa estabilidade material não foi o suficiente para manutenção de relações positivas em outras instituições sociais. Essa característica pode ser visualizada com o baixo rendimento escolar de Renny, seus recorrentes problemas escolares e certo silenciamento familiar quanto a essas relações. O conteúdo escolar foi somente revalorizado em sua vida após seu engajamento político, por via dos trâmites de sua formação de militante, floresceu o desejo de concluir o ensino fundamental e médio, abandonado em sua juventude. Recentemente, Renny conseguiu concluir as etapas curriculares, fazendo com que almeje novos rumos. Segundo ele, o próximo passo será a “faculdade de direito”.

Por via desse horizonte, temos uma infância marcada por relativas ausências afetivas e um despertar adolescente seguindo uma mesma estrutura. Como podemos perceber, esse foi um dos fatores utilizado como momento explicativo para início do contato com relações e substâncias que ajudariam a desestabilizar sua vida.

É comum encontrarmos tanto nos dados empíricos como na literatura especializada a construção de narrativas denominada por Escorel (1999, p.81) “relato mítico catastrófico”. A seleção de episódios, momentos que os narradores atribuem como cruciais para explicação de suas vidas são, geralmente, elencados por via de uma tonalidade pejorativa. Tais momentos são fatos fundadores das estruturas que permitiram a chegada na rua, são espécie de racionalizações cercadas pelo interesse explicativo de suas existências. O caráter dessa construção esconde uma série de justificativas que perpassam desde estratégia de sobrevivência até a forma de atenuar a pressão moral sofrida por parte de outros agentes sociais.

Tratando-se de Renny, uma infância constituída por lacunas afetivas, uma desorganização familiar, o contato com universos de subversão abriu os caminhos para as vivências de rua. O relato escolar concedido foi uma sinalização dentro de sua narrativa que aponta para tais compreensões.

O nosso interlocutor ainda reafirmou que tal ciclo de opressão, causado, muitas vezes, por uma série de escolhas “erradas” em sua vida, somente teve fim quando tomou uma nova postura perante o mundo.

Eu até trabalhava, tinha minha vida era ativa, ganhava meu dinheirinho. Sempre estava dando meus corres. Mas, muitas vezes, a droga pega a gente despercebido. Quando a gente vai ver, tá no papelão, tomando sol e chuva na cara. Fica no poço. Foi assim comigo. No começo, era aquela coisa, cheirava um pó, tinha peito, era desmolado. Isso só mudou depois que eu coloquei na mão de Deus e quando conheci o movimento (Entrevista realizada com Renildo Santos em 21/06/2020).

De maneira semelhante, discursivamente construída por outros episódios de relevância, atribui-se o fator transformativo de sua vida. Colocando a relação mítica religiosa (Reny é católico atuante) e o fomento dos seus interesses políticos como caminhos para construção de outros lugares. Em outra entrevista concedida à Defensoria Pública do Estado da Bahia, na série de reportagens intituladas *Vozes da Rua*⁵⁷, Renildo também atribuiu sua mudança de vida aos impactos institucionais na sua biografia.

Depois de um bom tempo, eu conheci alguns estudantes que estavam fazendo estágio no movimento social e disseram que existia uma equipe chamada Centro Pop. Da última vez que fui nesse lugar, me mandaram ir para um centro de recuperação. Fiquei um bom tempo e depois recaí de novo e acabei não tendo nenhum resultado, pois toda hora eu saía e tinha recaída. Depois de um tempo, eu tive problema de saúde. Quando eu comecei a sair das ruas, o único apoio que recebi foi de casa de passagem, mesmo que com muita pressão. Na época que eu estava com tuberculose e morei lá durante seis meses com a doença, depois de tanto brigar para conseguir a minha casa; tinha que ir para o aluguel social. A minha caminhada toda para garantir direitos foi pela Defensoria Pública, onde eu ganhei um processo de três anos para ter minha própria casa. Realmente, os defensores reconheceram que eu tinha possibilidade de receber meus benefícios, como o Minha Casa Minha Vida, o CadÚnico e pressionou o Centro Pop para me garantir esse direito. Os apoios que recebi foram da própria Defensoria, a única instituição pública que me deu bastante atenção. Também recebi apoio do próprio movimento social, que me orientou sobre as coisas que eu tinha garantia de direito. E depois eu encontrei algumas pessoas de igreja que têm contato com a população em situação de rua. Todos esses suportes que eu tive foram muito importantes para mim (Entrevista Concedida ao *Vozes da Rua*, em 05/11/2020).

Por essa ótica, encontramos na construção narrativa uma racionalização que perpassa necessariamente pelo levantamento dos caminhos percorridos para saída das ruas. O fato de ter elencado três bases (religiosa, institucional e política), evidencia que tal percurso vai de encontro ao modelo intrincado com a proposta vigente do paradigma de “saída das ruas”. Esse imaginário, contido na prerrogativa de que os elementos disponíveis utilizados de forma correta podem proporcionar modificação substancial na vida das pessoas, configura-se como caráter estruturante desse paradigma.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-pop-rua-depois-de-16-anos-em-situacao-de-rua-renildo-silva-usa-experiencia-para-coordenar-mnpr-na-bahia/>

Observamos tal direcionamento na própria trajetória de vida do nosso interlocutor, como também o reforço da mesma ótica, pautada em seu caso de “sucesso”. Mesmo Reny, salientando, por diversas vezes, que tal jornada é marcada por diversos tropeço, impasses, retrocessos que, muitas vezes depende de um esforço individual, sinalizando a contradição do próprio trajeto, havendo na narrativa posicionamento que possibilita/acredita nessa via como forma de transformação.

De fato, não podemos deixar de salientar que a possibilidade de transformações por via do *modus operandi* da “saída das ruas” não tenha seu grau relativo de efetividade. O que estamos acentuando diz respeito a um sentido empírico contrário, mostrando que tais percursos são marcados por uma seletividade estrutural, conseguindo eficácia a partir de um jogo subjetivo com alto grau de complexidade. Por que para Reny, em alguma medida, os aparatos solidificados pelo paradigma da “saída das ruas” funcionaram?

Certamente, não podemos deixar de salientar que o fracasso das políticas públicas e das iniciativas para essa população tem sido um debate recorrente. Não à toa, uma concorrência metodológica sempre está ativa na construção desses aparatos, demonstrando uma série de correlações de forças que atuam na fabricação do sentido dessas existências, assim como na própria efetivação de suas atuações, sejam elas governamentais ou não.

Em alguma medida, o reforço dessa narrativa por parte de Reny, extrapolando o sentido para os movimentos sociais, carregam elemento de própria sustentabilidade de suas práticas, colaborando, de algum modo, na criação praticamente teológica que com os ajustes corretos nos instrumentos disponíveis podem solucionar as questões que envolvem a população de rua. Longe de afirmar que tal racionalização está completamente equivocada, alertamos, mais uma vez, para o caráter intrínseco e o teor paradigmático que operacionaliza toda sua funcionalidade. Em última ordem, sair da rua, nesses casos, é o objetivo central.

Tal inquietação parte do movimento interrogativo que confronta experiências existenciais, com aparatos sócio-históricos construídos para solucionar um fenômeno que, ao que tudo indica, está ligado a diversas esferas do campo social. Talvez, residam nesse movimento as respostas necessárias, no que tange a não efetividade de diversas políticas públicas, equipamento e serviços voltados para essa comunidade.

Para além das oscilações existentes no contingente populacional de rua, conectadas diretamente com questões macrossociológicas, econômicas e culturais, desviar do paradigma de saída das ruas significa compreender o caráter identitário e a potência subjetiva que tal fenômeno carrega em seus mais diferenciados perfis ao longo da história.

Após dezesseis anos vivendo nas ruas, sofrendo e comentando os mais diversos tipos de violência, percorrendo aparatos institucionais, convivendo na trama que tais experiências urbanas tecem, Renildo, mesmo tendo superado, como ele mesmo gosta de salientar, seu vício, e tudo aquilo que o prejudicava, certa vez verbalizou de forma sintética as problematizações sucedidas aqui: “a gente sai da rua, mas a rua não sai da gente”.

Para Renildo, a luta política, o aparato religioso e sua insistência no “bom” funcionamento dos aparatos institucionais formou o caldo cultural, social e subjetivo que proporcionou modificação relativa de sua cosmovisão. Resignificou sentidos, dando-lhe novos propósitos e motivos para viver.

A minha iniciativa é fazer parte de uma liderança. Eu estou na coordenação estadual do Movimento Nacional da População de Rua na Bahia e também estou na coordenação municipal, aqui em Feira de Santana, até que alguma pessoa de rua tenha empoderamento para assumir esse cargo. Hoje, eu faço todo monitoramento e acompanho todo o processo de projetos sociais ligados à população em situação de rua, na política, observando as leis. Busco a garantia de direitos com base na Constituição Federal de 1988, que são a moradia, educação, cultura, lazer, direito de ir e vir, entre outros. O objetivo é estar sempre atuando em prol do movimento e transmitindo as minhas experiências, palestrando, às vezes, falando sobre como vivi na rua. Foram 16 anos, não dias. É uma troca de saber, porque eu venho também da escola de Paulo Freire, que fala que o saber não é só para mim, mas para que as pessoas possam entender e aprender (Entrevista realizada com Renildo Santos em 21/06/2020).

Dessa forma, “sair das ruas” toma um papel significativo na economia simbólica da rua. Por via de Renildo, observamos a força que tal prerrogativa exerce, impactando praticamente todas as instâncias que regem essas experiências urbanas. Mesmo seu caso sendo avaliado como bem-sucedido, utilizado por instância como modelo resolutivo, encontramos os impasses e as contradições inerentes a um paradigma que nos revela uma distância empírica (ineficácia histórica) com o fenômeno que em tese tenta solucionar.

Diante disso, apontamos incisivamente que tal paradigma objetiva: 1) Produzir uma economia institucional e de saberes como suporte para sua reprodução paradigmática; 2) Reforçar por via de produções subjetivas a internalização de modelos normativos de existência fomentando os mais diversos agentes ou viventes que tem contato com as experiências de rua; 3) Colaborar para manutenção dos mecanismos de poder, em que a hierarquização por via de marcadores sociais (classe, raça, gênero, sexo, entre outros) operacionalizam as desigualdades.

Com a finalidade de não cometer injustiças, salientamos a ciência de que tal paradigma concorre com outras produções paradigmática não hegemônicas. Essas produções carregam intrinsecamente a crítica e aponta caminhos para uma atuação digna. Saberes oriundos dos direitos humanos, antiproibicionismo, redução de danos, dos movimentos sociais identitários,

por exemplo, são indícios de que outros saberes competem e têm relevância relativa no campo de atuação com essa população, conseguindo, em muitos casos, estabelecer práticas desviantes das instauradas hegemonicamente.

4 SOBRE CLASSIFICAÇÕES: LÉXICO TIPOLÓGICO DAS RUAS

Conforme Cunda e Silva (2020) sinalizaram, o que comumente costumamos chamar de População em Situação de Rua, no fundo, reúne intrinsicamente (nessa classificação) diversos movimentos que se conectam com processos de periferização, desigualdades, pauperização, ou seja, uma gama de questões sociais vinculadas às formas de gestar a vida na cidade. Certamente, tais contextos também se atrelam a conjunturas sociais que são operacionalizadas por uma rede complexa de configurações, mas, que ao mesmo tempo, tem como produto-resultado, dentre muitos sujeitos, aqueles que experimentam suas vidas naquilo que os autores supracitados indicaram como processos de “rualização”.

A “rualogia” – pedindo emprestado mais uma vez o termo utilizado por Cunda e Silva (2018) – produzida entre os anos 1970⁵⁸ até meados dos anos dois mil, esteve majoritariamente preocupada em entender os viventes de rua por meio das compreensões de fenômenos ligados a uma esfera macrossociológica, concebendo variações, perfis e motivações de determinadas existências, por meio das grandes transformações sociais, em suas mais diversas esferas⁵⁹. Por intermédio desse direcionamento, assistimos a uma produção considerável de literaturas que se debruçaram sobre questões voltadas ao mercado de trabalho, migrações, nomadismo, uso de substâncias psicoativas, saúde mental, movimentos institucionais, transformações urbanas, as maneiras nas quais o aparelho do Estado é impactado pelos preceitos neoliberais, mudanças de âmbito econômico, jurídico ou político. Em suma, preocupação explicativa estritamente voltada para uma visão de escala macro.

Para não cometer injustiças, com menor intensidade, observamos trabalhos guiados por outras matizes, em que modelos representativos, formas de narrativas, aspectos culturais (perspectivas antropológicas), dimensões históricas eram pontos de partidas, oferecendo, de certo modo, outra abordagem científica⁶⁰. Tal quadro começa a se intensificar em torno dos

⁵⁸ Segundo Justo (2008), há uma escassez de produções antes de 1970, sinalizando crescimento exponencial a partir de 1990, mesmo período que Costa e Richette (2011) evidenciaram como início de maior intervenção Estatal e do fomento de políticas públicas. Já Mendes, Rosani e Paiva (2019), em levantamento realizado entre 1990 e 2015, identificaram que a partir de 2006, houve novamente crescimento nas produções sobre a temática. Além disso, salientamos em uma medida comparativa que os estudos estadunidenses voltados para temática se preocupavam mais com as formas de categorização e os estudos brasileiros eram mais voltados para compreensão das condições sociais dessa população.

⁵⁹ Temos como exemplo: Stoffels (1977), Bursztyn (2003), Silva (2009), Brasil (2009b), Brasil (2009a).

⁶⁰ Giorgette (2006), Rosa (2005), Frangella (2004), entre outros.

anos dez do século atual⁶¹, marcando tal prerrogativa com mais intensidade nas elaborações acadêmicas sobre a temática de rua.

As características que regem cada período produtivo, por via do nosso olhar, têm dois focos propulsores. No que diz respeito ao momento em que as marcas de uma interpretação sociológica de grande escala se fizeram mais presente, observamos contexto fortemente marcado pelo debate da exclusão social, pobreza e desigualdades. Esse cenário intensamente impactado pelas transformações políticas dos anos 1980, no Brasil, consolidou uma interpretação na qual os fenômenos urbanos dos “moradores de rua” eram consequência direta das disparidades econômicas existente desde a própria formação do Estado Brasileiro.

Por via desse pensamento, confeccionou-se uma gama de estudos cujo foco se concentrava em desvelar os mecanismos sociais que possibilitavam o surgimento de determinadas vivências urbanas. Apesar das limitações oriundas de investigação dessa envergadura, tal movimento foi essencial para salientar determinados aspectos desse público e contribuiu, com certa relevância, na problematização de determinados imaginários cristalizados no seio social.

Estudos como estes também possibilitaram a construção de perfis dessa população⁶², acentuando o caráter produtivo, de violação de direitos, de rompimentos institucionais (principalmente familiar), reforçando o ideário de que a gênese de tais condições, assim como sua superação, estariam no procedimento de desvendar as estruturas macrossociológicas que escondiam a fabricação dessas formas de existir. Como consequência dessas produções, mas não somente ligada ao campo da produção científica, abriram-se possibilidades compreensivas no sentido categórico, legalista, político e assistencial⁶³.

Dessa maneira, mesmo os estudos tendo como eixo uma leitura macrossocial apontaram para heterogeneidade do público de rua, produzindo possibilidades futuras de novas leituras. Outro aspecto digno de nota, circunda os meandros das recepções das leituras marxianas no contexto brasileiro, especialmente no campo das ciências humanas. Esse é um ponto

⁶¹ Em levantamento realizado por Sicari e Zanella (2018) entre os anos de 2006 e 2016, constatou-se que nos anos 2014, 2015 e 2016, as produções voltadas para temática, em grande maioria, carregavam descritores como: etnografia, cartografia, genealogia, entre outros.

⁶² O próprio sentido de população, enquanto um grupo que carrega características em comum, foi forjado por dentro desse contexto, tendo como finalidade a sinalização de uma fração social que necessitava de uma atenção específica do poder público. Esse processo, em alguma medida, foi entendido como mecanismos de governamentalidade por Priori (2019).

⁶³ Evidenciamos nesse mesmo período, para ser mais preciso, na década de 1990, o surgimento das primeiras construções legais, como por exemplo, a Lei 12.316/97 em São Paulo. Ademais, salientamos o Primeiro dia de Luta do Povo da Rua em 1991 e o Seminário Nacional da População de Rua 1992 (MARCOLINO, 2012).

interessante para entender os perfis das produções acadêmicas, as filiações epistemológicas e, como consequência, o tipo de leitura forjado por meio dessas filiações.

Com isso, elencamos uma primeira fase dessas produções e, conseqüentemente, os fatores que contribuíram para suas formulações categóricas fortemente enraizados nas características sinalizadas⁶⁴. Certamente, isso não significa dizer que todo o escopo parte da premissa aqui salientada, afirmar isso seria imprudente. Pelo contrário, direcionamos em apontar os tons mais marcantes de uma produção que estava embebida por um contexto social específico.

Outro momento importante, no que diz respeito ao fomento de pesquisas a respeito das vivências de rua, remonta aos meados dos anos dez do atual século, como salientado. Alguns fatores, por meio de nossa análise, contribuem tanto para intensificação dos estudos, como também para modificação do perfil analítico. Como dito, outros marcadores de análises começam a predominar nas opções de investigação, colocando no jogo científico elementos até então não muito abordado pela temática.

O papel de uma perspectiva mais socioantropológica⁶⁵ ganha notoriedade, em contraste a compreensões mais econômicas, impactando as produções e alimentando o campo investigativo com outras matizes. Por conta disso, as formulações de classificações também ganharam novos contornos, tendo como objetivo acompanhar a complexidade das relações na rua e dos seus novos agentes.

Nesse ponto, temos uma contingência que colabora para guinada interpretativa dentro das análises do campo temático: mudanças no perfil dos homens e mulheres⁶⁶ que que

⁶⁴ Outro flanco que colaborou significativamente para construção de um sujeito de rua liga-se às ações produzidas pela igreja católica, suas pastorais e, principalmente, a Organização do Auxílio Fraternal (OAF). As construções narrativas pautadas em uma luta política, em uma coesão social, e uma emancipação condicional fomentaram um debate colaborativo, no que tange ao entendimento de uma fração social necessitada de direitos. Por via dessas construções categoria como “sofredores de rua” foram fabricadas como modelos explicativos e políticos dessa população. A OAF atua desde a década de 50 do século passado, sendo uma instituição produtiva no sentido do auxílio (assistencial, místico e religioso) aos mais necessitados. Sua contribuição perpassava também enquanto suporte para as primeiras pesquisas realizadas com esse público (OAF, 1992).

⁶⁵ Adorno *et al.* (2013) apontaram a necessidade de mudanças teóricas metodológicas nos estudos voltados para população de rua, salientando as possibilidades qualitativas que trabalhos etnográficos podem realizar, principalmente nas articulações necessárias entre as questões macroestruturais e comportamentos urbanos. As metodologias mais participativas, segundo o autor, podem colaborar para ampliação do debate e fomento de novos pensamentos.

⁶⁶ De acordo com Oliveira (2010), a construção social da imagem das pessoas que viviam nas ruas era compreendida a partir da ideia de migrantes. Segundo o autor, essa imagem foi ganhando outras conotações após os anos 2000, por influência de uma visão permeada pelos conceitos de exclusão sociais e vulnerabilidade. Concordamos em parte com o autor, de fato, entendemos que uma visão por via dos preceitos de exclusão e vulnerabilidade fomentou outros olhares para população de rua e, neste sentido estrito, fortaleceu a construção de uma economia institucional e uma série de políticas públicas, investida que por nossa ótica colaborou para o surgimento da categoria “situação de rua”. Todavia, não podemos deixar de salientar que no mesmo período imaginários depreciativos floresceram em intensidade em um movimento paralelo e concorrente. Os debates

experienciam as ruas no país, assim como as modificações contextuais experimentada na última década. Se outrora os fatores do fenômeno eram veiculados pelos motivos do êxodo rural, não inserção do mercado de trabalho, incapacidade estrutural do modelo industrial de absorver toda força de trabalho, agora, elementos como direito à cidade, modelos de sobrevivência, culturas urbanas, pautas identitárias, uso de substâncias, em especial os elementos trazidos pelo consumo de crack reverberam com mais acuidade entre os trabalhos direcionadas ao tema.

Muito dessas modificações estão vinculadas a vertentes de análises que priorizam experiências mais singulares, trajetórias, locais e territórios. Atraiam-se também aos debates oriundos dos movimentos sociais, os avanços no campo político, reverberando análises pautadas em produções que questionam tais condições por via de outros marcadores sociais. Por consequência, observamos leituras que consideram temas que estão sob o guarda-chuva do termo diversidade, como sexualidades, gêneros, violência, entre outros. Muitas vezes, dialogando sobre temáticas que não saem do desuso, por ser uma condição histórica dessa população. Em especial sobre saúde, sofrimento mental, políticas públicas etc.

Certamente, tal perfil de análise ganha novos contornos pelo fomento de zonas de produção de conhecimento que vem, ao decorrer dos últimos anos, auferindo notoriedade. As perspectivas antiproibicionistas, feministas, decoloniais⁶⁷ são alguns exemplos que colaboram, aos nosso ver, positivamente, para promoção do debate por outras óticas. Por essa via, vale salientar uma outra prerrogativa analítica, em que um posicionamento indutivo, apegado a bases empíricas, muitas vezes, que analisa subgrupos (ou aspectos) dentro dessa população, empurra as investigações para uma escala menor, diferenciando-se substancialmente da primeira etapa de análises, cuja prerrogativa macrosociológica dominava as investigações com mais predominância.

Por dentro dessa leitura, temos dois períodos significativos na produção de pesquisas voltadas para temática. Essa afirmativa se faz consciente de que produções de leituras macros ainda são confeccionadas, ao mesmo tempo, que em períodos anteriores outras preferencias metodológicas conviviam com leituras hegemônicas do fenômeno. Ainda vale salientar que mesmo nos dois períodos salientados, a utilização compreensiva por via do marcador de raça é inexistente. Tal viés analítico parece não compor nenhum trabalho de forma estrutural, sendo

oriundos da originalidade da violência urbana, o aumento do consumo de crack e os dispositivos raciais conectados às questões anteriormente citadas fizeram emergir imagens como as do “sacizeiro”, “crackudo”, “noia”. Sujeitos policiados, encarados como risco e colocados no local “suspeição” (GUIMARÃES, 2005).

⁶⁷ Alguns exemplos: Malheiro (2020), Santos (2016).

ele utilizado por via de análises quantitativas, direcionadas por leituras de cunho estatístico, em que há opção cor/raça, principalmente em trabalhos voltados para construção de perfis sociais.

A inutilização das categorias raciais (debate academicamente profícuo no Brasil), enquanto eixo explicativo dos fenômenos ligados às experiências urbanas de viver na rua também foi enxergada por Mendes, Rosani e Paiva (2019). Nas conclusões desses autores, a categoria raça é meramente utilizada como dado sociodemográfico, sem definição nítida e carente de análises estruturais.

Esse panorama que caracteriza os moldes de produção sobre a temática das vivências de rua nas últimas décadas nos autoriza a iniciar um processo de compreensão a respeito de classificações produzidas dentro desse campo analítico. Como iremos observar, as pesquisas científicas são um termômetro significativo para compreendermos as variações categóricas produzidas no decorrer do tempo, sendo elas corpo constituinte dos contextos nos quais uma série de expressões e imaginários foram forjados. Analisar os aspectos dessas produções viabiliza compreender as relações que permitiram o surgimento e a transformação dos modelos de apreensão de tais experiências urbanas.

Além disso, por esse ângulo, podemos analisar os agentes concorrenciais que demandavam esforço para construção de uma classificação que atendesse a objetivos específicos: mudança de reputação, outras formas de representação. Ou seja, uma luta por capital simbólico, girando em torno dos fenômenos de nomeação desse público (BOURDIEU, 2020).

Indo por esse caminho, salientamos o trabalho de Rosa (2005) que analisou, por via dos jornais, a gramática categorial utilizada pela imprensa, no que diz respeito aos viventes de rua nas décadas de 70,80 e 90 do século passado. A autora encontrou uma variação de uso e desusos de “adjetivos” que são socialmente acionados de acordo com as demandas contextuais de cada período. Observamos que, na década de 1970, categorias como desabrigadas, pedintes, migrantes, carentes estampavam com mais frequência nos impressos.

Tal contexto, fortemente marcado pela ausência efetiva do Estado, cujas relações com tais pessoas eram mais intensas por via de uma lógica mítica-religiosa, formou um terreno fértil para uma produção simbólica arraigada pelas práticas filantrópicas. O perfil do próprio vivente, seu êxodo para cidades em crescimento e a baixa problematização acadêmica do fenômeno podem ser um dos produtos que confeccionaram modalidades de entendimento conectadas a condições de vidas particulares naquele período.

Na década de 1980, visualizamos não apenas um fator concorrencial entre as categorias, principalmente pelo aumento significativo delas, mas, também, uma mudança de perfil no que

tange a imaginários que carregam sua produção. Sem-teto, desempregados, sofredores de rua, exército de excluídos. Naquela ocasião, o debate democrático ganhava força, em âmbito nacional, o sentido de cidadania estava sendo discutido, as produções acadêmicas colaboraram para o debate a respeito das desigualdades, os primeiros encontros de coesão política aconteciam. Isso explica o surgimento de mentalidades voltadas para o entendimento de que tal situação estava conectada ao estado de insuficiência de trabalho e amparo legal. Por isso, encontramos noções de exclusão e desemprego.

No entanto, na década de 1990, como Rosa (2005) nos mostra, uma ofensiva pejorativa ganhou mais nitidez. E as compreensões em torno de tais vivências ganharam novas conotações. Bandidos, perigosos, vagabundos alcançaram notoriedade em determinadas narrativas. Todavia, nesse mesmo período, o sentido de população obteve força, sinalizando unidade, maior participação do Estado e atuação política. Por esse breve passeio, sinalizamos classificações concorrenciais que, em um sentido duplo, disputaram as formas hegemônicas de compreensão do fenômeno. Se por um lado enxergamos o crescimento de denominações pejorativas, fruto do avanço de um sentido policialesco, da narrativa de produtividade e dos mecanismos de normatividade, por outro, em sentido oposto, visualizamos o aumento de noções que consideram categorias que frise tais indivíduos como sujeitos portadores de direitos e vítimas de uma sociedade excludente. Neste sentido, a categoria pessoas em situação de rua é fruto direto desse processo.

A circulação dessas categorias, advertimos, não obedecem necessariamente a períodos históricos exatos, apesar de que determinados conceitos somente aparecem em contextos sociais específicos. Porém, noções como a de mendigo, cujas formas de interpretação são atreladas a efeitos históricos de longa duração, permearam e ainda permeiam os imaginários sociais voltados para esse público. De maneira semelhante, a categoria morador de rua também atravessou longos períodos, concorrendo com outras noções existentes.

Geralmente, as análises sociológicas tendem a compreender os movimentos contextuais passíveis de favorecimento do uso e desuso dessas classificações (jogos institucionais, conjunturas políticas, características econômicas). Por outro caminho, salientamos a inexistência de trabalhos empíricos que ponderem uma inversão no olhar, analisando, como nas vidas individuais, se elaboram dispositivos que elucidem a trama que envolve o fomento, a utilização, ou mesmo, a seleção de categorias que abranjam a heterogeneidade das relações vividas. Por essa via, evidenciaremos mais adiante como um patrimônio de dispositivos estão a serviços dessa população, indicando como a seleção do uso de classificações se correlaciona com interesses subjetivos e contextuais. Tal movimento se torna relevante para sinalizarmos,

por via das práticas cotidianas, elementos constitutivos das produções categóricas, características e formas de negociação (uso). Tal perspectiva se torna importante por colocar em jogo um elemento fundamental na construção científica do saber sociológico. “[...] não podemos compreender completamente a realidade social se não acrescentarmos o fato de que ela não é simplesmente o que é, que ela também faz entrar por uma parte a representação que os agentes sociais se fazem dessa realidade” (BOURDIEU, 2020, p.111).

Em continuação à construção dos horizontes classificatórios da população de rua, acentuamos o trabalho de Frangella (2009). A autora faz um percurso histórico abordando as principais conceitualizações voltadas para compreensão dos habitantes de rua. Se outrora hegemonicamente o termo mendigo buscava dar conta de todo um contexto que abarcava tais existências urbanas, aos poucos, outras nomenclaturas foram produzidas, com a finalidade de entender tal fenômeno que, com o decorrer do tempo, ganhava novas nuances.

Envolta do mendigo (no contexto medieval europeu), e por conta dos impactos da cultura cristã, existia um status positivo da pobreza, aliada à cultura religiosa, tais existências carregavam características que dentro de um jogo caridosos efetuava um papel de relevância nas asceses católicas. Tal quadro formatava modelos de mendigos que basicamente eram divididos entre os verdadeiros e os falsos. Essa dicotomia era operacionalizada por dentro de uma lógica que já considerava os funcionamentos de uma nova ordem econômica e social, acentuando questões de produtividade e disponibilidade ao trabalho.

Nesse contexto, os mendigos verdadeiros eram aqueles incapacitados por mazelas corporais ou psíquicas, órfãos ou viúvas. A dificuldade de efetuar uma vida voltada para o labor e autossustento era justificada pela maldição ligada às intempéries cotidianas, conotando tal realidade a questões divinas, embaçando as motivações sociais na produção de tais existências. De outro modo, os mendigos falsos eram aqueles direcionados para uma vida de pecado, vagabundos, ou seja, aqueles que não aderiam aos ditames normativos sociais. Essa imagem se intensificou por via das diversas transformações, as crises econômicas ocorridas principalmente no final da idade média, e o florescer de um espírito cultural voltado ao capitalismo intensificou um desencanto sobre tais modalidades de vivência, substituindo (em grande medida) um imaginário caridoso por atos disciplinadores. Mecanismo similarmente foram detectados por Fraga Filho (1996), em contexto brasileiro, principalmente no período final do Brasil Colônia e início do Brasil República.

O desenvolvimento de novas racionalidades urbanas, fruto direto das transformações atreladas às modificações de uma gestão macrossocial repercutiram não somente em novas formas de categorizar tais existência, mas, concomitantemente, em novas formas de existir na

cidade. Inéditas ordenações cidadinas colaboraram para o florescimento de comportamentos urbanos específicos, ligados, em alguma medida, a errâncias e às características mendicantes existentes em outros períodos.

Os movimentos migratórios impulsionados pela cultura do progresso, novas formas de precarização oriundas das estruturas do trabalho na era do capital fabricaram novas formas de trânsito no espaço geográfico. Em busca de melhores oportunidades e possibilidades de existência, trabalhadores percorriam o país em busca de melhores condições de vida. Esse trajeto foi fortemente marcado pela precarização, mas, também, por uma relação específica com a cidade, fazendo dela, extraíndo nela, aquilo que, muitas vezes, não encontravam em um mercado de trabalho excludente: a sobrevivência.

Sobre a realidade nacional, Kowarick (2019) já tinha salientado que a formação do trabalho formal no Brasil foi fortemente marcada por políticas migratórias e série de manobras da elite empregadora em manter uma espécie de trabalho cativo. Trabalho esse, diga-se de passagem, semelhante ao trabalho escravo. Diz o autor sobre o contexto pós-abolição da escravatura e formação do trabalho livre no Brasil:

Como trabalhar sobre as ordens de alguém significava, de fato, aceitar uma condição semelhante à de cativo, tenderam a afundar-se na miséria itinerante e sem destino, preferindo essa situação a se submeter às regras do domínio com que os senhores tratavam os escravos... Daí a mendicância e indigência de um povo de várias origens e matizes, ferrado pela desclassificação social produzida por uma sociedade cuja riqueza e o poder se estruturavam na forma de trabalho cativo (KOWARICK, 2019, p 114).

Ainda em outros contextos, podemos salientar a categoria *Hobo*, reflexo direto do expansionismo no oeste do Estados Unidos, em meados dos anos 1920. Os *Hobos* tinham como eixo a busca pelo trabalho e a itinerância como marcas fundamentais. A mobilidade era encarada como virtude, um modo de vida operacionalizado pelo trânsito. Di Flora (1987) investigou perfis similares no contexto paulistano, na década de 1980. Os trecheiros, andarilhos, errantes carregavam similitudes no quesito da movimentação, apesar de diferenças contextuais e culturais, observamos, ainda hoje, nas vivências de rua, modos de sobrevivência intrinsecamente viabilizadas pelo movimento territorial.

A partir dos anos 1950, impulsionou-se a origem de novas noções com objetivo de entender, por novos prismas, o fenômeno das vivências na rua. O fomento de políticas voltadas para o bem-estar, as consequências morais da devastação provocada pela guerra fertilizaram o terreno para novos debates, principalmente aqueles voltados para as desigualdades sociais. Neste sentido, os atuais termos utilizados para designação do fenômeno, como sem-teto e população em situação de rua, são consequências diretas da tentativa de adequação desse

seguimento à noção de exclusão social. Tal noção debatida com mais intensidade na década de 1970 fabricou uma atmosfera de debates, em que tais realidades foram introduzidas e, por via dessas problematizações, novas categorias ganharam relevância enquanto aparatos explicativos (FRANGELLA, 2009).

Por esse caminho, tais nomeações funcionam como espécie de guarda-chuva, cuja ressonância do seu conteúdo tem como finalidade inserir o debate oriundo sobre as estruturas sociais e econômicas como responsáveis por essas realidades. Tentado exaurir, desta maneira, concepções homogeneizadoras e estigmatizando do debate. Essa postura também tem um outro objetivo: apontar a necessidade de participação do Estado enquanto principal agente resolutivo de tais realidades. Não à toa, observamos nesse mesmo período (1950-1990), inclusive no contexto brasileiro, a intensificação de uma economia institucional e jurídica voltada para as pessoas que vivem nas ruas.

Como podemos perceber o léxico tipológico sobre as vidas nas ruas obedece a uma série de transformações contextuais, perpassando por diversas esferas da vida social, conectando uma rede de interdependência, com certo grau de complexidade. Outro fator digno de nota, no que tange à construção dessa gramática, trata-se do aspecto macrossociológico apontado aqui. A confecção das terminologias é intrinsecamente forjada por leituras estruturais. Por conta disso, observamos com certa constância interpretações que em seu âmago efetuam reflexões dentro de uma ordem econômica, neoliberal, mercadológica, dentre tantas.

Mesmo com os avanços dos estudos interacionistas, dentro de uma ordem mais fenomenológica, principalmente impulsionadas pelo método etnográfico, não observamos preocupação no que diz respeito a uma construção compreensiva de uma linguagem que ultrapasse o caráter descritivo. Certamente, se por um lado as investidas universais têm se mostrado deslocadas no que tange à construção de categorias que nos ajudem a produzir conhecimento sobre essa população, são essas categorias confeccionadas dentro dessa ordem que ocupam um lugar de prestígio na produção de políticas, equipamentos, projetos, leis e instituições.

Isso não significa afirmar que defendemos a hipótese que tal construção, ou uma outra construção generalizante, seja capaz de se aproximar de tais realidades com mais maestria. Ao contrário, nossa preocupação sinaliza dois aspectos que em nossa opinião são fundamentais nas produções de saberes em relação às vidas na rua. A primeira, como salientado, a construção de um léxico em que majoritariamente sua compreensão perpassa por construções conceituais estruturais. Em segundo, uma preocupação interacionista que pondere a linguagem mais íntima,

mas que, por muitas vezes, peca por falta de uma construção contextual que dê substâncias às trocas simbólicas que ocorrem nas vivências de rua.

Nesse segundo aspecto, chamamos atenção para o sentido que não se encerra no diálogo nem puramente na relação observada pelo pesquisador. Outras regras se engendram nessa trama, e se faz necessário, para aqueles que tem interesse em investigar tais relações, considerar que tais sentidos estão embebidos por questões materiais e correlacionados por outros sentidos/contextos que extrapolam as cenas observadas, ou mesmo, participadas pelos pesquisadores.

Ao pensar por esse ângulo, as produções classificatórias voltadas para população de rua são esvaziadas de intencionalidades no sentido de Lahire (2017), perdendo o contato com seus interlocutores e condenadas eternamente à homogeneização e ao distanciamento do empírico. Portanto, nossa afirmação assume uma postura que considera a construção categórica que, em primeiro lugar, servindo como aporte, utensílio (variável e descartável) na produção de conhecimentos que, em segundo lugar, tenha uma construção (enquanto vigilância) dos limites contextuais, nos quais tais conceitos foram produzidos.

A luta por classificação homologada, assim, não é simplesmente uma luta ideológica, no sentido que normalmente se entende uma luta que só terá efeito no terreno das ideias ou das representações. A luta pela imposição da representação dominante é invariavelmente a luta para que a representação dominante torne-se real, agindo na realidade e constituindo a realidade. Para isso, é preciso que ela seja verossímil e compatível com a realidade, o que não quer dizer que ela já esteja inscrita na realidade (BOURDIEU, 2020, p. 97).

Como veremos adiante, a formulação de classificações no âmbito das vivências de rua, em sentido microsocial, está intrinsicamente conectada a um patrimônio de dispositivos da pessoa, assim como ao acesso a determinados contextos que variam de acordo com os estímulos suscitados pelas situações experienciadas. Tais produções são passíveis de certa leitura, quando nos aproximamos de uma escala “menor” de compressão. Quando acompanhados, com relativa proximidade, os interlocutores que as produzem e os jogos que fomentam seus usos sociais.

Dito isso, não nos colocamos a favor de construções conceituais que se distanciem das pessoas, assim como das produções que não levem em consideração, por via da linguagem das ruas (e seu diálogo com o pesquisador), os usos e sentidos que tais gramáticas estão inseridas. Isso significa dizer que os pesquisadores e os produtores de saber devem ter como compromisso as consciências (ou sua intencionalidade) das suas limitações categóricas, inclusive, construindo instrumentos para essa aferição. Ao mesmo tempo, partilhamos da postura que tal categoria somente faz sentido dentro de configuração específicas e que transposições conceituais extrapoladoras colaboram para a turbidez de determinadas compreensões.

Isso não significa afirmar que tais construções classificatórias não carregam intrinsecamente aspectos positivos e colaborações valiosas para o desenvolvimento de leituras a respeito do fenômeno aqui estudado. Não se trata de uma questão de valoração. Ao contrário, trata-se de apontar determinados limites e fomentar o interesse de construções conceituais que dobrem a lógica vigente, favorecendo, fomentando e oportunizando o surgimento de outros pontos de vistas a respeito das vivências na rua.

Como dito anteriormente, mais adiante, explanaremos com mais robustez as sugestões que estamos fomentando, mostrando, por via de um caso concreto, como a construção e o acesso de determinadas classificações estão vinculados a contextos específicos que acionam dos seus atores posturas mais ou menos esperadas. Antes disso, a fim de preparar o terreno para essa argumentação, explanaremos sobre uma classificação (população em situação de rua) usada hegemonicamente. Sua problematização tem como finalidade contrastar com a proposta que estamos construindo neste trabalho.

4.1 SITUAÇÃO DE RUA?

Os motivos para problematização da noção *Pessoas em Situação de Rua (PSR)*, em primeiro lugar, surgem das inquietações durante as convivências com os viventes na/de rua em Feira de Santana – Bahia, Brasil. A existências de lacunas e distanciamentos entre tal forma de racionalização e as experiências concretas de tais pessoas configuram elementos constitutivos observados em nossas convivências. Ao que tudo indica, essa construção apresenta limites quanto às formas de internalização, aceitação e usos de tal categoria como expressão mediadora e aparato explicativo de si no mundo.

Em casos específicos, variando conforme contexto e o patrimônio disposicional de cada pessoa, tal autodenominação pode ser acionada para fins específicos (como veremos adiante). Tal mecanismo seletivo depende, em grande medida, da trajetória particular e da possibilidade – no decorrer da vida – de ter, de alguma maneira, relativo contato com tal proposta “conceitual”⁶⁸. Por esse caminho, a nossa preocupação direciona-se pelas fissuras causadas por meio de uma autonomização dessa noção em determinadas esferas sociais/institucionais. Essa

⁶⁸ De acordo com nossas experiências, tais contatos se dão majoritariamente por engajamento político, seja em relações com movimentos sociais, formações, aproximações dialógicas. O relativo contato com a temática significa dizer também que tal interesse parte não somente de condições objetivas, mas, também, por impulso subjetivo interligado, com certa profundidade, a sua trajetória de vida.

afirmativa se vincula a um entendimento que caracteriza esse processo de institucionalização por dois elementos fundamentais.

A priori, trata-se de processos de enquadramento Estatal. A construção do sentido de população e dos caracteres que circundam seus imaginários são carregados por um processo de governamentalidade (FOUCAULT, 2008). Assim, estamos salientando modos de inteligibilidade que são enviesados pelo interesse do funcionamento do Estado e pela manutenção de suas relações de poder⁶⁹ (BUTLER, 2017). Em segundo plano, e não menos importante, diz respeito ao movimento dialético circunscrito nesse enquadramento, que requer por partes dos agentes um afastamento sistemático de categorias produzidas em contexto específicos e com alcances particulares. Ou seja, a construção da noção *peçoas em situação de rua*, está interligada a um distanciamento relativo dos sentidos produzidos por esse público em suas sociabilidades⁷⁰.

Ao apontar tais características, não desejamos fazer entender que a produção de elementos conceituais deva apelar para um caráter ontológico. Gerando uma busca nas ruas (empíria) de uma gramática mais “próxima” da realidade, ou politicamente mais adequada (apesar de que tais movimentos sejam necessários). Não se trata estritamente desse movimento, as notas que seguem a respeito dessa noção implicam um estatuto metodológico. Evidenciando que sua forja e seu fomento tiveram preocupações de ordens jurídicas, políticas e, principalmente, pelo interesse em esculturar um sujeito passível de disputar o fomento de uma gama de aparatos estatais. Ao mesmo tempo que disputava com narrativas concorrenciais a reformulação de imaginários historicamente associados a essa população.

Esse movimento, em parte, explica os moldes utilizados para essa construção, optando, em alguma medida, por renunciar uma fabricação particularista de noção, associando-se aos debates estruturais. Esses debates forneceram subsídios para formalização de uma percepção enraizada em problemas basilares, como moradia, emprego e vinculação familiar, colaborando para edificação de um perfil apto a impactar as barreiras existentes rumo a uma vida digna para essas pessoas.

⁶⁹ Certamente, não podíamos deixar de salientar que a correlação de forças é marcada também por contrapoderes. E que o processo de enquadramento, ou de assimilação das demandas por parte do Estado, resultou em uma série de negociações. O sentido atribuído a tal processo, em nosso trabalho, restringe-se em sinalizar as filiações narrativas e como elas produzem um efeito de assimilação em uma gama de agentes. Obviamente, um estudo intrincado na formação mais concreta dessa configuração requer envolvimento que não foi possível no momento.

⁷⁰ Isso não significa afirmar que tais pessoas não tiveram um profundo envolvimento, engajamento e participação no processo. O direcionamento que tomo ao assumir tal afirmação se apegando no interesse de demonstrar como tal movimento não pode ser considerado totalitário, ao mesmo tempo que salientamos que tais construções conceituais estão arraigadas de outros agentes e que tal rede em suas interdependências produzem uma série de concessões, flexibilizações. São esses mecanismos, resultados de uma série de ações que fabricam as fissuras e os relativos distanciamentos como o citado.

Ademais, tal procedimento talvez não tenha obtido condições objetivas capazes utilizar com mais contundência uma dupla direção, sendo uma fabricada pela relação do contato político e acadêmico, ou seja, produzidas com relativa distância dessa realidade, e outra, cujo eixo seja mais participativo, lançando mão com certa veemência dos saberes (plurais) produzidos por esses viventes⁷¹. A timidez nesse diálogo teve como consequência a confecção de uma noção arraigada em uma relação universalizante. Provocando, automaticamente, formas de usos específicas e relativo reconhecimento. Dito de outra maneira, condições específicas de autoreconhecimento.

Nesse ponto, chegamos ao segundo elemento motivacional que nos impulsionou a problematizar o uso hegemônico de tal noção⁷². Certamente, sua alargada aplicação não apenas nas produções acadêmicas, como também nas narrativas de atores sociais, a formalização jurídica, a adoção por parte de diversos setores institucionais, inclusive do Estado Brasileiro, são elementos suficientes que nos outorgam tecer algumas problematizações a respeito de suas características, formas de aplicação, em suma, os predicados que compõem os modelos de usos e sentidos.

Rosa (2005), em seu trabalho, iniciou uma série de apontamentos que nos servem de indicadores para as reflexões fomentadas aqui. A autora outrora sinalizou o uso da expressão pessoas em situação de rua, em meados da década de 1990, pelo periódico *O trecheiro*. Tal impresso com temática voltada para produção de diversos estilos literários sobre a vida nas ruas tem como característica o envolvimento político e a defesa dos direitos dessa população. Ela ainda sinaliza que tal período foi fortemente marcado por um esforço de instituir uma tipologia que possibilitasse o aprofundamento da compreensão de tais condições, marcando sistemático encaminhamento de romper com o léxico homogeneizante atrelado à noção de mendigo.

Vale lembrar que tal momento foi fortemente marcado pelo contexto de modificações políticas, assim como por um novo entendimento do papel do Estado frente a tal realidade. Outro fator sinalizado pela autora diz respeito à noção de população, importante para criação de um sentido de unidade e, como consequência, eleger tal fração social como apta a angariar

⁷¹ Mais uma vez, destacamos o caráter macrosocial que constitui tal formação conceitual. Tendo consciência de seu teor positivo e sua relevância em diversos aspectos, assim como pela sua pluralidade de agentes (viventes de rua, ativistas, militantes, intelectuais, acadêmicos políticos, religiosos, entre outros). Como dito anteriormente, o interesse se limita à compreensão da produção de determinadas mentalidades. Optamos por essa via por entender que a produção de tais mentalidades-conceitos obedece a um diálogo múltiplo e seu alcance perpassa diversas esferas do social. Desse modo, temos um elemento metodológico com maior grau de impacto nos agentes produtores de tais concepções.

⁷² Tendo em vista que essa formulação, é largamente utilizada na produção de trabalhos acadêmicos, políticas públicas, perfis profissionais, modelos de equipamentos, entre outras instâncias que compõem o universo social, econômico e cultural dessa população.

avanços dentro dos aparatos do Estado. Muitos desses esforços foram construídos por iniciativa religiosas, com certo viés político e luta cidadã. Temos como exemplo a citada Organização do Auxílio Fraternal, alcunhando o sentido de população em documentos e publicações oficiais.

Todavia, gostaríamos de sinalizar um caráter fundamental em sua obra: a inserção de uma noção de temporalidade nas construções categóricas sobre as vivências de rua. A sua formulação - dividida em ficar na rua, estar na rua e ser da rua -, ao nosso ver, reflete as preocupações e dificuldades de compreensão de vivências que a cada ano se modificavam. Apesar de sua concepção um tanto quanto gradual, ou seja, quanto mais tempo de rua mais próximo de uma concepção de morador a pessoas teria, foi fundamental para inserir outros marcadores nas formas de entender o fenômeno. Por via de nossa visão, tal movimento foi importante para abertura de entendimentos que priorizassem compreensões das existências de rua como algo situacional.

Essa perspectiva situacional, como veremos um pouco mais adiante, em nosso entendimento, obedece a duas lacunas existentes dos contextos sociais nos quais tal ponto de vista foi formado. O primeiro, de ordem jurídica-política, acentuando que a própria existência de pessoas nas ruas é uma inerente violação de direitos, por conta disso, a pessoas “obrigatoriamente” deve estar em uma “situação”. E o segundo, conecta-se com uma perspectiva teórica, tendo como finalidade dar conta de trânsitos específicos dessa população, características de uma cultura urbana que se mostrava com o decorrer dos anos mais complexa.

A própria autora assume em sua obra que, mesmo tendo a finalidade de acentuar a heterogeneidade da população, tal termo ainda continua generalizante, tendo eficácia relativa, apresentando limitações tanto nas trocas conceituais como nas novas formas de se produzir expressões sobre essas existências. Assim, *população de rua* seria um conceito amplo e constituído por deficiências e insuficiências, no que tange à compreensão das complexidades constitutivas das vivências de rua. Por fim, acentua que tais construções se trata de um problema teórico ainda não resolvido, cabendo ainda uma série de discussões.

Dessa forma, em uma visão panorâmica, temos, na década de 90 do século passado, esforço em substituir a concepção de mendigo por população de rua. Como dito anteriormente, os horizontes políticos (fomentado principalmente pelos movimentos sociais), provocações dos debates sobre exclusão social, cidadania, direitos sociais e o papel do Estado exerciam força contributiva para tal modificação⁷³.

⁷³ Aqui, podemos caracterizar um movimento que extrapola a atuação da assistência social. Há uma espécie de movimento conjunto (filantropos, religiosos, acadêmicos, militantes) que visava à incorporação da população de

Uma obra que transparece tal prerrogativa condensa-se em Bursztyn (2003). As concepções a respeito do “novo pobre”, interpretações oriundas dos processos de terceirização do “novo mundo”, empurram as inteligibilidades sobre as vivências nas ruas para o âmbito de compreensão que enxerga tais pessoas como uma nova forma de miséria. Tais elaborações continuam embebidas sob a ótica das exclusões sociais e de como naquele contexto a resposta Estatal frente às transformações econômicas no Brasil necessitavam de uma postura que visassem à diminuição das desigualdades. Desse espírito explicativo, nasciam propostas de desenvolvimento de mecanismo de proteção. Por via desse quadro, enxergamos motivações que desencadearam o desenvolvimento da Política Nacional da População em Situação de Rua, positivada no Decreto 7053/2009.

Assim, sistematicamente uma leitura que conectava o “novo excluído” com as vivências de rua foram tecidas. Tal noção se torna importante para nossa compreensão, por evidenciar que tal perspectiva disseminava um grau relativo de intensidade, sua influência nos mais diversos setores sociais. No campo do ativismo social, os movimentos construíam argumentos atravessados por tais questões, impactando a produção de aparatos legais e iniciativas governamentais. Esse contexto é digno de nota, no que se refere às visualizações dos movimentos exercidos pelos mais diversos coletivos, com a finalidade de construção de uma atmosfera propícia para o fomento de uma economia institucional voltada para essa população.

Em torno desse período (início de dos anos 2000), com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT), ao cargo máximo do executivo, uma série de diálogos conectados com temáticas sociais se intensificaram. Uma atenção voltada para criação de um suporte de políticas públicas que visasse à diminuição da desigualdade, transferência de renda, marcou com certa intensidade a atuação do PT na gestão nacional. Uma flexibilização no atendimento das pautas ligadas às mais diversas temáticas provocaram o surgimento de diversos aparatos de apoio social, criando clima político mais favorável para implementação de novas políticas públicas.

A construção da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e o Decreto 6.135/2007 que introduziu a população de rua no Cadastro Único (CadÚnico) foram ações que prefaciaram uma política nacional estritamente voltada para os viventes de rua. Outra atividade digna de nota se vincula ao âmbito da fabricação do censo da população de rua em 2008, fertilizando o caminho para consolidação da política nacional. A autora Pereira (2019) nos ajuda a compreender o contexto de consolidação.

rua nas mais diversas políticas públicas: moradia, saúde, educação, trabalho. Para isso, um cenário de unidade, inclusive sob uma “nova categoria”, se fazia necessário.

Mesmo antes da promulgação do Decreto 7053/2009 já havia algumas bases legais acerca da necessidade de intervenção nessa realidade. A Constituição Federal de 1988 assegura em seu artigo 203 que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade. Outro direcionamento legal está previsto na Lei nº 11.258 de dezembro de 2005 que altera o parágrafo único do artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e ressalta: na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II- pessoas em situação de rua. É importante destacar que nesse mesmo contexto histórico de alteração do Loas, em 2005, ocorreu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, realizado em Brasília pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Esse encontro teve grande importância política para os movimentos de defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, pois foi um espaço de discussão sobre as possibilidades de construção de políticas para essa população. O segundo encontro aconteceu em 2009 também em Brasília, trouxe visibilidade a essa realidade e reafirmou a necessidade de construção de políticas sociais por via do Estado em detrimento das ações pontuais focalizadas. O Decreto 7053/2009 foi editado quando o presidente do Brasil era Luiz Inácio da Silva, que teve seu governo marcado por uma aproximação com as demandas de algumas frações de trabalhadores, principalmente os que viviam em extrema pobreza e vulnerabilidade. A conjuntura política foi favorável à edição desse Decreto que também foi impulsionado pela organização política do Movimento Nacional da População de Rua (PEREIRA, 2019, p. 102-103).

Especificamente no ponto final de sua interpretação, a autora acentua outro agente fundamental para o processo de consolidação de uma categoria, na qual, já naquele período, ganha os tons institucionais. A repercussão disseminada pelo Massacre da Sé, em 2004, na cidade de São Paulo, desencadeou formas de organizações a níveis nacionais que canalizaram as disposições existentes em seus contextos para formação de um horizonte outro para população de rua e os respectivos desafios políticos.

Melo (2017) analisou a formulação da configuração que propiciou o desenvolvimento de uma luta política pautada na criação de um sujeito portador de direitos. O autor nos ajuda a compreender como tal agente político se desenrola historicamente, apontando os fatores propulsores das mudanças e caracterizações de um coletivo voltado para finalidades específicas. Sinaliza, de maneira semelhante como a partir da década de 90 do século passado, que tais pautas ganham notoriedade do debate político e entre organizações da sociedade civil, mostrando que houve intenso processo que resultou nas formulações de fóruns, manifestações, encontros e espaços de debates. Esse caminho teve como consequência, de acordo com o autor, a fabricação (processual) de uma linguagem comum vinculada à demanda por direitos. A positivação do Decreto, neste sentido, cristalizou um processo que já ocorria ao longo de décadas. “Em menos de meio século, uma verdadeira população em situação de rua emergiu como objeto particular de governo” (RUI *et al.*, 2016).

Chegamos a um ponto crucial da nossa compreensão. Conforme estamos tratando, esse contexto atua conjuntamente com seus atores para uma forma de racionalização específica e

seus modos de institucionalização. Devemos advertir ao leitor que nosso posicionamento quanto à construção de uma categoria em primeiro lugar nasce de uma necessidade conceitual para adequação aos aparatos institucionais. Em paralelo, observamos uma série de agentes que tensionam essa fabricação, com relativa semelhança quanto as suas finalidades. Por esse caminho, a noção de população é imprescindível para um reajuste aos moldes de uma governamentalidade no sentido foucaultiano. Tal processo, cristalizado em nossa leitura pela positivação do Decreto 7053/2009, por está enraizado com demandas vinculadas a leituras estruturais, seguiu sua construção por via de uma racionalização distanciada da ação social (sentido), como dito anteriormente. As predileções efetuadas durante esse percurso optaram por uma formulação de si que, por dentro de uma trama política, favoreceu pautas específica, criando com mais nitidez o sujeito portador de direito e em situação de rua.

Tal realidade, caracterizada por nós via predileção institucional na construção de uma racionalização, pode ser observada por dois pontos cruciais. Primeiro, pelo uso estratégico de tal visão, fazendo com que agentes de rua acione ou não uma série de dispositivos para sua utilização; segundo, pela própria concorrência existente na fabricação de categorias, fazendo fluir uma linguagem que extrapola o conceito hegemonicamente utilizado.

Para níveis de uma melhor compreensão, vamos analisar, por via da cristalização conceitual, as nuances que carregam a utilização dessa categoria. Por população em situação de rua, o Decreto 7053/2009 entende:

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a).

Algumas questões merecem nossa atenção. A primeira dela está na ordem da sinalização da heterogeneidade, nuance encampada pelo debate que construiu o sentido de população e afastamento sistemático da noção de mendigo para fins de enquadramento e construção de um sujeito de direito. A pobreza extrema é salientada, fazendo alusão ao impacto das discussões no âmbito das desigualdades sociais. Outros marcadores, como a fragilização dos laços familiares, são inclusos via ratificação em levantamentos de perfis, fortemente fomentada por interesses políticos e como forma de desenhar os contornos das pessoas em questão. Não à toa, no art. 6º do mesmo decreto, no quesito das diretrizes da Política Nacional da População em Situação de Rua, em seu inciso VI, há a previsão do fomento de pesquisas regulares direcionadas à produção de

conhecimento voltados para esse público. Iniciativas visualizadas não somente nos acréscimos de produção nos anos seguintes, como também em narrativas políticas, como *conhecer para lutar*⁷⁴.

A inexistência de moradia regular acentuada no decreto sinaliza o caráter transtoriário existente nas vivências de rua, as formas de utilização da cidade enquanto modelo de moradia (não convencional). Inclusive, formas de autossustento e trabalho não formalizado, outro sentido elementar enquanto argumento constitutivo da noção supracitada. Vale destacar que a construção do sujeito de direito foi atravessada pelo debate do trabalho, evidenciando a capacidade produtiva dessa população, os aspectos funcionais e os impasses existentes em acessarem o mercado de trabalho formal. Esse exercício foi fundamental no combate às narrativas antiprodutivistas endereçadas a essa população, acarretando diversas formas de preconceito.

Em sua parte final, salientamos a necessidade de conjurar no conceito fabricado os perfis que utilizam os aparatos do Estado voltados para esse público. Essa economia institucional não poderia ficar de fora dessa elaboração, tendo em vista o notório impacto que tais equipamentos têm na vida dessas pessoas.

Conforme Pereira (2019), a autoria do conceito estaria vinculada à obra de Silva (2009). De acordo com Pereira (2009):

Esse conceito de autoria de Silva (2009) foi adotado pelo Estado Brasileiro, a partir das reivindicações dos movimentos sociais de defesa dos direitos da população em situação de rua, por meio da Carta Aberta ao Presidente da República, elaborada no II Encontro Nacional sobre População de Rua, realizado em maio de 2009, em Brasília. Tais reivindicações foram incorporadas, em partes, por meio do Decreto 7053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Com isso, demarcou-se um novo momento acerca do debate sobre políticas públicas para essa população no país, pois, pela primeira vez, o Estado Brasileiro reconheceu a importância de se enfrentar o fenômeno população em situação de rua... (PEREIRA, 2019, p. 26-27).

De fato, Silva (2009) detém centralidade enquanto intelectual não somente na formatação do conceito, diga-se de passagem, a elaboração entendida pelo Estado Brasileiro para formação de uma política pública nacional, mas, principalmente, por sua trajetória relacionada com o engajamento político e a defesa dos direitos dessa população. Sua obra retem certa repercussão, por ter se tornado o resultado de década de fomento de um debate que tinha como principal objetivo visibilizar e estruturar no aparelho do Estado um ambiente voltado para as demandas dessa população.

Em *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*⁷⁵, a autora reserva parte de sua obra na tentativa de orientar o leitor a respeito da postura conceitual que ela aborda para o seu tema.

⁷⁴ Movimento Nacional População de Rua: Conhecer para lutar – Cartilha para formação política (BRASIL, 2010).

⁷⁵ Livro lançado no mesmo ano (2009) que o Decreto 7053/2009 foi sancionado.

Passando pelas problematizações de alguns conceitos utilizados principalmente em censos locais pelo Brasil afora, Silva (2009) se posiciona mediante a reafirmação dos dados até então recolhidos por outras pesquisas e, naquele momento, embebidos pela produção política e intelectual do contexto.

Aborda as definições elaboradas nas pesquisas de Porto Alegre, em 1994-1995, São Paulo (2000 e 2003), Recife (2004 e 2006), Belo Horizonte, em 2005, entre outras. O retorno a essas pesquisas e suas elaborações conceituais, algumas inclusive contando com sua participação, sua obra serve para ratificar e recolher sistematicamente os marcadores eixos para sua elaboração. Nesse caminho, defende que “os fatores econômicos, expressos principalmente pela ausência de trabalho e renda regulares, é preponderante” (SILVA, 2009, p. 131).

Nesse sentido estrito, o percurso utilizado pela autora não foge muito das elaborações produzidas em décadas anteriores sobre essa população, ficando ela responsável pela sistematização e elaboração conceitual que não escapasse de dados veemente conectados à vida dessas pessoas. Isso não significa alegar que a sua elaboração conceitual não foi perspicaz no sentido de produzir leves variações que estavam intimamente ligadas à forma na qual ela interpretava o fenômeno da população de rua.

Um desses detalhes está na defesa e diferenciação do uso da palavra *situação*, encaixando tal sentido de uma forma específica, atribuindo o termo a condições prévias e estruturais, indicando que a interpretação de tal palavra deve ser analisada em última instância por via de processos basilares da formação e do funcionamento do sistema capitalista. Assim, a autora retira a conotação de passagem de sua terminologia, causando um processo antagonizando conceitualmente com Rosa (2005).

Como dito anteriormente, as escolhas desse posicionamento estão inundados em um processo sócio-histórico de transformações recorrentes, filiações intelectuais e conjunturas políticas. Em última análise, no processo de construção da pessoa em situação de rua portadoras de direitos. Versão contemporânea do fenômeno urbano e suas vivências de/na rua. A formulação de “Silva (2009), neste sentido, assume forma mais acabada desse processo, ou melhor, significa a intensificação de um processo de institucionalização desse processo de racionalização que terá como principal consequência o alargamento de uma economia institucional, jurídica e acadêmica.

Ainda vale a pena salientar, que em sua obra a autora deixa nítido como a utilização do conceito *população em situação de rua* parte de um procedimento de escolha. Portanto, o movimento produzido por Silva (2009) reflete muito mais um comportamento de quebra-cabeça, utilizando os instrumentos as suas disposições para uma montagem conceitual que se adequasse a sua proposta de análise. Certamente, não há em nossa afirmação caráter hierárquico em seu

procedimento metodológico, não se trata de um julgamento. Ao contrário, trata-se de causar nitidez em uma formulação que impacta com veemência a vida de milhares de pessoas.

Da mesma forma, nossa análise não pretende esquecer que esse acúmulo de debates constituem o campo de investigação na qual a autora estava inserida, da mesma forma que não retira seu brilhantismo, no que tange à sistematização e consolidação de uma proposta conceitual que, de alguma forma, alcançou todo território nacional.

No entanto, não podemos deixar de exercitar uma relação dialética com o contexto de consolidação de tal proposta e apontar, como fizemos, que o momento permitia um fomento mais adequado para os processos de institucionalização dessa narrativa. Certamente, caberia aprofundamento maior em investigações de outros agentes de relevância, como no momento não nos cabe, optamos por um ponto nevrálgico e elemento incontestável do processo que salientados: a positivação da primeira proposta de uma política nacional voltada para essa fração social.

Longe de ser um consenso⁷⁶, ou mesmo de querer propor o ponto zero da utilização de tal inteligibilidade, nos interessamos em delinear os contornos e as correlações de forças existentes em tal formulação. Também não se trata de um debate interessado em constituir o que é ser da rua. Nossa vontade se volta para apontar os jogos sociais e respectivas tramas, intencionalidades que impactaram a forma de se pensar tais pessoas.

Esse interesse aparece para nós como local produtivo na construção de outros elementos explicativos que possibilitem construir novas formas de inteligibilidade e novas formas metodológicas e propositivas que colaborem na resolutividade de determinadas demandas desse público, salientando os limites e as fronteiras que se encerram determinados modelos explicativos. Nosso intuito, mais do que oferecer uma resposta, pretende apontar outros relacionamentos, acreditando que tais caminhos nos possibilitem outras vistas de um ponto e que, principalmente, combata os instrumentos (simbólicos e materiais) hegemônicos que reproduzem uma série de desigualdades, racismos, violências, entre tantos outros mecanismos de poder pautados na subjugação e subordinação de determinados corpos.

⁷⁶ No sentido estrito deste trabalho, apontamos para dois caminhos que interpretam a situação de rua(conceitualmente). Enquanto um se conecta com o sentido de transitoriedade, apegando-se a modelos de vivências marcados por trânsitos específicos, outro indica compreensões voltadas para processo macrossociais que produzem tais condições. Tudo indica que carecemos de um processo de síntese (dialético) que consiga dar conta de unir particularidades ligadas a formas de subjetividade, ao mesmo tempo, de contexto. O recorrente debate entre indivíduo e sociedade.

4.2 POR UMA NOÇÃO VIVA DOS HABITANTES DA RUA

No ano de 2018, o Movimento Nacional da População de Rua – Núcleo Feira de Santana - foi convidado para organizar um grupo de trabalho em um evento acadêmico realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Tratava-se da Semana de Economia Solidária (SEMES ECO). O evento foi realizado pelo colegiado de graduação em Economia e teve como interesse ampla discussão a respeito da possibilidade de fomentar outros modelos econômicos, principalmente, em sua prerrogativa micro social. Prontamente, o núcleo do Movimento local aceitou o convite. Internamente, a coordenação nos fez a proposta de, juntamente com Andreval, militante e vivente de rua, gerirmos esse momento.

Como dito na primeira parte deste trabalho, Andreval foi uma das pessoas que conhecemos e convivemos durante as sociabilidades de rua. Nossas andanças pelos circuitos de rua feirense possibilitaram a construção de uma relação. Andreval matinha engajamento político regular com as questões do movimento, participando com frequência de suas atividades, representando, em muitos momentos, seus pares nos mais variados espaços de debate.

Além de seu viés ativista, Andreval matinha relações de convivência constante nas ruas de Feira de Santana, conhecendo os espaços, os atores, detendo circulação particular pelos ambientes institucionais, como também nos circuitos de sociabilidades nas ruas feirenses. Ademais, seus anos de experiência acumularam sabedoria singular sobre tais vivências, estratégias de sobrevivência em meio às mais diversas adversidades que constituem tais existências urbanas.

Pela manhã exerce sua atividade de flanelinha, regularmente na mesma localidade, em momentos opostos à lida diária, acessa constantemente instituições e agentes que possibilitem sanar sua gama de demandas. Nesse trânsito, por muitas vezes, recorria às relações familiares, retornando por períodos curtos para casa dos familiares. Esse trajeto também pode ser lido por outros primas. A dinâmica que envolve as relações na rua, como vimos, é fortemente impactada pela necessidade de sobrevivência (no sentido amplo da palavra). Devido a isso, tal percurso traçado por Andreval em seu cotidiano pode ser marcado por outras instâncias da sua vida cotidiana na rua. Digo isso, por entender que o perfil de Andreval, marcado por uma longa trajetória nas ruas, fabricou dispositivos de segurança constantemente acessados quando há relativo descontrole, ou eminência de perigo para sua pessoa.

Isso significa pontuar que há subjetivamente a construção de modelos estratégicos que oriundos das dinâmicas nas ruas, tem relativa eficácia para as mais diversas adversidades

encontradas no dia a dia. Esse processo colabora para formulação de um trânsito específico, subjugado por um lado por relações contextuais, ao mesmo tempo, acionados por mecanismo subjetivos dentro do patrimônio de dispositivos. Desta maneira, passar um tempo em casa ou com os familiares pode significar um controle no uso de substância, uma forma de conter ou mediar conflitos, momentos de reflexão e autocuidado, ou seja, uma gama intensa de motivações.

A sinalização desse quesito não tem como objetivo homogeneizar todas as vivências por via do exemplo de Andreval. Ao contrário, tem como proposta sinalizar sua singularidade e, a partir desse ponto, extrair conclusões por via de nossa relação com ele. Outro ponto digno de nota diz respeito a uma leitura de que, para nós, Andreval, por conta das nuances de sua trajetória de vida, conseguiu construir uma diversificação de dispositivos para dar conta da dinâmica de sua vivência. Sua destreza em percorrer os espaços, na variação comunicacional de acordo com o contexto, seus saberes oriundos do contato com a luta política, assim como das próprias experiências de rua, por via de nossa leitura, construiu um leque específico de dispositivos que respondem, de maneira particular, às necessidades de acioná-los de acordo com determinadas necessidades. Veremos isso mais adiante.

Sinalizamos os motivos que escolhemos essa relação para exemplificar como as construções categóricas são construídas e utilizadas conforme os mecanismos sociais do seu uso. Isso não significa declarar que estamos nos filiando a uma perspectiva utilitarista, longe disso. Acentuamos o grau de complexidade para compreensão dos fatores que acionam as motivações necessárias para a tomada de uma decisão, por exemplo. Temos como interesse sinalizar a operação que, por exemplo, faz com que em determinado espaço, Andreval intitula-se como homem, negro, pai de família em situação de rua, enquanto em outros contextos, maloqueiro, “homi”, morador de rua, selecionados para colaborar em uma cosmovisão de si.

Portanto, vale a pena salientar que estamos lidando com um caso específico. Com uma trajetória específica, mas que carrega as marcas de um contexto relativamente singular para as pessoas que vivem nas ruas. Outra coisa digna de nota diz respeito à própria capacidade de construção dos seus dispositivos, formas de responder aos mais variados contextos. De certo, apreendemos que tais construções estão interligadas a sua história de vida, proporcionando a sua trama social possibilidades dentro do seu repertório de agir. O que queremos dizer? Andreval, por meio de nossa relação, é entendido como um sujeito que dentro de relativa similaridade com seus pares detém um patrimônio maior de dispositivos. Por conta disso, decidimos utilizar a nossa relação para viabilizar a construção das análises aqui propostas.

Seu relativo contato com a família, sua trajetória política, suas experiências de rua, a construção e forma de utilização da linguagem e seu uso controlado de psicoativos são indícios da construção de relativo controle nas vivências de rua, e, mais do que isso, elucidada como os mecanismos de seleção (forma de se portar) são criados/extraídos por uma subjetividade singular com seus pares e contextos. Em uma linguagem utilizada pela rua, Andreval é “desemboado”⁷⁷. Isso não afirma que tais estratégia exime ou torna ineficaz determinadas condicionalidades, como violência, racismo, entre outras subjugações comumente visualizadas nas ruas. Diz respeito a modelos de contornar, melhor dizendo, formas de atenuar opressões, obtendo, a depender do contexto, sucesso relativo em tal procedimento.

Voltando ao convite. Aceiteimos prontamente e, logo em seguida, fomos me encontrar com Andreval para dialogarmos sobre a proposta. Perguntar sobre seu interesse, se podíamos conversar depois sobre o que iríamos falar, sua disponibilidade. Retornou que “era nenhuma, que poderia colar no processo, e que junto faríamos acontecer o momento”. Dessa forma, comunicamos que conversaríamos em nossos rolés nas ruas, que geralmente ocorriam às quartas à noite.

Assim foi feito, durante nossos momentos de peregrinação urbana, conversamos sobre a proposta do evento, do tema, do que poderíamos abordar no momento. Como se tratava de algo que orbitava questões econômicas, dialogamos bastante sobre trabalho, emprego, renda. Contou que somente queria ficar definitivamente em casa quando tivesse um emprego de carteira assinada. Por meio desses diálogos, chegamos ao título de nossa comunicação: *A população de rua produz ou produzimos população de rua?*

Essa indagação foi fortemente enraizada nos questionamentos de Andreval, apontando, por via de sua história, sua capacidade laboral e a ineficiência do *sistema*, no que tange à oportunidade de pessoas como ele conseguir um trabalho fixo e de carteira assinada. Segundo ele, era essa barreira que produzia mais pessoas como ele. Em contrapartida, chegamos ao consenso que a população de rua produz muitas coisas, carrega funcionalidade, podendo, por

⁷⁷ Nas nossas relações na rua, por muitas vezes, observamos determinados graus de dependência e vulnerabilidade. Essa relação parece ser salutar, no que tange à compreensão das formas de se viver no contexto das ruas. Certamente, tal estado de vulnerado pode estar interligado a uma constelação de fatores. Como por exemplo, a relação com uso das mais variadas substâncias, relação com o tráfico, condição de gênero, raça, sexualidade, correlações com o tráfico, entre tantas outras. O sentido estrito que desejamos salientar vai a favor de uma leitura de que determinados perfis em com convivência de rua conseguem, por meio de suas histórias de vida, construir um repertório atenuante de situações constrangedoras no âmbito da rua. Tal construção conecta-se também a construções subjetivas, o impacto e a capacidade de ressignificação de cada pessoa. Nas sociabilidades de rua, observamos muita solidariedade com colegas que, de alguma maneira, revelavam-se relativamente frágil em determinadas situações. Como uma incapacidade física, uso abusivo etc. Da mesma maneira, presenciamos episódios que tais vulnerações são canalizadas para determinadas construções hierárquicas no grupo, como também podem ser utilizadas como motivação para uso da violência, seja dos seus pares ou de agentes externos.

iniciativas políticas, fomentar as capacidades oriundas dessa população. Por via dessa construção, decidimos ir juntos para ao evento. Todavia, sugeri que passássemos o dia juntos, tendo em vista que nossa atividade seria a tarde. Falamos da importância de ajustar os últimos detalhes, tal como fomentarmos outros diálogos.

Como combinado, comparecemos em seu ponto de trabalho (Kalilândia) pela manhã, como de costume, o “corre” oriundo da prática de flanelinha acompanhava os afazeres não somente de Andreval, como de outros que dali tiravam o sustento. Sentamos na porta de uma casa, aproveitamos a sombra de uma árvore e ficamos observando a fila que se fazia na frente de um cartório de nota que compunha nosso horizonte. Nos intervalos, Andreval sempre vinha, dava atenção, conversava um pouco e saía, “um olho aqui e outro no carro”. Como conhecia as outras pessoas que por ali trabalhavam, ficava sempre se comunicando com alguém.

Entre uma prosa e outra, observava e interagia com o pessoal. Nesse vai e vem da lida na rua, por muitas vezes, percebemos formas de racionalização de si que variava conforme o contexto. Se a comunicação se direcionava para uma agente relativamente próximo de sua vivência, a noção de maloqueiro ganhava mais notoriedade: “aqui é maloqueiro meio fio, sempre no corre doido”. Da mesma maneira, tal noção é mediadora de conflito e formas de autoafirmação no mundo: “oxe veio, esse carro era meu, me dê a moeda, quer enrolar logo o maloqueiro?”.

Se a linguagem era efetuada com os outros agentes, as noções acessadas lançavam mão de outras opções: “E aí, meu tio! fortalece com uma moeda aí: ajudar o morador de rua”. Ou mesmo, nem noções ligadas a uma vida na rua eram acionadas. “Uma moeda pro flanelinha aí, Benção!”. Seguramente, devemos afirmar que tais noções são fabricadas por meio de uma história que transcorre via contexto. Assim como vale a pena salientar que os mecanismos de acionamento percorrem um gama de interesses. Tais interesses, dentro de nosso trabalho, mostram-se de grande valia para compreensão dessas relações. E nos evidencia que a formulação de noções, ou mesmo, a busca por suas inteligibilidades, necessariamente, deve passar pelo entendimento dessa rede motivacional de interesses.

Ou seja, segundo Lahire (2017), trata-se de entender como tais interesses são internalizados (no corpo), saber como tais experiências se vinculam a uma incorporação múltipla de experiências socializadoras. No contexto que estava participando, o sentido de trabalho, uma racionalidade econômica impactava nas formas de seleção do agir. Isso pôde ser sentido por nós no papel que desempenhava naquele local. Um agente com relativa proximidade que desperta nos demais certa curiosidade. Essa relação fazia com que a linguagem e as noções

utilizadas variassem ora com certa intimidade, ora com a acentuação das distâncias existentes entre nós.

A descrição desse momento se faz relevante para compactuar com o autor supracitado no quesito de demonstrar como a disposição para agir, em nosso caso, evidenciado pela seleção das noções de si, estão ligados a arranjos que intercalam propensões individuais e contextos específicos, sem necessariamente pensarmos que os frutos das ações são construídos por uma separação real dos dois aspectos salientados. Acrescentando, há na construção desse tópico o desejo e compreender, assim como o autor nos provoca: “como o indivíduo vivência a pluralidade do mundo assim como sua pluralidade interna?” (LAHIRE, 2017, p. 51).

Essa pergunta levada ao nosso contexto de pesquisa, motivou-nos a compreender, por via das escolhas das noções, as nuances que evidenciam formas específicas de vivências, em nosso caso no contexto das ruas. Por conta disso, demonstrar a “simples” interação laboral, enraizada na prática de flanelagem, demonstrou-nos que as variações atendem a interesses específicos, em nosso contexto, a racionalidade do trabalho, monetária, entre outras. Variando, também, conforme o agente da relação. Isto significa que a noção de disposição utilizada tem como objetivo salientar uma operação cognitiva delimitada pelo conjunto de contextos.

De fato, o regime não discutido e empiricamente não pesquisado das transferências generalizadas no impedem de conceber (e observar) a existência de esquemas ou disposições de aplicação estritamente locais (próprias de situações sociais ou domínios práticos particulares), de modo de categorização, de percepção, de apreciação ou de ação, relacionados a objetos ou a domínios específicos (LAHIRE, 2017, p. 51).

Guiado por esse interesse, sinalizamos o momento observado, convivência realizada, diga-se de passagem, por muitas vezes, durante esses anos. Justamente por conta dessa aproximação, percebemos tais variações e como elas colaboram para o fomento de sociabilidades específicas, demonstrando, por essa via, determinadas variações que, em nossa opinião, são fundamentais para entendermos o leque de noções utilizados e produzidos em tais contextos, mas, principalmente, como por ele podemos compreender as formas desses sujeitos se relacionam com o mundo. Continuemos.

Próximo ao meio-dia, o movimento de carros na região se intensifica, horário crucial para angariar mais dinheiro. Por estarmos próximos a restaurantes, a localidade é muito procurada no intervalo do almoço. Passado esse momento crucial, Andreval sinalizou que já estava liberado, fizemos a sugestão para almoçarmos e, em seguida, direcionarmo-nos para a universidade para conclusão do nosso compromisso. No meio do caminho, decidimos ir diretamente para o local, lembramos que lá tinham lanchonetes e que comeríamos algo por lá.

Chegando ao local, direcionamo-nos para o módulo no qual o evento estava ocorrendo, logo na chegada, Andreval falou que iria ao banheiro mudar a roupa. Na volta, com a camisa azul estampando o símbolo do movimento, nos encaminhamos para a lanchonete do módulo sete. Mantínhamos uma conversa alegre e amistosa, particularmente, sempre achamos agradável a forma que Andreval conduzia nossas conversas. Sempre com um tom alegre, cheio de exemplos e ditados. Durante o almoço, conversamos um pouco mais sobre a proposta que nos caberia em breve, tecemos comentários sobre a universidade.

Com o passar do tempo, e já naquele momento desfrutando do café, uma das organizadoras do evento nos interpelou. Identificando-se e nos encaminhamos para sala, na qual o grupo de trabalho iria ser realizado. A proposta que se seguia seria uma comunicação dividida. Parte dessa postura estava conectada a premissas do próprio movimento, “não falar de nós sem nós”. Tal indicativo tem como objetivo criar um ambiente horizontalizado para troca de saberes. A mentalidade que percorria o movimento estava cansada de propostas, nas quais o sentido de “objetos de pesquisa” estruturava tais relações. Opondo a esse mecanismo, a narrativa do movimento imprimia a noção de que “nós somos os sujeitos da pesquisa”, com certa constância ouvia isso de Andreval e de outros colegas de militância.

Longe de criar cisões, tal forma de posicionamento deve ser interpretada por via de um histórico negativo por parte de determinados setores acadêmicos. Dirigidos por premissas universalistas, categorias de neutralidade, impactados pelo afastamento sistemático criaram um sentimento de descontentamento perante setores produtores de outros saberes que majoritariamente foram interpretados como hierarquicamente inferiores. Somos gratos por ter dito tais experiências, por sermos tocados pelas contradições e pelo antagonismo existentes na vida do pesquisador.

Por esse caminho e, certamente, pelas trajetórias diferentes de vida, adentramos em um contexto marcado por relativo distanciamento na vida de Andreval. Certa feita, relatara que não concluiu os estudos. As próprias veredas marcadas por suas vivências nas ruas e os percursos marcados por ausências fizeram com que tal realidade (dos estudos formais) fosse pouco experimentada. Em consonância, temos uma universidade pública marcada historicamente por determinados afastamentos, pela pouca inclusão das classes mais empobrecidas de nossa sociedade.

No momento, o interesse não se direciona para uma avaliação de como a produção acadêmica é seletiva, ou mesmo, como as estruturas que regem suas práticas são marcadas por violências institucionais. O que desejamos salientar é a economia simbólica emanada pelo local (inclusive por mim), construção imaginativa que percorre as narrativas a respeito do local que

palavra que prontamente foi direcionada para Andreval. Iniciando suas reflexões a respeito das temáticas e suas experiências outorgada por seu lugar de fala.

Ao iniciar a apresentação, Andreval começou a comunicação da seguinte forma: “Olá, eu sou Andreval, homem, negro, pai, militante do Movimento Nacional da População de Rua, pessoa em situação de rua”. De forma simplificada, o leitor ou a leitora pode questionar simplesmente o impacto da formalidade contextual, ou mesmo, o repertório existente de Andreval por ter cultivado e acessado diversos conteúdo discursivo. A questão não se encerra aqui. O empenho recai pela análise que evidencia o interesse que articula o uso de determinada noção nesse determinado contexto. Afinal de contas, os mesmos adjetivos que interligamos por meio de nossa leitura, Andreval, poderia, com certo conforto, lançar mão de uma noção relativamente mais próxima aquela utilizada na Kalilândia, naquele mesmo dia, na parte da manhã. Aliás, noções utilizadas por ele, em outros contextos, com certa similaridade de condições. Mas, afinal de contas, o que fez/faz com que esse trânsito de noções ganhe vida, especialmente, quando analisadas as relações oriundas das vivências na rua? O que faz ativar determinada escolha?

Com certeza, tais interrogações não se esvaziam dentro da temática abordada em nosso trabalho. Tal prerrogativa pode ser levada a variadas situações e diferentemente interpelada, justamente, pelas características que compõe cada economia mental e contextual que envolve a ação das pessoas no mundo social. Com certa segurança, podemos salientar que tais possibilidades estão interligadas à construção dos patrimônios disposicionais ao lodo da biografia dos seus agentes. Ao certo, a construção política de Andreval formatou circuitos de contatos que possibilitaram o fomento de saberes específicos. Mais do que isso, racionalizações de si no mundo a partir de construções categóricas comumente confeccionadas nos mais variados contextos (não somente o de rua).

A habilidade correspondente a sua circulação e às formas de apreensão e reformulações oriundas de suas próprias vivências são outros fatores que colaboram para que, em momentos passíveis de reação, seja acionado o mais vasto repertório de resposta. Ao se relatar enquanto homem, negro, militante, em situação de rua, Andreval filia-se com relativa consciência a uma gama variada de outros saberes. Essa operação, consequência direta entre a interação de forças que tem origens tanto no mundo social que está dentro de nós, como o mundo social que nos rodeia (LAHIRE, 2017).

Essa trama, em parte, obedece à necessidade de um reajuste e posicionamento que, muitas vezes, tem como objetivo mediar a relação do sujeito com o contexto que o interpela. Em nosso caso específico, direcionando para as propostas que aqui constam, tais seleções nos

mostram que a variação de usos de noções utilizadas pelas pessoas que têm vivências de rua se atrela diretamente à produção de patrimônios particulares, respondendo, em parte, à ineficácia de produções categóricas universalizantes, mostrando que o desafio reside na construção de noções vivas de interpretações. Isso significa pontuar que os elementos conceituais utilizados para compreensão de tais relações devem ter por obrigação a construção de categorias que se disponham a serem utilizáveis em contexto específicos.

Devemos, desta maneira, como aponta Lahire (2017), compreender o passado incorporado e o social individualizado para dar conta das características que compõem nossa relação com os outros e o mundo que nos rodeia. Portanto, salientamos a limitação da noção utilizada hegemonicamente e, muitas vezes, de forma não problematizada em diversos trabalhos que circundam o tema aqui abordado. Sem a percepção que a construção do sujeito-noção *pessoas em situação de rua* corresponde a um processo histórico social que, dentre tantas motivações, carrega em si formas de racionalização direcionadas para produção de uma economia institucional específica e processos de governabilidade.

Decerto, uma leitura aprofundada das biografias que envolvem nossas realidades de investigação, tal como a produção de compreensões contextuais que circundam tais agentes, em nosso caso, necessitaria de mais tempo. Por conta disso, sinalizamos o interesse em salientar tais posicionamentos metodológicos, mostrando, de acordo com as possibilidades que construímos, caminhos para formulações instrumentais que estejam mais conectados com as pessoas com as quais interagimos.

Por esse caminho, salientamos a necessidade de investigações que abordem a produção dessa linguagem, transparecida nas formulações de noções construídas contextualmente. Isso corrobora, mais uma vez, as limitações apontadas pelo uso de uma noção que em seu histórico carrega outros interesses. É chegado o momento de construirmos categorias vivas, isso significa construir em relação direta com nossos interlocutores. A reformulação dessa gramática parecer ser um caminho eficaz para tornar nítida outras questões.

Segundo Lahire (2017), a linguagem assume formas diversificadas, afinal de contas, ele acompanha, pontua, organiza, informa e constitui as mais diversas práticas. Da flanelagem às palestras acadêmicas. Ela, a linguagem, carrega funcionalidades específicas e não pode ser limitada, desta maneira, a uma noção única e homogeneizante. Se as noções são construídas por via desse bojo linguista, será por ele que poderemos produzir instrumentos categóricos mais próximos das realidades experimentadas pelos pesquisadores e os interlocutores.

Visser (2017), ao discorrer a respeito da produção de Bernad Lahire, indica que as relações são mediadas pela disposição e pelo contexto de atualização, resultando na prática. O

autor também sinaliza que tais contextos de atualização podem carregar mecanismo de inibição de determinadas práticas, trazendo para nossas circunstâncias, ao visualizarmos a seleção das noções, tal equação a um trama que se desenvolve nas mais diversas relações cotidianas com o público aqui estudado. Assim, o conjunto de disposições construídos biograficamente pelas pessoas constituem forte tendência à aderência de determinadas relações de si. Ao considerar que, em parte, Andreval, aqui não é tratado como modelo (geral) do público investigado, recaímos mais uma vez sobre a necessidade de nos direcionarmos para uma sociologia biográfica.

Em suma, a tarefa que nos debruçamos nesse tópico consiste em entender “modelos de raciocínios”, procedimentos utilizados pelos nossos interlocutores para “justificarem” o comportamento público. O caminho utilizado para isso optou por evidenciar como os patrimônios disposicionais interferem diretamente nas escolhas de noções de si. Como consequência dessa seleção, encontramos as limitações existentes na utilização de categorias que, na realidade prática, não passam de mais uma opção dentre tantas. No entanto, a construção do sujeito pessoas em situação de rua “elegeu” tal noção para viabilizar uma jornada institucional. Tal modelo hegemônico de inteligibilidade, apesar de ter contribuído para salutareos avanços políticos, apresenta em seu âmago uma construção categorial que se distancia das realidades vivenciadas por essa fração populacional, ao mesmo tempo, que se mostra limitada para o entendimento das realidades que ela aborda.

As circunstâncias que paulatinamente aderem-se às condições de vidas urbanas, os trânsitos específicos dessa população, as variações contextuais, a diversidade linguística que constituem tais pessoas, suas realidades culturais, a necessidade de inclusão de outros marcadores sociais, enquanto eixo dessa construção (principalmente o racial), deixa ainda em aberto a questão: o que é uma pessoa em situação de rua?

O que temos experimentado ao longo desses anos indica um total embaçamento dessa noção. E isso não está somente atrelado ao despreparo técnico, às condições de trabalho, à falta de capacitação ou engajamento político dos amplos seguimentos. Essa questão tem raízes mais profundas, interligadas a uma cosmovisão incutida pela dicotomia rua e casa, pela noção de temporalidade, pelo entendimento do significado de pobreza, pelo paradigma da saída da rua e pelo fomento estrutural de uma economia institucional retroalimentada pela manutenção de narrativas hierarquizantes.

Durante nossas relações enquanto agente-profissional, a serviço de programas, projetos e pesquisas governamentais, percebemos que parte do processo de embaçamento da noção está a serviço de mecanismos de inviabilização. Os discursos dos mais diversos atravessam critérios

do tipo: “mas ele tem casa, não é de rua”, “mas, ela ganha auxílio”, “mas, ele foi contemplado com habitação?”. Uma tentativa de esvaziamento, como se tal condição fosse uma fronteira fixa que, quando transposta, resolveria todas as demandas das pessoas com vivências na rua.

Esse é mais um elemento que indica a necessidade de construirmos colaborativamente noções particulares, ferramentas que auxiliem de acordo as especificidades contextuais. A construção desse novo sujeito requer um rompimento epistemológico, uma aderência a outra escala de análise e a desconstrução sistemática das pré-noções em operação nesse momento. Significa construir uma “gramática” do devir, em que as noções estão em constante movimento, atentas às configurações específicas e às conjunturas de fabricação.

Após a apresentação, Andreval salientou nuances da vida nas ruas, mostrando como economicamente se produz, sinalizando para um mercado de funcionalidades impactado pela desvalorização, por serem composto por viventes de rua. “Se o cara souber que você é morador de rua, vai querer pagar menos”. Aprofundou as questões do preconceito e racismo, e politicamente defendeu o fomento de políticas públicas para mudança de tal realidade. Após sua fala, colaboramos nos aproximando do debate da necessidade de construirmos uma visão de que tais pessoas são produtivas, ao contrário do que o imaginário hegemônico dissemina, apontando os dados realizados pelas pesquisas Brasil afora, mostramos que a grande maioria dessa população carrega em sua trajetória de vida um ofício, e que o mercado formal de trabalho já fez parte do seu cotidiano. Ademais, discutimos como produzir economias colaborativas e solidárias que pudessem incluir tais pessoas, possibilitando a geração de renda e driblando o não acesso ao trabalho formal.

Por toda tarde, ficamos envoltos nessa discussão. Cumprido o ritual acadêmico, retornamos ao centro da cidade. Na praça de alimentação, localizada na avenida Getúlio Vargas, sentamos e discutimos um pouco do que ocorreu. Circulamos as mediações, comemos em alguns momentos de distribuição de alimentação, perpassamos por pontos onde a *maloca* estava. Sempre saudoso, nós e Andreval íamos caminhando e *resenhando* com o pessoal. Já era noite e a rua ia tomando sua dinâmica. Decidimos voltar caminhando para casa, queríamos ir pensando em tudo que tinha acontecido. Nos momentos vivenciados. Andreval, foi conosco até o meio do caminho, nas imediações do Hotel Feira Palace. Na hora de se despedir, ele “brincou”. “Va lá pra sua cama quente, que eu vou correr atrás de um papelão aqui”. Jamais esqueceremos dessa frase.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando chegamos ao cemitério, olhamos para o céu azul e, como naquele dia, ele estava singularmente bonito. Os poetas de outrora não cansavam de jubilar a maestria dos ares feirenses, corriqueiramente, isso passou por nossa cabeça. Relutamos um pouco a passar pelos portões, que não guardamos boas lembranças daquele lugar, mas também que tínhamos plena consciência que os momentos vividos ali, e não foram poucos, colaboraram misteriosamente na edificação de uma postura e em uma sensibilidade afetiva que nos transformaram drasticamente.

Na noite anterior, tínhamos recebido a triste notícia da morte de Alda, uma de nossas interlocutoras, pessoa de relevância significativa na construção desta pesquisa. Sua saúde há muito andava fragilizada e quis os mistérios dessa vida que ela partisse naquele momento. Infelizmente, não pudemos nos despedir, esses inesperados fazem parte de nossa vida comum. Em parte, somos gratificados por ter partilhado momentos e aprendido um pouco com a “mãe da maloca”. Dentre muitas coisas, as linhas que escrevemos se transmutam em agradecimento.

Em meio aos momentos fúnebres, reencontramos amigos e amigas de luta, familiares que sentiam o peso da partida. Mais uma vez, corriqueiramente, passou por nossa cabeça momentos do enterro de nosso pai, realizado do mesmo local anos atrás. Contivemos o choro, talvez coisas dessa masculinidade que tanto tentamos fugir. Cumprimentamos os colegas, compartilhamos pesares. Passeando pelo tempo e aguardando o ritual, esperávamos a chegada do corpo para findar, socialmente, esse momento de passagem.

Enquanto aguardávamos, com certo embaçamento temporal a chegada de Alda, outras memórias vieram à tona. Episódios naquele mesmo local experimentado. O corpo reagia, em tempos em tempos, um calafrio. Veio à tona uma memória nítida de um sábado do ano de 2017, momento no qual, junto com o coveiro e Edcarlos (intregante do MNPR), carregávamos um caixão com uma morte inominada. Segundo as autoridades locais, era um “indigente” que ocupava a geladeira de um equipamento de saúde. Aquele corpo que vivia, mesmo estando morto, segundo tais agentes, necessitava seguir a dinâmica burocrática, sair do frio da geladeira para a frieza de sensibilidades que operacionalizam, muitas vezes, a lida com as pessoas com experiências de rua.

Não vimos seu rosto, não tocamos em seu corpo, não sentimos o seu cheiro, apenas o peso do caixão que grosseiramente deixou marcas em nossa mão nas semanas seguintes. Mesmo

assim, sem nome e sem face, guardamos alguma coisa, lembrança, memória, não sabemos. Está aqui e, naquele momento, essa sensação veio florescer novamente. Contivemos o choro.

No ínterim desses pensamentos, adentrou ao local um automóvel transportando o corpo de Alda. Entre os familiares e amigos, uma espécie de diálogo se fomentou, circundando a possibilidade de uma pequena homenagem e procedimentos religiosos. A condição da revelia se dava sobre o interesse de quebrar o protocolo do contexto pandêmico, em que casos suspeitos de Covid-19 não deveriam passar por tais momentos. Mesmo não tendo certeza de que a morte fora causada pelo vírus, recordamos que essa questão no dia anterior ao enterro foi problematizada entre os entes mais próximos, os funcionários do cemitério mostraram certa resistência dessa possibilidade. Mesmo assim, após acentuação dos sentimentos de decepção por parte dos presentes, um breve momento foi autorizado. Choros, rezas e adeus.

Em seguida, familiares carregavam o caixão ao local direcionado para seu depósito. Em procissão, seguimos os demais, acompanhados por uma paisagem de despedidas. Enquanto aguarda com certa distância realização do processo final, vimos o borbulho de discussões, ânimos um pouco exaltados. O funcionário responsável pelo enterro informou que o caixão, em suas dimensões, não cabia na gaveta selecionada para o adeus. O sentimento de dúvida e a insatisfação tomaram conta dos presentes, “mas como pode?”, “para pobre tudo é difícil”, soava vozes escoradas em outros mausoléus. Os familiares pediram a confirmação e solicitaram a possibilidade deles mesmo tentarem colocar, estavam inconformados com a notícia. “Já não basta a nossa dor?”.

Por parte dos assalariados, a opção era retornar e não concluir o ritual. Por parte dos presentes, essa opção era quase que inaceitável. Irmãos e próximos carregaram o caixão, tentaram e comprovaram, não cabia. Solicitaram a construção de uma cova, “traga a pá”. Já essa última opção era inaceitável para administração funeral. “Aqui tudo é demarcado, só com autorização”. Um momento crítico se instaurou. Reclames, choros e dor.

Descontentes com a situação, alguns homens tentavam inutilmente encaixar o artefato de madeira e, por fim, colocar fim a tal percalço. Alguns comentavam “nunca vi isso na vida”. Em silêncio, olhávamos para o caixão e rebuscamos em nossas inteligibilidades uma forma resolutiva da situação. “Só quebrando a tampa”, limpando o suor do rosto, o Coveiro falou. Por instantes, olhares atravessados. E uma autorização muda para a feitura do procedimento.

Ao retirar a tampa, pudemos ver Alda pela última vez, despedir e, em alguma medida, atenuar o desgaste provocado pela situação. Aos chutes e pontapés, a cobertura que outrora cobria o corpo ficou em pedaços, juntados ao corpo com cuidado. “Se a família não vê

problema”. Após o violento ato, enfim, o encaixe do corpo em seu local adequado. Acreditamos que não existira metáfora maior do que essa para pensar o nosso mundo.

Tampão, areia, cimento e água. Orações, dizeres e palavras de conforto. Selado o momento. Suspiros de paz? Em procissão, retornamos com uma lembrança surreal do ocorrido. Quase que na saída dos portões, uma mulher ao lado verbalizou: “para uma vida dura, um fim difícil, Alda foi resistência até na hora da morte”.

Não poderíamos encerrar minhas colaborações sem tecer tal momento presenciado. Acreditamos que histórias como essas são fundamentais para compreensão da temática que aqui abordamos. Foi por conta disso que recheamos essa dissertação com elas. Histórias relacionais, embebidas por minha convivência e pelas sentimentalidades que forjamos em nossos anos de convivência. Histórias tristes, muitas vezes, de morte, histórias. Não tivemos como contornar isso. Uma parte considerável dos agentes que aqui relatamos se foram das mais diversas. Das mais diversas violências que politicamente combatemos em todas as linhas desta pesquisa.

Outro fator significativo da construção deste trabalho circunda o hibridismo de contextos extremamente relevantes. Momentos pré e pós-pandemia. Em meio ao processo construtivo de nosso trabalho, fomos surpreendidos pela maior crise sanitária do nosso país. Crise que tem afetado o público aqui estudado das mais diversas formas. Impactou nos circuitos de rua, fabricou novas racionalizações e suscitou outras posturas políticas. Felizmente, se é que podemos utilizar esse adjetivo, uma parte significativa dos dados e relatos aqui estudados correspondem a um período que o trabalho de campo não fora afetado. Se é que podemos dizer isso também. Enfim, o que gostaríamos de sinalizar está na ordem que reflexões sobre o impacto da pandemia em nosso contexto terá que esperar por outros para serem realizados. Por achar que tal procedimento seja importante, adiantamos nossas desculpas.

Ademais, tivemos sempre em mente trabalhar por via das ciências sociais em um conteúdo que na nossa opinião era inexistente no cenário feirense. Enquanto sociólogo e militante, sentimo-nos responsável por construir saberes que problematisassem outras questões da vida dessas pessoas. Questões que necessariamente não passassem por um conteúdo fomentado e sinalizado no corpo deste trabalho. Foi imbricado nessa missão que utilizamos a construção dos circuitos, com intuito de fortalecer outros tipos de leituras e que para, humildemente, possa servir de base ou contrapontos de outros estudos.

Sobre as escolhas que permeiam uma análise mais ligadas às experiências e convivências partiu de um incômodo semelhante, nos contatos majoritários de produções que efetuavam análises distantes do que para nós, enquanto pesquisador, era mais importante e notório. A leitura de livros, dissertações e teses, em alguma medida, despreocupada com o jogo

e a luta classificatória dessa população, sempre foi algo que inquietou. Esse relativo incômodo, quando somado com às experiências com a população de rua, ganhou imaginação sociológica e impulsionou a estruturar o trabalho da forma que aqui foi apresentado.

No entanto, não poderíamos demonstrar tais formas de classificação sem construir um universo empírico e dar formas com os corpos nos quais trocamos as mais diversas informações. Seguindo os caminhos de Lahire (2004), prediletamos a construção de uma sociologia com pessoas e, neste sentido, construímos os retratos com dupla intenção. Questionar categorias que fundamentais para compreender as relações no âmbito da rua, ao mesmo tempo, que analisávamos formas de representação que subsidiam as classificações concorrenciais no mundo social. Mesmo nesse ponto, acreditamos que não perdemos de vista o fomento a outros temas significativos para os viventes de rua em Feira de Santana. Como foram as relações com outros atores sociais, questões de trabalho, violências, relações institucionais, manguieio, mendicância entre outros.

Por fim, e o que primeiramente afetou, tecemos considerações significativas sobre o uso hegemônico da classificação situação de rua. Nesse ponto, o maior interesse, assim como sinalizado por Bourdieu (2009), foi o empenho de sinalizar aos pesquisados sobre o jogo nos quais nós estamos inseridos também. O objetivo foi acentuar a luta por classificação existente a todo momento no seio social e sinalizá-la como fonte potencial de disputas e confecções de outros saberes que colaborem positivamente para a vida dos sujeitos aqui pesquisados. Assim como, com o decorrer do tempo, as transformações sociais elencaram formas específicas dos usos sociais de tais classificações.

Portanto, não tivemos como interesse atenuar os ganhos políticos contidos da construção da atual classificação hegemonicamente burocratizada. Ao contrário, sinalizar limites, formas de usos e trajetória histórica foram finalidades apenas para contribuir com o debate e favorecer um florescer que nos possibilite, ao mesmo tempo, um fazer sociológico mais qualificado e uma construção categorial cada vez mais próxima da realidade que desejamos estudar e transformar.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, C. P. **Vozes da rua: percepções da população em situação de rua sobre acesso a direitos**, em Feira de Santana. 2016. 75f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA, 2016.
- ASSIS, J. F. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. **Serv Soc Soc.**, n.133, p. 547-565, 2018.
- BAHIA. **Corra pro abraço: o encontro para o cuidado na rua/Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; Centro de referência Integral de Adolescentes**. Salvador: SJDHDS, 2016.
- BAHIA. CENTRO POP: **Centro de referência Especializado de Assistência Social para População em situação de Rua**. Salvador: Governo do estado da Bahia, 2010.
- BARROS, M. O. **Controle social, direitos humanos e políticas públicas: trajetórias do Movimento Nacional da População de Rua em Feira de Santana – Bahia (2004-2011)**, 2020. 56f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2020.
- BARROS, K.C. C.; BARROS, M. O. Cuidando da Maloca: relato e experiência sobre o cuidado de Enfermagem as pessoas em situação de rua. **Rev. Extensão**, v. 17, p. 33-40, 2020.
- BARROS, K. C. C. **Mulheres que gestam nas ruas e suas vivências de cuidado: estudo à luz da fenomenologia heideggeriana**. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem), Universidade Estadual de Feira de Santana - Feira de Santana, 2019.
- BECKER, H. Consciência, poder e efeito da droga. *In*: BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BISCOTTO, P. R. *et al.* Compreensão de vivência de mulheres em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v, 50, n. 5, p. 750-756, 2016.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2003.
- BOURDIEU, P. Estruturas, habitus, práticas. *In*: BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. **Sociologia geral**. Petrópolis: Vozes, 2020.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, J. Vida precária. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**, n.1, p. 13-33, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Nota Técnica Conjunta MDS/MSaúde N° 001/2016**. Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016.

BRASIL. **Movimento Nacional População de Rua: Conhecer para lutar – Cartilha para formação política**, outubro 2010. : São Paulo: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2010.

BRASIL. **Decreto N° 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. *In*: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. **Saúde Debate**, v. 39, n. 106, p. 748-759, 2015.

CARVALHO, J. *et al.* **Somos Invisíveis?** Conhecendo a população de Usuários (as) de Drogas em Situação de Rua de Feira de Santana. Relatório: Feira de Santana -BA, 2016.

CARVALHO, K. L. Abrir as Ciências Sociais: Sociologia Pública e Engajamento. **Rev. Enfoques**, v. 1, n. 14, p. 7-14, 2015.

CATANI, A. M. *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

CORRÊA, D. C. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011.

COSTA, J. M.; RICHETTI, P. Reflexões sobre exclusão em tempos de globalização: notas sobre viver nas ruas. **Hologramática**, v. 14, n. 3, p. 3-15, 2011.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicol. Soc.**, v. 32, e223876, 2020.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

DAMATA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DE LUCCA, D. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 243f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo – USP, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2007.

DI FLORA, M. C. **Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis – RJ: Vozes, 1987.

DORNO, R. *et al.* Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. **Saúde & Transformação Social**, v. 4, n. 2, p. 4-13, 2013.

ELIAS, N. **Escritos e ensaios: Estado, processo e opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCOREL, S. Exclusão social: em busca de uma categoria. *In: Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FEIRA DE SANTANA. **Pessoas em situação de rua no município de Feira de Santana**. *In: BARROS, C. C.; GOMES, E. B.* Universidade Estadual de Feira de Santana, Secretária de desenvolvimento Social, 2015.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FILHO, W. F. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador: Hucitec EDUFBA, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. (1975 d) **Os Anormais**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FRANGELLA, S. M. **Corpos errantes urbanos: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FREHSE, F. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. **Civitas**, v. 16, n. 1, p. 100-118, 2016.

FREHSE, F. **Ô da rua: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.

- FREITAS, C. J. **Os indesejáveis**: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, São Paulo, 2014.
- GIORGETTI, C. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: Fapesb Educ, 2006.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, v. 9, p. 133-141, 1988
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <http://http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2020.
- JUSTO, M. G. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis: um enfoque socioambiental. **Interfac EHS**, v. 3, n. 1, p. 91-116, 2008.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: origem do trabalho livre no Brasil. Editor 34, 2019.
- LAHIRE, B. **Dossiê**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MALHEIRO, L. S. B. **Tornar-se mulher usuária de crack**. Rio de Janeiro: Telha, 2020.
- MALHEIRO, L. S. B. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no centro histórico de Salvador. *In*: MACRAE, E.; TAVARES, L.A.; NUÑES, M. E. (Orgs.). **Crack**: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MARCOLINO, S. C. **Saída das ruas ou reconstrução de vida**. A trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua em São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2012.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política Vol. 1 Tomo. 1. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: N1, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Portugal: Antígona, 2014.

MELO, T. H. A. G. **Política dos “improváveis”**: Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). 341f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- ICHF, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA – Rio de Janeiro, 2017.

MELO, T. H. A. G. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. **Psicologia e sociedade**, v. 31, e169056, 2019.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, V. S. **“Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”**: significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NERY, G. S. **Fatores de risco ao uso e abuso de substâncias psicoativas em adolescentes em situação de rua na Cidade de Feira de Santana-Bahia**. 2018. 82f. Dissertação (Mestrado Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde Programa De Pós-Graduação Em Saúde Coletiva-PPGSC, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

NOGUEIRA, F. G. P. **Hóspedes incômodos**: estudo sobre moradores de rua no hospital de emergência. 2008. 94f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, L. R. C. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, v. 53 n. 2, p. 452-473, 2010.

ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL. **Somos um povo que quer viver**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

PACHECO, L. P. B. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

PEREIRA, F. H. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Curitiba: Appris, 2019.

PORTELA, D. D. A. *et al.* Homicídios dolosos, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 631-639, 2019.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Educação Especial e Comunitária, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Serviço de Psiquiatria. **Relatório de Resultados: Pesquisa condições sociais e de saúde mental de moradores de Porto Alegre: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre População de Rua – NESPRua**, 1999.

PRIORI, J. De mendigos a população: transformações nos modos de compreender a vida nas ruas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 219, p. 109-118, 2019.

RECIFE. Prefeitura de Recife. Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC. **Pesquisa sobre população em situação de rua no Recife em 2004**. Relatório unificado. Recife: IASC – Prefeitura, 2004.

RIBEIRO JÚNIOR, A. C. As Drogas, Os Inimigos e a Necropolítica. **Cadernos do CEAS**, n. 238, p. 595-610, 2016.

ROBAINA, I. M. M. A Invisibilidade como Estratégia Espacial das Populações de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, v. 1, n.2, p. 167-176, 2011.

ROBSON, S. **Travestis em situação de rua no centro da cidade de São Paulo: aproximação à realidade social e às intervenções da política de assistência social**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

RODRIGUES, I.; FERNANDES, C. D. (Orgs.). **Cidadãos em situação de rua – Dossiê Brasil grandes cidades**. Curitiba: CRV, 2020.

RODRIGUES, I. **A construção social do morador de rua: derrubando mitos**. Curitiba: CRV, 2016.

ROSA, C. F. Ritmos cotidianos na experiência de cidadãos em situação de rua em Belo Horizonte/MG. *In*: RODRIGUES, I.; FERNANDES, C. D. (Orgs.). **Cidadãos em situação de rua – Dossiê Brasil grandes cidades**. Curitiba: CRV, 2020.

ROSA, C. M. M. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

RUI, T. *et al.* **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

RUI, T. C. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. 354 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SAFATLER, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SÃO PAULO. **Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003**. São Paulo: Secretária Municipal de Assistência Social, 2003.

SÃO PAULO. **Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997**. Cria a política de atenção à população de rua. São Paulo: Legislação Municipal, 1997.

SÃO PAULO. **Lei nº 12.316 - de 16 de abril de 1997**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo. São Paulo: : Legislação Municipal, 1997.

SANTOS, M. R. S. **A escuta qualificada a partir dos membros do Movimento Nacional da População de Rua – núcleo Feira de Santana – Bahia**. 2018. 105f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana, BA, 2018.

SANTOS, B. S.; CHAUI, M. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. 1. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SEGATO, R.L. **O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Série antropológica. Brasília, 2006.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.4, 662-679, 2018.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. R. N. **Negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIMMEL, G. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Cientistas Sociais, v. 34, p. 182-188, 1983)

STOFFELS, M. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TIENE, I. **A mulher moradora de rua: Entre vivências e Políticas Sociais**. São Paulo: Alínia, 2004.

VELHO, G. **Autopia urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais: elementos para antropologia pós-estrutural**. São Paulo: UBU, 2018.

VISSER, R. A sociologia de Bernard Lahire e sua elaboração nas pesquisas empíricas do cepedes. *In*: VISSER, R.; JUNQUEIRA, L. (Orgs.). **Dossiê**. Editora UFMG, 2017.

WEBER, M. W. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERMUTH, M. Â. D.; MARCHT, L. M.; MELLO, L. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 1053-1083, 2020.